análise do capitalismo no Brasil e no mundo; com o balanço das tentativas de construção do socialismo nos séculos XX e XXI; e com a formulação de uma nova estratégia para a esquerda brasileira e para o PT.

Tal reflexão é uma das condições necessárias, seja para reverter o processo de transformação pelo qual passa o Partido, seja para estar à altura das necessidades e possibilidades históricas tanto no terreno nacional quanto internacional, no qual a evolução da crise produz uma crescente instabilidade, que sabota a ação dos governos que buscam fazer transformações democrático-populares nas sociedades latino-americanas.

A tese apresentada por Valter Pomar nos demonstra que foi aberta uma janela virtuosa no final dos anos 1990. Mas uma onda de movimentos contrários tende a fechá-la, motivo pelo qual a esquerda latino-americana, especialmente a brasileira, deve agir celeremente no que deve e pode ser feito. Se atentos a este processo, poderemos não apenas realizar as reformas estruturais que tanto almejamos, mas principalmente superar o atual período de defensiva estratégica na luta pelo socialismo.

Rogério Chaves
Editor da FPA

Segundo Valter Pomar, no livro que ora chega às mãos dos leitores e leitoras, no final dos anos 1990 foi aberta uma janela histórica para a atuação da esquerda, tanto no Brasil quanto nos demais países da América Latina. Mas uma crescente onda de instabilidade sabota a ação dos governos de esquerda e progressistas latino-americanos, motivo pelo qual a esquerda brasileira precisa agir com velocidade e decisão, para podermos realizar as reformas estruturais e superar o atual período de defensiva estratégica da luta pelo socialismo.

ISBN 978-85-7643-230-2

Valter Pomar

A ESTRELA NA JANELA

Valter Pomar

A ESTRELA NA JANELA

ensaios sobre o PT e a situação internacional

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

A publicação de *A estrela na janela* faz parte da prestação de contas de Valter Pomar referente ao período em que esteve à frente ao trabalho da Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Secretaria Executiva do Foro de São Paulo.

Do ponto de vista pessoal, trata-se de "organizar e revisar o que foi feito e dito para seguir adiante". Do ponto de vista político, permitirá aos interessados o contato com uma das posições existentes no debate petista ao longo dos últimos anos.

Acredita-se que os textos aqui reunidos oferecem uma visão de conjunto sobre as questões postas diante do PT na arena internacional, e nossa postura enquanto partido frente a elas. Evidentemente, não são textos inéditos (e alguns deles estão em espanhol, o que faz parte do espírito bilíngue que devemos estimular).

Agora, da "planície", o autor continua contribuindo com a luta pelo socialismo, com a classe trabalhadora e com o PT. E, obviamente, continua firme militante nas campanhas petistas em 2014, com destaque para a presidencial. Espera utilizar este período fora do Diretório Nacional do PT para tentar contribuir com a reflexão acerca das classes e da luta de classes no Brasil e na América Latina; com a

A estrela na janela Capa.indd 1
27/08/2014 17:56:55

A ESTRELA NA JANELA

Ensaios sobre o PT e a situação internacional

A estrela na janela.indd 1 28/08/2014 16:37:17

A estrela na janela.indd 2 28/08/2014 16:37:18

Valter Pomar

A ESTRELA NA JANELA

Ensaios sobre o PT e a situação internacional

EDITORA FUNDAÇÃO
PERSEU ABRAMO

A estrela na janela.indd 3 28/08/2014 16:37:18

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidente: Iole Ilíada

Diretores: Luciana Mandelli, Kjeld Jakobsen, Fátima Cleide, Joaquim Soriano

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Capa e editoração eletrônica: Antonio Kehl

Revisão: Edilson Moura

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P784e Pomar, Valter.

A estrela na janela : ensaios sobre o PT e a situação internacional / Valter Pomar. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

280 p. ; 23 cm.

ISBN 978-85-7643-230-2

1. Partido dos Trabalhadores (Brasil). 2. Relações internacionais. I. Título.

CDU 329:327(81)
CDD 329.981

Este livro obedece às regras do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Editora Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 244
Vila Mariana
São Paulo – SP
CEP 04117-091
Telefone: (11) 5571-4299
Fax: (11) 5571-0910
www.fpabramo.or.br

A estrela na janela.indd 4 28/08/2014 16:37:18

Sumário

Apresentação 7
1. Capitalismo e imperialismo 11
2. Seminário em Montevidéu 29
3. Un nuevo ciclo en la historia de Brasil 35
4. La política externa de Brasil 55
5. Informe sobre a reunião de Caracas 83
6. Las diferentes estrategias de las izquierdas latinoamericanas 89
7. China e Brasil, num mundo de crise & transição 109
8. Nem devagar, nem pressa 117
10. Algunas ideas sobre la lucha por el socialismo en el siglo XXI 127
11. Notas sobre a política internacional do PT 137
12. Um PAC latino-americano 143
13. América Latina para chinês ver 149
14. Ensayo sobre una ventana abierta 157
15. Atilio A. Boron: um balanço equivocado 175

16. O PT e o Foro de São Paulo 181
17. Polêmica epistolar *A los integrantes del Grupo de Trabajo* 187
18. La Internacional latinoamericana e caribeña 191
19. Intervenção no seminário do Instituto Lula 201
20. "El desafío es cómo pasar a una segunda etapa" 205
21. Exposição feita no seminário do Partido Socialista de Chile 215
22. Conjuntura regional 225
23. Síntese da intervenção na reunião do Foro em Havana 233
24. Cuba, maio de 2013 235
25. Lá, sim, precisamos 241
26. Uma nova política externa: avanços, impasses e desafios da integração 243
27. Aprofundar as mudanças, acelerar a integração 249
28. Muito trabalho pela frente 257
29. Entrevista a Eduardo Davis, da Agência EFE 265
30. Entrevista para *Neues Deutschland* 267
31. Unidade Popular, 40 anos depois do golpe 271

Sobre o autor 279

Apresentação

A estrela na janela é uma seleção de textos escritos entre 2005 e 2013, período durante o qual estive profundamente envolvido no trabalho de relações internacionais do Partido dos Trabalhadores.

Bem antes disto, em 1990, tive a sorte de estar presente na fundação do Foro de São Paulo representando o Instituto Cajamar, que era de fato a escola de quadros do Partido dos Trabalhadores. Mas foi somente em 2005 que me integrei às atividades da Secretaria de Relações Internacionais do PT e, desde então, até dezembro de 2013, estive à frente da secretaria executiva do Foro de São Paulo.

Antes de atuar na área internacional, fui militante de núcleo de base, membro de diretório municipal e também secretário de comunicação na direção paulista do PT, quando respondi pelo *Linha Direta* e pela *Teoria e Debate*, boletim semanal e revista trimestral do partido, respectivamente. Além disso, atuei como professor no Instituto Cajamar; colaborei no jornal *Brasil Agora*; assessorei o prefeito David Capistrano em Santos (SP); e fui secretário de Cultura, Esportes e Turismo de Campinas (SP). Em 1997, fui eleito para o Diretório Nacional do PT, do qual fiz parte até dezembro de 2013, quando tomou posse a atual direção nacional, na qual sigo como suplente.

A publicação de *A estrela na janela* faz parte, exatamente, da "prestação de contas" deste período como dirigente nacional do Partido dos Trabalhadores (PT). Neste momento, estão em fase de edição três coletâneas: uma contendo textos anteriores a 1993; outra com os textos escritos entre 1993 e 1997; uma terceira reunindo escritos entre 1998 e 2004. E já está impresso, em dois volumes, *A esperança é vermelha*, reunindo textos redigidos entre 2005 e 2013.

Do ponto de vista pessoal, trata-se de "organizar e revisar o que foi feito e dito para seguir adiante". Do ponto de vista político, permitirá aos interessados o contato com uma das posições existentes no debate petista ao longo dos últimos anos.

Por corresponder à minha principal atividade partidária nos últimos anos, priorizei a temática internacional. Isto resultou na coletânea *Miscelânea internacional*, um catatau de quase 500 páginas que, entretanto, não inclui textos escritos por mim, mas assinados pela direção partidária; não inclui o livro escrito em coautoria com Roberto Regalado, *Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha*, também publicado pela Editora Fundação Perseu Abramo (São Paulo, 2013); tampouco inclui várias notas e resoluções da Secretaria de Relações Internacionais do PT, bem como os documentos-base e declarações finais do Grupo de Trabalho e dos encontros do Foro de São Paulo (reunidos em livretos editados pelo PT em agosto de 2013 e disponíveis para acesso em www.pagina13.org.br).

Com base na compilação da *Miscelânea*, foi possível realizar uma seleção mais fina, que é exatamente o que a Fundação Perseu Abramo oferece agora à sua leitura: *A estrela na janela: ensaios sobre o PT e as relações internacionais*.

Acredito que os textos aqui reunidos oferecem uma visão de conjunto sobre as questões postas diante do PT na arena internacional, e nossa postura enquanto partido frente a elas. Evidentemente, não são textos inéditos (e alguns deles estão em espanhol, o que faz parte do espírito bilíngue que, na minha opinião, devemos estimular).

Agora, da "planície", busco seguir contribuindo com a luta pelo socialismo, com a classe trabalhadora e com o Partido dos Trabalhadores. E militante nas campanhas petistas em 2014, com destaque para a presidencial. Mas espero utilizar este período fora do Diretório Nacional do PT principalmente para

tentar contribuir com a reflexão acerca das classes e da luta de classes no Brasil e na América Latina; com a análise do capitalismo no Brasil e no mundo; com o balanço das tentativas de construção do socialismo nos séculos XX e XXI; e com a formulação de uma nova estratégia para a esquerda brasileira e para o PT.

Penso que tal reflexão é uma das condições necessárias, seja para reverter o processo de degeneração que afeta o Partido, seja para estarmos à altura das necessidades e possibilidades históricas tanto no terreno nacional quanto internacional, no qual a evolução da crise produz uma crescente instabilidade, que sabota a ação dos governos que buscam fazer transformações democrático-populares nas sociedades latino-americanas.

No final dos anos 1990 foi aberta uma janela. Mas a crescente tempestade pode fechá-la. Motivo pelo qual a esquerda latino-americana, especialmente a brasileira, deve fazer com velocidade o que deve e pode ser feito. Se isto ocorre, poderemos não apenas realizar as reformas estruturais que tanto almejamos, mas principalmente superar o atual período de defensiva estratégica na luta pelo socialismo.

Este é o sentido das reflexões contidas neste livro. Boa leitura.

Valter Pomar

Agosto de 2014

1. Capitalismo e imperialismo[1]

Compreender a dinâmica atual das relações internacionais, especialmente entre os Estados, exige compreender o capitalismo. Até porque, desde a crise geral do socialismo, cujo ápice foi em torno de 1990, o capitalismo tornou-se mais hegemônico do que nunca foi.

O capitalismo, suas origens, suas contradições internas, suas tendências de desenvolvimento, seus limites históricos, são temas extremamente controversos, sobre os quais há pelo menos 150 anos de polêmica e diversas "escolas de pensamento", muitas vezes antagônicas.

Este texto aborda algumas dessas questões, bem como sugere leituras (principalmente as disponíveis em língua portuguesa) que permitem uma abordagem acessível para militantes interessados em ter uma visão geral sobre o assunto.

---

[1] Em 2006, a Secretaria de Relações Internacionais do PT, a Fundação Perseu Abramo e a Fundação Rosa Luxemburgo promoveram um curso sobre relações internacionais. O curso foi realizado em São Paulo, com cerca de 50 alunos do Brasil e de outros países da América Latina. Entreos professores, Kjeld Jakobsen, Roberto Regalado, Igor Fuser, Daniel Aarão Reis Filho, Wladimir Pomar, Gustavo Codas, Beluce Belluci, Breno Altman, Marco Aurélio Garcia e Nani Stuart. Este texto serviu de base para uma aula que dei neste curso, sobre o tema *"capitalismo e imperialismo"*. Foi publicado em livro editado pela Editora da FPA.

Comecemos pelas origens do capitalismo. Embora pareça algo banal, reconhecer o capitalismo como um fenômeno histórico é algo de enorme significado político, pois aceitar que ele teve uma origem reforça a ideia de que ele poderá ter um fim.

Dentre os inúmeros autores que trataram do assunto, citaremos o professor inglês Maurice Dobb.

Professor de economia e um dos "fundadores" da escola de marxistas ingleses integrada por Hobsbawm, Thompson, Cristopher Hill e Rodney Hilton, Maurice Dobb é autor de *A evolução do capitalismo*[2], livro publicado em 1946.

O primeiro capítulo deste livro dedica-se exatamente a definir o significado de *"capitalismo", entre outros motivos, porque, "se o capitalismo não existe como entidade histórica, os críticos da ordem econômica atual que reclamam uma mudança do sistema estão lutando contra moinhos de vento".*

Dobb afirma que,

> [...] por terem exercido uma influência sobre a pesquisa e a interpretação históricas, três significados separados e atribuídos ao capitalismo surgem com destaque. Embora em alguns aspectos os mesmos se sobreponham, cada um deles se associa a uma visão distinta da natureza do desenvolvimento histórico, cada qual acarreta um tratado de fronteiras cronológicas bem diferentes para o sistema, e cada qual resulta num relato causal diferente quanto à origem do capitalismo e o crescimento do mundo moderno.

A primeira abordagem é a que busca "a essência do capitalismo" não "em qualquer dos aspectos de sua anatomia econômica ou sua fisiologia", mas no "espírito" predominante na época: o espírito de empresa, de empreendimento, de aventura, de cálculo, de racionalidade. Ou, nas palavras recentes de um filósofo menor, o "espírito animal" do empresário.

Uma obra clássica partidária desta primeira abordagem é *A ética protestante e o espírito do capitalismo*[3], de Max Weber, para quem o capitalismo

---

[2] Dobb, Maurice. *A evolução do capitalismo*. São Paulo: Zahar, 1973.

[3] Weber, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

está presente "onde quer que a provisão industrial para as necessidades de um grupo humano seja executada pelo método de empresa".

A segunda abordagem identifica o capitalismo com o comércio, ou, ainda, com a "produção voltada para a troca". Esta abordagem é extremamente influente, estando na base das correntes teóricas (como o "utilitarismo" e o "marginalismo") que buscam o "segredo" do capitalismo não no processo de produção, mas no processo de circulação de mercadorias.

Uma compreensão panorâmica daquelas correntes teóricas é apresentada no livro *História do pensamento econômico*[4], de E. K. Hunt.

A terceira abordagem é a que considera o capitalismo como um "modo de produção" específico, distinto de outros existentes na história da humanidade.

O conceito de "modo de produção" é adotado, aqui, no sentido mais amplo do termo, ou seja, as relações que os seres humanos estabelecem entre si e com a natureza, no processo de produção e reprodução de sua vida social.

A obra clássica dos que defendem esta abordagem é *O capital*[5], de Karl Marx, que veio à luz em 1867. Anos antes, em 1859, Marx resumiu assim seu método:[...] na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais.

> O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas de consciência social.
>
> O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, ao contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência.
>
> Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali.

---

4 Hunt, E. K. *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

5 Marx, Karl. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

> De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social.
> Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela.
> Quando se estudam essas revoluções, é preciso distinguir sempre entre as mudanças materiais ocorridas nas condições econômicas de produção, e que podem ser apreciadas com a exatidão própria das ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, numa palavra, as formas ideológicas em que os homens adquirem consciência desse conflito e lutam para resolvê-lo.
> E, do mesmo modo que não podemos julgar um indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo, não podemos tampouco julgar estas épocas de revolução pela sua consciência, mas, ao contrário, é necessário explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção[6].

Uma visão de conjunto sobre as ideias de Marx pode ser encontrada no livro do economista belga Ernest Mandel: *A formação do pensamento econômico de Karl Marx*[7]. Para uma visão sobre a evolução das diferentes correntes marxistas, recomenda-se a leitura de *Considerações sobre o marxismo ocidental*[8], de Perry Anderson.

É importante dizer que a metodologia histórica formulada por Marx e Engels tem sido parcialmente adotada, nas últimas décadas e particularmente nos últimos anos, por pessoas que não são comunistas, socialistas, revolucionárias ou tampouco se consideram marxistas. Nessa linha, recomenda-se a leitura de *A dinâmica do capitalismo*[9], de Fernand Braudel.

Segundo as abordagens do "espírito" e do "comércio", o capitalismo já estaria presente desde a antiguidade clássica, pelo menos. Para a abordagem inspirada em Marx, o capitalismo seria um fenômeno histórico relativamente recente, produto da desagregação do feudalismo na Europa ocidental.

---

6 Marx, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

7 Mandel, Ernest. *A formação do pensamento econômico de Karl Marx*. São Paulo: Zahar, 1980.

8 Anderson, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Lisboa: Afrontamento, 1980.

9 Braudel, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Lisboa: Teorema, 1985.

Para conhecer a visão de Marx sobre as *formações econômicas pré-capitalistas*[10], sugere-se a leitura da obra de mesmo nome, precedida por uma introdução de Eric Hobsbawm. E, também, do texto "Modo de producción asiático y los esquemas marxistas de evolución de las sociedades", de Maurice Godelier, no livro *Sobre el modo de produccion asiático*[11].

A evolução do capitalismo, de Maurice Dobb, propõe uma interpretação do processo de transição do feudalismo ao capitalismo. O tema gerou uma intensa polêmica, como pode ser visto na coletânea intitulada *A transição do feudalismo para o capitalismo*[12]. Obra mais recente sobre aspectos daquela transição é *Linhagens do Estado absolutista*[13], de Perry Anderson.

Embora haja opiniões distintas sobre o surgimento do capitalismo, há enorme consenso sobre a importância da chamada "revolução industrial", bem como das chamadas "revoluções burguesas" (a inglesa do século XVII, a americana e francesa do século XVIII, as várias revoluções ocorridas em diferentes países da Europa no século XIX), na sua evolução posterior.

Estes temas são tratados de maneira didática por Eric Hobsbawm em dois livros: *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*[14] e *A era das revoluções*[15]. Do mesmo autor, *A era do capital*[16] descreve a analisa a evolução do capitalismo entre 1848 e 1875.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, o capitalismo passou a apresentar características muito diferentes daquele que havia sido estudado por Marx em *O capital*. Essas características foram analisadas, na época, por cinco obras que hoje são consideradas clássicas:

a) *Imperialismo*[17], de John Hobson (1902);

---

[10] Hobsbawm, Eric. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

[11] Godelier, Maurice. *Sobre el modo de produccion asiático*. Barcelona: Ediciones Martinez Roca, 1969.

[12] Hilton, Rodney; Dobb, Maurice; Sweezy, Paul et alli. *A transição do feudalismo para o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

[13] Anderson, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. Lisboa: Afrontamento, 1984.

[14] Hobsbawm, Eric. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979.

[15] Hobsbawm, Eric. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

[16] Hobsbawm, Eric. *A era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

[17] Hobson, J. A. *A evolução do capitalismo moderno*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

b) *O capital financeiro*[18], de Rudolf Hilferding (1910);

c) *A acumulação do capital*[19], de Rosa Luxemburgo (1912);

d) *O imperialismo e a economia mundial*[20], de Nikolai Bukharin (1915);

e) *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*[21], de Vladimir Lenin (1916).

Embora tenham pontos em comum, estas cinco obras chegam a conclusões distintas. Delas, a que obteve maior repercussão política foi a de Lenin, adotada "oficialmente" pelo movimento comunista. Há, desde então e até hoje, uma enorme controvérsia sobre o "imperialismo".

Até porque, como disse Emir Sader em *Século XX. Uma biografia não autorizada*[22], "quem quiser calar-se sobre o fenômeno do imperialismo deverá calar-se sobre o século XX".

Uma introdução ao período 1875-1914 é fornecida por Eric Hobsbawm em *A era dos impérios*[23]. A revista *Margem Esquerda*[24] organizou um dossiê inteiramente dedicado ao tema.

A definição proposta por Lenin, no sétimo capítulo de seu "ensaio popular" sobre o imperialismo, é a seguinte: O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se na sua antítese, quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. O que há de fundamental

---

[18] Hilferding, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Coleção Os Economistas).

[19] Luxemburgo, Rosa. A acumulação do capital. São Paulo: Zahar, 1976.

[20] Bukharin, Nikolai. *A economia mundial e o imperialismo*. Sao Paulo: Abril, 1984.

[21] Lenin, Vladimir. *Imperialismo*. São Paulo: Global, 1979.

[22] Sader, Emir. *Século XX. Uma biografia não autorizada*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

[23] Hobsbawm, Eric. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

[24] *Margem Esquerda*, edição n. 5. São Paulo: Boitempo, 2005.

neste processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas.

> A livre concorrência é a característica fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência, mas esta começou a transformar-se diante dos nossos olhos em monopólio, criando a grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande produção por outra ainda maior, e concentrando a produção e o capital a tal ponto que do seu seio surgiu e surge o monopólio: os cartéis, os sindicatos, os trustes e, fundindo-se com eles, o capital de uma escassa dezena de bancos que manipulam milhares de milhões. Ao mesmo tempo, os monopólios, que derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições, fricções e conflitos particularmente agudos e intensos. O monopólio é a transição do capitalismo para um regime superior.
>
> Se fosse necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo.
>
> Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas, fundido com o capital das associações monopolistas de industriais, e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido.
>
> Mas as definições excessivamente breves, se bem que cômodas, pois contêm o principal, são insuficientes, já que é necessário extrair delas especialmente traços muito importantes do que é preciso definir. Por isso, sem esquecer o caráter condicional e relativo de todas as definições em geral, que nunca podem abranger, em todos os seus aspectos, as múltiplas relações de um fenômeno no seu completo desenvolvimento, convém dar uma definição do imperialismo que inclua os cinco traços fundamentais seguintes: 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial, e a criação, baseada nesse "capital financeiro", da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a

> formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; e 5) o término da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.
>
> O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes.
>
> Mais adiante veremos como se pode e deve definir de outro modo o imperialismo, se tivermos em conta não só os conceitos fundamentais puramente econômicos (aos quais se limita a definição que demos), mas também o lugar histórico que esta fase do capitalismo ocupa relativamente ao capitalismo em geral, ou a relação entre o imperialismo e as duas tendências fundamentais do movimento operário. O que agora há a considerar é que, interpretado no sentido referido, o imperialismo representa em si, indubitavelmente, uma fase particular de desenvolvimento do capitalismo. [...] evidentemente, que na natureza e na sociedade todos os limites são convencionais e mutáveis, que seria absurdo discutir, por exemplo, sobre o ano ou a década precisos em que se instaurou definitivamente o imperialismo.

A análise de Lenin acerca do imperialismo contém, além desta discussão sobre seu lugar no processo de evolução do capitalismo, uma análise de suas implicações políticas (no sentido nacional e internacional).

Lenin apresenta seu ponto de vista, em *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*, muitas vezes por meio de críticas a Karl Kautsky, então o principal teórico do Partido Social-Democrata Alemão.

Uma boa introdução ao pensamento de Kautsky está na coletânea *Karl Kautsky e o marxismo*[25]. Seus principais oponentes na social-democracia alemã foram Eduardo Bernstein, autor de *Socialismo evolucionário*[26], e Rosa Luxemburgo, autora de *Reforma ou revolução*[27].

---

[25] Bertelli, Antonio Roberto (org.)*Karl Kautsky e o marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

[26] Berstein, Edward. *Socialismo evolucionário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

[27] Luxemburgo, Rosa. *Reforma, revisionismo e oportunismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

Segundo Kautsky, o imperialismo seria *"um produto do capitalismo industrial altamente desenvolvido. Consiste na tendência de toda a nação capitalista industrial para submeter ou anexar cada vez mais regiões agrárias, quaisquer que sejam as nações que as povoam".*

Lenin dizia que esta definição destaca de um modo unilateral [...] apenas o problema nacional (se bem que seja da maior importância, tanto em si como na sua relação com o imperialismo), relacionando-o arbitrária e erradamente só com o capital industrial dos países que anexam outras nações, e colocando em primeiro plano, da mesma forma arbitrária e errada, a anexação das regiões agrárias.

Para Lenin, o que é característico do imperialismo

> [...] não é precisamente o capital industrial, mas o capital financeiro [...] o que é característico do imperialismo é precisamente a tendência para a anexação não só das regiões agrárias, mas também das mais industriais [...] pois, em primeiro lugar, estando já concluída a divisão do globo, isso obriga, para fazer uma nova partilha, a estender a mão sobre todo o tipo de territórios; em segundo lugar, faz parte da própria essência do imperialismo a rivalidade de várias grandes potências nas suas aspirações à hegemonia, isto é, a apoderarem-se de territórios não tanto diretamente para si, como para enfraquecer o adversário e minar a sua hegemonia [...].

Kautsky considerava que

> [...] do ponto de vista puramente econômico, não está excluído que o capitalismo passe ainda por uma nova fase: a aplicação da política dos cartéis à política externa, a fase do ultraimperialismo [...] o superimperialismo, a união dos imperialismos de todo o mundo, e não a luta entre eles, a fase da cessação das guerras sob o capitalismo [...] a fase da exploração geral do mundo pelo capital financeiro, unido internacionalmente.Lenin, falando em tese, considera indiscutível que se possa dizer que "o desenvolvimento vai na direção do monopólio; portanto vai na direção do monopólio mundial único, de um truste mundial único". Mas, ao mesmo tempo, considera esta afirmação uma abstração vazia e acusa as "divagações de Kautsky sobre o ultraimperialismo" de estimularem "a ideia profundamente errada [...] de que a dominação do capital financeiro

> atenua a desigualdade e as contradições da economia mundial, quando, na realidade, o que faz é acentuá-las".

Para Lenin, [...] as alianças 'interimperialistas' ou ultraimperialistas [...] seja qual for a sua forma: uma coligação imperialista contra outra coligação imperialista, ou uma aliança geral de todas as potências imperialistas, só podem ser, inevitavelmente, 'tréguas' entre guerras. As alianças pacíficas preparam as guerras e, por sua vez, surgem das guerras, conciliando-se mutuamente, gerando uma sucessão de formas de luta pacífica e não pacífica sobre uma mesma base de vínculos imperialistas e de relações recíprocas entre a economia e a política mundiais.

No décimo capítulo de seu "ensaio popular", capítulo intitulado "O lugar do imperialismo na história", Lenin afirma o seguinte: [...] o imperialismo é, pela sua essência econômica, o capitalismo monopolista. Isto determina já o lugar histórico do imperialismo, pois o monopólio, que nasce única e precisamente da livre concorrência, é a transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. Há que assinalar particularmente quatro variedades essenciais do monopólio, ou manifestações principais do capitalismo monopolista, características do período que nos ocupa.

> Primeiro: o monopólio é um produto da concentração da produção num grau muito elevado do seu desenvolvimento. Formam-no as associações monopolistas dos capitalistas, os cartéis, os sindicatos e os trustes. Vimos o seu enorme papel na vida econômica contemporânea. Nos princípios do século XX, atingiram completo predomínio nos países avançados [...]
>
> Segundo: os monopólios vieram agudizar a luta pela conquista das mais importantes fontes de matérias-primas, particularmente para a indústria fundamental e mais cartelizada da sociedade capitalista: carvão e aço. A posse monopolista das fontes mais importantes de matérias-primas aumentou enormemente o poderio do grande capital e agudizou as contradições entre a indústria cartelizada e a não cartelizada.
>
> Terceiro: o monopólio surgiu dos bancos, os quais, de modestas empresas intermediárias que eram antes, se transformaram em monopolistas do capital financeiro. Três ou cinco grandes bancos de cada uma das nações capitalistas mais avançadas realizaram a 'união pessoal' do capital industrial e bancário e concen-

> traram nas suas mãos somas de milhares e milhares de milhões, que constituem a maior parte dos capitais e dos rendimentos em dinheiro de todo o país. A oligarquia financeira, que tece uma densa rede de relações de dependência entre todas as instituições econômicas e políticas da sociedade burguesa contemporânea sem exceção: tal é a manifestação mais evidente deste monopólio.
>
> Quarto: o monopólio nasceu da política colonial. Aos numerosos 'velhos' motivos da política colonial, o capital financeiro acrescentou a luta pelas fontes de matérias-primas, pela exportação de capitais, pelas 'esferas de influência', isto é, as esferas de transações lucrativas, de concessões, de lucros monopolistas etc., e, finalmente, pelo território econômico em geral [...]
>
> É geralmente conhecido até que ponto o capitalismo monopolista agudizou todas as contradições do capitalismo. [...] Esta agudização das contradições é a força motriz mais poderosa do período histórico de transição iniciado com a vitória definitiva do capital financeiro mundial.
>
> Os monopólios, a oligarquia, a tendência para a dominação em vez da tendência para a liberdade, a exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes: tudo isto originou os traços distintivos do imperialismo, que obrigam a qualificá-lo de capitalismo parasitário, ou em estado de decomposição.[...] No seu conjunto, o capitalismo cresce com uma rapidez incomparavelmente maior do que antes, mas este crescimento não só é cada vez mais desigual como a desigualdade se manifesta também, de modo particular, na decomposição dos países mais ricos em capital (Inglaterra) [...] De tudo o que dissemos sobre a essência econômica do imperialismo, deduz-se que se deve qualificá-lo de capitalismo de transição ou, mais propriamente, de capitalismo agonizante.

As conclusões de Lenin foram criticadas, recentemente, pelo conhecido historiador brasileiro Luiz Alberto Moniz Bandeira, que na "Introdução" de *Formação do império americano*[28] afirma o seguinte: A prática, entendida como o curso da história, não confirmou a teoria de Lenin segundo a qual o imperialismo representava a fase superior do capitalismo, o capitalismo em 'decomposição', o 'capitalismo de transição, capitalismo agonizante', o 'prelúdio da

[28] Moniz Bandeira, Luiz Alberto. *Formação do império americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

revolução social do proletariado', pois estava 'às portas de sua ruína, maduro até o ponto de ceder o posto ao socialismo'. O critério da verdade não pode consistir em comparar as diferentes teorias, mas em compará-las com a realidade. E o que a realidade comprovou foi que a política imperialista, conforme Kautsky previra, foi desalojada por outra nova, ultraimperialista, em que a exploração de todo o mundo pelo capital financeiro, unido internacionalmente, globalizado, substituiu a luta entre si dos capitais financeiros nacionais, competição que se desdobrava por meio das armas no mercado mundial.

> A guerra de 1914-1918 permitiu que os Estados Unidos conquistassem a preeminência no sistema capitalista, embora contestada durante algum tempo pela Alemanha nazista. Todavia, a partir da Segunda Guerra Mundial, derrotado o nazifascismo, ninguém mais podia imaginar uma guerra entre as grandes potências capitalistas, não obstante as contradições que subsistissem ou pudessem ocorrer. A política imperialista fora realmente substituída por uma nova, ultraimperialista, implementada pelos Estados Unidos, como potência hegemônica, capaz de modelar a vontade de outros Estados e de conduzir a política internacional, de conformidade com seus interesses, através de um sistema de alianças e de pactos, que passaram a construir a partir de 1945.

A crítica de Moniz Bandeira mostra como o debate sobre o imperialismo segue atual e tem implicações práticas na análise e na prática das relações internacionais.

Curiosamente, o mesmo Moniz Bandeira que critica Lenin afirma que a formação do império americano é o epílogo "da globalização do sistema capitalista, iniciada com as viagens de circunavegação, nos séculos XV e XVI".

Nada mais humano do que a tentação de qualificar a época em que se vive como a etapa "superior", o "epílogo", a "última" do capitalismo. Neste particular, é essencial distinguir conclusões teóricas de datação de processos históricos.

É óbvio que o imperialismo contemporâneo de Lenin não foi o último momento da vida do capitalismo, que sobrevive até os dias de hoje. Da mesma forma, o atual "epílogo" identificado por Moniz Bandeira pode durar vários séculos.

Outra questão é saber se o estágio monopolista constitui ou não o ponto mais alto do desenvolvimento capitalista, frente ao qual só haveria três desenlaces possíveis: a barbárie, o socialismo e o recomeço cíclico.

O que ocorreu logo após a publicação de *Imperialismo, etapa superior* foram três décadas de crises econômicas, sociais e políticas, inclusive duas guerras mundiais e diversas revoluções que levaram partidos de esquerda ao poder. Após a Segunda Guerra, tivemos um processo de descolonização (especialmente na Ásia e África), desenvolvimentismo (especialmente na América Latina), bem-estar social (basicamente na Europa) e expansão do chamado campo socialista.

Este período da história (de 1914 a 1991) foi descrito por Eric Hobsbawm em *Era dos extremos*[29]. Bem pesados os fatos, parece que Lenin estava certo (e não Kaustky) ao perceber o imenso potencial destrutivo (e criativo) inaugurado pela etapa imperialista do capitalismo.

Ocorre que o capitalismo não sucumbiu a esta crise geral. E, paradoxalmente, a existência de um "campo socialista" (articulado, de diferentes maneiras, com a descolonização, o desenvolvimentismo e o bem-estar social) ajudou a criar as condições para o surgimento de mecanismos de cooperação intercapitalista, tanto no terreno político quanto econômico, que recordam a aliança "interimperialista" vislumbrada por Kautsky.

Mas a condição fundamental para esta aliança interimperialista era a existência da ameaça socialista. E a "paz" proporcionada pela disputa entre "campo socialista" e "campo capitalista" era, em boa medida, assegurada pelas possibilidades de destruição mútua e acompanhada por violentos conflitos militares, especialmente na Ásia e na África.

O período que se estende do final da Segunda Guerra até o final dos anos 1960 foi, de toda forma, bastante atípico, provocando inclusive o surgimento de novas interpretações acerca do capitalismo, do imperialismo e do próprio socialismo (vide as "teorias" dos "três mundos", do "social-imperialismo", do "socialismo real" e dos "estados operários burocraticamente degenerados").

Os volumes 11 e 12 da *História do marxismo*[30] proporcionam um sobrevoo sobre as questões enfrentadas pela esquerda nesse período, inclusive nos países do chamado campo socialista.

---

[29] Hobsbawm, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

[30] Hobsbawm, Eric. *História do marxismo*, volumes 11 e 12. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Cinquenta anos de pensamento na Cepal[31], de Ricardo Bielschowsky, traz textos fundamentais, ilustrativos das teorias da dependência e do desenvolvimentismo na América Latina. *Um mapa da esquerda na Europa ocidental*[32] reúne informações básicas sobre a social-democracia e o Estado de bem-estar social.

O intenso desenvolvimento capitalista ocorrido após a Segunda Guerra preparou o terreno tanto para a crise dos anos 1970, quanto para o que está ocorrendo hoje. A era neoliberal, neste sentido, é filha inesperada do casamento entre o imenso desenvolvimento estimulado pelas políticas inspiradas em Keynes[33], somada à incapacidade da esquerda de aproveitar aquele período e aquela crise para iniciar um novo ciclo de transformações socialistas.

A crise do capital[34], de Ernest Mandel, traz uma descrição da "primeira recessão generalizada" da economia capitalista internacional desde a Segunda Guerra. E *Balanço do neoliberalismo*[35], de Perry Anderson, mostra os caminhos políticos e ideológicos trilhados pelas forças capitalistas para sobreviver com sucesso a esta crise.

Entre 1970 e 1990, o capitalismo dos países centrais venceu a batalha contra o "campo socialista", contra os "desenvolvimentistas", contra a "social-democracia" e contra os "nacionalismos revolucionários".

Os anos 1990 começaram, portanto, assistindo ao triunfo do neoliberalismo, da "financeirização" e da hegemonia dos Estados Unidos. Do ponto de vista ideológico, a palavra-chave era "globalização". Segundo José Luís Fiori e Maria da Conceição Tavares, não há dúvida de que a palavra globalização foi cunhada no campo próprio das ideologias, transformando-se, nesta última década, num lugar-comum de enorme conotação positiva, apesar de sua visível imprecisão conceitual. É provável, inclusive, que esta pala-

---

31 Bielschowsky, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

32 Anderson, Perry. *Um mapa da esquerda na Europa ocidental*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

33 Skideslky, Robert. *Keynes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

34 Mandel, Ernest. *A crise do capital*. São Paulo/Campinas: Editora Ensaio/Editora da Unicamp, 1990.

35 Anderson, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

vra passe à história dos modismos sem jamais adquirir um estatuto teórico, mantendo-se como um conceito inacabado. Mas também não há dúvida de que, apesar de tudo isto, poucas palavras possuem tamanha força política neste final de século XX, o que já seria razão suficiente para submetê-la a um exame rigoroso e crítico[36].

A Guerra do Golfo (1991) foi um sinal de que a aliança interimperialista encabeçada pelos EUA, sob pretexto de combater o campo socialista liderado pela URSS, parecia estar se transformado numa hegemonia unilateral dos Estados Unidos sobre todo o mundo, inclusive sobre os demais estados capitalistas centrais.

Mas, em algum ponto entre o levante zapatista de 1º de janeiro de 1994 e o atentado de 11 de setembro de 2001, ficou claro que a instabilidade seria uma das principais características da nova fase da história mundial.

Como era de se esperar, a crise do socialismo foi acompanhada de uma profunda "desordem mundial" em todos os terrenos: ambiental, social, político, ideológico, militar.

Não há como negar a relação entre isto e o aprofundamento da hegemonia capitalista, após a "queda do muro". Esta constatação é compartilhada, hoje, tanto por quem deseja "organizar" o capitalismo quanto por quem deseja construir outro modo de produção e organização da vida social. Mas, no início dos anos 1990, o pensamento crítico foi turvado pelos efeitos da crise geral do socialismo, que, embora viesse de antes, atingiu seu ápice exatamente com o fim da União Soviética.

Aquela crise gerou euforia na intelectualidade pró-capitalista, bem como uma confusão generalizada entre os pensadores socialistas.

Na direita, um exemplo desta euforia é o muito citado, mas pouco lido artigo "O fim da história", de Francis Fukuyama, analisado longamente por Perry Anderson no livro *O fim da história, de Hegel a Fukuyama*[37].

Mas a direita não foi acometida pela ingenuidade tão comum em certos meios de esquerda: a suposta derrota final do socialismo não implicaria, em

---

[36] Tavares, M. C.; Fiori, J. L. *(Des)ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

[37] Anderson, Perry. *O fim da história, de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

nenhum caso, o fim dos conflitos, como foi reconhecido em 1996, por exemplo, pelo superconservador Samuel Huntington em *O choque das civilizações e a recomposição da ordem mundial*[38].

Na intelectualidade socialista, predominou num primeiro momento a revisão de "paradigmas", o rebaixamento de horizontes e o abandono de premissas teóricas fundamentais do marxismo, até então amplamente hegemônico na esquerda.

No balanço das tentativas de construção do socialismo, que ocuparam um lapso temporal muito curto e tiveram curso em países de baixo desenvolvimento capitalista, muitos chegaram à conclusão de que seria impossível construir uma sociedade sem classes e sem Estado, baseada na propriedade social dos meios de produção[39].

Na discussão sobre a estratégia da esquerda partidária e social, cuja luta arrancou direitos que tornam mais suportável a vida sob o capitalismo, muitos concluíram que uma política eficaz não deveria ser fundada na existência das classes sociais e da luta de classes, muito menos na adequada combinação entre luta por reformas e revolução.

Na análise das mudanças ocorridas no capitalismo, apesar de a vida ter deixado ainda mais claros os papéis do mercado e do Estado, muitos aderiram a teorias que, em última análise, desconhecem o caráter contraditório e histórico deste modo de produção.

No início do século XXI, passado este momento inicial de confusão, o pensamento crítico (socialista ou não) dá sinais cada vez mais fortes de que está saindo da defensiva. Isso se traduz, por exemplo, pelo surgimento de várias tentativas de síntese acerca do atual estágio do desenvolvimento capitalista e sobre suas tendências futuras.

É o caso das várias obras do veterano economista François Chesnais (*A mundialização do capital*[40], *A mundialização financeira*[41], *A finança mundiali-*

---

[38] Huntington, Samuel. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

[39] Pomar, Wladimir. *A ilusão dos inocentes*. São Paulo: Scritta, 1994.

[40] Chesnais, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

[41] Chesnais, François. *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã,1999.

zada[42]). É o caso, também, de *O* boom *e a bolha*[43], de Robert Brenner. E é o caso, finalmente, do extenso tratado *Para além do capital*[44], de István Mészáros, autor também de *O século XXI: socialismo ou barbárie?*[45].

Numa outra matriz de análise, devemos citar ainda as obras de Giovanni Arrighi (*O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*[46]) e Immanuell Wallerstein (*Após o liberalismo*[47]).

Como ocorreu no início do século XX, estamos diante de análises contraditórias entre si, mas que nos permitem tirar pelo menos duas conclusões fundamentais.

Primeiro, que o unilateralismo norte-americano se mostrou muito poderoso, mas incapaz tanto de controlar o planeta quanto de eliminar a competição intercapitalista e interimperialista. Ao contrário, como demonstra José Luís Fiori, a instabilidade e a competição é provocada pela ação dos próprios Estados Unidos:Hoje se pode ver melhor a contribuição dos Estados Unidos, também no sucesso do antigo projeto russo de construção de uma Grande Potência durante o século XX, ao colocar a União Soviética na condição de seu principal inimigo, na sua estratégia de Guerra Fria. A potência expansiva e ganhadora pode prever, com base na experiência da história passada, que o crescimento econômico e militar de seus competidores mais próximos produzirá, no médio prazo, uma redistribuição territorial da riqueza e um deslocamento dos seus centros de acumulação mundial. E, muito provavelmente, acabará provocando, no longo prazo, uma redistribuição do próprio poder mundial. Mas a potência expansiva não tem como evitar esta consequência e por isto se pode dizer, em última instância, que é o seu próprio comportamento que cria seus principais obstáculos e adversários. É ela mesma que alimenta a contratendência 'nacionalizante' dos demais estados que bloqueiam sua marcha em direção ao poder global e ao

---

42 Chesnais, François. *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

43 Brenner, Robert. *O* boom *e a bolha*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

44 Meszáros, Istvan. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

45 Meszáros, Istvan. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.

46 Arrighi, Giovanni. *O longo século XX*: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. São Paulo: Contraponto/ Unesp, 1996.

47 Wallerstein, Immanuel. *Após o liberalismo*. Petrópolis: Vozes, 2002.

império mundial. Mas atenção, porque este comportamento não se restringe apenas ao campo econômico.

> Por mais paradoxal que possa parecer, ele também acontece no campo militar porque, em última instância, são as potências ganhadoras que também armam os seus futuros e eventuais adversários, pelo menos até o momento em que eles adquiram autonomia tecnológico-militar[48].

A segunda conclusão é que o método de análise inaugurado por Marx e Engels, em meados do século XIX, continua sendo uma ferramenta indispensável para compreender tanto o capitalismo atual quanto as dificuldades experimentadas pelas tentativas de construir o socialismo, inclusive na China[49]. Pois, como dizia o velho mouro:Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência.

> Por isso, a humanidade se propõe sempre apenas os objetivos que pode alcançar, pois, bem vistas as coisas, vemos sempre que esses objetivos só brotam quando já existem ou, pelo menos, estão em gestação as condições materiais para a sua realização.
>
> A grandes traços, podemos designar como outras tantas épocas de progresso, na formação econômica da sociedade, o modo de produção asiático, o antigo, o feudal e o moderno burguês. As relações burguesas de produção são a última forma antagônica do processo social de produção, antagônica não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que provém das condições sociais de vida dos indivíduos.
>
> As forças produtivas, porém, que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para a solução desse antagonismo. Com esta formação social se encerra, portanto, a pré-história da sociedade humana[50].

---

48 Fiori, José Luis. *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.

49 Pomar, Wladimir. *O enigma chinês*. São Paulo: Alfa-Omega, 1987.

50 Marx, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

2. Seminário em Montevidéu[51]

1. Antes de 1980, a esquerda brasileira teve uma pequena experiência de participação em governos: várias prefeituras entre 1945 a 1964, presença em alguns governos estaduais (com destaque para Brizola no Rio Grande do Sul e Arraes em Pernambuco) e participação em alguns escalões dos governos Vargas e Jango.
2. Depois de 1980, a esquerda brasileira ampliou sua presença em governos. Muitas prefeituras, vários governos estaduais, alguns ministros nos governos pós-ditadura e, agora, a eleição de Lula para a presidência da República.
3. Depois de 1980, a presença da esquerda brasileira em governos não se limita ao PT, mas se deu principalmente através do PT (as vezes em governos de coligação).
4. No caso do PT, participamos de prefeituras desde 1982. Nesses 24 anos, já estivemos presentes em cerca de 500 das mais de 5.000 prefeituras

[51] Nos dias 17 e 18 de agosto de 2006, aconteceu em Montevidéu um seminário internacional sobre "Experiências de governo dos partidos de esquerda e progressistas da América Latina e Caribe". A programação do seminário incluiu debates sobre "desenvolvimento econômico e social", "democratização da política", "relação governos e forças políticas","integração". Este texto é um resumo sintético das exposições que fiz acerca de cada um destes temas.

brasileiras. Participamos de governos estaduais desde 1994. Já elegemos o governador em 6 dos 27 estados brasileiros. E chegamos à presidência da República em 2002.

5. Trata-se, portanto, de uma experiência muito importante, mas ainda limitada: até 2002, chegamos a governar cidades onde moravam 30% da população e se produzia 30% do PIB brasileiro.
6. Qual o balanço que podemos fazer da experiência do PT na direção de governos municipais e estaduais?
7. O PT produziu um número relativamente grande de documentos, fazendo o balanço desta experiência. Os pontos que ressaltaremos a seguir e as ênfases que sugerimos não se pretendem a expressar o ponto de vista global do partido a respeito.
8. Primeiro, em *comparação com os governos de centro e de direita,* fazemos um balanço positivo no que toca à inversão de prioridades orçamentárias em prol das necessidades sociais das maiorias, bem como no que toca ao esforço de democratizar as decisões políticas. Noutras palavras: para o povo, faz diferença viver em cidades ou estados governados pelo PT.
9. Segundo, *em comparação com o modelo de sociedade que propugnamos,* é evidente que nossos governos municipais e estaduais padecem de imensas limitações, conseguindo por isso conter, mas dificilmente reverter os fenômenos de degradação econômica, ambiental, social, política e ideológica impulsionados pelo capitalismo em geral e pelo neoliberalismo em particular. Admitir isto não implica subestimar nossos êxitos, mas sim reconhecer que é preciso fazer muito mais para dar conta de nossos objetivos estratégicos.
10. Terceiro, e ligado àquelas limitações, em meados dos anos 1990 incluímos entre nossas tarefas de governo, no âmbito municipal e estadual, enfrentar os temas do desenvolvimento econômico e social. Ou seja: trouxemos para os âmbitos locais e estaduais uma temática que antes nos parecia em grande medida exclusiva ou prioritária do governo federal. Embora haja êxitos, *as políticas econômicas anticíclicas que desenvolvemos a partir dos governos municipais e estaduais seguem extremamente limitadas e dependentes das iniciativas das políticas macroeconômicas impulsionadas pelo governo federal.*

11. Quarto, nossa chegada ao governo federal nos colocou diante de temas estruturais, tais como: segurança pública, defesa, relações internacionais, pacto federativo (relação União, estados e municípios), reforma do Estado e reforma política, meios de comunicação, modelo de desenvolvimento econômico e social alternativo ao neoliberalismo. A experiência demonstrou que, para vários desses assuntos, não dispúnhamos de formulação prévia adequada. Ademais, tivemos problemas de gestão e principalmente divergências estratégicas que ainda não foram equacionadas.
12. Ligado a isto, temos que reconhecer que a experiência (nos três níveis: municipal, estadual e federal) vem demonstrando que temos dificuldades em manter a autonomia dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais frente aos governos. Isso nos remete para a discussão sobre a relação governos e "forças políticas".
13. Neste terreno, temos três grandes desafios:
    a) impedir que as limitações intrínsecas aos governos limitem também as perspectivas ideológicas, programáticas e estratégicas dos partidos políticos;
    b) impedir que a nossa presença no aparato estatal neutralize nossa capacidade de organização e mobilização social;
    c) impedir que nossa presença em pedaços do aparelho de Estado nos transforme em porta-vozes da "razão de Estado" e justificadores do *status quo ante*. Superar o abismo social existente no continente exige persistência, nunca conformismo.
14. É importante lembrar que a relação Estado/governo/partido se coloca de maneira diferente para as classes populares e para as classes dominantes. Para estas últimas, os partidos não são um instrumento para conquistar o poder; nem são o principal mecanismo de manutenção e direção do Estado. As classes dominantes possuem outros mecanismos, para além dos partidos, para manter e dirigir o Estado, tais como as Forças Armadas, os meios de comunicação de massa, a alta burocracia governamental e as organizações empresariais.
15. Para as classes populares, ao contrário, os partidos são fundamentais. Em certo sentido, as classes dominantes desenvolvem sua atuação político-partidária em resposta aos partidos políticos da esquerda. Mas a impor-

tância e a legitimidade do papel dos partidos, frente ao governo e ao Estado, não deve nos fazer perder de vista que nosso propósito é a democratização radical da sociedade e do poder, o que supõe no mínimo o mais amplo controle da sociedade sobre o Estado.

16. O tema da relação partido/governo/Estado deve ser tratado como parte do problema mais geral da democratização da sociedade em geral e da política em particular. Até porque, se não acontecerem mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais profundas, a democratização da política seguirá dependendo do voluntarismo e das boas intenções dos governantes.

17. Exemplos de problemas estruturais que devem ser resolvidos mediante mudanças estruturais:
a) o poder dos meios de comunicação privados, na formação da opinião da sociedade;
b) a influência das grandes empresas privadas sobre as decisões dos governos e dos parlamentos;
c) o fosso de informação e poder que existe entre os governados e os governantes, entre os profissionais da política e do governo, *vis-à-vis* os cidadãos e cidadãs em geral;
d) a distância entre os debates parlamentares e as questões que afligem o dia a dia da população;
e) o poder pessoal autocrático dos chefes do Poder Executivo;
f) o poder desmedido das chamadas equipes econômicas, no interior dos governos;
g) o poder desmedido da alta burocracia estatal frente aos governantes eleitos.

18. Especificamente sobre a relação partido/governo, nossa experiência no Brasil comporta duas características complicadoras:
a) por um lado, trata-se de partidos no plural;
b) por outro, trata-se de partidos de esquerda, de centro e as vezes até mesmo de direita.

19. Isso nos coloca diante de um duplo desafio:
a) como evitar que a legítima busca da hegemonia de um partido se transforme em imposição sobre as outras forças políticas que do governo participam?;

b) como um partido de esquerda pode conseguir hegemonizar um governo de centro-esquerda com aliados de direita e, ao mesmo tempo, manter as características e as posições de um partido de esquerda?

20. Outros aspectos que devem ser enfrentados são os efeitos colaterais de nossa presença em governos. É o caso da corrupção e também da burocratização do debate político.

21. A corrupção tem causas sociológicas, agravadas pelo neoliberalismo. Os governos de esquerda têm que ser campeões no combate à corrupção. E os partidos de esquerda devem criar mecanismos para prevenir e punir o surgimento de casos de corrupção. A partir do momento em que a esquerda chega ao governo e passa a tomar decisões que incidem na distribuição de imensos recursos, os mecanismos internos de combate à corrupção devem se tornar mais fortes e sofisticados. Se o PT dispusesse de uma corregedoria interna, alguns dos acontecimentos de 2005 não teriam ocorrido.

22. Quanto à burocratização do debate político, trata-se da tendência de transferir para os governos decisões que são ou deveriam ser tomadas pelo partido. Esta tendência é reforçada pela natural, e até certo ponto desejável, ampliação das fileiras partidárias depois que nos tornamos governo. Os novos militantes não participaram da luta contra a ditadura, não participaram da luta contra os governos neoliberais, não conhecem o partido oposicionista e das lutas sociais. Isto transforma estes novos militantes em presa fácil da concepção segundo a qual, uma vez conquistado o governo, o partido perde importância estratégica.

23. Ao contrário, devemos reafirmar a importância do partido, de seu protagonismo, de sua autonomia estratégica e de sua capacidade de elaboração e direção. É claro que o partido não deve se imiscuir nos assuntos cotidianos. Isso seria negativo tanto para a gestão administrativa do governo quanto para a imprescindível autonomia do partido frente ao governo/Estado. Entretanto, é preciso estar alerta para duas situações: quando as políticas cotidianas nos afastam dos nossos objetivos estratégicos; e quando nossos objetivos programáticos foram tão rebaixados que deixam de cumprir o papel de horizonte e acicate para nossa ação cotidiana.

24. Os partidos devem, por exemplo, estar na vanguarda do debate e da luta por:
    a) construir um modelo econômico e social alternativo, que leve em conta não apenas a oposição ao neoliberalismo, mas também nossa crítica democrática e popular ao desenvolvimentismo conservador e nossa crítica socialista ao capitalismo;
    b) evoluir das políticas emergenciais para a ampliação das políticas estruturais;
    c) um desenvolvimento nacional que esteja combinado com a integração continental e com o objetivo de construir outra ordem mundial.
25. A política externa do governo brasileiro tem esta vocação. Prioridades para as relações sul-sul, África e integração continental. Nesta integração, o Mercosul é visto como parte da construção da CASA.
26. Claro que setores das classes dominantes só concebem uma política de integração com os Estados Unidos. Claro, também, que a lógica comercial e de curto prazo segue turvando a imaginação de muitos setores. Ademais, só agora estamos conseguindo colocar o tema da integração na pauta política nacional.
27. Um dos aspectos da integração é o tratamento das assimetrias. Embora muito tenha sido feito, muito mais precisa ser feito para dar conta deste problema, especialmente importante no caso do Paraguai e do Uruguai. Conflitos como o das *papeleras*, que consideramos assunto que deve ser tratado no âmbito do Mercosul, jogam um papel negativo.
28. Outro aspecto da integração é como tratar as relações com os Estados Unidos. Diante do fracasso da Alca, os EUA estão buscando firmar acordos bilaterais com diversos países do continente. Esses Tratados de Livre Comércio (TLC) tiveram efeitos profundamente negativos onde já estão em vigor e sofrem uma imensa oposição da esquerda nos países em que ainda não foram aprovados pelos respectivos Congressos nacionais. Os Estados Unidos buscam firmar um TLC com o Uruguai para colocar uma cunha no Mercosul. É preciso construir outro caminho.

3. Un nuevo ciclo en la historia de Brasil[52]

Hay, al interior de los partidos progresistas y de izquierda, distintas interpretaciones sobre la crisis internacional y sus impactos sobre Brasil. De estas interpretaciones, articuladas con los programas y estrategias de cada partido, se derivan propuestas políticas también diferenciadas. Pareciera, sin embargo, que existen algunas ideas fuertemente hegemónicas, entre las cuales se destaca la siguiente noción: al igual que las crisis internacionales de 1930 y 1970, la presente crisis puede constituir un punto de inflexión, que marque el inicio de *un nuevo ciclo en la historia del país.* Evidentemente, dependerá de cómo se articulen *la crisis internacional, la economía brasileña* y *los bloques de poder* en Brasil.

La crisis

El epicentro de la crisis se encuentra en los países centrales, especialmente en los Estados Unidos. Su detonante estuvo en el sector financiero, pero su causa reside en la dinámica misma de la acumulación capitalista, motivo por el cual

[52] Este texto foi publicado na coleção *Cadernos de Debate da Secretaria de Relações Internacionais do PT.*

la crisis posee carácter sistémico, expresado en múltiples dimensiones (ambiental, energética, alimentaria, social, política), dando lugar incluso a tesis como la de "crisis civilizatoria".

La crisis tiene una profundidad proporcional al control alcanzado por el capitalismo, desde principios de los años 1990, en todo el mundo. Durante este período, las políticas neoliberales ampliaron las contradicciones entre la dinámica de la economía y de la política, entre el predominio de los intereses privados y el carácter cada vez más social de la vida cotidiana, entre el desarrollo "globalizado" de la sociedad humana y el carácter limitado de las instituciones políticas nacionales y multilaterales.

La actual crisis repite, en niveles superiores, la crisis que estalló en los años 1970 y que fue "remediada" precisamente por las políticas neoliberales, en especial por la especulación financiera y el estímulo al llamado capital ficticio.

La crisis confirma y acentúa el declinio de la hegemonía de los Estados Unidos. Como no hay poder equivalente y alternativo, no existe un "gerente" dotado de los medios necesarios para proponer e implementar medidas capaces de enfrentar y superar la crisis, incluso desde el punto de vista de los que la causaron. Tales medidas sólo podrán surgir de una disputa prolongada, en un ambiente de acentuada inestabilidad, y hay dudas incluso sobre si es posible superar una crisis más importante que la de 1929 sólo con políticas de inspiración keynesiana.

La disputa arriba referida se entablará en dos planos, distintos pero combinados: por un lado, la disputa al interior de cada país; por otro lado, la competencia entre los distintos Estados y bloques regionales. De la compleja articulación entre estos procesos pueden resultar, grosso modo, tres escenarios:

a. el conservador, en el cual los Estados y sectores sociales que se beneficiaron del período neoliberal comandan la distribución de los costos de la crisis y mantienen su hegemonía sobre el orden internacional;
b. el progresista, en el cual los países que no integran el G-7 reducen el impacto de la crisis y establecen las bases de un mundo capitalista post neoliberal;
c. el socialista, en el cual el agravamiento de la crisis y de las contradicciones – económicas, sociales y políticas – posibilita, en determinados países y regiones, rupturas con el orden capitalista.

La crisis puso en evidencia el alto costo social y ambiental del capitalismo, especialmente en su versión neoliberal, fortaleciendo ideológicamente a los sectores que defienden un "capitalismo no-neoliberal". Fortaleció también, pero en mucho menor escala, a los que proponen una alternativa socialista al capitalismo.

Pero el fortalecimiento ideológico de los sectores progresistas y de izquierda se da en el marco de una situación estructural que todavía conspira a favor de un desenlace conservador para la crisis.

Mismo afectados por la crisis, los países centrales concentran un inmenso poder económico, militar y político. Esto estimula los demás países del mundo a construir salidas negociadas, para evitar los efectos de un colapso generalizado, que tendria efectos catastróficos en toda la periferia, incluso porque los picos de desarrollo ocurridos a partir de 1990, empezando por el caso chino, fueron en gran medida resultado del arreglo productivo adoptado por los países centrales, en particular la condición de "consumidor de última instancia" asumida por los Estados Unidos. Además de eso, tres décadas de hegemonía neoliberal limitaron el horizonte intelectual y la fuerza político-social de los sectores críticos.

Estas contradicciones y límites se ponen de manifiesto al observar las propuestas de cambio en las instituciones internacionales (sistema ONU, Banco Mundial, Fondo Monetario Internacional, BID). El desencuentro entre la magnitud de la crisis y la timidez de las propuestas, en un ambiente de creciente multipolaridad, produce la multiplicación de los "G" y de instituciones regionales, como si la multiplicación de las cumbres compensara la modestia de las iniciativas concretas. Son especialmente notorias las dificultades en el debate sobre una nueva moneda internacional, como también la ineficacia de las políticas globales de combate a la pobreza y a la desigualdad.

En este contexto, hay dos dinámicas que merecen atención diferenciada: el proceso de integración latinoamericano y caribeño, especialmente entre los países de América del Sur; y el diálogo entre los países integrantes de los Bric y del Ibas (con destaque para China, Rusia, India, Brasil y Sudáfrica).

El tema central, en los dos procesos, es cómo consolidar lazos económicos, sociales, políticos, militares e ideológicos, que permitan a los países integrantes convivir, sin subordinación o dependencia, con el espacio político todavía hegemonizado por los Estados Unidos y la Unión Europea. La cuestión subyacente es la siguiente: ¿será posible, más que convivir, sustituir el

arreglo económico internacional que tiene en los Estados Unidos su elemento organizador (y desorganizador) central, por otro arreglo, basado en la combinación entre expansión de los mercados internos e intercambio comercial que no sea dependiente de las ofertas, insostenibles en el mediano plazo, de crédito proporcionadas por la emisión sin lastro de dólares?

Esto nos remite a precisar mejor los vínculos económicos entre los países centrales, los llamados emergentes y la periferia, vínculos a través de los cuales fluyeron las crisis de 1929, de 1970 y la crisis actual. Es importante recordar que algunos de los países "periféricos" o "emergentes" poseen hoy una capacidad de recuperación que no existía en la gran crisis de 1929, ni tampoco en las posteriores.

La economía brasileña

Brasil, y América Latina en general, contribuyeron fuertemente para la llamada "acumulación primitiva" y, desde entonces, están totalmente integrados al capitalismo mundial.

En el caso brasileño, la integración realmente existente colaboró para la formación de una sociedad altamente desigual, políticamente conservadora y dependiente de los centros metropolitanos.

Esta dependencia cambió de carácter en el siglo XX. A partir de los años 1930 y a lo largo de cinco décadas, Brasil se ha convertido de economía agroexportadora en potencia industrial. Al contrario de otros países, que obtuvieron una transformación similar gracias a la revolución y a la guerra, en Brasil no ocurrieron rupturas con aquello que los sectores progresistas y de izquierda identificaban como *causas de nuestro atraso:* la dependencia, la desigualdad y el conservadurismo.

El reducido mercado interno y el bajo nivel de ahorro, la influencia del latifundio y del imperialismo, variables generalmente señaladas como causas de nuestro atraso económico, en particular de nuestro inicialmente reducido desarrollo industrial, han sido ecuacionadas de la siguiente forma:

a. el ahorro necesario para la inversión fue proporcionado por la atracción de capitales externos. Ya sea a través de la instalación de empresas extranjeras, ya sea a través del endeudamiento externo;

b. el mercado interno fue proporcionado por la política de desarrollo industrial impulsada por el Estado;
c. jugó un papel importante, en distinto momentos y formas, la compresión de los sueldos reales de la gran masa de trabajadores, utilizando para ello incluso las características de una estructura agraria que favorecía la constitución de un gran ejército de reserva de fuerza de trabajo.

Las condiciones políticas para hacer viables las medidas anteriormente expuestas, condiciones que además evitaron que las contradicciones sociales resultantes constituyeran un punto de partida para transformaciones más profundas de la estructura social del país, fueron proporcionadas por arreglos que limitaban las condiciones de expresión independiente de las clases trabajadoras, ya sea por medio del llamado populismo, ya sea recurriendo a la dictadura militar.

Como resultado, Brasil experimentó entre 1930 y 1950 un intenso proceso de industrialización y urbanización. Salvo el sector defensor de una supuesta "vocación agraria" del país, las demás fuerzas políticas y sociales compartían el ideario desarrollista. Los sectores progresistas y de izquierda, que asumían este punto de vista con la expectativa de que generaría las condiciones para más democracia, más soberanía y más igualdad, descubrieron gradualmente que el desarrollismo realmente existente en Brasil conservaba, aunque de forma metamorfoseada, la dependencia, el conservadurismo y la desigualdad.

La causa de esto está en lo que se llamó "pacto de las élites", "transición por lo alto", "conciliación", evolución sin rupturas o revoluciones. En estas condiciones, cada avance histórico terminaba preservando y proyectando en un nuevo nivel las contradicciones del ciclo anterior.

Fue lo que ocurrió durante los años 1980: el mismo canal a través del cual fluían los recursos necesarios para completar la industrialización nacional, internalizó los elementos que provocaron la crisis de la deuda externa y la interrupción del *ciclo desarrollista.*

Entre 1980 y 1994, hay una disputa profunda acerca de los rumbos que el país deberia adoptar. El agotamiento de la dictadura militar, las divisiones existentes en el gran empresariado y, sobre todo, la acción política de la nueva clase trabajadora constituida durante los años 1970, generaron una nueva dinámica en el país, que si resultara victoriosa terminaría en un ciclo de desarrollo democrático-popular, articulado con un proyecto socialista.

Como sabemos, no fue esto lo que ocurrió: en las elecciones de 1989 y especialmente en las de 1994, vencieron fuerzas políticas y sociales articuladas alrededor del llamado proyecto neoliberal.

Si se llevara a las últimas consecuencias, este proyecto neoliberal haría con que Brasil asumiera un lugar en la división internacional del trabajo similar al que ocupaba en el período agroexportador. No por otro motivo el entonces presidente Fernando Henrique Cardoso hablaba de sepultar la "Era Vargas", impulsando la privatización de las estatales, dando continuidad a la apertura comercial iniciada en el gobierno Collor y luchando por la reducción de los derechos laborales.

Sin embargo, el proyecto neoliberal no se llevó hasta las consecuencias, en parte debido a la resistencia popular, en parte debido a las fricciones causadas por importantes sectores del empresariado, pero además porque el bloque de poder neoliberal se consolidó, en Brasil, cuando ya empezaba a decaer en el mundo.

La implementación parcial del proyecto neoliberal concentró de manera espectacular el sector financiero, amplió aun más la presencia del capital extranjero, debilitó la capacidad dirigente del Estado y a los sectores de la burguesía más dependientes del mercado interno. Por otro lado, amplió el ejército industrial de reserva y provocó una alteración en el perfil de la clase trabajadora, constituyendo dos fracciones adicionales: por un lado, un inmenso "pobretariado" y, de otro lado, sectores medios de altos ingresos, con implicaciones políticas y sociales ampliamente comentadas en los estudios sobre las condiciones de vida en las grandes ciudades brasileñas.

El arreglo creado no alteró y, en alguna medida, hasta profundizó las ya mencionadas características fundamentales de la sociedad brasileña: dependencia, desigualdad y conservadurismo. Por otra parte, el neoliberalismo se fue inferior al desarrollismo, cuyo elemento dinâmico ofreció, a lo largo del siglo XX, una válvula de escape sin la cual las contradicciones sociales brasileñas podrían haber evolucionado de manera mucho más radical. La difícil convivencia de los neoliberales con el crecimiento (a tal punto que sostenían una tesis según la cual el país no podría crecer más allá de límites muy estrechos) se volvió cada vez más insostenible políticamente; y la combinación entre hegemonía del sector financiero y debilitamiento del Estado empezó a ser

vista, por parte importante del empresariado, como dañina para sus intereses colectivos y de mediano plazo.

Esto hizo que el desarrollismo volviera a cobrar peso, como alternativa ideológica y política al neoliberalismo. De forma paradójica, la conversión neoliberal de los partidos burgueses tradicionales los debilitó políticamente.

Esto dio al Partido de los Trabajadores, especialmente a la candidatura de Lula, un rol histórico relativamente inesperado: el de volverse un instrumento decisivo para la "retomada de la Era Vargas", para usar al revés la expresión del ex presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC).

En las condiciones de 1989, una victoria de la candidatura Lula y un gobierno petista probablemente tendrían otro significado histórico. En 2002, por lo tanto trece años después, el programa con el que Lula diputó las elecciones fue de "transición" del neoliberalismo hacia un capitalismo "productivo".

Podemos resumir así las acciones del gobierno Lula, entre 2003 y 2008:

1. fortalecimiento de la capacidad de gestión del Estado brasileño, al igual que de empresas estatales como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Petrobrás y Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social (BNDES);
2. creación del Ministerio de Desarrollo Social y Combate al Hambre, responsable del cadastro de las familias pobres del país, implantación del programa "Bolsa Familia" para 11,5 millones de familias, administración del Programa de Erradicación del Trabajo Infantil, construcción de cisternas en la región semiárida del Nordeste brasileño y construcción de restaurantes populares;
3. las acciones del Ministerio de Desarrollo Agrario, que desde 2003 ha actuado en el asentamiento de medio millón da familias, ampliación del financiamiento de la agricultura familiar (de R$ 2,4 mil millones en 2002 a R$ 13 mil millones en 2008), además de la construcción de 300 mil casas, asistencia técnica, seguro, construcción de carreteras rurales, educación, red eléctrica, salud y abastecimiento de agua;
4. ampliación de las atribuciones del Ministerio de Minas y Energía, que además del petróleo, etanol, gas, energía eléctrica, eólica, solar y biocombustibles, implementó el programa "Luz para Todos", beneficiando a 2,5 millones de familias hasta entonces excluidas de este derecho;

5. expansión del número de beneficiarios de los programas gerenciados por el Ministerio de Previsión Social a 18 millones de beneficiarios que cobran hasta 1 salario mínimo al mes;
6. creación o revitalización del Ministerio de las Ciudades, del Ministerio de los Deportes, del Ministerio de Cultura, del Ministerio de Medio Ambiente, del Ministerio de Pesca y Acuicultura, de la Secretaría Especial de Políticas para las Mujeres, de la Secretaría Especial de Políticas de Igualdad Racial y de la Secretaría Especial de Derechos Humanos, y de Juventud;
7. acciones de promoción económica, social y cultural de los pueblos indígenas, en un país que tiene 220 naciones indígenas, con más de 180 lenguas y en 654 territorios, abarcando un 12,5% del total del país nacional;
8. regularización de las tierras y políticas públicas de saneamiento, atención a la salud, acciones de desarrollo local, apoyo a las manifestaciones culturales y tradiciones de los quilombolas (poblaciones remanentes de los esclavos);
9. implantación del mecanismo de cuotas de discriminación positiva en 23 universidades federales, 25 universidades estaduales y 3 centros de educación tecnológica;
10. creación de 12 nuevas universidades y funcionamiento de 61 nuevos campi, además de 434 mil estudiantes pobres que reciben becas totales o parciales para estudiar en universidades privadas, 214 escuelas técnicas nuevas y/o en proceso de implantación;
11. realización de 53 conferencias nacionales, con la participación de 3,5 millones de personas, que pudieron debatir políticas públicas de derechos humanos, igualdad racial, mujeres, asistencia social, salud, medio ambiente, educación, ancianos, personas discapacitadas, juventud, seguridad pública, pueblos indígenas, ciencia y tecnología, ciudades, agricultura y pesca, entre otros temas. Tales acciones, más la política externa, tuvieron un efecto social y económico favorable a las capas populares, al mismo tiempo que no afectaron las estructuras de propiedad y de acumulación de riquezas existentes en el país, motivo por el cual el propio presidente Lula llegó a decir que los ricos nunca habían ganado tanto como en su gobierno.

En otras palabras, podemos decir que, en la mejor tradición brasileña, la "transición"" del neoliberalismo hacia un capitalismo "productivo" fue concebida (en la Carta a los Brasileños) e implementada (en la gestión Pallocci como ministro de Hacienda) de forma conciliatoria y pactada con los sectores políticos y, especialmente, con los sectores empresariales hegemónicos en el período neoliberal: el capital financiero y el agronegocio. La dimensión más conocida de esta conciliación fue, exactamente, la política de intereses del Banco Central y el apoyo al agronegocio, volcado a la exportación.

La conciliación fue tal que permitió la interpretación incorrecta según la cual el gobierno Lula sería una continuación del gobierno FHC y, por lo tanto, un gobierno neoliberal.

Guardadas las proporciones y los límites de cualquier analogía histórica, el inicio del gobierno Vargas también estuvo signado por interpretaciones dispares. La opción por la industrialización fue tomada en el curso del mandato; y son conocidas las rupturas ocurridas entre el presidente Getúlio Vargas y el ala izquierda del tenentismo (movimiento reformista surgido en el Brasil de los años 1920 cuyo nombre se debe al hecho de tener como principales integrantes personas provenientes de la baja oficialidad del ejército).

La consolidación del desarrollismo, como política oficial del gobierno Lula, ocurre en tres tiempos: la crisis política de 2005, las elecciones de 2006 y el lanzamiento del Plan de Aceleración del Crecimiento (PAC) en 2007. Los efectos políticos, sociales y económicos de este giro –acumulativos con los efectos de algunas políticas iniciadas en el período 2003-2005– pueden ser vistos en dos indicadores: los índices de popularidad del presidente Lula y las tasas de crecimiento del Producto Bruto Interno.

Sin embargo, el desempeño positivo de la economía en el período 2006-2008 todavía es beneficiario del arreglo productivo que se derrumba con la crisis internacional.

Una señal de esto es la evolución de nuestras exportaciones, con diversificación de los destinos y récords de volumen y ventas, destacándose el crecimiento de las exportaciones brasileñas a Asia (+51%), China (+55%), Europa Oriental (+36%) y Mercosur (+29%). También hubo crecimiento, aunque menor, en la relación con socios comerciales tradicionales: EE.UU. (+17%) y Europa (+11%).

Los intelectuales neoliberales distorsionan la percepción del proceso en un intento de atribuir los éxitos del gobierno Lula a la política heredada del gobierno FHC. Levado a su límite, este argumento se basa en un argumiento interesado y absurdo: el de que cualquier alteración en la política del Banco Central y en los privilegios del agronegocio habría impedido a la economía brasileña beneficiarse del influjo de capitales externos y ampliar el comercio exterior.

Por otra parte, algunos defensores del gobierno Lula intentan sostener lo opuesto: que el crecimiento económico verificado en el período anterior a la crisis internacional resulta en su totalidad de los cambios que habrían sido implementados por el gobierno Lula, en relación a la herencia recibida del gobierno FHC. También conducido hacia su límite, este tipo de argumento parte del presupuesto de que *ningún crecimiento sería posible bajo condiciones neoliberales,* lo cual es sabidamente falso.

Descartadas las exageraciones y la cliometría, lo que se puede afirmar con seguridad es lo siguiente: si los neoliberales hubieran vencido las elecciones de 2002 y de 2006, la economía brasileña se habría relacionado de forma diferente con la fase final del ciclo neoliberal; habría sido derrumbada por la crisis; y el gobierno federal adoptaría medidas recesivas para combatir los efectos de la crisis.

Para comprobar las asertivas del párrafo anterior, se recomienda verificar las declaraciones del propio ex-presidente Fernando Henrique, además de los actos de gobernantes de la actual oposición (Partido de la Social Democracia Brasileña –PSDB y Demócratas –DEM), como el alcalde de la ciudad de São Paulo, Gilberto Kassab (DEM), y de los gobernadores de los estados de São Paulo, José Serra (PSDB), y de Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB), que comandan tres de los cinco mayores presupuestos públicos nacionales.

En todos los casos, adoptaron con atraso medidas supuestamente anticrisis de carácter ortodoxo y procíclico.

En términos aun mas concretos: si la oposición neoliberal estuviera en el comando de Brasil, desde 2003, el gobierno brasileño casi que seguramente habría apoyado el Alca, despreciado los mercados regionales y otros polos de comercio mundial, privatizado total o parcialmente el Banco de Brasil y la Caixa Económica Federal, profundizado la privatización de Petrobrás, desarticulado el BNDES, continuado el desmantelamiento del Estado; no habría

el ascenso del salario mínimo y de las jubilaciones; se profundizaria la desintegración regional y social.

Con ello, lo efecto de la crisis sobre Brasil habría sido catastrófico y la recuperación, muy improbable.

La existencia, desde 2003, del gobierno Lula ha generado otra dinámica económica y social, motivo por el cual el país fue uno de los últimos en desacelerar, después de septiembre de 2008. Al contrario de crisis anteriores, no hemos entrado en recesión; la salida de capitales se aceleró, pero sin transformarse en una fuga de capitales; el país no recurrió al FMI, al contrario, se dio el cuestionable lujo de ofrecer aportes de capital al Fondo.

Pese a todo esto, la crisis causó impactos inmediatos, que enumeramos a continuación:

1. sobre grandes empresas privadas que invirtieron recursos en la especulación financiera;
2. sobre el conjunto de las empresas que dependían de créditos externos, cuya retracción impactó el financiamiento de las exportaciones, al igual que bancos pequeños y medianos que dependían de créditos externos para financiar sus carteras;
3. sobre inversores extranjeros actuantes en Brasil, que desviaron recursos para compensar las dificultades de las matrices, fortaleciendo una tendencia que ya se venía manifestando anteriormente: el fuerte crecimiento de las remesas de ganancias hacia fuera del país;
4. retracción de la demanda externa, tanto en volumen como en precios, implicando un rápido aumento de las importaciones en relación a las exportaciones, acentuando el déficit en nuestras transacciones corrientes con el exterior, con reflejos (a partir de enero de 2009) en la balanza comercial;
5. cambio en las expectativas del empresariado privado, con retracción en las inversiones, en la producción y en los empleos. Estos impactos no generaron un espiral recesivo, en buena medida gracias a la intervención del gobierno.

Emergencialmente, hubo reducción de impuestos en áreas estratégicas: IPI del sector automotor, IOF de las operaciones de de crédito e Impuesto a la Renta de Personería Física. Al mismo tiempo, hubo ampliación del crédito,

a través de cambios en la política de los bancos públicos, presiones sobre el sector privado y flexibilización del llamado compulsorio (Brasil exige que los bancos privados retengan en el Banco Central del 25% al 50% de sus depósitos, en contraste con los 10% de EE.UU. y 8% en otros países).

Se mantuvo la política de reajuste del Bolsa Familia y el aumento del salario mínimo, que creció por encima de la inflación por el séptimo año consecutivo, remunerando a 18 millones de jubilados rurales y 3 millones de ancianos y personas discapacitadas, entre otros.

Se incrementó el Plan de Aceleración del Crecimiento (PAC), que desde 2007 consolida y da visibilidad al crecimiento de la inversión en infraestructura, que fue del 0,3% del PBI en 2002 al 1% del PBI en 2007. En este terreno, se destaca, de inmediato, la política de construcción de viviendas populares y, a mediano y largo plazos, las inversiones necesarias para explotar las reservas de pre-sal.

Para sostener estas medidas, el país dispone de US$ 206 mil millones de reservas; US$ 115 mil millones de los fondos de pensión; US$ 68 mil millones del BNDES (más de lo que disponen el Bird y el BID). Cabe registrar la reciente decisión de aumentar en R$ 100 mil millones los recursos del BNDES. Este conjunto de medidas ha estimulado el consumo y combatido el pánico, además de confirmar la opción desarrollista, con cariz social. Pese a esto, la producción ha caído o se ha desacelerado en algunos sectores, ocurriendo movimientos negativos en la generación de empleos, en el crédito interno y en las ventas minoristas. Veamos los datos más recientes acerca del mercado de trabajo.

El Caged mide el saldo entre admisiones y despidos, que las empresas están obligadas por ley a informar al Ministerio de Trabajo y Empleo. En 2009, hay un saldo de 299.500 empleos formales (crecimiento del 0,94%).

En doce meses, el saldo fue de 390.300 empleos formales (1,28%). O sea, en los doce meses que incluyen el pico de la crisis, aumentó el stock de empleos formales.

La Encuesta Mensual de Empleo, realizada por el IBGE (Instituto Brasileño de Geografía y Estadística) hace un muestreo en seis regiones metropolitanas que representan cerca de la tercera parte del mercado de trabajo brasileño. En doce meses, el número de personas ocupadas cayó de 21.171.000 a 21.148.000. El desempleo subió del 7,9% al 8,1% (comparando datos de

junio/2008 con datos de junio/2009), aunque ha caído en la comparación con mayo/2009 (8,8% a 8,1%). El empleo formal subió de 9.279.000 a 9.479.000 a lo largo de los últimos doce meses, datos que son coincidentes con el Caged. Por lo tanto, lo que ha caído ha sido el empleo o la ocupación informal.

La Encuesta de Empleo y Desempleo es realizada por la Fundación Seade-Dieese en la Región Metropolitana de São Paulo (RMSP). Ésta informa que la tasas de desempleo total disminuyó del 14,8% en mayo/2009 al 14,2% en junio/2009, tras cinco meses consecutivos en reducción.

El contingente de desempleados se estimó en 1.495.000 personas, 69.000 menos en relación a mayo/2009. En un año, el número de empleados formales estimados por la encuesta subió de 4.129.000 a 4.418.000.

En el corto plazo, los datos confirman el éxito de las políticas anticíclicas impulsadas por el gobierno federal, que detuvieron la ola de despidos en las grandes empresas y ampliaron la oferta de empleos formales, especialmente a causa de las obras del PAC y del empleo público.

En el mediano plazo, confrontando estos datos con el crecimiento de la productividad y de los sueldos, se verifican por lo menos tres riesgos:

1. el crecimiento del desempleo en el sector informal afecta, a mediano plazo, la situación de los empleos formales;
2. si la productividad crece mucho más que el empleo, resultará mayor concentración de renta;
3. si el crecimiento del total de empleos es bajo, esto no afectará ni el stock de desempleados, ni absorberá a los que entran en el mercado de trabajo cada año. En otras palabras, lo que hizo el gobierno Lula, en el enfrentamiento de la crisis, es condición necesaria e indispensable, pero mucho más tendrá que hacerse para generar un cambio de peso, en el terreno económico y social.

Los bloques de poder

Los dos grandes bloques político-sociales existentes en Brasil reaccionaron ante la crisis de formas diferentes. Los partidos neoliberales, el gran empresariado y sus portavoces en los medios de comunicación tardaron en reconocer

la caída de su "muro". Y, pasado el estupor, volvieron a presentar su agenda ortodoxa, centrada en la "reducción del costo Brasil" (menos impuestos, "gastos" sociales y "costos" laborales).

El efecto práctico de esta política sería procíclico, o sea, agravaría la crisis, teniendo como consecuencia de mediano plazo crear las condiciones para una retomada del crecimiento, pero por medio de la destrucción de las riquezas acumuladas en el período anterior, con los costos sociales conocidos.

Desde el punto de vista teórico, la política propuesta por este bloque de poder tiene dos orígenes distintos: el neoliberalismo y el desarrollismo conservador del sector privado.

En cambio, los partidos y fuerzas sociales progresistas y de izquierda, que constituyen el núcleo del gobierno Lula, reaccionaron a la crisis afirmando cuatro directrices:

a. si el mercado ha entrado en crisis, más Estado;
b. si ha caído la inversión privada, más inversión pública;
c. si el mercado externo ha perdido importancia, más mercado interno;
d. si la globalización neoliberal ha entrado en colapso, más integración regional.

Tomadas en conjunto, estas directrices constituyen el puente para el desarrollismo *tout court*. Teóricamente hablando, ellas se derivan de las dos vertientes del desarrollismo estatal: el conservador y el democrático.

Los resultados positivos, pero parciales, de las acciones del gobierno Lula se deben, por un lado, al impacto de la crisis; por el otro, a las limitaciones y contradicciones en la acción de propio gobierno, además del comportamiento del empresariado privado monopolista. Ilustremos estos otros aspectos de la ecuación:

1. el Banco Central brasileño y el Consejo Monetario Nacional siguen controlados por sectores vinculados al capital financiero y a las políticas de corte neoliberal. Por consiguiente, el Banco Central resistió todo cuanto pudo a bajar la tasa básica de interés (conocida en Brasil como tasa Selic, aplicada a los préstamos interbancarios, el Sistema Especial de Liquidación y Custodia) y, pese a las reducciones que ha admitido, sigue manteniéndola a niveles extremadamente elevados, ya sea si se piensa en las

necesidades de crédito de la economía brasileña o en las tasas de interés adoptados en otros países. En julio de 2009, la tasa Selic estaba en 8,75% al año, ocupando el quinto puesto mundial en términos de intereses reales, después de China (7,1%), Hungría (5,6%), Tailandia (5,5%) y Argentina (4,9). Los principales bancos centrales del mundo practican tasas de intereses reales cercanas a cero o negativas;

2. el sistema financiero privado sigue operando a contramano de los intereses del desarrollo productivo nacional, resistiéndose, por ejemplo, a la reducción del *spread* bancario. En el sector financiero público, alteraciones promovidas recientemente por el presidente de la República han reducido la influencia de los intereses y de la dinámica antidesarrollo y procíclica;
3. el sistema impositivo es regresivo y subgrava las ganancias financieras. Al mismo tiempo, la supuesta legislación de "responsabilidad fiscal" obliga a los entes públicos a priorizar el servicio de la deuda financiera, reprimiendo la capacidad de inversión estatal. Asimismo, el andamiaje jurídico y burocrático del país todavía corresponde al período de absoluta hegemonía neoliberal, ejerciendo un verdadero sabotaje a la estrategia de desarrollo;
4. la política cambiaria y de comercio exterior sigue estando orientada por una lógica que ya era cuestionable en el período previo a la crisis y ahora mucho más, cuando se hace necesario un proteccionismo de nuevo tipo, de naturaleza nacional y regional, a tono además con las nuevas alianzas estratégicas que viene implementado el país;
5. las políticas agraria, agrícola y ambiental siguen subordinadas al agronegocio, pese a que las nuevas condiciones son más favorables al giro hacia la fuerte política de reforma agraria y producción para el mercado interno;
6. la política urbana y todo lo que se refiere a la construcción civil pesada, a pesar de la correcta decisión en favor de las inversiones en vivienda, todavía sigue atrapada por la lógica de la alianza público-privado, sin notar que el protagonismo estatal en el sector no se puede limitar a la financiación, sino que debe haber involucramiento directo en la construcción de viviendas, hidroeléctricas, ferrocarriles, carreteras, puertos y otras áreas de infraestructura;

7. el éxito de varias políticas de transferencia directa de ingreso (bolsa familia, salario mínimo, jubilaciones, remuneración de los empleados públicos federales) convive con intentos de restringir los recursos para la salud y para la educación públicas;
8. la política industrial persigue la ampliación del mercado interno sobre todo a través del abaratamiento del crédito y de la exención fiscal para la compra de bienes de consumo durables, siendo proporcionalmente tímidas las medidas que apuntan a empujar el mercado interno por medio del crecimiento del sector de bienes de capital e industrias de alta tecnología;
9. el área externa de gobierno, que ha logrado importantes éxitos políticos, es todavía muy convencional en el terreno económico. Es necesario que Brasil capitanee algo como un "plan Marshall" de inversiones en América Latina. Medidas positivas, tales como las negociaciones con Bolivia sobre el gas, con Paraguay sobre la energía eléctrica de Itaipu, con Venezuela sobre el petróleo y con Argentina sobre las tarifas de comercio exterior, aún no han sido integradas en un plan articulado y ofensivo para impulsar la economía continental;
10. la política de generación de empleo es exitosa al contener los efectos de la crisis, pero todavía es tímida frente a las necesidades estructurales del país y frente a los impactos futuros de la crisis.

O sea, observando el conjunto de la economía brasileña, lo que vemos es la coexistencia de diferentes políticas: el desarrollismo conservador (tanto privado como estatal) y el desarrollismo democrático estatal, éste último tensionado por demandas de naturaleza democrático-popular.

Más allá de la inercia histórica, esta conciliación de orientaciones distintas y contradictorias puede ser explicada por dos importantes novedades:

a. desde 1989 y hasta hoy, vivimos el más prolongado período de estabilidad institucional de la historia de Brasil. Teniendo en cuenta cómo funciona el arreglo político brasileño, esta estabilidad tiene como consecuencia un proceso lento de decisión de las políticas públicas;
b. desde 2003 y hasta hoy, vivimos la primera experiencia de un gobierno nacional donde partidos de izquierda ocupan puestos centrales de decisión. Una vez que estos partidos no cuentan con mayoría propia en los

gobiernos municipales y estaduales, en el Congreso Nacional y demás parlamentos de la Federación, en los medios de comunicación, en el empresariado y en las fuerzas armadas, hay una enorme presión en favor de un comportamiento conciliatorio.

Además de ello, es necesario recordar lo que ya hemos dicho anterior mente: décadas de hegemonía neoliberal limitaron el horizonte intelectual de los sectores críticos. Esto explica, por ejemplo, la permanencia de algunos prejuicios ingenuos sobre:

a. la duración y profundidad de la crisis, como si ella pudiera ser superada rápidamente y sin grandes conflictos;
b. la baja contaminación de los "emergentes", como si tuviéramos alta inmunidad e inmensa capacidad de superación;
c. la confianza en el éxito y en la repercusión positiva, en la periferia, de las medidas anticrisis tomadas por los gobiernos de los países centrales, a pesar de que tales medidas estén fundamentalmente permitiendo una sobrevida del modelo anterior;
d. la creencia de que los mercados y los gobiernos de los países centrales "aprendieron la lección" y, por lo tanto, no habrá lugar para la guerra como instrumento de la retomada económica, minimizando el peso actual de la economía de guerra, la dinámica de escalada inconsciente y, principalmente, los efectos colaterales indeseados, derivados de la restauración de un mundo multipolar en los marcos del capitalismo.

Escenarios

En donde son gobierno, las fuerzas progresistas y de izquierda enfrentan por lo menos tres riesgos:

a. no realizar alteraciones estructurales, volviéndose cómplices involuntarios del *status quo*;
b. el regreso de la derecha, provocando una desorganización profunda en la izquierda y haciendo de estos gobiernos tan sólo un breve intervalo en una historia conservadora;

c. el de que estos gobiernos intenten colaborar en la construcción de un nuevo ciclo histórico, pero sin reunir las condiciones políticas e ideológicas para enfrentar la previsible reacción de las clases dominantes.

El gobierno brasileño, al igual que la mayoría de los gobiernos progresistas y de izquierda de América Latina, trató de evitar dichos riesgos a través de una estrategia, hegemónica entre las fuerzas que lo componen, en el sentido de hacer una transición gradual de modelo.

El éxito de esta estrategia dependía y sigue dependiendo de una difícil ecuación: la lentitud y lo contradictorio de las acciones tiende a desgastar a las fuerzas progresistas y de izquierda que ocupan el gobierno. Para evitar que este desgaste produzca un retorno de las fuerzas conservadoras y de derecha, es necesario combinar una estrategia económico-social moderada, con una estrategia agresiva de cambio en las instituciones políticas.

En el caso de Brasil, sin embargo, hasta ahora no han tenido éxito los intentos de realizar la reforma política, implantar un verdadero control externo del poder judicial y democratizar la comunicación social. Por esta razón, la fuerza y la capacidad de sabotaje de la oposición conservadora son mucho mayores que su legitimidad social.

A pesar de esto, el presidente Lula fue reelecto en 2006, probablemente debido a las "reservas estratégicas" (el capital político acumulado en más de 20 años y las conquistas sociales efectivas proporcionadas por la presencia de la izquierda en el gobierno federal); la memoria negativa dejada por los gobiernos neoliberales; los errores políticos cometidos por nuestros adversarios, las realizaciones del primer mandato de Lula, la fuerza de la militancia popular, además de la línea de campaña adoptada en la segunda vuelta de las elecciones presidenciales de 2006, cuando hubo un claro confronto entre proyectos políticos.

No se sabe cuál habría sido el resultado de las elecciones de 2006, en un escenario internacional adverso, que potenciara todos los problemas del modelo heredado y todas las insuficiencias y contradicciones de la estrategia de transición lenta, segura y gradual adoptado por el gobierno Lula.

Pero es posible decir que la crisis actual reduce el margen de maniobra conciliatoria del gobierno y obliga a las fuerzas progresistas y de izquierda a acelerar la implementación de una política desarrollista.

La crisis tiene un efecto simétrico sobre el bloque conservador: los sectores neoliberales se ven obligados a adoptar un perfil más bajo y los sectores desarrollistas tienden a ganar más espacio. Aunque su desarrollismo sea privado y conservador, en las condiciones en las que se entabla la lucha política en Brasil, esto puede ser disimulado por la demagogia de la campaña electoral, especialmente si la crisis produce efectos económicos más severos, por ejemplo, en el empleo, en el crecimiento y en la capacidad de inversión pública. En este caso, la oposición conservadora intentará culpar al gobierno y presentarse como la garantía de retomada del crecimiento.

Aunque la situación no se agrave, la actitud de la oposición y la situación de la economía obligan al gobierno a ser más osado en la opción desarrollista, actitud que transformaría la elección de 2010 en una confrontación entre un desarrollismo conservador y un desarrollo democrático-popular.

Traducido en términos políticos, el programa de la candidatura de Dilma Rousseff tendrá que combinar la defensa de la continuidad de los aspectos exitosos del gobierno Lula con propuestas de cambio y superación.

Sin embargo, la elección de Dilma Rousseff como presidenta es condición necesaria pero no suficiente para dar inicio a un nuevo ciclo en la historia del país.

Para que esto ocurra, es necesario que el resultado global de las elecciones 2010 sea una derrota para la oposición y que los movimientos de la clase trabajadora asuman un mayor protagonismo social y político, rompiendo los bloqueos institucionales que la oposición de derecha y los aliados de centro-derecha plantean frente a los cambios de sentido democrático-popular. Será necesario, también, profundizar la política económica de corte desarrollista. Será necesaria, finalmente, la adopción de políticas de carácter democrático-popular, que apunten a:

a. la democratización profunda del Estado y de la Sociedad, incluyendo la reforma política y el fin del control monopolista sobre la comunicación social;
b. ampliar el alcance y la calidad de las políticas públicas para universalizar derechos (salud, educación, seguridad pública, servicios ambientales, vivienda, transporte, cultura, comunicación, igualdad racial y étnica, de género, opción sexual, etc.);

c. realizar reformas estructurales (agraria y urbana, por ejemplo), que alteren la matriz social y económica de nuestra sociedad, combinadas con la ampliación del control público sobre el sistema financiero y sobre las antiguas empresas estatales, que fueron privatizadas en los gobiernos neoliberales;
d. crear un modelo económico alternativo, que combine capacidad de crecimiento, innovación, generación de empleo e ingreso, redistribución de ingreso y riqueza, uso sustentable y protección de los activos ambientales. Es fundamental, en este sentido, la atención estatal para los sectores de alta tecnología, especialmente en los programas aeroespacial, de biotecnología y desarrollo de la energía renovable;
e. combinar la soberanía nacional con la cooperación entre los distintos pueblos y países que abracen nuestro proyecto de integración continental.

Conclusión

En América Latina, vivimos una situación histórica en la cual se cruzan la presencia de la izquierda en múltiples gobiernos de la región, la defensiva estratégica de la lucha por el socialismo y una larga y profunda crisis del capitalismo.

Estas son las variables fundamentales de la situación estratégica común a toda América Latina que hacen posible y, al mismo tiempo, exigen de los distintos sectores de la izquierda latinoamericana altas dosis de cooperación y creatividad. Sin lo cual no se conseguirá superar la defensiva estratégica, ni se logrará evitar los riesgos derivados de la crisis del capitalismo.

4. La política externa de Brasil

La política externa del gobierno Lula es un tema acerca del cual existe aguda controversia política y académica.

La oposición de derecha (representada por los grandes medios de comunicación y por tres partidos, a saber: Partido de la Social Democracia Brasileña – PSDB, Demócratas – DEM y Partido Popular Socialista – PPS) considera que se trata de una política ideológica, inadecuada y contraria a las tradiciones diplomáticas de Brasil.

La oposición de izquierda (Partido del Socialismo y de la Libertad – Psol, Partido Socialista de los Trabajadores Unificado – PSTU, Partido de la Causa Obrera – PCO) considera que se trata de una política subalterna a los intereses estratégicos del imperialismo.

Entre los partidos que apoyan al gobierno (Partido de los Trabajadores – PT, Partido Comunista de Brasil – PCdoB, Partido Socialista Brasileño – PSB, Partido Democrático Laborista – PDT, Partido del Movimiento Democrático Brasileño – PMDB, Partido Verde – PV, Partido Laborista Brasileño – PTB, entre otros), más allá de que existen opiniones diversas, en general predomina una evaluación positiva.

En el caso específico del Partido de los Trabajadores, no es exagerado decir que la política externa es una de las acciones de la actual administración

federal que goza de mayor apoyo, tanto en la dirección como entre la militancia del PT (lo cual no significa unanimidad, habiendo, por ejemplo, críticas sobre la participación de Brasil en la Minustah, o divergencias sobre la línea adoptada por Itamaraty en los estertores de la Ronda Doha).

Las divergencias sobre la política externa se han puesto de manifiesto, una vez más, en el debate sobre el golpe en Honduras, especialmente en lo que se refiere a la decisión de recibir, como huésped de la embajada brasileña de ese país, al presidente legal y legítimo Manuel Zelaya.

Críticos "por izquierda" de la política externa brasileña, como el ensayista argentino Atilio Borón, han revelado su total perplejidad al escribir sobre el tema sin mencionar una vez siquiera el papel de Brasil, quizá por no saber explicar cómo puede actuar de manera tan heterodoxa un país supuestamente candidato a ser el "Israel de América Latina".

En cambio, los críticos "por derecha", como Roberto Freire (presidente del PPS) y los senadores Heráclito Fortes (DEM) y Eduardo Azeredo (PSDB), han acusado a Brasil de "injerencia indebida en los asuntos internos de Honduras". Una crítica de mayor complejidad analítica se pude encontrar en el artículo "Honduras y el apocalipsis diplomático", del ensayista brasileño Oliveros S. Ferreira.

No pretendemos aquí reseñar la controversia pasada y presente acerca de la política externa brasileña; nos limitamos a presentar una interpretació, que puede servir de guía para el debate de la estrategia y de los dilemas de la política del gobierno Lula en el terreno internacional.

Para alcanzar este objetivo, abordaremos los siguientes temas:

a. la trayectoria reciente del país (1980-2009);
b. la situación internacional en este mismo período;
c. en particular en América Latina;
d. situando en este contexto a la política externa adoptada por el gobierno Lula (cuyo mandato se extiende de 2003 a 2010);
e. finalizando con un análisis de los dilemas de la política externa brasileña para el próximo período.

Trayectoria reciente de Brasil

En 1980 se cerró un ciclo de la historia brasileña, iniciado en 1930 y caracterizado por el rápido crecimiento económico, la industrialización y la urbanización. A partir de los años ochenta tuvo inicio un período de doble crisis: del modelo económico y de la dictadura militar (1964-1985).

En este contexto, ocurre un intenso crecimiento de la izquierda política y social, organizada en distintos partidos (Partido de los Trabajadores, Partido Democrático Laborista, Partido Socialista Brasileño, Partido Comunista de Brasil, Partido Comunista Brasileño etc.) y movimientos sociales (Central Única de los Trabajadores, Movimiento Sin Tierra, Unión Nacional de los Estudiantes etc.), sumamente actuante en el Congreso Constituyente (1986-1988), que obtuvo crecientes votaciones en las elecciones municipales, en las elecciones de los estados y principalmente en las elecciones presidenciales de 1989, cuando llevó a Luiz Inácio Lula da Silva a la segunda vuelta (ballotage).

El crecimiento de la izquierda tuvo su contrapartida en el fortalecimiento de un polo neoliberal, que venció las elecciones presidenciales de 1989 con Fernando Collor de Mello y, de manera más planificada, las elecciones presidenciales de 1994 y 1998, con Fernando Henrique Cardoso.

En Brasil, el neoliberalismo no logró aplicar hasta el fin su programa, debido a la oposición nacional, popular y de izquierda, pero también debido a resistencias al interior del propio empresariado, oposiciones reforzadas por la inadecuación entre las políticas neoliberales y las condiciones estructurales del país (que figura entre los primeros del mundo en términos de área, población y Producto Bruto Interno).

A pesar de la oposición, el neoliberalismo introdujo cambios profundos en la sociedad brasileña, entre los cuales podemos destacar:

a. la ampliación de la presencia del capital extranjero y de las llamadas "vulnerabilidades externas";
b. la concentración del sector financiero y bancario;
c. el debilitamiento de los sectores empresariales de mediano y pequeño porte, especialmente los vinculados al mercado interno;
d. el fortalecimiento de un sector minoritario, pero muy influyente políticamente, de asalariados de altos ingresos, vulgarmente conocidos como "clase media alta";

e. el crecimiento de la franja de trabajadores de bajos ingresos y vinculados al sector informal de la economía, que algunos autores denominan el "pobretariado";
f. la ampliación del desempleo estructural y, en general, del ejército de reserva de fuerza de trabajo;
g. el debilitamiento de varias dimensiones del Estado brasileño, con destaque para las privatizaciones de empresas estatales y el combate sistemático, por parte de los gobiernos neoliberales, a las directrices adoptadas por la Constitución de 1988.

Los efectos económicos y sociales de las políticas neoliberales, el desgaste de ocho años de gobierno Cardoso, las disidencias de un sector del empresariado, sumados a la acumulación de fuerzas ideológica, social y electoral de la izquierda brasileña, especialmente alrededor del Partido de los Trabajadores y de la candidatura de Lula (que disputó y perdió las elecciones presidenciales de 1989, 1994 y 1998), crearon las condiciones para que las fuerzas de izquierda vencieran las elecciones presidenciales de octubre de 2002.

Lula se elige presidente de Brasil basado en un programa de "transición" del neoliberalismo hacia un capitalismo "productivo". Se trataba de superar las causas y efectos de la "década perdida" de los años 1980 y de la década neoliberal de los años 1990, que habían provocado la reducción de la dimensión productiva y planificadora del Estado y resultado en una inserción subordinada en la llamada globalización y en la ampliación de la desigualdad social, profundizando las características fundamentales de la sociedad brasileña (dependencia, desigualdad y conservadurismo) y bloqueando

el dinamismo económico desarrollista, que durante décadas sirvió de "válvula de escape" para las inmensas contradicciones sociales brasileñas.

De 2003 a 2005, el gobierno Lula adoptó una estrategia de transición basada en la conciliación con los presupuestos neoliberales. A continuación, adhirió progresivamente al desarrollismo, anunciado en la segunda vuelta de las elecciones presidenciales de 2006, cristalizado en el Plan de Aceleración del Crecimiento (PAC) lanzado en 2007 y reforzado en el anuncio del marco regulatorio del Pre-Sal, en 2009.

Los resultados obtenidos tras casi siete años de gobierno Lula son relevantes y señalan la posibilidad de que Brasil viva un nuevo ciclo largo de crecimiento, similar al de 1930-1980.

La materialización y la naturaleza de este nuevo ciclo dependerán, sin embargo, del resultado de la disputa política, en especial de las elecciones de 2010. En otras palabras: la victoria en las elecciones presidenciales, aunque no sea condición suficiente, es condición necesaria para que se concrete este nuevo ciclo.

De ser Dilma Rousseff, actual ministra de la Casa Civil de Lula, la próxima presidenta de la República, existen grandes posibilidades de que Brasil supere la hegemonía neoliberal (que todavía constriñe al gobierno y al conjunto de la sociedad), además de superar el período de crisis del modelo (iniciado en 1980). Todo ello enmarcado en una situación internacional completamente distinta de la vigente durante la mayor parte del siglo XX.

La situación internacional

Alrededor de 1980 tuvo inicio, embanderada por el presidente estadounidense Ronald Reagan y por la primera ministra británica Margaret Thatcher, la operación económica, política y militar conocida hoy como "neoliberalismo".

Concebido inicialmente como una protesta contra las tendencias supuestamente socialistas del Estado de bienestar social, el neoliberalismo sólo se hizo hegemónico entre los capitalistas de Europa y de los Estados Unidos después de la gran crisis de los años 1970.

La década de 1980 es de ofensiva neoliberal, simultáneamente contra cuatro adversarios:

a. el desarrollismo latinoamericano;
b. los movimientos de descolonización e independencia nacional;
c. la socialdemocracia europea;
d. el comunismo soviético.

Es importante decir que, en aquel momento, una victoria del neoliberalismo estaba lejos de ser inevitable o fácilmente previsible.

En 1974-1975, la socialdemocracia controlaba los gobiernos de Gran Bretaña, Alemania Occidental, Austria, Bélgica, Holanda, Noruega, Dinamarca, Suecia y Finlandia. En el mismo bienio, tuvo curso la liberación de las colonias portuguesas de África y la Revolución de los Claveles en la metrópoli.

En 1975, se concluía la guerra de Vietnam. En 1979, triunfaban las revoluciones en Irán y en Nicaragua, al mismo tiempo que la guerra de guerrillas seguía fuerte en varios otros países de América Latina, tales como El Salvador, Guatemala y Colombia.

A principios de los años 1980, la socialdemocracia asumía el control de los gobiernos de Francia, Italia, Grecia, España y Portugal.

Es cierto que datan también de esta época las inmensas contradicciones y dificultades del llamado campo socialista. Ejemplos de ello son la guerra de Afganistán, los conflictos de frontera entre Vietnam y Camboya, el enfrentamiento entre China y la Unión Soviética, las reformas "de mercado" impulsadas por Deng Xiao Ping y el Solidarnosc en Polonia.

Pero predominaba todavía, en aquel momento, la idea de que tales problemas se solucionarían a través de una auto-reforma del socialismo. En el caso soviético, el proceso de *glasnost* y *perestroika* tuvo inicio justamente a mediados de los años 1980, con la elección de Mikhail Gorbachev como secretario general del Partido Comunista de la Unión Soviética.

Por lo tanto, en el principio, el neoliberalismo era tan sólo una de las varias tendencias de la coyuntura internacional. Socialdemócratas, comunistas, nacionalistas y desarrollistas poseían (o parecían poseer) la fuerza suficiente para imponer otro camino al mundo. Hoy sabemos que todas aquellas corrientes políticas fracasaron en el enfrentamiento de la "gran crisis" de los años 1970.

Los países libertos de la opresión colonial fueron nuevamente subordinados a los intereses metropolitanos (siendo común incluso el empleo del término "recolonización"). Los países que se "desarrollaron" tras la Segunda Guerra pasaron a experimentar cierta regresión. Las conquistas obtenidas por la clase trabajadora en los países capitalistas centrales, materializadas en el llamado Estado de bienestar social, fueron atacadas. Y el desmantelamiento del llamado campo socialista abrió una nueva frontera de expansión para el capitalismo, incorporando al mercado mundial una enorme masa de trabajadores, impactando fuertemente, para peor, las condiciones generales de empleo y salario.

El retroceso generalizado de las posiciones conquistadas por la izquierda estuvo acompañado de transformaciones en el funcionamiento del capitalismo y en las condiciones de vida de las clases trabajadoras, tales como la reducción del campesinado, la ampliación de las relaciones asalariadas ("proletariza-

ción") vis a vis la pérdida de peso relativo de la clase operaria industrial *strictu sensu*. Todos estos fenómenos tuvieron durísimos efectos sobre los partidos de izquierda y sobre otras formas de organización de la clase trabajadora, como los sindicatos.

Unos de los efectos más perniciosos se dieron en el terreno ideológico. En palabras de Beverly Silver:

> [...] la creencia de que no había otra alternativa tuvo efecto particularmente desmovilizador en los movimientos obreros. [...] la propia 'idea de poder' es una fuente importante del poder de los trabajadores. Todaslas movilizaciones del siglo pasado fueron alimentadas por la creencia de que los obreros tienen poder y, más que eso, de que su poder puede usarse para efectivamente mejorar sus condiciones de trabajo y de vida. Lo que hizo la globalización, más que cualquier otra cosa [...], 'fue invalidar esa creencia secular en el poder de los trabajadores' y crear un ambiente discursivo que desinfló dramáticamente la moral política popular y las ganas de luchar por los cambios.

La desmoralización fue aun más profunda porque los primeros intentos de construcción del socialismo parecían haber desmoronado debido al peso de sus propias contradicciones: la *débâcle* política estuvo acompañada de una derrota social, ideológica y teórica de enormes proporciones, teniendo como resultado, además, un cambio brutal del equilibrio de fuerzas militar y geopolítico prevaleciente desde 1945.

Antes de 1917, el capitalismo competía con otras formas de organización social; a partir de la Revolución Rusa, el capitalismo pasó a enfrentar la competencia de algunos intentos de construir una sociedad poscapitalista; tras la Segunda Guerra, el conflicto capitalismo versus socialismo llegó a definir los marcos de la política mundial. Pero el siglo XX termina con el capitalismo triunfante y con el anticapitalismo en su momento de mayor fragilidad.

La ofensiva de los años 1980 obtuvo su principal victoria justamente en el período que va desde la caída del Muro de Berlín hasta la disolución de la Unión Soviética (1989-1991).

Los años 1990 inauguraron un período de hegemonía capitalista sin parangón en la historia, con tres dimensiones:

a. en la ideología, el neoliberalismo;

b. en la economía, el peso de la valorización financiera del capital;
c. en la política, la hegemonía de los Estados Unidos.

Como muchas veces ocurre en la historia, el auge del neoliberalismo coincide con las señales de su declinación. Después de la ofensiva de los años 1980 y del triunfo de los años 1990, la primera década del siglo XXI es de agotamiento y crisis: de la ideología neoliberal, de la especulación financiera y de la hegemonía unipolar.

América Latina, verdadero laboratorio del neoliberalismo, será también el laboratorio de los primeros experimentos post neoliberales.

Nuestra América

En los años 1980, gran parte de América Latina se encuentra inmersa en un doble proceso: la crisis de la deuda externa y la crisis de las dictaduras militares.

La crisis de la deuda fue resultado de la combinación entre: a) la oferta de créditos baratos, pero con intereses flotantes; b) préstamos para financiar un patrón de desarrollo que amplió las vulnerabilidades externas; c) la elevación de los intereses, desencadenada por el FED, teniendo como resultado el crecimiento desmesurado del servicio de la deuda externa de los países latinoamericanos.

La incapacidad de generar divisas necesarias para servir tales deudas desemboca en moratorias (técnicas, parciales, generales), renegociaciones con la banca privada, búsqueda de préstamos ante el FMI, condicionados a programas de reestructuración de tipo neoliberal (apertura comercial, privatizaciones, reducción de los "gastos" sociales etc.).

La crisis de la deuda deterioró las condiciones económicas y sociales de la región, acelerando el proceso de desgaste de las dictaduras militares, que en los años 1960 y 1970 fueron la respuesta político-institucional preferente dada por las clases dominantes locales y por los Estados Unidos a cualquier amenaza a sus intereses.

Las dificultades y desgastes alcanzan también a aquellos países que no vivieron golpes ni dictaduras, como es el caso de México (afectando al Partido Revolucionario Institucional, cuya prolongada hegemonía fue denominada por algunos como "la dictadura perfecta").

La combinación entre las dos crisis (de las dictaduras y de la deuda externa) generó movimientos contradictorios: por un lado, la ampliación de las demandas populares por mejores condiciones de vida; por otro lado, el empeoramiento de las condiciones macroeconómicas y de la capacidad de ejecución de políticas públicas por parte del Estado.

De esta doble dinámica resultaron combinaciones variadas, en cada país de la región. En el caso de Brasil, por ejemplo, la "década perdida" desde el punto de vista económico también fue una década de conquistas parcialmente materializadas en la Constitución de 1988, cuyas limitaciones fueron denunciadas por el Partido de los Trabajadores, pero cuyos avances dejaban al país "ingobernable", según expresión del entonces presidente de la República José Sarney.

Frente a esta doble presión, sumada a las alteraciones conservadoras en curso en la situación internacional, sectores cada vez más amplios de las clases dominantes locales adhieren al neoliberalismo. Con la victoria de Collor (1989) y Fernando Henrique Cardoso (1994), el proceso de redemocratización es fuertemente constreñido por las políticas del Consenso de Washington.

El mismo proceso –una redemocratización limitada, "restringida"– también ocurre en otros países de la región. En los años 1990, la mayor parte de América Latina se encuentra sometida a gobiernos que, con distintas velocidades e intensidades, implementan programas de orientación neoliberal.

La principal excepción, si no la única, es Cuba, que no obstante es forzada a hacer su propio "ajuste", a causa del colapso de la Unión Soviética, conocido como "período especial".

Tomado en conjunto, el resultado fue: a) un retroceso del proceso de industrialización ocurrido en la región desde los años 1930; b) la ampliación de las ya inmensas vulnerabilidades externas; c) el recrudecimiento de la desigualdad social; d) la agudización de los conflictos y la inestabilidad política.

En América Latina, la oposición al neoliberalismo combinó diferentes formas de lucha: a) movilización social; b) distintos niveles de articulación continental, de los que son ejemplos el Foro de São Paulo y el Foro Social Mundial; c) la disputa de elecciones y el ejercicio de gobiernos a nivel nacional, subnacional y local.

Esta oposición se vio beneficiada por la desatención relativa de los Estados Unidos para con su "patio trasero"; y logró capitalizar los efectos negativos

del neoliberalismo, incluso sobre los partidos de derecha. El resultado fue una progresiva acumulación de fuerzas por parte de la izquierda que generó, desde 1998 (Hugo Chávez) hasta 2009 (Mauricio Funes), una ola de victorias en las elecciones para el gobierno nacional en varios países de América Latina.

A los gobiernos resultantes de esta ola, se suman, además:

a. el gobierno de Cuba, resultante de la revolución de 1959;
b. el gobierno de Chile, resultante del proceso de democratización iniciado con la derrota plebiscitaria de Pinochet;
c. gobiernos originalmente dirigidos por presidentes conservadores que decidieron aliarse al bloque progresista y de izquierda hegemónico en la región (un ejemplo destacado de este caso es el presidente Manuel Zalaya, de Honduras).

Todos estos gobiernos deben enfrentar tres grandes problemas:

a. la "herencia maldita" "recibida del neoliberalismo, de las dictaduras, del desarrollismo conservador y hasta del pasado colonial (como en Bolivia);
b. la oposición de las clases dominantes locales, que cuestionan incluso la legitimidad y el carácter democrático de gobiernos que busquen alterar los niveles absurdos de concentración de riqueza e ingreso;
c. la influencia de los intereses metropolitanos, europeos y estadounidenses, sobre la política, los mercados y las riquezas nacionales.

En los dos sentidos, en lo enfrentamiento de los tres problemas, Brasil juega un papel muy importante.

La política externa del gobierno Lula

Diferentemente del gobierno Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que implementó el neoliberalismo en Brasil y se alió a sus promotores en el mundo, el gobierno Lula nació de la oposición al neoliberalismo y adoptó, progresivamente, una estrategia de superación desarrollista del mismo.

Las diferencias entre los dos gobiernos se vieron obscurecidas, por algún tiempo, especialmente por la continuidad de una política monetaria ortodoxa, personificada por Henrique Meirelles, presidente del Banco Central brasileño. Pero, en el ámbito de la política externa, las diferencias siempre fueron muy

visibles. A rigor, podemos decir que la política externa anticipó el movimiento progresista realizado por el conjunto del gobierno Lula, estando desde el principio bajo la hegemonía de concepciones fuertemente críticas al neoliberalismo y a la hegemonía de los Estados Unidos.

Colaboró para esto la existencia, en el Itamaraty, de una corriente nacionalista, desarrollista y pro integración regional, cuyas principales figuras de liderazgo son precisamente el canciller Celso Amorim y el secretario general Samuel Pinheiro Guimarães.

Contribuyó también la militancia internacionalista del Partido de los Trabajadores y del presidente Lula, expresada en la creación de una asesoría especial del presidente de la República encabezada por Marco Aurélio Garcia, actualmente uno de los vicepresidentes nacionales y durante muchos años secretario de relaciones internacionales del PT.

Fueron favorables, asimismo, para conformar la política externa, las características geopolíticas del país, el porte de sus grandes empresas y ciertas tradiciones de la diplomacia brasileña, incompatibles con el molde estrecho concebido para nosotros por el neoliberalismo.

La política externa del gobierno Lula se desarrolló en los marcos de una situación mundial que podríamos resumir como de crisis & transición: a) crisis del ideario neoliberal, en un momento en que el pensamiento crítico todavía se recupera de los efectos de más de dos décadas de defensiva político-ideológica; b) crisis de la hegemonía estadounidense, sin que haya un hegemon sustituto, lo que estimula la formación de bloques regionales y alianzas transversales; c) crisis del actual patrón de acumulación capitalista, sin que esté visible cuál será la alternativa sistémica; d) crisis del modelo de desarrollo conservador & neoliberal en América Latina y en Brasil, estando en curso la transición hacia un post-neoliberalismo cuyos trazos se definirán a lo largo de la propia marcha.

En otras palabras, una situación en la que los modelos antes hegemónicos están en crisis, sin que hayan emergido claramente los modelos sustitutos. Un elemento central de esta situación mundial es la crisis del capitalismo neoliberal, en la cual convergen: a) una crisis clásica de acumulación; b) el agotamiento de la "capacidad de gobernanza" de las instituciones de Bretton Woods; c) los límites del consumo insostenible de la economía estadounidense; d) la dinámica de la especulación financiera.

Estas variables señalan el advenimiento de un período más o menos prolongado de inestabilidad internacional, además del surgimiento de "soluciones" intermedias, temporales e ineficaces.

En el corto y mediano plazos, la inestabilidad está vinculada a la crisis del capitalismo neoliberal y a la decadencia de la hegemonía norteamericana.

En el largo plazo, corresponde a la creciente contradicción entre la "globalización"" de la sociedad humana versus el carácter limitado de las instituciones políticas nacionales e internacionales.

Estas tres dimensiones de la inestabilidad hacen que sea más urgente y, al mismo tiempo, más difícil construir alternativas. El viejo modelo no funciona adecuadamente, pero sigue inmensamente fuerte, mientras los nuevos modelos económicos y políticos están surgiendo, pero todavía no logran imponerse.

En este contexto se desarrolla, por lo tanto, la política externa del gobierno Lula, que respeta, en primer lugar, los parámetros establecidos por la Constitución de la República Federativa de Brasil, aprobada en 1988, cuyo artículo 4º afirma que la "República Federativa de Brasil se rige en sus relaciones internacionales por los siguientes principios": "independencia nacional; prevalencia de los derechos humanos; autodeterminación de los pueblos; no intervención; igualdad entre los Estados; defensa de la paz; solución pacífica de los conflictos; repudio al terrorismo y al racismo; cooperación entre los pueblos para el progreso de la humanidad; concesión de asilo político"".

El "párrafo único"" del mismo artículo 4º afirma además que "la República Federativa de Brasil buscará la integración económica, política, social y cultural de los pueblos de América Latina, apuntando a la formación de una comunidad latinoamericana de naciones".

Basado en estos parámetros constitucionales, el gobierno Lula hizo de su política externa un importante instrumento para alcanzar, entre otros, los siguientes objetivos: a) desarrollo nacional, integración regional y reducción de las vulnerabilidades externas; b) fortalecimiento del papel del Estado, incluso en términos de Defensa de las fronteras marítimas y terrestres, con destaque para la Amazonía legal; c) ampliación del papel internacional del país, por ejemplo, obteniendo la condición de miembro permanente del Consejo de Seguridad de la ONU, incidiendo en la reforma de las instituciones multilate-

rales, consolidando relaciones con otros grandes Estados periféricos, evitando acuerdos subalternos e apostando fuertemente a la integración regional.

Veamos de forma más detallada, aunque sea superficialmente, algunas acciones y directrices internacionales de nuestra política externa, señalando dilemas presentes y futuros.

Multilateralismo

En la segunda mitad del siglo pasado, la política externa brasileña se desarrolló en dos grandes escenarios: la "bipolaridad"" y la "unipolaridad"", ambos imponiendo límites y constreñimientos a un gran Estado periférico como Brasil.

En los últimos años, especialmente a partir de la crisis internacional de 2008, la "unipolaridad" fue siendo remplazada por la "multipolaridad".

Pero, tal como en los dos escenarios anteriores, las grandes potencias siguen concentrando un inmenso poder económico, militar y político.

Un fuerte aspecto de esta concentración de poder es el militar: el presupuesto de los Estados Unidos responde, solo, por mitad de los gastos militares totales de los principales países del mundo.

Las potencias utilizan su poder para: a) retardar o incluso evitar reformas que democraticen las instituciones; b) crear instituciones e imponer acuerdos que consoliden su propia hegemonía.

Hay, en este sentido, un oligárquico hilo de coherencia entre el vaciamiento de la Asamblea General de la ONU, la violación de ciertas garantías del Derecho Internacional, la ampliación del radio de acción de la Otan, la concentración de poderes en el Consejo de Seguridad y la institucionalización de hecho del G-20.

En los tres escenarios mencionados ("bipolaridad", "unipolaridad", "multipolaridad"), predominó en la política externa brasileña el deseo de ampliar el margen de maniobra del país, gran Estado periférico (área de 8,5 millones de metros cuadrados, 15 mil kilómetros de frontera con diez países, 9 mil kilómetros de costa atlántica, cerca de 200 millones de habitantes, integrante de la lista de mayores PBIs etc.).

El gobierno Fernando Henrique Cardoso, al contrario, estuvo signado por una política externa de reducción de nuestro margen de maniobra.

En este sentido, podemos decir que el gobierno Lula recuperó una de las tradiciones de la diplomacia brasileña, enfatizando:

a. la integración regional;
b. el diálogo con otros grandes Estados periféricos;
c. la ampliación de la presencia y de las relaciones, incluso comerciales, de Brasil en el mundo;
d. la reforma de la ONU, del Fondo Monetario Internacional, Banco Mundial y otras instituciones del sistema Bretton Woods;
e. la reivindicación de un asiento permanente para Brasil en el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas;
f . la protección de los intereses nacionales, en las instituciones de negociaciones multilaterales (por ejemplo, el Alca, OMC y TNP).

Dichos énfasis dados por el gobierno Lula pueden resumirse en el concepto "Sur-Sur"".

La crisis internacional de 2008 confirmó el acierto de esta política y amplió aun más el radio de acción internacional de Brasil, lo que queda claro por el espacio conquistado en instituciones formales o informales, como es el caso del G-20 (ex G-8).

Con respecto a esto, es importante comprender la novedad, impulsada por la crisis, de la sustitución del G-8 por el G-20, su composición y sus auto--atribuciones. Dentro de ello, el rol jugado por Brasil, que, sin disponer de un asiento permanente en el Consejo de Seguridad, viene paulatinamente ganándose un reconocimiento internacional compatible de hecho con este status.

Es importante tener en claro que la política externa brasileña no tiene como objetivo sustituir, sino convivir en mejores condiciones con un sistema internacional profundamente inestable, desigual y concentrador de poder.

Eso se ha buscado a través de dos movimientos: a) por un lado, la "democratización" de las instituciones internacionales; b) por otro lado, el intento de obtener voz activa para Brasil (y, por medio de Brasil, para la región) en todos los espacios formales e informales de poder.

Este segundo movimiento implica participar, aunque cuestionando la desigualdad y concentración de poder, de las instituciones en las que se concentran las decisiones, incluso cuando ello significa asumir compromisos.

Los dos movimientos a veces son contradictorios entre sí, pues los intereses de Brasil no siempre coinciden con los intereses nacionales de sus aliados (demás Estados periféricos y otros países, incluso los de la región).

Además, la política externa del gobierno Lula también expresa las contradicciones derivadas de su composición pluriclasista. Esta problemática quedó evidenciada en la etapa final de la Ronda Doha, que se vio agravada, en aquella circunstancia, por la apuesta hecha por los negociadores brasileños, que contra todas las evidencias parecían creer que era posible "salvar" la Ronda y que era mejor algún acuerdo, aunque malo, que ningún acuerdo.

Dicha postura causó estremecimientos al interior del G-20 –en este caso aquél formado en agosto de 2003, que reunía países responsables por el 26% de las exportaciones agrícolas mundiales, tales como Sudáfrica, Egipto, Nigeria, Tanzania, Zimbabwe, China, Filipinas, India, Indonesia, Pakistán, Tailandia, Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Cuba, Ecuador, Guatemala, México, Paraguay, Perú, Uruguay y Venezuela.

De cualquier forma, la crisis internacional de 2008 hizo aun más legítima y urgente la reforma de las instituciones internacionales.

Muchas regiones del planeta, empezando por los Estados Unidos y Europa, siguen experimentando la retracción del empleo, la caída de la producción, de la renta interna y del comercio internacional. Por otro lado, según el G-20, "las condiciones para una recuperación de la demanda privada no están totalmente dadas", lo que significa decir que el endeudamiento público sigue siendo fundamental para mantener el nivel de funcionamiento de la economía, ampliando los cuestionamientos sobre los efectos futuros de estos déficit millonarios.

A pesar de ello y de seguidas declaraciones y comunicados, los organismos internacionales, el sistema financiero y los gobiernos centrales retardan o incluso ignoran la necesidad de adoptar medidas estructurales contra las causas de la crisis. El motivo de esta postura es obvio: un combate efectivo a las causas de la crisis tendría como subproducto el debilitamiento de mecanismos que son tremendamente funcionales a la condición hegemónica de las potencias.

En gran medida, esto explica la lentitud y la modestia de las medidas adoptadas desde el estallido de la crisis. Sirven de ejemplo los compromisos asumidos en la reunión del G-20 realizada en Pittsburgh en septiembre de 2009 acerca de las cuotas del Banco Mundial y del Fondo Monetario Internacional.

Brasil, apoyado por Rusia, India y China, ha pedido la alteración de las cuotas en favor de los Estados periféricos, cambiando composición y reglas que todavía corresponden, en lo fundamental, a la correlación de fuerzas resultante de la Segunda Guerra.

En general, la diplomacia brasileña ha participado activamente de la discusión de las medidas anticrisis, de reforma de las instituciones internacionales y del patrón económico. Tales medidas son reconocidamente limitadas y parciales, teniendo como objetivo evitar un colapso generalizado, que tendría efectos catastróficos en la "periferia" del mundo.

Brasil también manifestó opinión sobre la necesidad de una nueva moneda internacional, al igual que lo hicieron China y otros países.

Claro está que alterar el *status* del dólar exige, más allá de las complejidades técnicas, una profunda subversión de la correlación de fuerzas mundial, motivo por el cual no se trata de una cuestión para la que haya solución de corto plazo.

Pero el hecho de poner el tema en debate revela, además de la insatisfacción con la ya declinante hegemonía estadounidense, la creciente preocupación con la sustentabilidad de los déficit de la potencia, ampliados por la inyección millonaria hecha para evitar la bancarrota.

Además de colaborar con la discusión sobre una nueva "arquitectura" política y financiera mundial, Brasil desarrolla una intensa política de cooperación entre los grandes Estados periféricos, a través de una diplomacia conocida como "de geometría variable", especialmente con China, Rusia y Sudáfrica (Bric e Ibas), en un intento de crear lazos económicos, sociales, políticos, militares e ideológicos que permitan la convivencia, sin subordinación o dependencia, con la (a mediano plazo) decadente hegemonía de los Estados Unidos y de la Unión Europea.

El Ibas se formalizó en 2003, como "Foro de Diálogo" entre India, Brasil y Sudáfrica. Entre sus objetivos, destacamos los siguientes:

a. "respeto a las reglas del Derecho Internacional, del fortalecimiento de la Organización de las Naciones Unidas y del Consejo de Seguridad y prioridad al ejercicio de la diplomacia como medio para el mantenimiento de la paz y de la seguridad internacionales";
b. "reformar la Organización de las Naciones Unidas, en particular el Consejo de Seguridad, aumentar la eficiencia de la Asamblea General y del Consejo Económico y Social de las Naciones Unidas";

c. "nuevas amenazas a la seguridad deben ser enfrentadas por medio de una cooperación internacional eficaz, articulada y solidaria, en las organizaciones competentes y sobre la base del respeto a la soberanía de los Estados y al Derecho Internacional";
d. "dar mayor impulso a la cooperación" en áreas como biotecnología, fuentes alternativas de energía, espacio exterior, aeronáutica, informática, agricultura, defensa, transporte, aviación civil, comunicación e información, incluyendo tecnologías digitales;
e. empeño en la agenda ambiental e "implementación efectiva de la Convención sobre Diversidad Biológica, en especial de los derechos de los países de origen sobre sus propios recursos genéticos, además de la protección del conocimiento tradicional asociado";
f. "que los resultados de la ronda de negociaciones comerciales en curso contemplen especialmente la reversión de las políticas proteccionistas y prácticas conducentes a distorsiones del comercio, mediante la mejora de la reglas del sistema multilateral de comercio";
g. "articular sus iniciativas de liberalización comercial";
h. "hacer que la arquitectura financiera internacional sea receptiva al desarrollo y aumentar su eficiencia para prevenir y lidiar con crisis financieras nacionales y regionales" (www.mre.gov.br).

Los Bric, en cambio, no constituyen un grupo formalizado, aunque en junio de 2009 ocurrió ya una reunión entre los jefes de Estado de estos cuatro grandes Estados: Brasil, Rusia, India y China.

El gobierno Lula viene ampliando los contactos políticos, comerciales y de inversiones, en la región latinoamericana, pero también en Asia, Medio Oriente y África, esta última considerada como una de las prioridades de la política externa brasileña.

En este caso, como en otros, se echó mano activamente de la diplomacia directa. El presidente Lula visitó personalmente más de quince Estados africanos (San Tomé y Príncipe, Angola, Mozambique, Namibia, Sudáfrica, Egipto, Libia, Gabón, Cabo Verde, Camerún, Nigeria, Gana, Guinea-Bissau, Senegal, Argelia, Benin y Botsuana) y creció la representación diplomática brasileña en el continente.

También creció la representación diplomática de países africanos en Brasil.

Se realizaron dos cumbres entre América del Sur y África, la más reciente en septiembre de 2009.

También implicando al continente africano, tuvo continuidad la Comunidad de los Países de Lengua Portuguesa, creada en 1996, que reúne a Brasil, Portugal, Timor Oriental, Guinea-Bissau, Cabo Verde, Santo Tomé y Príncipe, Mozambique y Angola.

Criticado por la oposición por inútil, dispersivo e ideológico, este esfuerzo multilateral ha colaborado para la ampliación y diversificación del comercio internacional de Brasil.

En esta misma orientación, el país ha incrementado la actuación y disputado la dirección de varios organismos internacionales y articulaciones.

Ejemplos recientes de ello son: a) la creación del G-20, que actuó en el ámbito de las negociaciones de la Organización Mundial del Comercio; b) la I Conferencia de Jefes de Estado de América del Sur – Países Árabes; c) el Ibas, que reúne a Brasil, India y Sudáfrica.

En todas las oportunidades, el gobierno brasileño viene defendiendo posiciones afinadas con las orientaciones tradicionales de la diplomacia brasileña –como el multilateralismo y la paz– cada vez más reforzadas por la explícita disposición de preservar y ampliar el margen de maniobra de Brasil.

Cabe destacar la oposición de Brasil a la guerra de los Estados Unidos contra Iraq; las posiciones defendidas por Brasil en la Comisión y ahora Consejo de Derechos Humanos de la ONU, incluso en casos controvertidos como el de Sudán; la defensa del derecho al desarrollo de tecnología para el uso pacífico de la energía nuclear; la postura frente a los ataques de Israel contra el territorio palestino; la contribución para una solución pacífica de las controversias que implican a Irán y Corea del Norte.

Objetivamente, la política externa del gobierno Lula hace que Brasil compita con los Estados Unidos. Comparada con la de otras potencias, es una competencia de baja intensidad, incluso porque la doctrina oficial de Brasil es de convivencia pacífica y respetuosa ("cooperación franca" y "divergencia serena") con los Estados Unidos.

Pero, justamente por darse en el entorno inmediato de la potencia, la competencia con Brasil cobra una inmensa importancia geopolítica y posee

un potencial para, a mediano plazo, constituirse en una amenaza para los Estados Unidos.

Esto se confirma indirectamente al verificar que, aun tras archivar el Área de Libre Comercio de las Américas y a pesar de la promesa de una nueva política para América Latina, la administración Obama y el aparato de Estado mantuvieron la política de acuerdos bilaterales y de exhibición de fuerza bruta (IV Flota, bases en Colombia, golpe en Honduras, reafirmación del bloqueo contra Cuba).

En este marco se viene entablando el debate sobre la renovación del equipamiento de las Fuerzas Armadas brasileñas, el submarino de propulsión nuclear y la compra de aviones de combate de la industria bélica francesa.

Integración regional

El gobierno Lula no es sólo parte integrante, sino fuerte protagonista de la ola de victorias electorales progresistas y de izquierda ocurrida en América Latina entre 1998 y 2009.

Además, el gobierno Lula ha adoptado a la integración regional como su principal objetivo de política externa y busca acelerar la institucionalización de la integración regional, reducir la injerencia externa, las desigualdades y asimetrías, ya sea para actuar internacionalmente como bloque, ya sea para aprovechar mejor las potencialidades de América del Sur.

Coexisten en el continente americano cuatro "patrones" de integración:

a. el de la subordinación a los EEUU, expresado en el finado Acuerdo de Libre Comercio de las Américas y en los tratados bilaterales de "Libre Comercio";
b. los acuerdos subregionales, como el Mercosur (Brasil, Argentina, Uruguay y Paraguay) y el Pacto Andino (Bolivia, Colombia, Ecuador y Perú);
c. el Alba, Alternativa Bolivariana para las Américas (integrada por Venezuela, Cuba, Bolivia, Nicaragua, entre otros);
d. la Unasur, Unión de Naciones Sudamericanas (integrada por Brasil, Argentina, Uruguay, Paraguay, Bolivia, Colombia, Ecuador, Perú, Chile, Guyana, Suriname y Venezuela).

El gobierno Lula se opuso de hecho a la constitución de un Área de Libre Comercio de las Américas, por entender que el acuerdo resultaría en una

anexación, en los hechos, de la economía brasileña por parte de la economía estadounidense.

La experiencia del Nafta *(North America Free Trade Area, entre Canadá, EEUU y México)* y sus efectos sobre México, entre los cuales la catastrófica expansión del crimen organizado, confirman la corrección de la política brasileña.

Por motivos similares, el gobierno brasileño ha resistido a las presiones por firmar un tratado de comercio con la Unión Europea. Y ha defendido la primacía de la asociación regional sobre los acuerdos bilaterales, incluso porque ésta crea mejores condiciones para la negociación con otros países y bloques existentes en el mundo.

Los acuerdos subregionales, entre los cuales el Mercosur, tienen ya una larga historia. Durante la década neoliberal, todos estos acuerdos y sus instituciones fueron adaptados a los vigentes, o sea, fueron vistos como pasos intermedios para la futura adhesión al Área de Libre Comercio de las Américas.

Parte de las dificultades enfrentadas en el Mercosur, por ejemplo, se relacionan con esta distorsión neoliberal de un proyecto que, en sus orígenes, preveía la convergencia de políticas de desarrollo.

Con este espíritu de convergencia de políticas de desarrollo, y de amplia integración cultural y política, el gobierno Lula ha trabajado para mantener el Mercosur y cooperar con los demás acuerdos subregionales.

Al mismo tiempo, ha ayudado a poner en el orden del día la necesidad de crear un espacio más amplio de integración que fuera distinto a) a la Organización de los Estados Americanos, o a las cumbres americanas, euro e iberoamericanas, que cuentan con la presencia de las potencias; b) al grupo de Rio, que posee una dimensión latinoamericana y caribeña; c) al Alba, que tiene un corte político-ideológico.

Independientemente de lo que podamos pensar acerca de su sostenibilidad interna, de la naturaleza de los acuerdos firmados, de la materialización efectiva y de los efectos en los países receptores, el espíritu de solidaridad presente en el Alba es extremadamente meritorio. Sin embargo, no existe correlación de fuerzas, ni mecanismos institucionales o situación económica que permitan al conjunto de los países de la región adoptar los principios solidarios del Alba y/u operar de manera similar al gobierno venezolano.

En esencia, porque no es sostenible que países capitalistas mantengan una política externa socialista.

Por ello, aunque toda política progresista y de izquierda deba necesariamente contener un componente de solidaridad e identidad ideológica, la dimensión principal de la integración, en la actual etapa de la historia latinoamericana, es la de los acuerdos institucionales entre los Estados, acuerdos que no deben limitarse a los aspectos comerciales ("fenicios", para usar una expresión del senador uruguayo Pepe Mujica).

Esta comprensión de una integración de amplio alcance constituye el paño de fondo de la creación de la Comunidad Sudamericana de Naciones (2004), cuyo nombre se cambió posteriormente a Unasur (2007). El éxito de la Unasur supone:

a. la cooperación entre gobiernos que son adversarios políticos e ideológicos, lo que en el presente momento significa evitar rompimientos con Colombia y Perú;
b. el compromiso efectivo de las principales economías de la región, uno de los motivos por los cuales es fundamental que el Senado brasileño apruebe la entrada de Venezuela en el Mercosur;
c. hacer prevalecer el interés de Estado, por sobre la dinámica de las grandes empresas privadas brasileñas, que desarrollan una política internacional propia, que puede poner en riesgo los objetivos estratégicos del desarrollo con integración;
d. la institucionalización cada vez mayor del proceso, incluso con la constitución de organismos electos directamente por el voto popular (lo cual se está tratando de viabilizar, con dificultades, en el caso del Parlamento del Mercosur).

Ya se ha dicho muchas veces, y aquí sólo repetimos, que el ambiente progresista y de izquierda, construido en nuestra región desde 1998, ha ofrecido posibilidades inmensas y en cierto sentido inéditas para todos los programas y estrategias de corte democrático-popular.

En este sentido, la primera tarea del progresismo en general y de la izquierda latinoamericana en particular es preservar esta correlación de fuerzas continental.

Ocurre que, cuando fuerzas de izquierda logran llegar al gobierno central de un determinado país, lo hacen con un programa basado en el trípode igualdad social, democratización política y soberanía nacional.

Y la defensa de la soberanía nacional no se hace sólo contra las "metrópolis imperialistas", sino que implica también administrar los conflictos entre países de la región. Conflictos que, durante varios siglos, opusieron a las regiones colonizadas por los españoles y a la región colonizada por los portugueses.

Los conflictos no han sido "inventados" por los actuales gobiernos, sino que son generalmente una herencia de períodos anteriores, incluso del desarrollo dependiente y desigual ocurrido en la región.

En la mayoría de los casos, tales conflictos no podrán ser superados en el corto plazo: por poseer causas estructurales, sólo podrán alcanzar una solución a largo plazo, en el marco de un adecuado proceso de integración regional. Como subproducto, la exacerbación de estos conflictos sólo disimularía las contradicciones, mucho más relevantes, que tienen con las metrópolis.

Por lo tanto, es estratégico impedir que estos conflictos se conviertan en contradicción principal. So pena de alterar la correlación de fuerzas latinoamericana en favor de la injerencia externa.

Ya se sabe que los gobiernos progresistas y de izquierda de la región trazan el camino del desarrollo y de la integración adoptando distintas estrategias y con distintas velocidades.

Es necesario respetar y convivir con las múltiples estrategias nacionales; e implementar una estrategia continental común, de integración, democracia, desarrollo y paz.

Con estos objetivos, el gobierno Lula ha implementado dos directrices:

a. políticamente, opera basado en el eje Argentina-Brasil-Venezuela. Sin desconocer las distintas estrategias de las fuerzas progresistas y de izquierda actuantes en cada uno de estos países, depende de la cooperación entre ellos el éxito del proyecto de integración. La importancia del eje Argentina-Brasil era reconocida por la diplomacia brasileña desde hace muchos años. Pero fue recién durante el gobierno Lula cuando Venezuela pasó a ser reconocida, en la práctica, como una de las principales protagonistas del proceso de integración.

b. estructuralmente, busca implementar una política de integración de amplio espectro, incluyendo proyectos de infraestructura, comerciales, de coordinación macroeconómica, de políticas culturales, seguridad y defensa, además de la reducción de asimetrías.

La solución de los conflictos regionales supone una reducción de la desigualdad, no sólo dentro de cada país, sino también entre las economías de nuestro subcontinente. La institucionalidad de la integración, tanto multilateral como en las relaciones bilaterales, tiene que estar en sintonía con este propósito.

La reducción de la desigualdad en cada país supone enfrentar la "herencia maldita" y realizar reformas sociales profundas. Pero ello no es suficiente para eliminar las disparidades existentes entre las economías.

El éxito en la lucha contra la injerencia externa y la constitución de un bloque fuertemente activo en el escenario internacional depende, en última instancia, de una política sustentable y continuada de reducción de las desigualdades y asimetrías regionales.

Ello exige fuerte inversión de Brasil, país que detenta aproximadamente mitad del territorio, de la población y del producto bruto interno sudamericanos.

Las negociaciones con Bolivia (gas) y Paraguay (Itaipu), la disposición permanente de negociar con Argentina y con Venezuela, entre otros, deben verse, por lo tanto, como parte de una política más amplia, que ya fue llamada (inadecuadamente, pues remite al proyecto hegemónico estadounidense) Plan Marshall para América del Sur.

Al mismo tiempo, para que la implementación de esta política sea bien recibida por los países vecinos, es necesario alejar el temor de que esté en marcha algún tipo de "sub-imperialismo brasileño" (temor muchas veces reforzado por la actitud arrogante y predatoria de grandes empresas brasileñas).

Considerando que las asimetrías económicas sólo serán superadas en el mediano plazo, alejar aquel temor exige no sólo que Brasil asuma parte importante de las inversiones necesarias para tal integración, especialmente en el ámbito de la infraestructura, incluso "a fondo perdido", sino principalmente que se construya un nivel superior de institucionalidad regional, a través de la Unasur y órganos correlatos, tales como el Consejo de Defensa Sudamericano y el Banco del Sur.

Por otra parte, para que haya condiciones internas para la implementación de esta política, debe existir en cada país una mayoría política que perciba las ventajas que el desarrollo de América del Sur trae al desarrollo nacional, incluso para el desarrollo brasileño.

Esto nos lleva a discutir las relaciones entre la política externa y las elecciones presidenciales brasileñas, que van a ocurrir en octubre de 2010.

Política externa y elecciones

La crisis internacional ha generado dificultades para la mayoría de los gobiernos progresistas y de izquierda existentes en América Latina, reduciendo su margen de maniobra, interrumpien do procesos de crecimiento y revirtiendo la distribución de la renta.

La crisis ha ocurrido en un contexto de contraofensiva de derecha, que incluye desde victorias electorales (como en Panamá), manipulación conservadora de los temas de seguridad pública y defensa (México y Colombia), hasta la retomada del golpismo (Honduras).

Aunque ha mantenido directrices fundamentales del gobierno anterior, la nueva retórica del gobierno Obama y alguna señalización concreta han permitido al gobierno norteamericano recuperar cierto margen de maniobra en la región.

La crisis internacional ha venido acompañada de dificultades tácticas, entre las cuales las debilidades del proceso de integración. Pero, a la vez, como en otros momentos de la historia de la región, las grandes crisis internacionales ofrecen oportunidades estratégicas. Lo que equivale a decir que la crisis abre oportunidades para la izquierda y la derecha, y puede devenir en la profundización o en la reversión del actual período histórico.

Lo novedoso es que esta crisis ocurre en un momento en que las fuerzas progresistas y de izquierda forman parte de importantes gobiernos de la región y pueden no sólo denunciar, movilizar y presionar, sino también combatir los efectos de la crisis, profundizar los cambios estructurales que requieren nuestras sociedades y acelerar el proceso de integración.

En este escenario, el creciente protagonismo global de Brasil debe combinarse con la reafirmación y ampliación de su compromiso con la integración

regional, ya sea porque aquel protagonismo está fuertemente vinculado a los éxitos latino y sudamericanos, ya sea porque las características geopolíticas del país y de su política externa brindan a Brasil una posición insustituible en el proceso de integración regional, y también porque la integración regional es importante para el éxito del proyecto democráticopopular a nivel nacional.

Frente a unos retos gigantescos, la política externa implementada por el gobierno Lula es una política de Estado. Pero una parte de las clases dominantes brasileñas rechaza los fundamentos de esta política, dando reducida importancia a la integración regional, deseando menor protagonismo multilateral y prefiriendo mayor subordinación a los intereses de Estados Unidos.

Esto significa que, en el corto plazo, la continuidad de la actual política externa dependerá del resultado de las elecciones presidenciales brasileñas, que ocurrirán en octubre de 2010.

Si la oposición de derecha llega a elegir el próximo presidente de Brasil, lo mismo tendrá efectos directos e inmediatos en la correlación de fuerzas regional, resultando en la postergación de los procesos de integración y en la interrupción del reformismo democrático-popular que desde 1989 ganó espacio en América Latina. Aunque con menor impacto, la misma cuestión está en juego en las elecciones presidenciales de Uruguay (octubre de 2010), Bolivia y Chile (diciembre de 2009).

A pesar de que, en este sentido, no es todavía una política de Estado (no por su concepción, sino por el rechazo de parte importante de las clases dominantes), la política externa del gobierno Lula tampoco es una política de partido.

A rigor, la actual política externa de Brasil corresponde a los intereses estratégicos de una "potencia periférica", intereses que en los marcos del gobierno Lula (y de un futuro gobierno Dilma) comportan una doble dimensión: por un lado, empresarial y capitalista, por otro lado, democrático-popular.

Esta doble dimensión explica diversos aspectos contradictorios de la política externa (y también interna) del gobierno Lula, como se pudo observar en la ya comentada influencia del agronegocio en las posiciones adoptadas por Brasil en las negociaciones de la Ronda Doha.

Esta constatación exige, de los partidos de izquierda y progresistas integrantes del gobierno Lula, la elaboración de una interpretación autónoma de

la situación internacional y un trabajo constante de seguimiento de la política externa:

a. defendiéndola de los ataques de la oposición de derecha;
b. evitando la predominancia de intereses privados y "sub-imperialistas";
c. estimulando una conducta latinoamericana y caribeña;
d. reafirmando la caracterización imperialista de la política de las metrópolis;
e. construyendo la dimensión popular y cultural del internacionalismo y de la integración;
f. articulando así esta política externa con el objetivo socialista de la izquierda.

Exige, además, una articulación continental con otros partidos, movimientos sociales, intelectualidad progresista e instituciones de distintos tipos, para que el proyecto de integración no sea un proyecto abrazado tan sólo por los gobiernos y burocracias estatales.

Naturalmente, entre los partidos progresistas y de izquierda latinoamericanos existen diferentes interpretaciones sobre la caracterización de la crisis internacional (financiera, económica, de hegemonía, de acumulación), sobre el momento que estamos atravesando de la crisis (fin del principio, principio del fin), sobre la posibilidad de construir una nueva "arquitectura" internacional, en los marcos de la hegemonía declinante de los Estados Unidos, además de las distintas opiniones sobre la naturaleza del mundo post-crisis.

Pero el principal tema en debate hace referencia a cómo tratar las diferencias programáticas, estratégicas, tácticas, organizativas, históricas y sociológicas existentes en la izquierda latinoamericana, que algunas veces se traducen en tácticas o estrategias distintas por parte de los gobiernos progresistas de la región.

Acerca de este debate, lo fundamental es rechazar cualquier tipo de interpretación reduccionista y dicotómica. El reduccionismo (decir que hay dos izquierdas en América Latina) ayuda políticamente a la derecha, porque trae implícita la siguiente conclusión: el crecimiento de "una izquierda" depende del debilitamiento de la "otra izquierda", en una ecuación perversa que convenientemente quita de escena a los enemigos comunes.

El reduccionismo, por otra parte, es una interpretación teórica incorrecta, incapaz de explicar el fortalecimiento experimentado simultáneamente, desde 1989 hasta hoy, por las distintas corrientes de la izquierda latinoamericana.

Fortalecimiento que se debe, al menos en parte, precisamente a su diversidad, que permitió expresar la diversidad sociológica, cultural, histórica y política de las clases dominadas de nuestro continente.

Si fuera homogénea e uniforme, o expresada solamente en dos corrientes, la izquierda latinoamericana no presentaría la fortaleza actual.

La continuidad de esta fortaleza dependerá, en buena medida, de la articulación entre las distintas izquierdas. Tal cooperación no excluye la lucha ideológica y política; pero esta lucha tiene que ocurrir en los marcos de una máxima cooperación estratégica. Cooperación que fue objetivamente favorecida, en los hechos, por la política externa adoptada por el gobierno Lula.

5. Informe sobre a reunião de Caracas

Noutra oportunidade, apresentei meu informe ao Diretório Nacional do PT sobre a reunião de Caracas. A seguir, apresento minha opinião sobre o mérito do "Compromisso de Caracas". Farei isto de maneira propositadamente sintética, com o objetivo de esclarecer os principais motivos pelos quais o Partido dos Trabalhadores não assina o citado documento.

Inicio sugerindo que se compare o "Compromisso de Caracas" com o texto-base e com a Declaração aprovada recentemente pelo XV Encontro do Foro de São Paulo.

No texto-base e na declaração do XV Encontro do Foro, há uma análise da crise internacional do capitalismo, mostrando seus efeitos políticos contraditórios.

Há, também, uma análise da contraofensiva política da direita latino-americana e de seus aliados nos EUA. Ambos os documentos apontam medidas práticas e factíveis para ampliar a operacionalidade do Foro de São Paulo e suas relações com a esquerda e setores progressistas em todo o mundo. As reflexões do Foro de São Paulo ressaltam o papel das organizações e lideranças coletivas (partidos, movimentos sociais, governos) e abordam a situação do conjunto dos governos de esquerda e progressistas, compreendendo que todos são vítimas de ataques.

Realizado em agosto de 2009, o XV Encontro do Foro tratou do tema de Honduras e das bases na Colômbia. Meses depois, o "Compromisso de Caracas" não aprofundou a reflexão política sobre ambos os temas, algo essencial, uma vez que as bases e a IV Frota são aspectos militares de uma estratégia política; e sua derrota passa pela luta política, cabendo-nos fazer de tudo (inclusive no terreno da retórica e da diplomacia) para derrotar a direita provocadora que pretende desfechos bélicos.

Quanto aos acordos firmados, achamos nobre o propósito de buscar uma "plataforma de ação conjunta entre os partidos de esquerda do mundo".

Mas consideramos que a melhor maneira de fazer isto é fortalecer e estimular o diálogo entre os espaços já existentes que reúnem partidos e organizações de esquerda e progressistas.

A experiência histórica das Internacionais, a situação atual da esquerda mundial e a experiência exitosa que construímos na América Latina e Caribenha demonstram que o melhor caminho para articular os movimentos sociais e as diferentes correntes de esquerda existentes no mundo não é a criação de uma Internacional, muito menos através de um calendário de curto prazo. Aliás, a inclusão imprevista da proposta de criar uma Quinta Internacional, em vez de gerar uma concentração de energia contra os adversários comuns, tende a produzir muita polêmica dispersiva e estéril.

Obviamente, temos acordo com diversas das análises e medidas propostas no Compromisso de Caracas. Entretanto, os desacordos acima nos levaram a não assinar o documento. Seguiremos concentrando nossas energias no Foro de São Paulo, que em agosto próximo realizará seu XVI Encontro em Buenos Aires, onde comemoraremos os 20 anos de existência desta iniciativa exitosa, que tem conseguido reunir num mesmo espaço famílias políticas e ideológicas distintas, mas que sabem que só através da unidade na diversidade se conseguirá vencer.

A seguir, segue uma síntese da exposição que fiz durante a reunião de Caracas:

Bom dia, companheiros e companheiras.

Agradeço, em nome do PT e da secretaria executiva do Foro de São Paulo, o convite feito pelo PSUV.

Vou começar minha exposição debatendo como enfrentar a contraofensiva da direita.

Esta contraofensiva não é uma surpresa.

Já no XIV Encontro do FSP, percebemos que, em 2009-2010, viveríamos um ciclo eleitoral principalmente em países governados por nós. Ou seja, a direita poderia derrotar nossos governos; enquanto o contrário seria mais difícil.

Dois outros fatores contribuem para a contraofensiva: a crise econômica, que oferece possibilidades estratégicas, mas que é um risco tático, especialmente onde somos governo; e a eleição de Obama, que permitiu aos EUA recuperar certa margem de manobra.

A contraofensiva da direita é política. A dimensão militar é um aspecto, mas não é o principal. E temos que fazer de tudo para que este aspecto não se converta no principal, pois neste terreno os EUA levam vantagem.

A contraofensiva da direita tem pelo menos cinco componentes:

1) fortalecer os três governos de centro-direita (Peru, Colômbia, México);

2) atacar os "elos mais fracos da cadeia de governos progressistas" (e sobre isto devemos falar menos de quão má e desleal e antidemocrática é a direita; e falar mais acerca dos erros que podemos estar cometendo nestes países que abrem espaço para o ataque da direita);

3) a reciclagem de alguns de seus métodos e candidatos nas campanhas eleitorais (aqui se destaca o oferecimento de candidaturas de novo tipo, empresariais, mistura de Sarkozy com Berlusconi);

4) reforçar a presença militar (bases, IV Frota etc.);

5) isolar, dividir, estimular a disputa no interior da esquerda.

Temos que dar uma resposta política para esta contraofensiva política.

Colaborar para que as esquerdas do México, Colômbia e Peru se fortaleçam e ganhem as próximas eleições; apoiar os setores populares em Honduras, Guatemala, Paraguai etc.; não perder nenhum governo para a direita (independente das opiniões que pos-

samos ter sobre os limites de cada um destes governos, qualquer derrota será uma vitória de nossos inimigos); aprofundar o processo de mudanças, mas considerando atentamente a correlação de forças; e acelerar a integração continental (o que, no limite, é nosso principal trunfo).

É preciso, também, dar uma resposta política ao aspecto militar.

Em síntese, trata-se de isolar Uribe. Para isto, precisamos defender a paz e evitar qualquer retórica ou gesto que permita aos nossos inimigos nos acusar do contrário (neste sentido, não simpatizo com o slogan "bases pela paz"); precisamos deixar claro que as bases militares e a IV Frota não são contra a Venezuela, não são contra ALBA, *são contra a América do Sul; e precisamos compreender que, no limite, o que pode interromper a instalação das bases é uma vitória da esquerda nas próximas eleições presidenciais na Colômbia.*

A contraofensiva da direita é uma decorrência lógica da crise internacional e do declínio da hegemonia estadunidense; eles precisam recuperar o controle de seu "pateo trasero"; e para isso precisam deter e reverter as mudanças que estão em curso no continente.

O debate sobre as "tentativas de construção do socialismo no século XXI" será pura retórica se não detivermos a contraofensiva da direita.

O PT tem reflexões acumuladas sobre isto, as mais recentes estão na resolução do III Congresso. Para nós, socialismo envolve democracia, internacionalismo, propriedade pública, planejamento e desenvolvimento ambientalmente sustentável.

Nós não utilizamos o termo "socialismo do século XXI".

Ainda estamos num período de "defensiva estratégica" da luta pelo socialismo, no qual se combinam a derrota do chamado "campo socialista", a difícil situação de Cuba, o socialismo de mercado na China e a força do capitalismo.

Nunca o capitalismo foi tão forte historicamente. Sua crise atual é profunda, exatamente porque sua hegemonia é profunda.

Nossa luta se dá em condições novas: um déficit teórico, uma situação internacional distinta e uma estratégia cujos marcos foram anunciados pela experiência da Unidad

Popular chilena (1970-1973). Importante perceber que muitos de nós, embora estejamos operando uma estratégia deste tipo, ainda pensamos com paradigmas teóricos de outro tipo de estratégia.

Por tudo isto, acreditamos que é necessário levar a sério a ideia da unidade na diversidade. Há uma diversidade de estratégias nacionais e uma diversidade de concepções. Precisamos articular isto numa estratégia continental comum.

Porém, o mínimo denominador comum desta estratégia continental é a integração, não o socialismo.

Gostaríamos que fosse o socialismo, porém ainda não é; e não é não por falta de vontade, mas principalmente porque vivemos num momento de transição, em que o velho já está morrendo e o novo ainda não se firmou.

Por tudo isto, o PT valoriza extremamente o Foro de SP, que tem como uma de suas características mais importantes reunir num mesmo espaço famílias políticas e ideológicas que na Europa não conseguem conversar. Os que aqui destacaram o quanto a situação política na América Latina está melhor do que na Europa devem compreender que isto se liga a nossa capacidade de articular unidade com diversidade.

Devemos, portanto, combinar a necessária luta ideológica em favor do socialismo, com uma estratégia e uma política organizativa mais amplas.

Consideramos importante, neste sentido: fortalecer os laços bilaterais; fortalecer os organismos que temos (como o Foro de SP); para nós, do PT, o Foro de São Paulo é prioritário; repudiamos a ideia de que existam "duas esquerdas", há muitas esquerdas na América Latina; recusamos qualquer tipo de disputas de protagonismos e liderança entre nós; e estamos convencidos de que não há futuro para nosso projeto no Brasil apartado do futuro da América do Sul e da América Latina.

Claro que há contradições em nossa política interna e externa. Mas nossa política internacional demonstra de que lado estamos: lembro aqui a postura do Brasil frente a Cuba, Honduras, Irã, Palestina e nossa oposição à guerra dos EUA contra o Iraque.

Em 2010 teremos eleições no Brasil. Haverá um confronto entre direita e esquerda, entre neoliberalismo e desenvolvimentismo.

Decidimos que não buscaríamos um terceiro mandato para Lula; decidimos lançar a companheira Dilma Roussef à presidência da República; acreditamos que nossa vitória será ainda mais importante, porque ficará claro que não se trata da vitória de uma pessoa, mas sim a vitória de um projeto, de uma aliança, de um Partido.

No governo Dilma Roussef, o Brasil assistirá à disputa entre o desenvolvimentismo conservador e o desenvolvimentismo democrático-popular. Acreditamos que este desevolvimentismo com reformas, com mudanças profundas, nos aproxima do socialismo.

Dois comentários finais: 1) não vou polemizar sobre o tema do Haiti, mas o PT não concorda que se trate de uma ocupação, e estamos dispostos a reunir com os partidos haitianos para debater o tema, de preferência na presença de todos os partidos de todos os governos de esquerda e progressistas que participam da Minustah, pois não é só o Brasil que está lá; 2) sem a volta de Zelaya, não reconheceremos as eleições em Honduras, mas o fundamental é que o povo hondurenho não as reconheça.

Concluo convidando todos os partidos aqui presentes para o IV Congresso do PT e para o XVI Encontro do Foro de SP; e desejando sucesso para o congresso do PSUV.

6. Las diferentes estrategias de las izquierdas latinoamericanas[53]

Se ha vuelto lugar común decir que hay dos izquierdas en América Latina: una sería "vegetariana", la otra "carnívora"; una sería radical, la otra moderada; una sería revolucionaria, la otra reformista; una sería socialista, la otra capitalista.

Definiciones dicotómicas de este tipo son hechas por los portavoces (oficiales u oficiosos) del Departamento de Estado de los EUA, con el propósito explícito de provocar discordias en la izquierda latinoamericana, haciéndola luchar entre sí y no contra los enemigos comunes.

Evidentemente, no hay manera ni motivo para negar la existencia de diferencias programáticas, estratégicas, tácticas, organizativas, históricas y sociológicas en la izquierda latinoamericana. Hablaremos de estas diferencias más adelante. Pero una interpretación dicotómica de las diferencias realmente existentes, además de servir a los propósitos políticos de la derecha, expresa una interpretación teórica incorrecta.

El reduccionismo (decir que hay dos izquierdas en América Latina) ayuda políticamente a la derecha, porque trae implícita la siguiente conclusión: el

[53] Este texto es una versión revisada de un artículo publicado en la antología *América Latina: reforma o revolución*, publicado por Ocean Sul.

crecimiento de una depende del debilitamiento de la otra, en una ecuación que convenientemente quita de escena a los enemigos comunes. El reduccionismo es, por otra parte, una interpretación teórica incorrecta, incluso por no lograr explicar el fenómeno histórico de los últimos once años (1998-2009). A saber: el crecimiento simultáneo de las varias izquierdas latinoamericanas.

Al contrario de los partidarios de la visión reduccionista, bajo cualquiera de sus formas, nosotros defendemos que el fortalecimiento experimentado, desde 1998 hasta hoy, por parte de las distintas corrientes de la izquierda latinoamericana, se debe en parte a su diversidad, que ha permitido expresar la diversidad sociológica, cultural, histórica y política de las clases dominadas

de nuestro continente. Si fuera homogénea y uniforme, si fuera tan sólo una o dos, las izquierdas latinoamericanas no presentarían la fortaleza actual.

Defendemos, también, que la continuidad del fortalecimiento de las izquierdas latinoamericanas dependerá en buena medida de la cooperación entre las distintas corrientes existentes. Tal cooperación no excluye la lucha ideológica y política entre las múltiples izquierdas; pero esta lucha necesita darse en los marcos de una máxima cooperación estratégica.

Tal cooperación será más difícil mientras más imperfecta sea nuestra comprensión acerca del proceso que estamos viviendo.

La base político-material que hace posible la cooperación entre la mayoría de las distintas corrientes de la izquierda latinoamericana es la existencia de una situación estratégica común. Si esta situación va a continuar existiendo o no, dependerá de la lucha político-social que está en curso en este exacto momento.

Las corrientes ultra-radicales o híper-moderadas que se niegan a percibir la existencia de una situación estratégica común son exactamente aquellas que, consciente o inconscientemente, prestan servicio a las clases dominantes locales o al imperialismo.

Trazos de la formación histórica

Lo que conocemos hoy como América Latina contribuyó a la llamada "acumulación primitiva" y, desde entonces, está totalmente integrada al capitalismo mundial. Del debate sobre el carácter de esta integración derivan las diferentes

posiciones existentes acerca de la naturaleza del desarrollo realmente existente en cada país y en el conjunto de la región, acerca de las posibilidades de la lucha reformista y revolucionaria, del "capitalismo democrático" y del socialismo.

La resistencia nacional a la invasión y explotación por parte de las potencias europeas, así como la resistencia de los productores directos a la explotación practicada por las clases dominantes locales y extranjeras, ha asumido variadas formas desde 1492.

El siglo XX – en un ambiente marcado por la creciente industrialización, por el imperialismo, por las guerras mundiales, por la Revolución Rusa, por las revoluciones y guerras anti coloniales – las luchas populares latinoamericanas pasaron a combinar, de distintas formas, las demandas por democracia política, soberanía nacional y reforma agraria, con los objetivos anticapitalistas y socialistas.

Hasta la década de 1950, la combinación predominante enfatizaba las demandas nacional-democráticas: derrotar al imperialismo y a los latifundios, que para algunos constituían "restos feudales", industrializar la economía, democratizar el Estado y afirmar la soberanía nacional. Esta orientación nacional-democrática era compartida por la mayor parte de los socialistas, incluso por los partidos comunistas surgidos a partir de los años 1920.

Denominada en la variante marxista como "etapismo" (primero la revolución burguesa, después la revolución socialista), la orientación nacionaldemocrática fue criticada, dentro de la propia izquierda, por tres motivos principales: a) por subestimar los vínculos orgánicos entre latifundio, imperialismo y capitalismo; b) por creer en la viabilidad de una alianza estratégica del proletariado con la "burguesía nacional"; c) por concebir cómo "etapas" relativamente estancadas, lo que sería más adecuado concebir como "flujo", como "transcrecimiento".

La formulación más consistente del etapismo, así como su defensa frente a las críticas, fue hecha por los partidos comunistas. Aquí no se hace necesario rememorar los detalles del debate, pero es preciso enfatizar dos cosas.

Primero, tenían razón los que decían que era necesario relativizar los "obstáculos"" al desarrollo capitalista en América Latina. El "imperialismo" y el "latifundio", la dependencia y el mercado interno limitado, fueron metabolizados e incorporados al desarrollo capitalista realmente existente.

Por lo tanto, deducir de estos "obstáculos" la posibilidad de una alianza revolucionaria (anti-imperialista, anti-latifundista) entre la burguesía "nacional" y el proletariado, era transformar lo secundario (las contradicciones realmente existentes, que llevaron a fracciones de la burguesía a adoptar actitudes más radicales) en una contradicción principal. Llevando al error de extraer de esta contradicción, supuestamente principal, consecuencias (concebir al proletariado como ala izquierda de la revolución democráticoburguesa) sin una base material adecuada.

Segundo, tenían razón los que decían que la lucha por el socialismo en América Latina no podía minimizar las llamadas "tareas pendientes" de la revolución democrático-burguesa.Temas como soberanía nacional, industrialización, democratización política, reforma agraria y políticas públicas de bienestar social constituyen aún hoy la materia prima de toda y cualquier lucha política implementada por los socialistas en América Latina. El hecho de que la burguesía no esté en condiciones de dirigir la lucha por estas reivindicaciones no las retira del horizonte político; el hecho de que el proletariado sea llamado a asumir la vanguardia de estas reivindicaciones no elimina su carácter democrático-burgués.

El debate teórico esbozado arriba sólo puede encontrar completa solución en el terreno de la práctica, a saber: la lucha por demandas históricamente democrático-burguesas puede cumplir uno u otro papel estratégico, a depender de la correlación de fuerzas en ámbito nacional, continental y mundial.

Si el proletariado tiene fuerza y radicalidad suficientes, la lucha por demandas democrático-nacionales puede sufrir un "transcrecimiento" hacia las transformaciones de tipo socialista. En cambio, si el proletariado está débil y subalterno, la lucha por la "revolución democrática" no será ni democrática, ni revolucionaria, mucho menos acumulará fuerzas hacia el socialismo.

La discusión sobre el carácter de la revolución (socialista, democrática etc.) latinoamericana fue siempre simultánea al debate sobre la vía de la revolución: violenta o pacífica, guerrilla o insurrección, etc. Nuevamente, diferentes combinaciones fueron establecidas: desde "etapistas" adeptos de las formas más radicales de la violencia, hasta socialistas imbuidos del más firme compromiso con la "transición pacífica".

Las distintas variantes del "etapismo" y del "reformismo" fueron duramente cuestionadas por la victoria de la revolución cubana en 1959. Para algunos

sectores de la izquierda, la discusión estratégica (sobre el carácter y sobre la vía de la revolución) parecía resuelta en favor de un determinado "modelo". Siendo que la revolución cubana realmente existente era una cosa, y los "modelos" que se formularon a partir de ella eran otra. Divergencia similar se dio en el caso ruso de 1917 y en el caso chino de 1949: los modelos simplificaban y muchas veces contradecían enormemente la estrategia realmente implementada.

Observaciones sobre la transición socialista y estrategia

Hay tanta confusión acerca de los términos "capitalismo", "transición", "socialismo" y "comunismo", que se hace necesario explicar lo que se quiere decir, en este texto, con estas palabras.

Por capitalismo entendemos un modo de producción basado en la propiedad privada de los medios de producción, modo de producción donde los productores directos son obligados a vender su fuerza de trabajo a los capitalistas, que se apropian de la "plusvalía" de los asalariados; si contraponemos al capitalismo otro modo de producción, fundado en la propiedad social de los medios de producción, entonces se hace imprescindible trabajar con las categorías de "comunismo" (aquel otro modo de producción) y de "socialismo" (el periodo de transición entre uno y otro modo de producción).

Por razones históricas conocidas, el término "comunismo" es rechazado o simplemente dejado de lado por amplios sectores de la izquierda, incluso por algunos que se proclaman revolucionarios. Pero, desde el punto de vista teórico, el uso del término es esencial, una vez que permite distinguir entre lo que es la "transición" y lo que es el "objetivo final" (o sea, la forma madura de la sociedad que se pretende construir).

Cuando hablamos de socialismo, hablamos de transición entre capitalismo y comunismo. Por lo tanto, la transición socialista (o el socialismo) es, por definición, una formación social que combina capitalismo con anticapitalismo.

Lo que define si estamos frente a una formación socialista es la existencia de un movimiento orgánico, estructural, hacia la produción y la propriedad social (con todas las complejas consecuencias políticas y sociales de esto). En otras palabras, lo que define si estamos frente a una transición socialista es la

existencia de un movimiento en dirección a la socialización de la producción, de la propiedad y del poder político.

Esta definición del socialismo como "movimiento en direción a" contiene al menos dos motivos potenciales de confusión. El primero de ellos es el que considera la transición como un proceso lineal, de acumulación progresiva, tomando cualquiera reculo como señal de regreso al capitalismo, como motivo para creer que la transición hacia el socialismo fue interrumpida. El segundo de ellos es la confusión entre:

a. la lucha que trabamos dentro del capitalismo, en favor del socialismo;
b. la construcción o transición socialista.

En nuestra opinión, una variable fundamental para eliminar la confusión, en los dos casos, es saber con quién está el poder político. O sea: en esto está la diferencia entre reculo y desbandada; entre concesión y capitulación; entre "mejorismo" y lucha por reformas.

Por ejemplo: la diferencia entre la lucha por el socialismo y la transición socialista puede no estar en las medidas en sí, pero necesariamente tiene que estar presente en la política, en la correlación de fuerzas, en el poder del Estado. Esto se debe a que las limitaciones de la base material pueden obligar a un gobierno revolucionario a adoptar medidas pro-capitalistas.

Pero estas medidas adquieren distintos sentidos estratégicos, cuando son adoptadas por un gobierno burgués o por un gobierno socialista.

Para transformar la lucha por el socialismo en efectiva transición socialista, para comenzar la construcción del socialismo, es preciso controlar el poder del Estado, o sea, tener los medios para incidir en la estructura de la sociedad, en el control de la economía, en los medios de producción. Claro está que estos medios son determinados, en última instancia, por la base material preexistente: toda la voluntad política del mundo, el más absoluto poder del Estado, no es capaz de transformar una base material pre-capitalista en materia prima suficiente para la construcción del socialismo. En este caso, lo que el poder político puede garantizar, dentro de ciertos límites, es que las políticas de desarrollo capitalista estén al servicio del proyecto estratégico de construir el socialismo.

Mientras la clase trabajadora no tenga el poder de Estado, ella puede incidir muy poco en las macro determinantes económicas, que producen y re-

producen cotidianamente el capitalismo. Sólo con el poder del Estado, la clase trabajadora puede cambiar el patrón de acumulación existente en la sociedad, haciendo que el polo hegemónico deje de ser la propiedad privada y la acumulación de capital, pasando a ser la propiedad colectiva y la acumulación social.

La conquista del poder de Estado es un proceso complejo, cuyo punto de cristalización es el establecimiento del monopolio de la violencia. No es que no pueda estar presente una contestación a este monopolio, pero ella no puede ser relevante a punto de poner en cuestión el propio poder del Estado. Además del monopolio de la violencia, la conquista del poder del Estado envuelve otros elementos, tales como la creación de una nueva institucionalidad política y jurídica; la capacidad de gestión de la economía y de la comunicación social; el reconocimiento de hecho y de derecho por parte de otros Estados etc. Además de eso, como ya sabemos, el poder es una relación social, que se puede ganar y perder. Lo que ocurre en escala micro con los gobiernos electos, también puede ocurrir en escala macro con los Estados originarios de grandes revoluciones sociales. Las revoluciones sólo son "irreversibles" en algunos discursos, no en la historia real.

Ninguna clase social o bloque de clases llegó al poder de Estado utilizando sólo una vía de acumulación de fuerzas o una única vía de toma del poder. La victoria de la insurrección soviética, de las guerras populares china y vietnamita, de la guerra de guerrillas cubana, se harían incomprensibles, si desvinculáramos las formas de lucha que fueron principales en cada caso, de las otras formas de lucha que se hicieron presentes al lado de la forma de lucha principal: luchas de masa o de vanguardia, legales o clandestinas, electorales o de acción directa.

Sin embargo, las condiciones históricas de un país o de una época confieren a una determinada forma de lucha, el papel de catalizador y de ariete principal en el enfrentamiento con las clases enemigas y su poder de Estado. Pero esta condición de catalizador, de forma de lucha principal, es un producto orgánico de una situación concreta, que no puede ser trasplantada a otra situación histórica.

Hablamos varias veces de la conquista del poder de Estado, siendo necesario recordar lo obvio: si el poder es una relación social, conquistar el poder de Estado exige construir una correlación de fuerzas social distinta, un bloque político-social que apunte a concretar un determinado programa.

¿Qué programa? La respuesta a esta cuestión nos lleva de vuelta al debate sobre el "carácter de la revolución".

En una sociedad capitalista, la construcción de una alternativa histórica para las contradicciones existentes en esta sociedad exige dar inicio a la transición socialista. Pero esta conclusión teórica e histórica, según la cual está en el "orden del día" superar el capitalismo, cuando es traducida al terreno de la estrategia política, puede ser entendida al menos de dos maneras diferentes:

a) la manera izquierdista defiende construir un bloque político-social en torno a un programa directamente socialista;

b) la manera "democrático-popular & socialista" defiende construir un bloque político-social en torno a un programa que articule medidas democráticas con medidas socialistas. En las condiciones actuales de desarrollo del capitalismo, las medidas democráticas no son socialistas, pero pueden asumir un sentido anti-capitalista.

Para quien cree que socialismo y anti-capitalismo son sinónimos, esto no pasa de un juego de palabras. Entendiemos que el socialismo es el anti-capitalismo consecuente, aquel anti-capitalismo que implica la superación del modo de producción capitalista. Pero, en la vida cotidiana, el capitalismo es confrontado de diversas formas: la lucha por mayores salarios, la reforma agraria, la lucha contra los monopolios privados, la defensa de las empresas públicas, las políticas públicas de carácter universal, la lucha contra el imperialismo etc.

Esas luchas se traban contra aspectos del capitalismo o, a lo sumo, contra la forma hegemónica del capitalismo en una dada situación histórica, no apuntando en sí a la derrota del capitalismo en general, en tanto modo de producción basado en la propiedad privada y en la extracción de la plusvalía.

O sea: son luchas capitalistas contra el capitalismo. Luchas que en general apuntan a construir sociedades capitalistas más democráticas, política, económica y socialmente. Sin embargo, bajo otras condiciones, estas luchas capitalistas contra el capitalismo pueden integrar un movimiento que conduzca a la superación del modo de producción capitalista.

En estos casos, es como si al lado del anti-capitalismo o socialismo proletario, existiera un anti-capitalismo pequeño-propietario, un socialismo pequeño-burgués.

El bloque político-social capaz de disputar y conquistar el poder de Estado debe organizarse en torno a un programa que combine medidas (o tareas, o reivindicaciones) socialistas, con medidas anti-capitalistas que no son en sí socialistas. Para usar palabras más precisas, son medidas democráticas, democrático-burguesas, defensoras de la pequeña propiedad contra la gran propiedad, defensoras de lo público (que es diferente de lo social & colectivo) contra lo privado, defensoras de lo nacional contra el imperialismo.

La forma en que los izquierdistas veen la construcción del bloque político-social no es capaz de tener éxito por dos razones. La primera de ellas tiene relación con el debate sobre la revolución en América Latina, revolución que, como ya dijimos antes, necesariamente tendrá que hacerse cargo de las tareas democráticas. La segunda razón es estrictamente política: la correlación de fuerzas que precede a la conquista del poder de Estado y el nivel de conciencia dominante en la clase trabajadora y sus aliados hacen imposibles, por definición, constituir un bloque de poder sólo o principalmente en torno a la "lucha directa por el socialismo". O sea: si existe dominación capitalista, entonces el nivel de conciencia mayoritario en el pueblo no es socialista. Este nivel de conciencia sólo puede hacerse consecuentemente socialista en el curso del proceso, motivo por el cual el punto de partida programático del nuevo bloque político-social no tiene cómo ser explícita o consecuentemente socialista. Claro está que el processo de lucha de clases no necesariamente va a alcanzar la "temperatura" necesaria para producir un nivel de conciencia socialista en sectores mayoritarios del pueblo; y que se espera que los sectores socialistas actúen tanto en el sentido de "aumentar la temperatura" (estimulando el proceso de luchas en sí), como en el sentido de elevar el nivel de conciencia.

Por las razones explicadas antes, el bloque político-social capaz de disputar y conquistar el poder de Estado necesita organizarse en torno a las cuestiones de "futuro" (la construcción del socialismo); y principalmente en torno a las cuestiones del "pasado & presente" (enfrentar los problemas derivados del capitalismo realmente existente).

Lo que significa decir que las fuerzas socialistas sólo conquistan y mantienen el poder del Estado siempre y cuando logran construir mayorías políticas en torno a programas de acción para las cuestiones inmediatas (en

circunstancias históricas en que las "cuestiones inmediatas" dicen respecto a temas estructurales). El ejemplo clásico de esto sigue siendo la consigna "pan, paz y tierra".

La revolución cubana de 1959, la revolución rusa de 1917 y la revolución china de 1949, resultaron exactamente de la continua radicalización democrática, popular y nacional. Fueron "revoluciones socialistas" no *a priori* sino debido al curso que tomaron, al proceso global en el que estaban insertas.

En este sentido, sólo tiene sentido hablar de "lucha directa por el socialismo" si la comprendemos de la siguiente forma: la conquista del poder de Estado apuntando a ejecutar medidas programáticas democrático-populares puede venir a ser parte integrante de la transición socialista, sin que haya necesariamente fases intermedias estancadas. La palabra "necesariamente" es fundamental en este análisis: el etapismo es un error porque supone la *necesidad* de fases intermedias estancadas; pero esto no quiere decir que estas fases intermedias no vengan a existir, ni que no puedan parecer "estancadas", como ocurrió en la Nueva Política Economica (NEP) y ocurre ahora en el "socialismo de mercado" chino, que a los ojos de muchos parece ser un periodo prolongado de abandono de la construcción del socialismo.

La expresión "puede venir a ser" también es fundamental, pues indica que estamos frente a un problema político, que depende de la correlación de fuerzas, del nivel de conciencia de las masas, de la dirección general del proceso. Problema político, que puede producir soluciones que dependerán, en último análisis, del nivel de desarrollo material y del potencial productivo alcanzado previamente por la sociedad.

Por estos motivos, es necesario combatir dos tipos de izquierdismo:

a) por un lado, aquel izquierdismo que se manifiesta en la defensa de un socialismo abstracto, desvinculado de las luchas anticapitalistas parciales;

b) por otro lado, aquel izquierdismo que confunde medidas anti-capitalistas de sentido estricto, con medidas "socialistas" en el sentido amplio.

Este segundo tipo de izquierdismo, muy presente en la actual coyuntura latinoamericana, confunde la radicalización retórica y política de los procesos, causada en gran medida por la intransigencia de las clases dominantes, con su radicalización económico-social, olvidando que la superación del capitalismo exige que haya desarrollo capitalista a ser superado.

A lo que dijimos hasta ahora, debe añadirse otra variable: la línea neo-etapista de la izquierda moderada latinoamericana, que rompió los vínculos entre las tareas democráticas y la lucha por el socialismo. En algunos casos, por ser una izquierda que abandonó el socialismo. En otros casos, por ser una izquierda que, en vez de enfrentar y superar, prefiere capitular a la correlación de fuerzas. O aún por ser una izquierda que, incluso cuando mantiene un compromiso genuinamente socialista, lo hace a partir de una "estrategia proceso" (cuya traducción musical está en el verso de una canción muy popular en Brasil, que dice así: "Deixa a vida me levar...").

Así, podemos decir que hay por lo menos tres grandes diseños programáticos: el izquierdista, el neo-etapista y el democrático-popular. Los izquierdistas no perciben adecuadamente las diferencias; los neo-etapistas ven una muralla de China; y los democrático-populares buscan vincular orgánicamente la lucha contra el neoliberalismo y la lucha por el socialismo.

Estas diferencias se cruzan, de distintas formas, cuando pasamos de la discusión programática a la discusión sobre la vía de acumulación de fuerzas y sobre la vía de toma del poder.

Guerra de guerrillas y vía electoral

La década de 1960 asistió a una radicalización de la lucha de clases en toda América Latina, reflejando la madurez de las contradicciones propias del modelo de desarrollo capitalista predominante en la región: dependiente y conservador. Esto, en los marcos del recrudecimiento de la injerencia de los EE.UU. en la región y del conflicto entre "campos".

En aquel momento, parte de la izquierda latinoamericana, estimulada por la experiencia cubana y convocada por la consigna de crear "muchos Vietnam", adoptó la estrategia de la "guerra de guerrillas", la mayoría de las veces bajo la versión "foquista".

En algunos países, la guerra de guerrillas tenía raíces orgánicas en la situación nacional. En la mayoría de los casos, sin embargo, no la tenía o esta organicidad no fue suficiente para que prosperara. Con la excepción de Nicaragua y de la propia Cuba, en ningún otro lugar de América Latina la guerra de guerrillas desembocó en una victoria revolucionaria. En algunos casos, como

El Salvador y Guatemala, la guerrilla adquirió fuerza suficiente para conseguir acuerdos de paz que delimitaran el fin del conflicto armado; pero en la mayoría de los casos, la guerrilla fue completamente destruida.

Hoy, en América Latina, Colombia es el único país donde hay grupos expresivos que defienden la actualidad táctica de la estrategia guerrillera.

Con el fin del ciclo guerrillero, a finales de los años 1970 e inicio de los años 1980, comenzó a tomar cuerpo otra estrategia, basada en la combinación entre lucha social, disputa de elecciones y ejercicios de gobiernos en ámbito nacional, sub nacional y local. Esta estrategia fue coronada, desde 1998 (Chávez) hasta 2009 (Funes), por una ola de victorias de partidos de izquierda y progresistas, en las elecciones para los gobiernos nacionales de varios países de América Latina. Esta ola de victorias electorales es producto de diversas circunstancias, destacando las siguientes:

a. la desatención relativa de Estados Unidos para con su patio trasero;
b. los efectos dañinos del neoliberalismo, inclusive sobre los partidos derechistas;
c. la acumulación de fuerzas por parte de la izquierda, especialmente en la combinación entre lucha social y lucha electoral.

Actualmente existe una nueva correlación de fuerzas en la región, que además de impulsar cambios dentro de cada país, limita la injerencia imperialista.

Esta situación regional convive con otras dos variables, éstas de carácter mundial: la defensiva estratégica de la lucha por el socialismo y la larga y profunda crisis del capitalismo.

Esta es la base material que hace posible la cooperación entre las distintas corrientes de la izquierda latinoamericana: la existencia de una situación histórica en la cual se cruzan la presencia de la izquierda en múltiples gobiernos de la región, la defensiva estratégica de la lucha por el socialismo y una larga y profunda crisis del capitalismo.

Estas son las variables fundamentales de la situación estratégica común a toda América Latina, que hacen posibles y a la vez exigen un alto nivel de cooperación entre los diferentes sectores de la izquierda latino-americana.

Sin lo cual no se conseguirá superar la defensiva estratégica, ni se conseguirá evitar los riesgos derivados de la crisis del capitalismo.

Desde el punto de vista de una izquierda socialista, las cuestiones centrales a tener en cuenta son: ¿Cómo utilizar la existencia de gobiernos de izquierda y progresistas como punto de apoyo en la lucha por el socialismo?

¿Cómo coordinar los diferentes procesos en curso, en cada país, de modo que ellos refuercen los unos a los otros?

Integración y estrategia

Al largo del siglo XX, la izquierda latinoamericana y caribeña enfrentó dos grandes obstáculos: la fuerza de los adversarios en el plan nacional y la injerencia externa. Esta última siempre estuvo presente, especialmente en aquellos momentos en que la izquierda intentaba o llegaba efectivamente, ya sea al gobierno central, ya sea al poder. Cuando las clases dominantes locales no podian contener la izquierda, apelaban a los marines.

Actualmente, el ambiente progresista y de izquierda colabora en las elecciones y reelecciones, ayuda a evitar golpes (contra Chávez y Evo Morales, por ejemplo) y fue fundamental en la condena de la invasión a Ecuador por tropas de Colombia. Además de inviabilizar o por lo menos minimizar políticas de bloqueo económico, que jugaron un papel importante en la estrategia de la derecha contra el gobierno Allende y continúan afectando a Cuba.

La existencia de una correlación de fuerzas favorable en la región crea mejores condiciones para que cada proceso nacional siga su propio curso.

Aunque no resuelva de per se la situación (como se pude ver en el caso de Honduras), la actual correlación de fuerzas regional crea posibilidades inmensas y en cierto sentido inéditas, para todos los programas y estrategias de izquierda. En este sentido, la primera tarea de la izquierda latinoamericana es preservar esta correlación de fuerzas continental.

Ocurre que, cuando fuerzas de izquierda consiguen llegar al gobierno central de un determinado país, lo hacen con un programa basado en un trípode: igualdad social, democratización política y soberanía nacional.

Y la defensa de la soberanía nacional no se hace sólo contra las "metrópolis imperialistas", envuelve también administrar los conflictos entre países de la región.

Estos conflictos no fueron "inventados" por los actuales gobiernos, siendo generalmente herencia de periodos anteriores, incluso del desarrollo dependiente y desigual ocurrido en la región. En la mayoría de los casos, no podrán ser superados en el corto plazo: por poseer causas estructurales, sólo podrán tener solución en el largo plazo, en los marcos de un adecuado proceso de integración regional.

La exacerbación de estos conflictos regionales tendría, como subproducto, disimular las contradicciones mucho más relevantes con las metrópolis imperialistas.

Por lo tanto, desde el punto de vista estratégico, debemos impedir que estos conflictos se conviertan en contradicción principal pues, si esto sucede, la correlación de fuerzas latinoamericana se alterará en favor de la injerencia externa.

Es sabido que los gobiernos progresistas y de izquierda de la región siguen el camino del desarrollo y de la integración, adoptando diferentes estrategias y con diferentes velocidades. Y ya se ha dicho que la posibilidad mayor o menor de éxito, en el ámbito nacional, está vinculada a la existencia de una correlación latinoamericana favorable a la posiciones de la izquierda y progresistas.

Por lo tanto, nuestro obstáculo estratégico puede ser resumido así: ¿cómo compatibilizar las múltiples estrategias nacionales, con la construcción de una estrategia continental común, que preserve la unidad con diversidad?

La solución estructural de los conflictos regionales supone una reducción de la desigualdad, no sólo dentro de cada país, sino también entre las economías de nuestro subcontinente. La institucionalidad de la integración, tanto multilateral como las relaciones bilaterales, tiene que estar sintonizada con este propósito.

La reducción de la desigualdad en cada país supone enfrentar la herencia "maldita" y realizar reformas sociales profundas. Pero esto no es suficiente para eliminar las disparidades existentes entre las economías, objetivo que exige combinar, en el largo plazo, medidas de solidaridad, intercambio directo y también medidas de mercado.

Hoy coexisten cuatro "modelos" de convivencia:

a. el de la subordinación a los EE.UU., expresado en el finado Acuerdo de Libre Comercio de las Américas y en los tratados bilaterales de "Libre Comercio";

b. los acuerdos subregionales, como el Mercosur (Brasil, Argentina, Uruguay y Paraguay) y el Pacto Andino (Bolivia, Colombia, Ecuador y Perú);
c. el Alba, Alternativa Bolivariana para las Américas (integrada por Venezuela, Cuba, Bolivia, Nicaragua, entre otros);
d. la Unasur, Unión de Naciones Sudamericanas (integrada por Brasil, Argentina, Uruguay, Paraguay, Bolivia, Colombia, Ecuador, Perú, Chile, Guyana, Suriname y Venezuela).

Los gobiernos de izquierda y progresistas obstaculizaran la constitución de un Área de Libre Comercio de las Américas. La experiencia del Nafta (North America Free Trade Area, entre Canadá, EEUU y México) y sus efectos sobre México, entre los cuales la catastrófica expansión del crimen organizado, confirman la corrección de la política da izquierda.

Los acuerdos subregionales, entre los cuales el Mercosur, tienen ya una larga historia. Durante la década neoliberal, todos estos acuerdos y sus instituciones fueron adaptados a los paradigmas vigentes, o sea, fueron vistos como pasos intermedios para la futura adhesión al Área de Libre Comercio de las Américas.

El fin de la Alca y la predominancia de un espíritu de convergencia de políticas de desarrollo, y de amplia integración cultural y política, puso en la orden del dia la necesidad de crear un espacio más amplio de integración que fuera distinto:

a. a la Organización de los Estados Americanos, o a las cumbres americanas, euro e iberoamericanas, que cuentan con la presencia de las potencias;
b. al Grupo de Rio, que posee una dimensión latinoamericana y caribeña.

Independientemente de lo que podamos pensar acerca de su sostenibilidad interna, de la naturaleza de los acuerdos firmados, de la materialización efectiva y de los efectos en los países receptores, el espíritu de solidaridad presente en el Alba es extremadamente meritorio.

Sin embargo, no existe correlación de fuerzas, ni mecanismos institucionales o situación económica que permitan al conjunto de los países de la región adoptar los principios solidarios del Alba y/u operar de manera similar al gobierno venezolano. En esencia, porque no es sostenible que países capitalistas mantengan una política externa socialista.

Por ello, aunque toda política progresista y de izquierda deba necesariamente contener un componente de solidaridad e identidad ideológica, la dimensión principal de la integración, en la actual etapa de la historia latinoamericana, es la de los acuerdos institucionales entre los Estados, acuerdos que no deben limitarse a los aspectos comerciales ("fenicios", para usar una expresión del senador uruguayo Pepe Mujica).

Esta comprensión de una integración de amplio alcance constituye el paño de fondo de la creación de la Comunidad Sudamericana de Naciones (2004), cuyo nombre se cambió posteriormente a Unasur (2007). El éxito de la Unasur (ahí comprendiendo el Banco del Sur y el Consejo de Defensa) supone:

a. la cooperación entre gobiernos que son adversarios políticos e ideológicos, lo que en el presente momento significa evitar rompimientos con Colombia y Perú;
b. el compromiso efectivo de las principales economías de la región, uno de los motivos por los cuales es fundamental que el Senado brasileño apruebe la entrada de Venezuela en el Mercosur;
c. hacer prevalecer el interés de Estado, por sobre la dinámica de las grandes empresas privadas brasileñas, que desarrollan una política internacional propia, que puede poner en riesgo los objetivos estratégicos del desarrollo con integración;
d. la institucionalización cada vez mayor del proceso, incluso con la constitución de organismos electos directamente por el voto popular.

Conclusión: en los marcos de una ecuación estratégica común (la de "ser gobierno como parte de la lucha para ser poder"), debemos operar políticas nacionales distintas, pero combinadas en una estratégica continental común, cuyo ritmo será dado por el sentido y por la velocidad de las transformaciones en los mayores países, a comenzar por Brasil. Aunque eso haga más lenta la marcha, es mejor mantener la "vanguardia" bien próxima del "cuerpo principal" de la tropa. Lo que nos lleva a discutir cómo utilizar la existencia de gobiernos de izquierda y progresistas como punto de apoyo en la lucha por el socialismo.

Gobiernos electos y lucha por el socialismo

Si excluimos los híper-moderados y los ultra-izquierdistas, podemos decir que hay dos posiciones básicas entre los socialistas latinoamericanos, frente a los gobiernos progresistas y de izquierda existentes en la región:

a. están lo que ven tales gobiernos sólo como parte del proceso de acumulación de fuerzas;
b. están los que consideran que estos gobiernos constituyen parte fundamental de la acumulación de fuerzas y también de la vía de toma del poder.

Ambas posiciones se basan, en primer lugar, en la observancia de los vínculos existentes entre reforma y revolución. En la historia de la humanidad, hay periodos de evolución "reformista" y periodos de evolución "revolucionaria".

La diferencia entre unos y otros reside en tres aspectos combinados: la naturaleza de los cambios, la forma con que son impuestos los cambios y la velocidad con que ocurren. Pero la diferencia fundamental es la naturaleza de los cambios. Los "cercamientos", la difusión de las máquinas y la ofensiva imperialista sobre China, para citar ejemplos de los siglos 18 y 19 y 20, respectivamente, fueron revolucionarios en la medida en que alteraron las relaciones sociales de producción. Fue esto, y no la velocidad ni la forma violenta, lo que definió el carácter revolucionario de los procesos citados.

Los procesos revolucionarios no surgen de la nada, de un momento a otro, por generación espontánea. Las revoluciones constituyen un momento de la evolución de las contradicciones de una sociedad, el momento en que estas contradicciones alcanzan un punto de ruptura, de transformación hacia algo distinto. Dicho de otra forma, las revoluciones ocurren cuando una sociedad no puede más evolucionar solamente de manera "reformista".

Hay, por lo tanto, continuidad, pero también ruptura, entre los momentos "reformistas" y los momentos "revolucionarios" de evolución de una sociedad. La revolución no existiría sin las reformas; pero la revolución existe exactamente porque las reformas no son ya suficientes.

A todo esto se debe añadir que un componente decisivo en la transformación de las reformas en revolución reside en la combinación entre la disposición de lucha de las clases dominadas y de resistencia de las clases dominantes. Cuando los de abajo luchan intensamente por cambios y los de arriba ofrecen

brutal resistencia, están siendo creadas las condiciones para transformar la lucha por reformas en revolución.

Pasando del ángulo histórico al estratégico, es obvio que los procesos electorales no son suficientes para iniciar la construcción del socialismo, una vez que ellos nos permiten llegar al gobierno, no al poder. Por este motivo, en las sociedades donde la izquierda consiguió llegar al gobierno por la vía electoral, es preciso construir un camino hacia el poder que considere el hecho de estar en el gobierno como variable muy relevante de una política revolucionaria, como parte de las circunstancias históricas, no como un "problema imprevisto" o un "desvío indeseable".

Curiosamente, la mayor parte de la izquierda no ve dificultad en articular teóricamente el momento reformista y el momento revolucionario de la estrategia, cuando lo que está en cuestión es la lucha sindical o la elección de parlamentarios. Pero enfrenta una enorme dificultad, cuando lo que está en cuestión es la relación entre el ejercicio de un gobierno nacional y la lucha por el poder.

Uno de los motivos para esta dificultad es que, en la mayor parte de los casos en que asumió electoralmente gobiernos nacionales, la izquierda no logró acumular fuerzas en dirección al socialismo: o abandonó su programa, o fue derrotada electoralmente, o fue derribada por golpes y/o intervenciones extranjeras. Si las revoluciones socialistas son eventos raros, mucho más raras parecen ser las transiciones socialistas a partir de gobiernos electos.

No obstante, la derrota de experiencias como la de la Unidad Popular, así como la derrota de incontables tentativas revolucionarias "clásicas", no permite concluir la inviabilidad de un determinado camino estratégico; permite apenas concluir que, actuando bajo determinadas condiciones históricas y actuando en ellas con determinadas opciones, la izquierda fue derrotada. Para los que piensan que victorias electorales de la izquierda constituyen siempre la antesala de la derrota, se hace necesario responder a dos cuestiones:

a. ¿cómo acumular fuerzas, en una coyuntura histórica en la que predomina la "democracia electoral"?
b. ¿cómo conferir legitimidad a las vías clásicas de toma del poder, en un momento en que la izquierda está consiguiendo victorias electorales?

Ya para los que piensan que, en determinadas condiciones históricas, adoptando determinadas políticas, es posible transformar victorias electora-

les en gobiernos que acumulen fuerzas en dirección al socialismo, es preciso responder sí:

a. ¿tales gobiernos constituyen una especie de "parada" en una ruta que llevará a un enfrentamiento revolucionario?

b. ¿tales gobiernos constituyen parte integrante de una vía de toma del poder diferente de la insurrección y de la guerra popular?

Los que defienden esta segunda posición están llamados a estudiar otra de las experiencias paradigmáticas de la izquierda latinoamericana: el gobierno de la Unidad Popular chilena (1970-1973).

La izquierda híper-moderada considera tener poco que aprender con la experiencia de la Unidad Popular (UP), una vez que ésta se proponía explícitamente como una vía para el socialismo.

Como mucho, usan la experiencia de la UP para instilar un temor reverencial en relación a la derecha, al imperialismo y a las fuerzas armadas, así como para "comprobar" que no se debe "forzar" la correlación de fuerzas.

La izquierda ultra-radical tampoco le da mucha importancia a la UP, que no se encaja en sus paradigmas preferidos: la insurrección, la guerra de guerrillas o, más recientemente, el "movimientismo".

Como mucho, usan la experiencia de la UP para confirmar sus temores en relación a la derecha, al imperialismo y a las fuerzas armadas, así como para "comprobar" que es infructífero intentar una vía electoral al socialismo.

A rigor, híper-moderados y ultra-izquierdistas dudan de la posibilidad de utilizar los procesos electorales (y los mandatos de allí resultantes) como punto de apoyo para la lucha por el socialismo.

Cuando discutimos hoy el papel de los gobiernos nacionales electos en la lucha por el socialismo, lo hacemos en una situación histórica distinta de aquella existente en 1970-1973. Pero las cuestiones fundamentales a estudiar y debatir no se han alterado:

a. la composición y el programa de un bloque histórico popular;

b. la combinación entre la presencia en el aparato del Estado y la construcción de un contrapoder, especialmente en el caso de las fuerzas armadas;

c. como lidiar con la actitud de las clases dominantes, que frente a amenazas a su propiedad y a su poder, quiebran la legalidad y empujan el proceso hacia situaciones de ruptura;

d. la mayor o menor madurez del capitalismo existente en cada formación social concreta y la resultante posibilidad de tomar medidas socialistas.

La gran novedad, que incide sobre los términos de la ecuación arriba resumidos, es la constitución, entre 1998 y 2008, de una correlación de fuerzas en América Latina que permite limitar la injerencia externa. Mientras exista esta situación, será posible especular teórica y prácticamente acerca de una vía de toma del poder que, aunque también revolucionaria, sea diferente de la insurrección y de la guerra popular.

7. China e Brasil, num mundo de crise & transição[54]

A situação mundial pode ser caracterizada como de *crise & transição:*

a. crise do ideário neoliberal, num momento em que o pensamento crítico ainda se recupera dos efeitos de mais de duas décadas de defensiva político-ideológica;
b. crise da hegemonia estadunidense, sem que haja um *hegemon* substituto, o que estimula a formação de blocos regionais e alianças transversais;
c. crise do atual padrão de acumulação capitalista, sem que esteja visível qual será a alternativa sistêmica;
d. crise do modelo de desenvolvimento conservador & neoliberal na América Latina e no Brasil, estando em curso uma transição para um pós-neoliberalismo, cujos traços serão definidos ao longo da própria caminhada.

Noutras palavras, uma situação em que os modelos antes hegemônicos estão em crise, sem que tenham emergido claramente os modelos substitutos.

Um elemento central desta situação mundial é a crise do capitalismo neoliberal, na qual convergem:

[54] Resumo de palestra apresentada na V Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional, realizada nos dias 3 e 4 de dezembro de 2009.

a. uma crise clássica de acumulação;
b. o esgotamento da "capacidade de governança" das instituições de Bretton Woods;
c. os limites do consumo insustentável da economia estadunidense;
d. a dinâmica da especulação financeira.

Este conjunto de variáveis aponta para um período mais ou menos prolongado de instabilidade internacional, bem como para o surgimento de "soluções" intermediárias, temporárias e ineficazes.

No curto e médio prazos, a instabilidade está vinculada:

a. à *crise do capitalismo neoliberal* ...

e ao...

b. declínio da hegemonia estadunidense.

No longo prazo, corresponde à crescente contradição entre a "globalização" da sociedade humana *versus* o *caráter limitado das instituições políticas nacionais e internacionais.*

Estas três dimensões da instabilidade fazem com que seja mais urgente, e ao mesmo tempo mais difícil, a construção de alternativas.

O velho modelo não funciona adequadamente, mas continua imensamente forte, enquanto os novos modelos econômicos e políticos estão surgindo, mas ainda não conseguem se impor.

A crise evidenciou o alto custo social e ambiental do capitalismo, especialmente em sua versão neoliberal, fortalecendo ideologicamente os setores que defendem um "capitalismo não neoliberal".

Fortaleceu também, em muito menor escala, os que propõem uma alternativa socialista ao capitalismo.

Mas o fortalecimento ideológico dos setores progressistas e de esquerda se dá nos marcos de uma situação estrutural que ainda conspira a favor de um desenlace conservador para a crise.

Mesmo fortemente atingidos, os países centrais concentram imenso poder econômico, político e militar.

Isto obriga os demais países do mundo a construir saídas negociadas, inclusive para evitar um colapso generalizado, que teria efeitos catastróficos em

toda a periferia, até porque os picos de desenvolvimento ocorridos a partir de 1990, a começar pelo caso chinês, foram em maior ou menor medida tributários do arranjo produtivo adotado pelos países centrais, em particular a condição de "consumidor de última instância" assumida pelos Estados Unidos.

Além disso, três décadas de hegemonia neoliberal limitaram o horizonte intelectual e a força político-social dos setores críticos.

Estas contradições e limites ficam evidentes quando observamos o que se apresenta como propostas de mudança nas instituições internacionais (sistema ONU, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, BIS).

O desencontro entre o tamanho da crise e a timidez das propostas, num ambiente de crescente multipolaridade, enseja a multiplicação dos "G" e de instituições regionais, como se a proliferação das cúpulas compensasse a modéstia das iniciativas concretas.

São especialmente notórias as dificuldades no debate sobre uma nova moeda internacional, bem como a ineficácia das políticas globais de combate à pobreza e desigualdade.

Neste contexto, há duas dinâmicas que merecem atenção diferenciada: o processo de integração latino-americano e caribenho, especialmente entre os países da América do Sul; e o diálogo entre os países integrantes dos Bric e do Ibas.

O tema central, nos dois processos, é o seguinte: como consolidar laços econômicos, sociais, políticos, militares e ideológicos que permitam aos países integrantes conviver, sem subordinação ou dependência, com o espaço geopolítico ainda hegemonizado pelos Estados Unidos e União Europeia.

A questão subjacente é a seguinte: será possível, mais do que conviver, substituir o arranjo econômico internacional, que tem nos Estados Unidos seu elemento organizador (e desorganizador) central, por um novo arranjo, baseado na combinação entre expansão dos mercados internos e intercâmbio comercial que não seja dependente das ofertas de crédito, insustentáveis no médio prazo, proporcionadas pela emissão sem lastro de dólares?

Pelos motivos que expusemos antes, estamos diante de disputas de longo curso, que serão travadas num ambiente de acentuada instabilidade, em dois planos distintos, porém articulados:

a. a disputa no interior de cada país;

b. a competição entre os diferentes Estados e blocos regionais.

Da complexa articulação entre estes processos podem resultar, grosso modo, três variantes articuladas:

a. a *conservadora*, em que os Estados e setores sociais que se beneficiaram do período neoliberal comandam a distribuição dos custos da crise e mantêm sua hegemonia sobre a ordem internacional;
b. a *progressista*, em que os Estados que não integravam o antigo G-7 reduzem o impacto da crise e estabelecem as bases de um mundo capitalista pós-neoliberal;
c. a *socialista*, no qual o agravamento da crise e das contradições – econômicas, sociais e políticas – provoca, em determinados países e regiões, rupturas com a ordem capitalista.

Quando da crise de 1929, os defensores do desenvolvimento planejado soviético apresentavam-no como alternativa ao modelo liberal capitalista.

Ainda que de maneira muito matizada, alguns defensores do "socialismo de mercado chinês" estão ensaiando fazer o mesmo.

Em paralelo a isto, tanto na mídia quanto nos centros formuladores estratégicos, especula-se abertamente acerca dos conflitos presentes e futuros entre China e EUA, ressuscitando um padrão de reflexão similar aos da "bipolaridade" que marcou a "Guerra Fria".

Em que medida este tipo de reflexão possui correspondência com os rumos seguidos pela China nos últimos 60 anos? Ou ainda: em que medida o modelo chinês se propõe ou pode ser considerado como uma alternativa estrutural e estratégica ao capitalismo anglo-saxão ou ao capitalismo em geral?

A rigor, em se tratando da história da China, há que se considerar o período entre a Guerra do Ópio e 1949 como um longo período de transição, que em 1911 obtém uma solução provisória e em 1949 uma solução definitiva para o grande dilema da "autodeterminação" do povo chinês.

O curso da milenar civilização, interrompido de maneira violenta pelo imperialismo europeu e japonês, é desobstruído com a vitória do Exército Popular de Libertação dirigido pelo Partido Comunista da China, vitorioso fundamentalmente devido ao seu apoio nas massas camponesas e urbanas.

As reformas chinesas iniciadas em 1978 (de maneira similar à Nova Política Econômica soviética implementada nos anos 1920) representaram, por

sua vez, a reafirmação de um aspecto central da tradição marxista: a ideia de que um modo de produção só desaparece quando desenvolve todas as forças produtivas que é capaz de conter. Noutras palavras: só é possível superar o capitalismo desenvolvendo-o. O que, aliás, corresponde à acepção hegeliana do termo "superação".

Do ponto de vista teórico, o conceito de socialismo enquanto transição ao comunismo é totalmente compatível com a existência, mesmo que por um longo período, da propriedade privada, de mercado e de relações capitalistas de produção.

Mas é fato que, para os marxistas do século XIX, a transição seria temporalmente curta, uma vez que teria início nos países capitalistas avançados; ou, pelo menos, contaria com o apoio destes (tal era a expectativa dos bolcheviques ao tomarem o poder em 1917).

A ideia de uma transição "curta" perde sentido, entretanto, quando o ponto de partida é uma sociedade essencialmente pré-capitalista, fazendo com que o Estado produto da revolução seja obrigado não apenas a controlar, mas destacadamente a estimular a exploração capitalista da força de trabalho como meio para aumentar a riqueza social e a produtividade média.

Deste ponto de vista, podemos dizer que os comunistas chineses respeitam a tradição marxista clássica quando sustentam que estão ainda na "fase inicial do socialismo", que esta fase durará muitas décadas e que seu objetivo nesta fase é o de construir uma sociedade "modestamente acomodada".

E são igualmente coerentes quando consideram essencial a preservação da paz, pois conhecem por experiência prática e observação o custo econômico-social das guerras e os limites que tem (para um projeto de orientação socialista) o tipo de desenvolvimento proporcionado pelo investimento no complexo militar.

Entretanto, a projeção exterior do poderio chinês gera conflitos que podem muito bem ser equiparados aos causados pela expansão econômica de países capitalistas. Pois o que está em questão, nesse terreno, é a disputa de mercados e matérias-primas, além da hegemonia e proteção de territórios, assim como a preservação das reservas financeiras. Sendo assim, é necessário analisar em que medida aquela projeção produzirá não apenas conflitos econômicos, mas também políticos e inclusive militares.

O que vemos ao observar a China moderna? Exatamente a busca da capacidade militar necessária para defender a soberania nacional, proteger o entorno geopolítico e dissuadir ataques. Acompanhada, é bom que se diga, de uma política de relações internacionais ainda mais cautelosa do que a dos soviéticos, exceto no entorno geográfico direto.

A inexistência de uma polarização entre capitalismo e socialismo, associada ao enfraquecimento de todas as famílias ligadas ao movimento socialista, faz os comunistas chineses adotarem uma estratégia de baixo perfil.

Esta estratégia decorre de uma interpretação muito realista acerca do atual período histórico. Já nos anos 1970, setores do Partido Comunista chinês apontavam a existência de um refluxo dos processos revolucionários (efetivamente, o Vietnã foi a última grande revolução socialista vitoriosa. O caso nicaraguense não foi socialista, e a revolução do Irã em 1979 responde a outro tipo de processo histórico). No início dos anos 1990, com a dissolução da URSS e o unilateralismo estadunidense, é acertado dizer que o movimento socialista entrou num período de "defensiva estratégica".

Um aspecto adicional do problema é o vínculo estreito entre as economias estadunidense e chinesa. Num sentido geral, também houve vinculação entre URSS e EUA: não apenas a existência da primeira dava ao segundo pretextos para exercer sua hegemonia como estimulava o complexo industrial-militar. Por isto mesmo, a vitória obtida na Guerra Fria colaborou para enfraquecer, no curto espaço de uma década, a hegemonia dos Estados Unidos. Do bilateralismo fomos ao multilateralismo, após um brevíssimo período de unilateralismo.

Os vínculos entre China e Estados Unidos são de tipo diferente. Desde a diplomacia do ping-pong, na qual os Estados Unidos embarcou na perspectiva de derrotar a URSS e reorganizar sua presença no sudeste asiático, a China veio assumindo crescente importância econômica, para o capitalismo em geral e para os Estados Unidos em particular.

Embora as razões sejam muitas, destaca-se algo absolutamente incompreensível para os profetas da "morte do trabalho": a abundância e o baixo valor relativo da força de trabalho chinesa, proporcionando a um capitalismo ocidental maduro, envolto com o drama dos retornos decrescentes, o frescor de altas taxas de mais-valia, associado a um mercado consumidor reprimido.

Trinta anos depois do início das reformas, a China consolidou a condição de polo do desenvolvimento econômico mundial. Novamente, ao contrário do senso comum vulgar, é polo exatamente por: a) não concentrar o estoque principal de riquezas acumuladas; b) possuir uma renda *per capita* baixa; c) indicar uma composição orgânica do capital mais atraente do que nos países de capitalismo maduro.

Há, portanto, um vínculo direto entre os sucessos da China e a aceleração recente da expansão capitalista (e de seus elementos de crise). É como se, décadas depois de o eixo socialista ter se deslocado a Leste, o mesmo estivesse ocorrendo no âmbito do capitalismo.

A questão é: o que farão, diante deste processo, os Estados capitalistas ocidentais? Assistirão passivamente o declínio de sua hegemonia ou buscarão deter e reverter o processo? Que consequências poderá ter esta opção?

Outra questão, combinada com a primeira: frente à crise no capitalismo central, que medidas compensatórias a China terá que adotar no interior do país e no seu entorno asiático? Neste segundo caso, quais as possibilidades de uma aliança e quais as possibilidades de conflito entre os países da região?

Por fim, uma terceira questão: em que medida o Estado chinês conseguirá administrar as tensões decorrentes deste espetacular crescimento? E quais as chances de rompimento no equilíbrio entre as classes sociais chinesas que lance o país em um novo período de grandes conflitos sociais?

Não há respostas definitivas para estas questões, pois, no limite, o que vai ocorrer depende do balanço mutável entre forças econômicas, sociais e políticas que estão em operação neste exato momento.

Feita esta ressalva, podemos dizer que a tendência é de agravamento das tensões internacionais, inclusive no plano militar. Frente a isto, a China vai prosseguir reforçando a segurança de seu entorno, evitando a todo custo qualquer atitude ofensiva. As ameaças externas contribuirão para reforçar a hegemonia do Partido Comunista sobre a população chinesa. Movimentos contra-hegemônicos só terão importância se mudarem a percepção social, segundo a qual o país está prosperando. A novidade pode surgir a partir dos movimentos pela redistribuição das riquezas criadas. Apesar dos enormes problemas práticos envolvidos, a verdade é que o Estado chinês segue dando mostras de enorme capacidade política e gerencial para lidar com tais tensões internas.

Noutras palavras, parece haver margem de manobra suficiente para administrar as tensões e evitar a abertura de um período de grandes conflitos sociais, que reduziria ou mesmo ameaçaria a atuação internacional do Estado chinês.

Por isto mesmo, a China constitui um desafio enorme para os estrategistas de longo prazo dos Estados capitalistas centrais. Não por constituir um "modelo alternativo" ao capitalismo anglo-saxão ou ao capitalismo em geral, até porque a noção de "modelo alternativo" está muito desmoralizada, por inaplicável. A China constitui um desafio por se constituir num polo autônomo de poder, frente aos quais os modelos herdados da "Guerra Fria" não são aplicáveis (embora nos ajudem a compreender alguns movimentos de parte a parte, na linha de recriar um certo "bilateralismo" tipo G-2).

A China também se constitui num desafio político e teórico importante para os setores progressistas e de esquerda. Independente da opinião que cada qual tenha sobre as qualidades do "socialismo de mercado" para a sociedade chinesa, sua projeção externa é extremamente contraditória. A China é uma grande potência, com interesses a defender, plano em que todos os gatos são pardos. O que acaba enfatizando mais o "mercado" do que o "socialismo", o que ajuda a explicar por que o "modelo chinês" não é percebido como uma alternativa estrutural e estratégica ao capitalismo em geral.

É verdade é que a posição do Estado brasileiro frente à China não depende da orientação ideológica predominante em cada um dos países. Se não ocorrer nada de extraordinário, durante as próximas décadas Brasil e China serão essenciais na conformação do "mundo que vem aí". Uma vez que as contradições bilaterais são menores do que as existentes entre, por exemplo, Brasil e Estados Unidos ou entre China e Estados Unidos, há um enorme espaço de cooperação estratégica.

Isto posto, é essencial estudar a fundo o processo em curso na China e compreender que os setores políticos dominantes naquele país acreditam firmemente que seu "presente exitoso" começou a ser construído com a vitória comunista na Revolução de 1949. A correta percepção disto, bem como das opções estratégicas que daí resultam, pode ajudar no aprofundamento das relações entre Brasil e China.

8. Nem devagar, nem pressa[55]

Os socialistas do século XXI não podem alegar ignorância acerca do quão complexa e demorada é a luta por superar o capitalismo e transitar para uma sociedade sem classes, sem Estado, sem exploração nem opressão.

A luta pelo poder pode se resolver no prazo de anos, mas a construção de outra sociedade é um projeto de décadas e séculos.

O capitalismo surgiu na Europa Ocidental e de lá se expandiu para o mundo. Talvez influenciados por esta trajetória, os socialistas do século XIX imaginavam que as primeiras vitórias do socialismo ocorreriam na Europa, onde o capitalismo estivesse mais desenvolvido, notadamente a Alemanha. Mas a primeira revolução socialista vitoriosa ocorreu na Rússia de 1917, na fronteira entre Europa e Ásia, entre Ocidente e Oriente. Lenin já havia indicado que a Rússia constituía exatamente o "elo mais fraco da cadeia imperialista". Admitindo ser mais fácil tomar o poder ali do que na Alemanha, Lenin reconhecia, entretanto, que na Rússia seria mais difícil construir o socialismo, devido ao atraso político, social e econômico. A solução viria, supostamente, da solidariedade da posterior e subsequente revolução socialista nos países europeus mais avançados, estimulada exatamente pelo exemplo do proletariado

[55] Este texto começou a circular em janeiro de 2010.

russo. Entretanto, ainda que de lá tenha vindo solidariedade, desde 1917 até hoje não houve nenhuma revolução socialista vitoriosa nas potências capitalistas ocidentais.

Bloqueada a oeste, a revolução expandiu-se em direção leste. Já em 1918, Stalin diria que "o grande significado mundial da Revolução de Outubro consiste principalmente no fato de ter lançado uma ponte entre o Ocidente socialista e o Oriente oprimido, constituindo uma nova frente da revolução que, dos proletários do Ocidente, através da revolução da Rússia, chega até os povos oprimidos do Oriente, contra o imperialismo mundial".

Ao projetar o socialismo no Oriente, o governo soviético e o Partido Comunista russo (bolchevique) provocaram mutações no projeto e na estratégia originárias de Marx. Para este, o socialismo seria uma etapa de transição entre o capitalismo e o comunismo. Levado ao Oriente, pouco a pouco o socialismo passou a ser apresentado como uma etapa de transição entre o pré-capitalismo e o comunismo.

Esta novidade era uma heresia à luz do marxismo ocidental do século XIX, mas não era uma ideia estranha à tradição socialista russa: os *narodniks* se caracterizaram exatamente por tentar construir um caminho que fosse do feudalismo russo ao socialismo, sem passar pelo capitalismo. Lenin iniciou sua trajetória política combatendo esta teoria, mas o curso dos acontecimentos o levou a capitanear um experimento que poderia muito bem ser considerado uma variante do "populismo", acusação que aliás lhe foi dirigida à época por seus adversários no movimento social-democrata.

A guerra de 1939-1945, que começou antes na Ásia com a ofensiva japonesa de 1937, é o pano de fundo da segunda grande revolução socialista vitoriosa. Desta vez não mais em território de fronteira, mas totalmente oriental: a Revolução Chinesa de 1949. A rigor, há que se considerar o período entre a Guerra do Ópio e 1949 como um longo período de transição, que em 1911 obtém uma solução provisória e em 1949 uma solução definitiva para o grande dilema da "autodeterminação" do povo chinês.

O curso da milenar civilização, interrompido de maneira violenta pelo imperialismo europeu e japonês, é desobstruído com a vitória do Exército Popular de Libertação dirigido pelo Partido Comunista da China, vitorioso fundamentalmente devido ao seu apoio nas massas camponesas e urbanas.

Se o Partido Operário Social-Democrata Russo (apelidado de bolchevique e, em 1918, renomeado Partido Comunista) soube ser heterodoxo frente aos seus congêneres europeus, os comunistas chineses souberam ser heterodoxos diante de muitas das orientações da Terceira Internacional Comunista. Integraram de maneira consistente a teoria do imperialismo, a questão colonial, a autodeterminação dos povos e a luta pelo socialismo. Construíram uma engenhosa fórmula que fazia do campesinato força principal da revolução, mas preservando o "papel dirigente do proletariado", na prática encarnado no próprio partido. Inviabilizada a cópia da insurreição urbana de tipo russo, aplicaram uma estratégia de "cerco da cidade pelo campo", apoiada numa "guerra popular prolongada". E, através da fórmula da "Nova Democracia", buscaram construir uma ponte de longo curso entre o atraso econômico chinês e o projeto comunista que animava a direção revolucionária.

Sessenta anos depois, seguem visíveis os dois pilares desta ponte: por um lado, a inegociável defesa da soberania nacional; por outro, a atenta consideração dos interesses do campesinato. Curiosamente, será em grande medida a radicalização dos camponeses pobres (sem os quais a revolução não teria vencido) que explica os ziguezagues que marcaram os primeiros trinta anos do poder instalado em 1949. O "grande salto adiante" e a "revolução cultural proletária" expressavam, em essência, a vontade de ultrapassar o capitalismo, lançando mão do voluntarismo ideológico e apoiando-se em forças produtivas muito atrasadas. Este socialismo "camponês" fracassou em grande medida por não ter sido capaz de oferecer senão um igualitarismo na pobreza.

As reformas chinesas iniciadas em 1978 (de maneira similar à Nova Política Econômica soviética implementada nos anos 1920) representaram, por sua vez, a reafirmação de um aspecto central da tradição marxista: a ideia de que *um modo de produção só desaparece quando desenvolve todas as forças produtivas que é capaz de conter*. Noutras palavras: só é possível superar o capitalismo em alguma medida desenvolvendo-o. O que, aliás, corresponde à acepção hegeliana do termo "superação".

Do ponto de vista teórico, o conceito de socialismo enquanto transição ao comunismo é totalmente compatível com a existência, mesmo que por um longo período, da propriedade privada, do mercado e de relações capitalistas de produção. Mas, para os marxistas do século XIX, a transição socialista seria

temporalmente curta, uma vez que teria início nos países capitalistas avançados; ou, pelo menos, contaria com o apoio destes (tal era a expectativa dos bolcheviques ao tomarem o poder em 1917). A ideia de uma transição "curta" perde sentido, entretanto, quando o ponto de partida é uma sociedade essencialmente pré-capitalista, fazendo com que o Estado produto da revolução seja obrigado não apenas a controlar, mas destacadamente a estimular a exploração capitalista da força de trabalho como meio para aumentar a riqueza social e a produtividade média, pressupostos para uma sociedade onde haja o máximo possível de abundância e de tempo livre.

Deste ponto de vista, podemos dizer que os comunistas chineses respeitam a tradição marxista clássica, quando sustentam que estão ainda na "fase inicial do socialismo", que esta fase durará muitas décadas e que seu objetivo nesta fase é o de construir uma sociedade "modestamente acomodada".

E são igualmente coerentes quando consideram essencial a preservação da paz, pois conhecem por experiência prática e observação o custo econômico-social das guerras e os limites que tem (para um projeto de orientação socialista) o tipo de desenvolvimento proporcionado pelo investimento no complexo militar. Entretanto, a projeção exterior do Estado chinês gera conflitos que podem muito bem ser equiparados aos causados pela expansão econômica de países capitalistas. Pois o que está em questão, nesse terreno, é a disputa de mercados e matérias-primas, além de hegemonizar e proteger territórios, assim como preservar reservas financeiras.

Alguns paralelos com o caso da URSS podem ser traçados. Superadas, por volta de 1925, as expectativas numa revolução socialista imediata nos países ocidentais, a estratégia política e militar soviética foi se tornando cada vez mais defensiva. Isto foi acompanhado pela criação de um cinturão de proteção, bem como de "cabeças de ponte" político-ideológicas no interior dos países capitalistas centrais. Mas o "expansionismo soviético" foi essencialmente uma criação da máquina de propaganda dos Estados Unidos. O pacto com a Alemanha nazista e os ataques contra a Finlândia e a Polônia respondiam ao mesmo objetivo: operações defensivas, frente ao temor de que Inglaterra e França empurrassem os alemães no sentido de buscar seu "espaço vital" no Leste. E, quando a Segunda Guerra termina e começa a divisão de áreas de influência, a postura geral da URSS é bastante contida.

Ao tempo em que adotava uma linha defensiva no plano político-militar, o PC soviético construiu uma orientação estratégica de buscar o socialismo através da coexistência e competição pacífica com o capitalismo. Coerente com isto, formulou-se também a tese da "transição pacífica" para o socialismo, buscando equacionar (no papel, ao menos) outro paradoxo: as revoluções socialistas podem ocorrer em condições de guerra, mas as guerras solapam as condições de construção do socialismo. Nos anos 1950, o PC chinês considerou "revisionista" esta formulação soviética de "transição pacífica", dando início a um enfrentamento que resultaria na ruptura entre a China e a URSS, bem como entre os respectivos partidos. Ironicamente, a orientação atual do PC chinês frente ao mundo capitalista é, exatamente, buscar *equiparar* e *superar.*

Num certo sentido, a estratégia mundial do Partido Comunista chinês é uma versão concentrada e atualizada daquela que foi adotada pelo PC soviético, especialmente a partir do seu XX congresso (1956). No caso da URSS, esta orientação nem sempre parecia moderada, seja por causa do confronto entre campo socialista *versus* capitalista (com momentos "frios" e outros "quentes", como nas guerras da Coreia e do Vietnã); seja devido à atuação do movimento socialista internacional, em suas variadas ramificações; seja devido à propaganda anticomunista.

Hoje, a inexistência de uma polarização entre "campos" capitalista e socialista, associada ao enfraquecimento de todas as famílias ligadas ao movimento socialista, permite constatar com mais clareza o *baixo perfil* da estratégia chinesa. Esta estratégia decorre, ao menos em parte, de uma interpretação muito realista acerca do atual período histórico. Já nos anos 1970, setores do Partido Comunista chinês apontavam a existência de um refluxo dos processos revolucionários (efetivamente, o Vietnã foi a última grande revolução socialista vitoriosa. A revolução nicaraguense não foi socialista, e a revolução do Irã em 1979 responde a outro tipo de processo histórico).

No início dos anos 1990, com a dissolução da URSS e o unilateralismo estadunidense, podemos dizer que o conjunto do movimento socialista entrou num período de "defensiva estratégica". A situação começou a mudar entre 1998 e 2008, primeiro com o estabelecimento de vários governos de esquerda na América Latina; e, depois, com a crise internacional. Mas estes acontecimentos não chegaram a alterar a natureza do período, que segue sendo de

"defensiva estratégica". Um sinal disto é o contraste entre a profundidade da crise internacional e a capacidade que os grandes Estados capitalistas tiveram para evitar seu transbordamento político-social.

Outro sinal é a existência de uma contraofensiva da direita latino-americana, que recebeu o paradoxal reforço da crise internacional, que cria dificuldades econômicas para a maioria dos governos progressistas; e da vitória de Obama, cuja imagem positiva (construída midiaticamente e facilitada pelo contraste com Bush) permitiu aos EUA recuperar parte de sua margem de manobra.

Frente a esta situação, a esquerda latino-americana busca não perder nenhum governo para a direita, acelerar o processo de integração regional e persistir no caminho das mudanças estruturais. A questão prática está em como fazer isto, evitando dois erros: a) ir além da nossa capacidade de sustentar politicamente os processos; b) ficar aquém do necessário para que possamos acumular forças em direção ao socialismo.

É verdade que, em vários países, o processo em curso já vem sendo chamado de "revolução" ou mesmo de "socialismo". Isto tem vários motivos e, no fundo, confirma que a América Latina precisa de uma revolução socialista. Mas é preciso lembrar que a retórica é incapaz de solucionar problemas que ainda não conseguimos resolver na prática.

Ao longo do século passado, o movimento socialista fez de tudo um pouco: luta social, ideológica, política e militar; construção de partidos e de Internacionais; grandes revoluções vitoriosas e outras derrotadas. E esteve diretamente envolvido em dois grandes experimentos: o "Estado de bem-estar", no qual se empenharam os social-democratas; e as tentativas de construção do socialismo, dirigidas pelos comunistas.

O movimento socialista do século XX foi derrotado. Mas o repertório de experiências é imenso. Em contrapartida, as experiências e as tentativas dos socialistas do nosso século ainda são muito limitadas Mesmo que aceitemos a tese do "curto século XX" iniciado em 1914-1917 e findo em 1989-1991, ainda assim o século XXI começou há pouco. Nesse período, não vivemos nenhuma grande revolução. Na América Latina, por exemplo, por mais que nos orgulhemos dos governos que conquistamos a partir de 1998, é preciso reconhecer que estamos muito longe da radicalidade política e profundidade

social alcançadas pela Revolução Cubana de 1959. A luta pelo socialismo no século XXI ainda não protagonizou nenhuma revolução daquele tipo, capaz de destruir o aparato de Estado e expropriar a antiga classe dominante. No plano da teoria, estamos atrasados no que toca à análise do capitalismo contemporâneo, ao balanço das tentativas de construção do socialismo iniciadas no século XX e à elaboração de uma estratégia para a luta pelo poder e à construção do socialismo nas condições do século XXI.

Talvez seja mais exato falar de *socialismos e de estratégias.* Nosso movimento sempre foi plural, geográfica, sociológica, teórica, organizativa e politicamente. Isto não implica igualar as diferentes tradições, mas implica considerar que todas deram contribuições que, gostemos ou não, formam parte do patrimônio coletivo do movimento socialista.

Um dos motivos da pluralidade socialista é o capitalismo. O modo de produção capitalista impulsiona uma tendência à uniformização, mas as formações socioeconômicas hegemonizadas pelo capitalismo, nas distintas regiões do mundo e épocas históricas, apresentam diferenças importantes. Enquanto for assim, a superação do capitalismo exigirá diferentes estratégias de resistência, de conquista do poder e de construção do socialismo.

Não significa dizer que todas as estratégias são válidas, mas que o movimento socialista deve recusar a ideia de que exista uma única estratégia válida para todos os locais e tempos.

Outro motivo pelo qual devemos usar o plural é porque as diferentes classes e setores em luta contra o capitalismo não possuem os mesmos objetivos de longo prazo, e por isso sua unidade é sempre conflituosa.

Vale dizer que esta pluralidade vai além da existência de distintos partidos, programas e estratégias, incluindo também aqueles cujo horizonte máximo é melhorar a vida do povo nos marcos do capitalismo.

É preciso considerar, ainda, os que defendem um tipo de socialismo que supõe preservar formas de organização social pré-capitalistas; e outros para quem o socialismo confunde-se com o anti-imperialismo. Enfim, a ecologia do movimento socialista moderno é tão ampla que categorias no plural são mais adequadas.

O debate sobre o socialismo na América Latina deste início de século XXI deve nos ajudar a responder como passar: a) da condição de governo para a

condição de poder; b) da situação atual, em que estamos melhorando a vida do povo nos marcos do capitalismo, para uma nova situação, em que possamos melhorar a vida do povo nos marcos de uma transição socialista.

Se tivermos sucesso na combinação entre as diferentes estratégias nacionais e uma estratégia continental de integração, daremos uma contribuição importante para que o movimento socialista saia da atual situação de "defensiva estratégica" e entre numa situação de "equilíbrio estratégico", ao menos em nosso continente.

Isto deve ser feito nos marcos de uma crise & transição mundiais, onde se combinam: a) crise do ideário neoliberal, num momento em que o pensamento crítico ainda se recupera dos efeitos de mais de duas décadas de defensiva político-ideológica; b) crise da hegemonia estadunidense sem que haja um *hegemon* substituto, o que estimula o multilateralismo, a formação de blocos regionais e alianças transversais; c) crise do atual padrão de acumulação capitalista, sem que esteja visível qual será a alternativa sistêmica; d) crise do modelo de desenvolvimento conservador & neoliberal na América Latina e no Brasil, estando em curso uma transição para um pós-neoliberalismo, cujos traços serão definidos ao longo da própria caminhada. Noutras palavras, uma situação em que os modelos antes hegemônicos estão em crise sem que tenham emergido claramente os modelos substitutos.

Um elemento central desta situação mundial é a crise do capitalismo neoliberal, na qual convergem: a) uma crise clássica de acumulação; b) o esgotamento da "capacidade de governança" das instituições de Bretton Woods; c) os limites do consumo insustentável da economia estadunidense; d) a dinâmica da especulação financeira.

Este conjunto de variáveis aponta para um período mais ou menos prolongado de instabilidade internacional. No curto e médio prazos, a instabilidade está vinculada à *crise do capitalismo neoliberal e ao declínio da hegemonia estadunidense.* No longo prazo, corresponde à crescente contradição entre a "globalização" da sociedade humana *versus* o *caráter limitado das instituições políticas nacionais e internacionais.*

Estas várias dimensões da instabilidade fazem com que seja mais urgente, e ao mesmo tempo mais difícil, a construção de alternativas. O velho modelo não funciona adequadamente, mas continua imensamente forte, enquanto os

novos modelos econômicos e políticos estão surgindo, mas ainda não conseguem se impor.

A crise evidenciou o alto custo social e ambiental do capitalismo, especialmente em sua versão neoliberal, fortalecendo ideologicamente os setores que defendem um "capitalismo não neoliberal". Fortaleceu também, em muito menor escala, os que propõem uma alternativa socialista ao capitalismo.

Mas o fortalecimento ideológico dos setores progressistas e de esquerda se dá nos marcos de uma situação estrutural que ainda conspira a favor de um desenlace conservador para a crise. Mesmo fortemente atingidos, os países centrais concentram imenso poder econômico, político e militar. O tamanho desta hegemonia capitalista pode ser medido, paradoxalmente, pela profundidade da crise de 2008 e, ao mesmo tempo, pela capacidade que os grandes Estados capitalistas demonstraram para evitar o transbordamento político-social da crise, em favor das esquerdas.

Além disso, três décadas de hegemonia neoliberal limitaram o horizonte intelectual e a força político-social dos setores críticos. Estas contradições e limites ficam evidentes quando observamos o desencontro entre o tamanho da crise e a timidez das propostas e medidas, especialmente sobre uma nova moeda internacional, bem como a ineficácia das políticas globais de combate à pobreza e à desigualdade.

É nesse contexto que ganha importância estratégica o processo de integração latino-americano e caribenho, especialmente entre os países da América do Sul. O tema central, neste processo, é o seguinte: como consolidar laços econômicos, sociais, políticos, militares e ideológicos que permitam aos países integrantes conviver, sem subordinação ou dependência, com o espaço geopolítico ainda hegemonizado pelos Estados Unidos e União Europeia.

A questão derivada é a seguinte: será possível, mais do que conviver, substituir o arranjo econômico internacional que tem nos Estados Unidos seu elemento organizador (e desorganizador) central por um novo arranjo, baseado em uma combinação entre expansão dos mercados internos e intercâmbio comercial que não seja dependente das ofertas de crédito, insustentáveis no médio prazo, proporcionadas pela "emissão sem lastro" de dólares?

Qualquer que seja a resposta para as questões, é preciso ter claro que estamos frente a disputas de longo curso, que serão travadas num ambiente

de acentuada instabilidade, em dois planos distintos, porém articulados: por um lado, a disputa no interior de cada país; por outro, a competição entre os diferentes estados e blocos regionais. Dessa disputa podem emergir desenlaces conservadores ou progressistas; mas também podem emergir soluções socialistas, comprometidas com a mais profunda democratização, o internacionalismo, o planejamento democrático e ambientalmente orientado, bem como com a propriedade pública dos grandes meios de produção.

É por isto que trabalhamos.

10. Algunas ideas sobre la lucha por el socialismo en el siglo XXI[56]

Los organizadores del Foro Internacional "Los nuevos retos de América Latina: Socialismo y Sumak Kawsay" me invitaron a hablar acerca de las "diferencias entre el Socialismo del Siglo XX y el Socialismo del Siglo XXI". Y propusieron enfatizar dos temas: "la democracia participativa" y el "nuevo sujeto revolucionario".

Los socialistas del siglo XXI no pueden alegar ignorancia acerca de cuan compleja y demorada es la lucha por superar el capitalismo y transitar a una sociedad sin clases, sin Estado, sin explotación ni opresión. La lucha por el poder puede resolverse a lo largo de los años, pero la construcción de otra sociedad es un proyecto de décadas y siglos.

El capitalismo surgió en Europa Occidental y de allá se expandió para el mundo. Quizás influenciados por esta trayectoria, los socialistas del siglo XIX imaginaban que las primeras victorias del socialismo ocurrirían en Europa, donde el capitalismo estuviese más desarrollado, principalmente Alemania. Pero la primera revolución socialista victoriosa ocurrió en Rusia el 1917, en la frontera entre Europa y Asia, entre Occidente y Oriente.

---

[56] Este texto fue una contribución para el Foro Internacional *"Los nuevos retos de América Latina: Socialismo y Sumak Kawsay",* realizado en Quito (Ecuador) en los días 18 y 19 de enero de 2010.

Lenin ya había indicado que Rusia constituía exactamente el "vínculo más débil de la cadena imperialista". Admitiendo ser más fácil tomar el poder allí que en Alemania, Lenin reconocía, sin embargo, que en Rusia sería más difícil construir el socialismo, debido al atraso político, social y económico. La solución vendría, supuestamente, de la solidaridad de la posterior y subsiguiente revolución socialista en los países europeos más avanzados, estimulada exactamente por el ejemplo del proletariado ruso.

Sin embargo, si de allá vino la solidaridad, desde 1917 hasta hoy no hubo ninguna revolución socialista victoriosa en las potencias capitalistas occidentales.

Bloqueada al Oeste, la revolución se expandió en dirección Este. Ya el 1918, Stalin diría que "el gran significado mundial de la Revolución de Octubre consiste principalmente en el hecho de haber lanzado un puente entre el Occidente socialista y el Oriente oprimido, constituyendo un nuevo frente de la revolución que, de los proletarios del Occidente, a través de la revolución de Rusia, llega hasta los pueblos oprimidos de Oriente, contra el imperialismo mundial".

Al proyectar el socialismo en Oriente, el gobierno soviético y el Partido Comunista Ruso (bolchevique) provocaron mutaciones en el proyecto y la estrategia originarias de Marx. Para este, el socialismo sería una etapa de transición entre el capitalismo y el comunismo. Llevado a Oriente, poco a poco el socialismo pasó a ser presentado como una etapa de transición entre el precapitalismo y el comunismo.

Esta novedad era una herejía a la luz del marxismo occidental del siglo XIX, pero no era una idea extraña a la tradición socialista rusa: los *narodniks* se caracterizaron exactamente por intentar construir un camino que fuera del feudalismo ruso al socialismo, sin pasar por el capitalismo. Lenin inició su trayectoria política combatiendo esa teoría, pero el curso de los acontecimientos lo llevó a capitanear un experimento que podría muy bien ser considerado una variante del "populismo", acusación que por cierto le fue dirigida en la época por sus adversarios en el movimiento socialdemócrata.

La guerra de 1939-1945, que empezó antes en Asia, con la ofensiva japonesa de 1937, es la pantalla de fondo de la segunda gran revolución socialista victoriosa. Esta vez ya no en territorio de frontera, sino totalmente oriental: la revolución china de 1949.

Estrictamente, hay que considerar el periodo entre la Guerra del Opio y 1949 como un largo periodo de transición, que en 1911 obtiene una solución provisional y en 1949 una solución definitiva para el gran dilema de la autodeterminación del pueblo chino. El curso de la milenaria civilización, interrumpido de manera violenta por el imperialismo europeo y japonés, es desobstruido con la victoria del Ejército Popular de Libertación, dirigido por el Partido Comunista de China, victorioso fundamentalmente debido a su apoyo en las masas campesinas y urbanas.

Se el Partido Obrero Social-Demócrata Ruso (apodado de bolchevique y, en 1918, renombrado Partido Comunista) supo ser heterodoxo frente a sus congéneres europeos, los comunistas chinos supieron ser heterodoxos delante de muchas de las orientaciones de la Tercera Internacional Comunista.

Integraron de manera consistente la teoría del imperialismo, la cuestión colonial, la autodeterminación de los pueblos y la lucha por el socialismo. Construyeron una ingeniosa fórmula que hacía del campesinado fuerza principal de la revolución, pero preservando el "papel dirigente del proletariado", en la práctica encarnado en el propio partido. Frustrada la copia de la insurrección urbana de tipo ruso, aplicaron una estrategia de "cerco de la ciudad por el campo", apoyado en una "guerra popular prolongada". Y a través de la fórmula de la "Nueva Democracia", buscaron construir un puente de largo alcance entre el atraso económico chino y el proyecto comunista que animaba la dirección revolucionaria.

Sesenta años después, siguen visibles los dos pilares de este puente: por un lado, la innegociable defensa de la soberanía nacional; por otro lado, la atenta consideración de los intereses del campesinado. Curiosamente, será en gran medida la radicalización de los campesinos pobres (sin los cuales la revolución no habría vencido) que explica los zigzags que marcaron los primeros treinta años del poder instalado en 1949. El "gran salto adelante" y la "revolución cultural proletaria" expresaban, en esencia, la voluntad de rebasar el capitalismo, echando mano del voluntarismo ideológico y apoyándose en fuerzas productivas muy atrasadas. Este socialismo campesino fracasó en gran medida por no haber sido capaz de ofrecer salvo un igualitarismo en la pobreza.

Las reformas chinas principiadas en 1978 (de manera similar a la Nueva Política Económica soviética de los años 1920) representaron, a su vez, la

reafirmación de un aspecto central de la tradición marxista: la idea de que un modo de producción solo desaparece cuando desarrolla todas las fuerzas productivas que es capaz de contener. En otras palabras: solo es posible superar el capitalismo, en alguna medida desarrollándolo. Lo que, dicho sea de paso, corresponde a la acepción hegeliana del término "superación".

Desde un punto de vista teórico, el concepto de socialismo como transición al comunismo es totalmente compatible con la existencia, aunque sea por un largo periodo, de la propiedad privada, el mercado y de las relaciones capitalistas de producción. Pero para los marxistas del siglo XIX, la transición socialista sería temporalmente corta, una vez que tendría inicio en los países capitalistas avanzados; o, por lo menos, contaría con el apoyo de estos (tal era la expectativa de los bolcheviques al tomar el poder en 1917). La idea de una transición corta pierde sentido, sin embargo, cuando el punto de partida es una sociedad esencialmente precapitalista, haciendo que el Estado producto de la revolución sea obligado no solo a controlar, sino marcadamente a estimular la explotación capitalista de la fuerza de trabajo, como medio para aumentar la riqueza social y la productividad media, presupuestos para una sociedad donde haya o máximo posible de abundancia y tiempo libre.

Desde este punto de vista podemos decir que los comunistas chinos respetan la tradición marxista clásica, cuando sostienen que están todavía en la "fase inicial del socialismo", que esta durará muchas décadas y que su objetivo en esta fase es el de construir una sociedad "modestamente acomodada".

Y son igualmente coherentes cuando consideran esencial la preservación de la paz, pues conocen por experiencia práctica y observación el costo económico-social de las guerras y los límites que tiene (para el proyecto de orientación socialista) el tipo de desarrollo proporcionado por la inversión en el complejo militar. Sin embargo, la proyección exterior del Estado chino genera conflictos que pueden muy bien ser equiparados a los causados por la expansión económica de países capitalistas. Pues lo que está en cuestión, en este terreno, es la disputa de mercados y materias primas, además de hegemonizar y proteger territorios, así como preservar reservas financieras.

Algunas semejanzas con el caso de la URSS pueden ser trazadas. Superadas, alrededor de 1925, las expectativas en una revolución socialista inmediata en los países occidentales, la estrategia política y militar soviética fue tornándo-

se cada vez más defensiva. Esto fue acompañado por la creación de un cinturón de protección, bien como de "cabezas de puente" político ideológicas en el interior de los países capitalistas centrales. Pero el "expansionismo soviético" fue esencialmente una creación de la máquina de propaganda de los Estados Unidos. El pacto con la Alemania nazi y los ataques contra Finlandia y Polonia respondían al mismo objetivo: operaciones defensivas, frente al temor de que Inglaterra y Francia empujasen a los alemanes en el sentido de buscar su "espacio vital" en el Este. Y cuando la Segunda Guerra termina y comienza la división de áreas de influencia, la postura general de la URSS es bastante moderada.

Al tiempo que adoptaba una línea defensiva en el plano político-militar, el PC soviético construyó una orientación estratégica de buscar el socialismo a través de la coexistencia y competición pacífica con el capitalismo.

Coherente con esto, se formuló también la tesis de la "transición pacífica" para el socialismo, buscando resolver (en el papel al menos) otra paradoja: las revoluciones socialistas ocurrieron en general en condiciones de guerra, pero las guerras arruinan las condiciones de construcción del socialismo.

En los años 1950, el PC chino acusó la formulación soviética de "revisionismo", dando inicio a un enfrentamiento que resultaría en la ruptura entre China y la URSS, así como entre los respectivos partidos. Irónicamente, la orientación actual del PC chino frente al mundo capitalista es, exactamente, buscar equiparar y superar.

En cierto sentido, la estrategia mundial del Partido Comunista chino es una versión concentrada y actualizada de aquella que fue adoptada por el PC soviético, especialmente a partir de su XX congreso (1956). En el caso de la URSS, esta orientación no siempre parecía moderada, sea por causa de la confrontación entre el campo socialista versus el capitalista (con momentos "fríos" y otros "calientes", como en las guerras de Corea y Vietnam); sea debido a la actuación del movimiento socialista internacional, en sus variadas ramificaciones; sea debido a la propaganda anti-comunista.

Hoy, la no existencia de una polarización entre los "campos" capitalista y socialista, asociada al debilitamiento de todas las familias ligadas al movimiento socialista, permite constatar con más claridad el bajo perfil de la estrategia china. Esta estrategia resulta, al menos en parte, de una interpretación muy realista acerca del actual periodo histórico. Ya en los años 1970, sectores del

Partido Comunista chino apuntaban a la existencia de un reflujo de los procesos revolucionarios (efectivamente, Vietnam fue la última gran revolución socialista victoriosa. La revolución nicaragüense no fue socialista y la revolución de Irán en 1979 responde a otro tipo de proceso histórico).

Al inicio de los años 1990, con la disolución de la URSS e con el unilateralismo estadounidense, podemos decir que el conjunto del movimiento socialista entró en un periodo de "defensiva estratégica".

La situación empezó a cambiar entre 1998 y el 2008, primero con la ascensión de varios gobiernos de izquierda en América Latina; y, después, con la crisis internacional. Pero estos acontecimientos no llegaran a alterar la naturaleza del periodo, que sigue siendo de "defensiva estratégica".

Una señal de esto es el contraste entre la profundidad de la crisis internacional y la capacidad que los grandes Estados capitalistas tuvieron para evitar su desbordamiento político-social.

Otra señal es la existencia de una contra ofensiva de la derecha latinoamericana, que recibió el paradójico refuerzo de la crisis internacional, que crea dificultades económicas para la mayoría de los gobiernos progresistas; y de la victoria de Obama, cuya imagen positiva (construida mediáticamente y facilitada por el contraste con Bush) permitió a los EE.UU. recuperar parte de su margen de maniobra.

Frente a esto, la izquierda latinoamericana busca no perder ningún gobierno para la derecha, acelerar el proceso de integración regional e insistir en el camino de los cambios estructurales.

La cuestión práctica está en cómo hacer esto, evitando dos errores: a) ir más allá de nuestra capacidad de sustentar políticamente los procesos; b) no alcanzar lo necesario para que podamos acumular fuerzas en dirección del socialismo.

Es verdad que en varios países, el proceso en curso ya viene siendo llamado "revolución" o incluso "socialismo". Esto tiene varios motivos, y en el fondo confirma que América Latina necesita una revolución socialista. Pero es necesario recordar que la retórica es incapaz de solucionar problemas que todavía no logramos resolver en la práctica.

A lo largo del siglo pasado, el movimiento socialista hizo de todo un poco; lucha social, ideológica, política y militar; construcción de partidos y de Internacionales; grandes revoluciones victoriosas y otras derrotadas. Y estuvo

directamente involucrado en dos grandes experimentos: el Estado del bienestar, en el cual se empeñaron los socialdemócratas; y los intentos de construcción del socialismo, dirigidos por los comunistas.

El movimiento socialista del siglo XX fue derrotado, pero el repertorio de experiencias es inmenso. Por el contrario, las experiencias y los intentos de los socialistas de nuestro siglo aún son muy limitadas. Aunque aceptemos la tesis del "corto siglo XX", iniciado en 1914-1917 y concluido en 1989-1991; aún así, el siglo XXI empezó hace poco. En este periodo, no vivimos ninguna gran revolución. En América Latina, por ejemplo, por más que nos enorgullecemos de los gobiernos que conquistamos, debemos reconocer que estamos muy lejos del radicalismo político y profundidad social alcanzadas por la revolución cubana de 1959. La lucha por el socialismo en el siglo XXI todavía no protagonizó ninguna revolución de este tipo, capaz de destruir el aparato del Estado y expropiar a la antigua clase dominante.

En el plano de la teoría, estamos atrasados en lo que respecta al análisis del capitalismo contemporáneo, al balance de los intentos de construcción del siglo XX, y la elaboración de una estrategia para la lucha por el poder y la construcción del socialismo en las condiciones del siglo XXI.

Por todo esto, considero prematuro hablar de las "diferencias" entre el socialismo del siglo XX y el socialismo de siglos XXI. Creo que es más exacto hablar de socialismos, estrategias y sujetos revolucionarios. Siempre en plural.

Nuestro movimiento siempre fue plural, geográfica, sociológica, teórica, organizativa y políticamente. Esto no implica igualar las diferentes tradiciones, sino que implica considerar que todas dieron contribuciones que, nos guste o no, forman parte del patrimonio colectivo del movimiento socialista.

Uno de los motivos de la pluralidad socialista es el capitalismo. El modo de producción capitalista impulsa una tendencia a la uniformización, pero las formaciones socio-económicas hegemonizadas por el capitalismo, en las distintas regiones del mundo y épocas históricas, presentan diferencias importantes. Mientras sea así, la superación del capitalismo exigirá diferentes estrategias de resistencia, de conquista del poder e de construcción del socialismo. No significa decir que todas las estrategias son válidas, sino que significa que el movimiento socialista debe rechazar la idea de que exista una única estrategia válida para todos los lugares y tiempos.

Otro motivo por el cuál debemos usar el plural, es porque las diferentes clases y sectores que luchan contra el capitalismo, no poseen los mismos objetivos de largo plazo y por eso su unidad es siempre conflictiva.

El proletariado (o sea: la clase de los trabajadores desprovistos de medios de producción y que venden su fuerza de trabajo para los capitalistas) continúa siendo la clase social objetivamente interesada en una sociedad donde los medios de producción se vuelvan propiedad colectiva.

Pero el proletariado del siglo XXI no es igual al del siglo XIX o XX; posee en su interior diferentes fracciones de clase, con distintos intereses; sin hablar de las diferencias nacionales. Además de esto, para que el proletariado sea revolucionario en la práctica, necesita forjar una alianza con los demás sectores sociales que están en conflicto con el capitalismo, en cada época y región concreta, alrededor de un programa y de una estrategia. No siempre el proletariado es capaz de esto y otros sectores sociales asumen la vanguardia.

Por esto, si en el terreno del análisis teórico del modo de producción capitalista podemos hablar de "clase revolucionaria", en el terreno del análisis estratégico tenemos que utilizar siempre el plural y hacer un "análisis concreto de la situación concreta".

Vale decir que la pluralidad de "sujetos revolucionarios" va más allá de la existencia de distintos partidos, programas y estrategias, incluyendo aquellos cuyo horizonte máximo es mejorar la vida del pueblo, en el marco del capitalismo. Es necesario considerar, también, los que defienden un tipo de socialismo que supone preservar formas de organización social precapitalistas; y otros para los cuales el socialismo se confunde con antiimperialismo. En fin, la ecología del movimiento socialista moderno es tan amplia, que las categorías en plural son más adecuadas.

El debate sobre el socialismo en América Latina de este inicio del siglo XXI nos debe ayudar a responder cómo pasar: a) de la condición de gobierno, a la condición de poder; b) de la situación actual, en que estamos mejorando la vida del pueblo en el marco del capitalismo, para una nueva situación en que podamos mejorar la vida del pueblo en el marco de una transición socialista. Un debate que debe tomar en cuenta la experiencia paradigmática del gobierno de la Unidad Popular en el Chile de 1970-1973.

Si tenemos éxito en la combinación entre las diferentes estrategias nacionales y una estrategia continental de integración, daremos una contribución

importante para que el movimiento socialista salga de la actual situación de "defensiva estratégica" y entre en una situación de "equilibrio estratégico", al menos en nuestro continente.

Esto se volvió posible debido a la existencia de una situación mundial de crisis & transición: a) crisis de la doctrina neoliberal, en un momento en que el pensamiento crítico todavía se recupera de los efectos de más de dos décadas de defensiva político ideológica; b) crisis de la hegemonía estadounidense, sin que haya un hegemon sustituto, el que estimula la formación de bloque regionales y alianzas transversales; c) crisis del modelo de desarrollo conservador & neoliberal en América Latina y en Brasil, estando en curso una transición para un pos neoliberalismo, cuyos trazos serán definidos a lo largo de la propia caminata.

En otras palabras, una situación en que los modelos antes hegemónicos están en crisis , sin que hayan emergido claramente los modelos sustitutos. Un elemento central de esta situación mundial es la crisis del capitalismo neoliberal, en la cual convergen: a) una crisis clásica de acumulación; b) el agotamiento de la "capacidad de governanza" de las instituciones Bretón Woods; c) los límites del consumo insustentable de la economía estadounidense; d) la dinámica de especulación financiera.

Este conjunto de variables apunta a un periodo más o menos prolongado de inestabilidad internacional. En el corto y mediano plazos, la inestabilidad está vinculada a la crisis del capitalismo neoliberal y al decaimiento de la hegemonía estadounidense. En el largo plazo, corresponde a la creciente contradicción entre la "globalización" de la sociedad humana versus el carácter limitado de las instituciones políticas nacionales e internacionales.

Estas tres dimensiones de la inestabilidad hacen que sea más urgente y, al mismo tiempo más difícil, la construcción de alternativas. El viejo modelo no funciona adecuadamente, pero continua inmensamente fuerte, mientras los nuevos modelos económicos y políticos están surgiendo, pero todavía no consiguen imponerse.

La crisis evidenció el alto costo social y ambiental del capitalismo, especialmente en su versión neoliberal, fortaleciendo ideológicamente los sectores que defienden un "capitalismo no neoliberal". Fortaleció también, en mucho menor escala, a los que proponen una alternativa socialista al capitalismo.

Pero el fortalecimiento ideológico de los sectores progresistas y de la izquierda se da en el marco de una situación estructural que todavía conspira a

favor de un desenlace conservador para la crisis. Aunque fuertemente alcanzados, los países centrales concentran inmenso poder económico, político y militar. El tamaño de esta hegemonía capitalista puede ser medido, paradójicamente, por la profundidad de la crisis del 2008 y, al mismo tiempo, por la capacidad que los grandes Estados capitalistas demostraron para evitar el desbordamiento político social de la crisis, a favor de las izquierdas.

Además de eso, tres décadas de hegemonía neoliberal limitaron el horizonte intelectual y la fuerza político social de los sectores críticos. Esta condiciones y límites son evidentes cuando observamos el desencuentro entre el tamaño de la crisis y la timidez de las propuestas y medidas, especialmente sobre una nueva moneda internacional, así como la ineficacia de las políticas globales de combate a la pobreza y la desigualdad.

Es en ese contexto que gana importancia el proceso de integración latinoamericano y caribeño, especialmente entre los países de América del Sur. El tema central, en este proceso, es el siguiente: cómo consolidar lazos económicos, sociales, políticos, militares e ideológicos que permitan a los países integrantes convivir, sin subordinación o dependencia, con el espacio geopolítico todavía hegemonizado por los Estados Unidos y la Unión Europea.

La cuestión subyacente es la siguiente: ¿será posible, más que convivir, sustituir el arreglo económico internacional que tiene en los Estados Unidos su elemento organizador (y desorganizador) central, por un nuevo arreglo, basado en la combinación entre expansión de los mercados internos e intercambio comercial, que no sea dependiente de las ofertas de crédito, insustentables a mediano plazo, proporcionadas por la emisión sin barrera de dólares?

Cualquiera que sea la respuesta para estas cuestiones, es necesario tener claro que estamos frente a disputas de larga duración, que ocurren en un ambiente de acentuada inestabilidad, en dos planos distintos pero articulados: por un lado, la disputa al interior de cada país; por otro, la competencia entre los diferentes Estados y bloques regionales. De esa disputa pueden emerger desenlaces conservadores o progresistas: pero también pueden emerger soluciones socialistas, comprometidas con la más profunda democratización, el internacionalismo, la planificación democrática y ambientalmente orientada, así como la propiedad pública de los grandes medios de producción. Es por esto que trabajamos.

11. Notas sobre a política internacional do PT[57]

Felizmente, o debate internacional deixou de ser patrimônio de uma minoria e virou tema popular, como vimos na disputa presidencial de 2006 e já estamos vendo nas prévias de 2010. Quem não lembra de Alckmin atacando a Bolívia? Ou, recentemente, Serra dando apoio implícito ao golpismo em Honduras?

A política externa do governo Lula ajudou nesta internacionalização do debate político, à medida que recusamos a postura intimidada dos tucanos e percebemos que o Brasil pode e deve jogar um papel destacado nos grandes temas internacionais, inclusive quando se trata de enfrentar os Estados Unidos.

A recente visita do presidente do Irã ao Brasil e a postura de nosso governo na conferência de Copenhague constituem uma confirmação disto.

Nossa política externa é potencializada por dois fatores "objetivos" e dois fatores "subjetivos". Os primeiros são: o peso geopolítico do Brasil e a crise internacional. Os demais são: a tradição nacionalista existente no Itamaraty e a tradição internacionalista do Partido dos Trabalhadores.

A isto se agrega a desenvoltura com que lançamos mão da *diplomacia presidencial*.

---

[57] A versão inicial deste texto foi publicada na edição de fevereiro de 2010 da revista *Teoria e Debate.*

Desde sua fundação, o PT vem acompanhando, opinando e atuando na esfera internacional, diretamente ou através dos petistas presentes em governos, parlamentos, movimentos sociais e variadas instituições. Ao longo dos 30 anos de vida do partido, houve mudanças de linha, de ênfase, de métodos e de estilo, cuja análise demandaria mais tempo de pesquisa e um artigo maior do que este. Entretanto, há dois traços de nossa atuação que devem ser destacados. Um deles é a *pluralidade que mantemos na interlocução internacional*.

Isto deriva, em parte, da pluralidade política e ideológica do partido, que reuniu desde sua fundação até hoje militantes identificados com as mais variadas famílias da esquerda internacional.

A pluralidade de nossa atuação internacional foi acentuada a partir de 2003, quando o PT passou ter influência na política externa do governo brasileiro. Desde então e crescentemente, o leque de nossas relações enquanto partido inclui, também, partidos e lideranças com as quais nosso governo possui algum grau de identidade.

Portanto, não mantemos relações apenas com os que "pensam como nós"; mas também com os que, apesar de maiores ou menores diferenças ideológicas, enfrentam na arena internacional problemas políticos similares aos que enfrentamos enquanto partido e/ou governo.

Esta pluralidade não implica silêncio acerca de questões espinhosas; nem tampouco subordinação das posições partidárias aos interesses "de Estado". Ao contrário, há coisas que nosso governo pode fazer (como receber o presidente dos EUA ou o chanceler de Israel) sem que isto impeça nosso partido de manifestar sua opinião política sobre tais convidados e suas respectivas administrações. Ou questões em que o partido tem posição há tempos e faz pressão sobre nosso governo, como é o caso do Sahara Ocidental e da luta da Frente Polisário. Assim como há temas nos quais o governo tomou a iniciativa e o partido não tem conseguido acompanhar adequadamente, como é o caso do Haiti.

Outra traço de nossa política internacional é a *ênfase latino-americana*.

Embora tal tradição já estivesse presente antes, o latino-americanismo ganhou mais força e organicidade a partir da fundação, em 1990, do Foro de São Paulo.

Claro que o PT assiste às mais variadas reuniões partidárias, em todo o mundo, como as convocadas pela Conferência Permanente de Partidos Políti-

cos Progressistas da América Latina (Copppal) e pela Internacional Socialista (sendo que não somos membros, nem mesmo observadores oficiais na IS). Mas nossa prioridade regional é a América Latina; e nosso espaço privilegiado de debate e articulação é o leque de partidos que integra o Foro de São Paulo, no qual somos encarregados da Secretaria Executiva.

Além das relações mantidas pelo próprio partido, o PT tem estimulado relações bilaterais e multilaterais através do Foro de São Paulo, como é o caso do intercâmbio com o Partido da Esquerda Europeia, o Grupo Parlamentar da Esquerda Europeia e os integrantes da Autoridade Nacional Palestina. Achamos que este método potencializa a região (e não apenas nosso partido e governo); e acreditamos que o aprofundamento de relações inter-regionais é mais realista e produtivo do que a tentativa de criar novas organizações que sejam ou se pretendam mundiais.

A experiência recente tem demonstrado o potencial da esquerda na América Latina, que em conjunto conseguiu preservar parte importante de suas forças num momento em que o socialismo declinava noutras regiões do planeta. A resistência que Cuba oferece, depois do desmanche do chamado bloco soviético, é um exemplo disto.

O potencial da esquerda latino-americana é confirmado, ao longo dos anos 1990 e adiante, com o surgimento do Foro de São Paulo; a gestação do Fórum Social Mundial; e a eleição de uma onda de presidentes progressistas e de esquerda desde 1998 (Hugo Chávez) até 2009 (Maurício Funes).

Olhando para trás, podemos ver que em nossa região a luta social, a luta eleitoral, a ação de governo e a atuação partidária interagiram na luta contra o neoliberalismo de maneira muito mais intensa e eficaz que em outras regiões do mundo. O PT deu importante contribuição para isto, tanto prática quanto teoricamente.

Evidentemente, nada disto ocorreu de maneira linear, uniforme, sem contradições e limitações. Isto fica ainda mais claro agora, em que se trata de coordenar estrategicamente não apenas partidos e movimentos sociais, mas também a ação de governos nacionais e instituições regionais. Para dar conta destas novas tarefas, num cenário marcado pela crise internacional e por uma contraofensiva da direita, o PT está chamado a ampliar sua incidência em pelo menos dois processos interligados: o *debate estratégico* e a *integração continental*.

A onda de governos de esquerda na América Latina e a crise internacional não foram capazes de modificar a natureza do período aberto, ainda nos anos 1980, pela ofensiva neoliberal e pela crise do socialismo. O movimento socialista continua, em termos planetários, num período de relativa "defensiva estratégica".

Um sinal disto é o contraste entre a profundidade da crise internacional e capacidade que os grandes Estados capitalistas tiveram para evitar, até agora pelo menos, seu transbordamento político-social. Outro sinal é a existência de uma contraofensiva da direita latino-americana, de que fazem parte as bases militares na Colômbia, o golpe de Estado em Honduras, a eleição de Piñera no Chile e a atitude dos militares estadunidenses frente à catástrofe no Haiti.

Neste contexto, a esquerda latino-americana busca não perder nenhum governo para a direita, acelerar o processo de integração regional e ao mesmo tempo persistir no caminho das mudanças estruturais. A questão está em como fazer isto, evitando dois erros: a) ir além da nossa capacidade de sustentar politicamente os processos; b) ficar aquém do necessário para que sigamos acumulando forças. Ao revés da famosa imagem*: não tão devagar que pareça medo, não tão rápido que pareça provocação*.

Evitar estes erros exige debater a estratégia de luta pelo socialismo na América Latina, ou seja, discutir como passar: a) da condição de governo para a condição de poder; b) da situação atual, em que estamos melhorando a vida do povo nos marcos do capitalismo, para uma nova situação, em que possamos melhorar a vida do povo nos marcos de uma transição socialista.

Um debate que deve levar em conta a experiência do governo da Unidade Popular no Chile de 1970-1973; assim como exige compreender o caráter estratégico da integração continental.

Este debate já está em curso, e nele aparecem todas as diferenças programáticas, estratégicas, táticas, organizativas, históricas e sociológicas existentes na esquerda latino-americana, que algumas vezes se traduzem em táticas ou estratégias distintas por parte dos governos progressistas da região.

O PT precisa ampliar sua participação, *enquanto partido*, neste debate, sempre recusando qualquer tipo de interpretação reducionista, dicotômica e divisionista.

O reducionismo (dizer que há "duas esquerdas" na América Latina) ajuda politicamente a direita, porque traz implícita a seguinte conclusão: o crescimento de "uma esquerda" depende do enfraquecimento da "outra esquerda", numa equação perversa que convenientemente tira de cena os inimigos comuns.

Fosse homogênea e uniforme, ou expressa somente em duas correntes, a esquerda latino-americana não apresentaria a fortaleza atual. A continuidade desta fortaleza dependerá, em boa medida, da articulação entre as diferentes esquerdas. Tal cooperação não exclui a luta ideológica e política; mas esta luta precisa ocorrer nos marcos de uma máxima cooperação estratégica.

A superação do neoliberalismo e também do capitalismo exigirá diferentes estratégias de resistência, de conquista do poder e de construção do socialismo. Não significa dizer que todas as estratégias são válidas, mas que o movimento socialista deve recusar a ideia de que exista uma única estratégia válida para todos os locais e tempos. Mas, ao mesmo tempo, os processos nacionais terão fôlego curto se não estiverem articulados numa estratégia continental.

Tanto o PT quanto o governo Lula consideram que a integração regional é um objetivo central de nossa política externa. Neste sentido, o governo tem buscado acelerar a institucionalização da integração regional, reduzindo a ingerência externa, as desigualdades & assimetrias, seja para atuar internacionalmente como bloco, seja para aproveitar melhor as potencialidades da América do Sul. Esta compreensão de uma integração de amplo escopo constitui o pano de fundo da criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (2004), cujo nome foi posteriormente alterado para Unasul (2007).

O sucesso na luta contra a ingerência externa e a constituição de um bloco fortemente ativo no cenário internacional dependem, no limite, de uma política sustentável e continuada de redução das desigualdades & assimetrias regionais. O que supõe *forte investimento brasileiro,* nos marcos de uma política mais ampla de "desenvolvimentismo regional" de tipo democrático-popular.

Para que esta política seja bem-sucedida, é necessário afastar o temor de que esteja em marcha algum tipo de "subimperialismo brasileiro" (temor muitas vezes reforçado pela atitude arrogante e predatória de grandes empresas brasileiras). Além disso, o crescente protagonismo global do Brasil deve ser combinado com a reafirmação e ampliação de seu compromisso com a integração regional.

Devemos assumir, portanto, parte importante dos investimentos necessários para a integração, especialmente no âmbito da infraestrutura. Para isto, é preciso que exista no Brasil uma maioria política que perceba as vantagens que o desenvolvimento da América do Sul traz para o desenvolvimento brasileiro. Sem esta maioria, teremos um prejuízo enorme para os processos de integração e uma provável interrupção do reformismo democrático-popular que desde 1998 ganhou espaço na região.

Trata-se de demonstrar, entre outras coisas, que nosso protagonismo global está fortemente vinculado aos sucessos latino e sul-americano; que a integração regional é importante para o sucesso do projeto democrático-popular em âmbito nacional; que, especialmente no presente cenário de instabilidade mundial, os blocos regionais são essenciais.

Além de incidir no debate estratégico e na prática da integração continental, o Partido dos Trabalhadores está chamado a ampliar sua presença em outras regiões do mundo, notadamente a Ásia, a África e os Estados Unidos. Diversas iniciativas já foram adotadas neste sentido e devem ser objeto de debate e aprovação no IV Congresso do Partido, chamado a atualizar o documento aprovado por unanimidade no III Congresso e que atualmente orienta a atuação da Secretaria de Relações Internacionais do PT.

12. Um PAC latino-americano[58]

O foco da nossa discussão é o balanço da atuação do governo Lula na área externa, de 2003 até agora. Para fazer essa discussão é necessário contextualizar: qual país, qual governo. Mas o risco é o contexto virar o principal, e o tema da política externa ficar em segundo plano. Por isso vou usar uma expressão diplomática que aprendi nesse convívio: "tomarei nota" do que foi dito a respeito do país e do governo e não vou entrar nas duas discussões específicas, sobre as quais eu tenho uma interpretação um pouco distinta daquela que o Marco Aurélio e o Samuel Pinheiro Guimarães apresentaram.

Só queria fazer um registro: primeiro, o Marco Aurélio e eu, ele muito mais, somos historiadores de profissão, e é sempre um risco quando dirigentes partidários abordam a história do seu próprio partido. A verdade é que o pensamento petista sofreu um processo de empobrecimento que não iniciou em 2003. Quem lê as resoluções do partido percebe que há um processo de sofisticação, que se interrompe em um determinado momento, a partir do qual os temas mais programáticos, a discussão sobre os grandes caminhos seguidos pelo país, vai perdendo lugar para uma visão cada vez

[58] Este texto foi publicado pela Editora da Fundação Perseu Abramo na coletânea *2003-2010. O Brasil em transformação.*

mais tática, na qual a formulação política passa a ser funcional, no mau sentido da palavra.

Esse não é um problema que se resolve fazendo contraposições entre o que o partido fez e aquilo que o governo deixou de fazer. Na verdade, vivemos um fenômeno que está presente em todos os processos latino-americanos: a chegada da esquerda ao governo nacional absorve energias, pensamentos, quadros e empobrece os partidos. Na prática, o partido, no sentido histórico da palavra, passa a ser o governo. A Venezuela é um bom exemplo, noutros países há maior resistência a isso. No Brasil há uma vida partidária que resiste, mas o fenômeno existe.

Eu faço um balanço geral muito positivo da política externa do governo Lula. Acho que essa política antecipou a etapa que estamos vivendo, agora, no conjunto do governo. Ou seja, desde o princípio ela foi orientada para o objetivo de defender os interesses nacionais, de buscar um caminho de desenvolvimento, fortalecimento do Estado e transformar o Brasil num dos polos, ou parte integrante de um dos polos de poder em âmbito mundial. Portanto, foi uma política externa impulsionada por uma visão muito crítica tanto frente ao neoliberalismo quanto frente ao papel que os Estados Unidos jogam no cenário internacional. Ideias que até 2005 não eram hegemônicas no conjunto do governo Lula.

Entretanto, acho necessário precisar melhor qual é a natureza da política externa do governo Lula. Nós queremos que seja uma "política de Estado", uma política amplamente hegemônica na sociedade brasileira, mas ainda não é. E ainda não é uma política de Estado, fundamentalmente, porque as classes dominantes no Brasil não compartilham uma parte importante dessa política.

Nossa política externa também não é uma política de partido, inclusive no sentido de ser uma "política de esquerda". Isto só é possível em momentos muito especiais, quando ocorrem grandes crises e processos revolucionários.

Nesses períodos pode-se esperar que um Estado execute uma "política de esquerda". Porém, nos períodos normais, a política externa expressa "interesses de Estado", interesses nacionais que são distintos dos interesses dos partidos que governam esses Estados, mesmo (ou especialmente) quando eles são de esquerda.

A política externa do governo Lula é a política externa de um Estado periférico com enorme potencial. Se a esquerda hegemonizar este Estado, esta política externa pode ter duas dimensões. Uma dimensão é proteger os interesses nacionais do país. Esses interesses nacionais muitas vezes são os interesses

das empresas capitalistas que atuam no exterior ou são interesses do Estado no sentido mais amplo da palavra, um Estado capitalista, que tem um potencial "subimperialista" que não devemos subestimar, mascarar e nem disfarçar.

A outra dimensão da política externa do governo Lula é democrático-popular.

Um Estado periférico sob hegemonia de esquerda, que busca construir uma nova ordem internacional e busca uma integração continental com viés popular e democrático.

Portanto, nossa política externa é contraditória – e devemos recuperar o valor positivo da palavra contradição – porque ela expressa dois impulsos simultâneos, impulsos que têm níveis de cooperação e contradição entre si.

Desta natureza contraditória da política externa, decorre que os partidos de esquerda devem ter uma dupla atitude em relação a ela: têm que defendê-la no seu conjunto contra a direita e, ao mesmo tempo, deve ter uma atitude permanente de "vigilância e pressão" para garantir que predomine o viés democrático-popular.

Em dois textos ("As diferentes estratégias das esquerdas latino-americanas" e "A política externa de Brasil"), desenvolvo os vários aspectos que deveriam compor esse trabalho de acompanhamento de política externa por parte de um partido como o PT.

Primeiro, a defesa dessa política frente aos ataques da oposição de direita. Segundo, evitar a predominância dos interesses privados "sub-imperialistas". Às vezes isso significa defender os interesses populares *versus* os interesses capitalistas. Porém, às vezes se trata também de defender os interesses do desenvolvimento do capitalismo no Brasil contra os capitalistas individuais que buscam o lucro imediato e impedem uma atuação de longo prazo do Estado, mesmo naquilo que os interessa no longo prazo. Por exemplo, as concessões que foram feitas ao Paraguai e à Bolívia, no médio e longo prazo, serão úteis ao grande capital brasileiro, inclusive para os que reclamaram.

Terceiro, estimular um viés latino-americano e caribenho. A nossa política externa, do ponto de vista operacional, será por muito tempo uma política de integração da América do Sul, mas ela tem que ter um viés amplo na região. Esse episódio de Honduras é uma coisa muito importante, assim como a postura do Brasil frente aos temas de Cuba.

Quarto, reafirmar qual é a natureza da política das metrópoles. Uma coisa é dizer, como fez o Samuel, que temos uma relação histórica com os Estados Unidos e continuará sendo assim pelas próximas décadas. Eles não vão desaparecer, não vão colapsar, vão continuar sendo um país importante e um Estado importante para nossas relações. Uma das decorrências disto é não assumir uma retórica bélica contra os EUA, o que ademais seria uma estupidez, dada a correlação de forças no terreno militar. Por outro lado, não se pode cair no oposto, que é naturalizar essas relações, não perceber e/ou deixar de destacar a dimensão imperialista da política externa norte-americana, bem como da política externa da União Europeia.

Quinto, os partidos têm a obrigação de estimular a construção da dimensão cultural e popular de massa do internacionalismo e da integração.

Sexto, articular a política externa com o desenho estratégico de longo prazo, e aí começo a tratar do segundo ponto que queria colocar em discussão – o primeiro foi a natureza da política externa, a saber, os cenários em que nós vamos atuar nos próximos anos e décadas.

Vivemos num período de instabilidade internacional de média duração.

O ideário neoliberal colapsou, mas não será substituído no curto prazo por outro pensamento hegemônico, porque o chamado pensamento crítico, nas suas variadas dimensões, passou 25 anos na defensiva.

A hegemonia dos Estados Unidos sofreu um golpe, mas não acabou. A hegemonia está em declínio, mas isso não significa que tenha deixado de existir e, por outro lado, não há no horizonte nenhuma outra potência hegemônica substituta, o que nos empurra para um mundo de multipolaridade.

Não é porque os Estado Unidos queiram, é porque eles não podem evitar isso, e não há outro que possa assumir o lugar dos Estados Unidos. Só que isso não vai ser um processo tranquilo, vai ser um processo extremamente conflituoso. Basta ver a lentidão com que se produzem reformas na arquitetura do sistema econômico e político internacional, porque uma reforma rápida significaria perda de poder por parte das potências, que, por isso, retardam esse processo.

Há uma crise no padrão de acumulação capitalista, sem que haja uma alternativa sistêmica clara no horizonte. E, no caso latino-americano, há uma crise do neoliberalismo e do desenvolvimentismo conservador.

Temos falado muito de crise do neoliberalismo, às vezes, deixando de destacar que o Brasil teve, antes do neoliberalismo, cinquenta anos de desenvolvimentismo, acerca do qual hoje gostamos de destacar os aspectos progressistas. Porém, nós construímos a esquerda brasileira contra o padrão dominante de desenvolvimentismo.

A batalha eleitoral de 1989 decidiu para que lado seria a superação do desenvolvimentismo conservador, e naquela ocasião foi para a direita. Ocorre que o modelo neoliberal não ofereceu uma saída de longo prazo para o Brasil, e agora voltamos, de certa maneira, aos patamares do conflito dos anos 80: se vamos ter outro ciclo de desenvolvimento e qual é a natureza dele. Se conservadora, progressista ou democrático-popular.

Frente a estes cenários, a política externa brasileira faz três movimentos, dois muito claros e um nem tanto. Primeiro, ela faz um movimento por democratizar a ordem internacional, porque, num contexto de crise & transição, quanto menos concentração de poder, melhor para nós seguirmos o caminho que acharmos mais adequado.

Segundo, um movimento para participar dos centros de poder da ordem tal como ela é atualmente, seja com o objetivo de impulsionar mudanças, seja com o objetivo de preservar os nossos espaços ou o de buscar os espaços correspondentes à nossa força.

O terceiro movimento, que não considero claro, é a operação em favor de uma mudança na ordem internacional. Este movimento não está tão claro porque, quando começamos a discutir o conteúdo desta mudança, nossa reflexão se torna tática novamente.

Falta refletir mais sobre os cenários. Falamos de um processo de transição da atual para outra ordem, que não sabemos qual é, sem atentar que será um processo hiperconflituoso. Em certa medida, estamos voltando a um padrão de organização do sistema mundial que lembra o pré-1914.

Por exemplo, o tema da moeda. Foi mais "fácil" tratar desta questão, depois da Segunda Guerra Mundial, quando havia uma hegemonia clara. Hoje estamos na seguinte situação: existe uma moeda internacional, que nos causa problemas porque expressa uma hegemonia, mas como substituí-la se esta hegemonia ainda existe, mesmo em declínio?

Um exemplo de reflexão tática: como enxergamos os Estados Unidos.

Na esquerda, o grau de conhecimento sobre os Estados Unidos, sobre as tendências de médio e longo prazo naquela sociedade, sobre como ela opera, ainda é muito baixo. A hegemonia americana cria uma espécie de opacidade sobre seu funcionamento. Eles nos vendem uma imagem com a qual dialogamos, entretanto, conhecendo pouco da real. Por exemplo, o que é que está na base de situações como Honduras, bases na Colômbia e IV Frota? É uma luta de poder dentro do aparato do Estado norte-americano?

É a continuidade da política de Estado tradicional, independentemente de quem está na gestão? É uma sinalização de que os Estados Unidos vão buscar no médio prazo reverter o cenário internacional, utilizando a sua força militar? As três coisas?

Para concluir: qual deve ser a novidade da política externa do governo Dilma em relação ao governo Lula? A chave já está anunciada pelo próprio Lula na posse do ministro Padilha, quando ele falou que um país como o Brasil tem que ajudar os outros – não me lembro da expressão exata. A mesma ideia está expressa pelo Samuel Pinheiro Guimarães no livro *Desafios do Brasil numa era dos gigantes*, quando ele fala de um Plano Marshall na América Latina. Não gosto da expressão, mas a ideia de fundo é correta.

É preciso desenvolver uma integração que não seja assimétrica para deter a vocação "subimperialista" que se manifesta nas grandes empresas brasileiras presentes na região. Para fazer da região um polo de poder, não apenas do Brasil, ou de um polo de poder que se apoia no seu quintal, precisamos ter uma integração baseada na elevação da capacidade e da sinergia produtiva da região como um todo.

Embora já tenhamos começado a fazê-lo, isso tem que adquirir um caráter sistêmico, tem que ser o eixo organizador da política de integração no mandato Dilma. Um eixo que não seja o comercial, não seja só a integração política, mas seja uma espécie de PAC latino-americano, para usar esta imagem com os defeitos que ela tem.

13. América Latina para chinês ver[59]

Até 1998, os principais governos latino-americanos e caribenhos eram governados por partidos alinhados com os Estados Unidos e com o neoliberalismo.

Desde 1998 até 2009, partidos progressistas e de esquerda venceram as eleições em importantes países da região, entre os quais Brasil, Argentina, Venezuela, Uruguai, Bolívia, Equador, Paraguai, Nicarágua e El Salvador.

Isto alterou a correlação de forças na região. Antes de 1998, predominava não apenas o neoliberalismo, mas também uma política internacional subordinada aos interesses dos Estados Unidos. Em 2009, predominava uma política internacional autônoma em relação aos interesses dos Estados Unidos e a busca de uma política econômica alternativa ao neoliberalismo.

Desde 2009, as forças progressistas e de esquerda não conseguiram conquistar nenhum novo governo, embora tenham conseguindo vencer nova-

[59] Em setembro de 2011, o PT e o PCCh realizaram seu quarto seminário teórico, desta vez para tratar dos seguintes assuntos: a reforma do sistema internacional e o papel dos Brics. Além disto, o PC Chinês nos pediu um balanço do governo Lula, do governo Dilma e da situação latino-americana. Este último ficou sob minha responsabilidade, resultando neste texto. Vale dizer que o seminário estava originalmente previsto para março de 2011 e deveria contar com a participação de José Eduardo Dutra, sendo adiado para setembro de 2011. Meu texto, portanto, foi escrito naquela e para aquela ocasião.

mente no Brasil, Uruguai, Bolívia e Equador. Já as forças de direita e neoliberais conquistaram o governo do Chile, vencendo as eleições presidenciais também no Panamá. Além disso, as forças de direita e neoliberais promoveram um golpe de Estado em Honduras.

Desde 2009, portanto, podemos dizer que se interrompeu a ofensiva de esquerda e progressista iniciada em 1998. E podemos falar, também, num certo equilíbrio de forças, ainda favorável às forças de esquerda e progressistas.

Em agosto de 2010, o XVI Encontro do Foro de São Paulo, organização que reúne grande parte da esquerda latino-americana e caribenha, adotou as seguintes diretrizes para o período: 1) não perder nenhum governo para a direita; 2) aprofundar as mudanças nos países que governamos; 3) acelerar a integração regional.

O XVI Encontro do Foro de São Paulo também apontou a importância de conquistarmos novos governos (com destaque para Peru, Colômbia e México) e para a importância de ampliarmos a cooperação entre os partidos que integram o Foro de São Paulo. Esta cooperação deve estar presente, inclusive, na troca de informações e na elaboração de um pensamento socialista latino-americano e caribenho.

Um dos temas que têm sido objeto frequente de nossa reflexão é a análise do que está sendo feito pelos governos de esquerda, populares e progressistas da América Latina e Caribe.

Este é o objetivo de um projeto denominado "Observatório de governos progressistas e de esquerda da América Latina e do Caribe". Este projeto, aprovado pelo XV Encontro do Foro de São Paulo, pretende exatamente reunir informações sobre a ação dos citados governos; elaborar uma metodologia de análise comparada; e oferecer a matéria-prima indispensável para uma análise concreta da situação concreta.

Em todos os governos progressistas e de esquerda da América Latina e Caribe, é hegemônica a preocupação com o desenvolvimento econômico, seja como reação à lógica neoliberal, seja para viabilizar rapidamente o atendimento das necessidades sociais, seja para atender aos reclamos de setores capitalistas, seja como parte de uma estratégia socialista de longo prazo, seja como expressão de uma combinação entre alguns ou todos estes aspectos.

Entre os anos 1930 e 1950, o desenvolvimentismo populista ou conservador foi hegemônico em muitos países latino-americanos. O ciclo de golpes

militares ocorrido a partir dos anos 1960 foi uma reação da direita política, do grande capital e do imperialismo contra a radicalização do desenvolvimentismo populista, muitas vezes aliado com setores socialistas.

Nos anos 1970, o desenvolvimentismo conservador entrou em crise, vindo depois a crise das dívidas, o neoliberalismo e as democracias restritas.

Uma das questões que emerge desta análise, portanto, é a necessidade de analisar as semelhanças e diferenças entre os dois ciclos desenvolvimentistas.

Isto é particularmente importante em cinco dimensões: o papel do Estado, a democracia política, a igualdade social, a relação com o meio ambiente e a integração regional.

Em todos os países da região, há um fortalecimento do papel econômico do Estado não apenas como regulador e indutor, mas também como produtor direto e proprietário de alguns bens nacionais (petróleo, água, gás etc.).

Embora em alguns países isso seja apresentado como parte da implantação do socialismo, é mais exato falarmos do crescimento de um setor capitalista de Estado, indispensável em geral, especialmente quando se pretendem crescimentos rápidos.

Este processo nos faz retomar o debate clássico acerca do caráter de classe do Estado, o papel da burocracia e o papel do Estado no desenvolvimento econômico, inclusive a confusão entre estatismo e socialismo. Não se pode falar que exista nas esquerdas latino-americanas, entretanto, uma visão única acerca do papel do Estado.

Em todos os países da região, há um crescimento da participação popular na vida política sob as mais variadas formas. Isto também ocorreu no ciclo desenvolvimentista do século XX com a seguinte importante diferença: o atual ciclo, à diferença daquele, é hegemonizado por partidos de esquerda.

Em todos os países, o crescimento da participação popular gerou tensões com as camadas sociais que antes detinham o monopólio político, com os meios de comunicação a serviço daquelas camadas e daquele monopólio, bem como com a institucionalidade herdada do período anterior (sistemas eleitorais e partidários, Justiça, forças de segurança, burocracia estatal).

Em alguns países, como Bolívia, Equador e Venezuela, foi possível realizar processos constituintes que buscaram criar uma nova institucionalidade.

Noutros isto não foi possível, ou, pelo menos, não foi tentado. De qualquer forma, há um crescimento das liberdades democráticas, uma radicaliza-

ção retórica e prática por parte das camadas que antes detinham o monopólio político e a constatação de que a estratégia eleitoral consome imensas energias, além de causar distorções de variados tipos, das forças de esquerda.

Como a ampliação dos espaços democráticos das maiorias produz, via de regra, a redução dos espaços antes monopolizados pelas minorias, estas minorias acusam os governos de esquerda de terem tendências autoritárias ou totalitárias. Esta acusação é ridícula, mas há nela um tema que deve ser explorado: como evitar que a ampliação da democracia para as maiorias e a redução dos espaços ilegitimamente ocupados pelas minorias resulte em perda de apoio junto aos setores médios da população?

Em toda a região, os governos progressistas e de esquerda adotam políticas públicas de combate à pobreza e à desigualdade social. No primeiro caso, os êxitos são visíveis. No segundo, há controvérsias.

Há três tipos de políticas sociais, que aparecem de forma combinada: políticas emergenciais, políticas de Estado e reformas estruturais.

As políticas emergenciais (geralmente de transferência monetária direta) estão fortemente presentes em todos os países.

As políticas de Estado (saúde, educação, previdência, pisos salariais etc.) são uma meta estabelecida para todos, mas totalmente presentes apenas em alguns.

Já as reformas estruturais (ou seja, que alteram a estrutura de propriedade ou, pelo menos, que estabelecem um novo patamar na relação entre as classes sociais – como é o caso de reformas tributárias fortemente impositivas sobre a herança e a riqueza) estão praticamente ausentes, embora frequentem os discursos com muita força.

A ausência ou a fraqueza das reformas estruturais faz com que o desenvolvimento produza redução na pobreza, ao mesmo tempo em que reproduz e às vezes até amplia a desigualdade social.

Um aspecto importante: os governos progressistas e de esquerda beneficiaram-se, num primeiro momento, de aspectos do modelo produtivo herdado do período neoliberal, numa conjuntura de ampliação da venda de produtos primários e disponibilidade de capitais.

A crise internacional de 2008 alterou este cenário, obrigando os governos a tentar introduzir modificações mais intensas no modelo produtivo herdado. O que aguçou a disputa política em todos os países da região, bem como ampliou o conflito distributivo.

Um dos subprodutos do desenvolvimentismo, bem como do readequamento produzido pela crise de 2008, é a pressão sobre o meio ambiente.

Em todos os países, inclusive naqueles onde o discurso oficial é pró-ambientalista, há um crescente conflito, resultante de uma equação óbvia: se os países ricos não se dispõem a arcar com os custos ambientais e ainda ameaçam a estabilidade econômica e política dos países pobres, estes são forçados a escolher entre crescimento rápido (propenso a danos ambientais) ou crescimento com alto nível de proteção ambiental (mas muito caro e lento).

A convergência de posições entre alguns grupos ambientalistas, o neoliberalismo e os interesses estrangeiros na América Latina é, portanto, algo bastante lógico. A todos interessa baixas taxas de crescimento produtivo.

Observado o conjunto dos governos progressistas e de esquerda, é possível constatar que em todos falta uma "harmonia processual". Noutras palavras: as mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais não evoluem de maneira equilibrada. E este desequilíbrio é a brecha através da qual a oposição de direita e as forças imperialistas (europeias ou estadunidenses) buscam penetrar e reconquistar o governo.

Este é um dos motivos que torna estratégico o processo de integração regional. Ele permite compensar mutuamente os desequilíbrios, oferecendo sinergia. Esta é uma outra diferença importante entre o atual ciclo desenvolvimentista e o anterior. Este tem uma vocação pró-integração regional, que se traduziu na criação da Unasul e da Celac (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos).

Há, entretanto, diferentes visões acerca do processo de integração.

Registramos que a maioria dos governos professa um latino-americanismo retórico, mas impulsiona de fato o sul-americanismo. Note-se que a contraofensiva de direita teve mais êxito e é mais forte exatamente na região centro-americana e caribenha.

Registramos, também, a existência de visões diferentes acerca do conteúdo da integração. Entre estas visões, citamos a que defende priorizar o processo de integração entre governos ideologicamente afins (caso da Alba); e os que defendem priorizar a integração regional, independente da orientação ideológica dos governos.

Por outro lado, há que se considerar que a hegemonia econômica dos Estados Unidos segue poderosa, inclusive em países como Venezuela, Equa-

dor e El Salvador (nestes dois últimos casos, as economias foram dolarizadas durante o período neoliberal).

Há que se considerar, igualmente, que a estratégia geral dos Estados Unidos frente à crise parece ser a mesma adotada em situações similares: aproveitar a hegemonia que ainda possui no âmbito militar, utilizá-la para chantagear em favor de seus interesses econômicos e inclusive forçar situações de guerra. O que gera duas atitudes aparentemente contraditórias da parte dos governos progressistas latino-americanos: por um lado, fazer todos os esforços em favor da paz (a exemplo do feito no caso do acordo Irã-Brasil-Turquia); por outro, elaborar uma doutrina de defesa regional e preparar forças armadas compatíveis com isto.

Finalmente, há uma discussão de longo prazo acerca da estratégia socialista.

Obviamente, tal discussão exige uma leitura prévia acerca da formação social da região, de suas sub-regiões e países integrantes. Ou seja, é necessário dispor de uma análise das classes sociais e da luta de classes na região e em cada país.

Como esta análise é muitas vezes deficiente, vários partidos de esquerda da região adotam uma leitura "politicista" acerca do que está ocorrendo nas sociedades latino-americanas. Assim, fala-se do confronto de projetos, do conflito entre esperança e medo, entre mudança e conservadorismo, evitando detalhar o conteúdo de classe de cada projeto.

Em certa medida, esta dificuldade decorre do evidente caráter pluriclassista dos projetos em disputa, que algumas vezes não se adapta aos nossos esquemas de análise. Por exemplo: podemos falar que estamos diante de um processo socialista, numa determinada sociedade, se nesta sociedade a burguesia privada é hegemônica?

A dificuldade é evidente. E, pelo menos algumas vezes, esta dificuldade é contornada através de uma operação discursiva que borra as diferenças entre o objetivo do partido no governo e o processo realmente em curso na sociedade.

Vale dizer que esta operação discursiva é praticada, antes de mais nada, pela forças da oposição de direita, que tratam como comunista, socialista ou revolucionária toda e qualquer medida democratizante.

A operação discursiva politicista destaca e valoriza as transformações ocorridas no terreno da política em detrimento das transformações ocorridas

no terreno econômico-social (propriedade, processo de produção e circulação, relações capital e trabalho, desigualdade social etc.).

Longe de nós considerar secundária a luta política, no sentido estrito da palavra. Mas é importante lembrar que as mudanças políticas ocorridas na América Latina, desde 1998, ainda são muito superficiais. Para ser mais exato, o todo é maior do que as partes: na atual situação mundial, o que está em curso na América Latina é extremamente importante; e o processo de conjunto na América Latina é mais importante, qualitativamente, do que o que está em curso em cada país tomado isoladamente.

Nos países analisados, a esquerda controla (às vezes com muitas dificuldades) o governo, mas ainda está muito longe de controlar o poder. E a experiência chilena demonstrou que é possível para uma força de esquerda permanecer no governo, durante um período mais ou menos longo, sem que isso implique transformações profundas, seja na estrutura social, menos ainda na institucionalidade política.

O politicismo analítico estimula uma análise concentrada em responder o que favorece ou não a manutenção de uma determinada força política no poder, quando se faz necessário responder o que favorece (ou não) o fortalecimento do poder político, econômico e social de uma determinada classe ou aliança de classes.

Finalmente, é importante lembrar que parte da esquerda latino-americana acredita que exercer o governo é (ou pode ser) parte do caminho para o socialismo.

Esta afirmativa provoca diversos interrogantes, entre os quais:

a. em que medida o exercício do governo está transferindo poder para as classes trabalhadoras?
b. em que medida o exercício do governo está contribuindo para transformações na estrutura da sociedade que reduzam a hegemonia do capitalismo?
c. em que medida as mudanças podem ser desfeitas através de vitórias da direita (risco implícito numa estratégia de tipo eleitoral)?

Esses e outros temas estratégicos estão sendo debatidos no processo preparatório do XVII Encontro do Foro de São Paulo, marcado para 17 a 21 de maio em Manágua (Nicarágua).

14. Ensayo sobre una ventana abierta[60]

Este ensayo aborda cuatro temas: en qué situación se encontraba la izquierda latinoamericana en su conjunto en el año 1991; qué pasó con esta izquierda desde entonces; cuál es su situación actual; cuáles son sus perspectivas.

El contexto de 1991 fue escogido debido a la desaparición de la Unión Soviética, sobre el cual hablaremos a continuación.

Pero antes es preciso recordar que la desaparición de la Unión Soviética fue, en sí misma, el punto final de un intento iniciado en 1917, intento que consistió inicialmente en tomar el poder y empezar la construcción del socialismo en un país de bajo desarrollo capitalista, con la expectativa de que esto estimularía revoluciónes en los países del capitalismo más desarrollado, revoluciones que a su vez ayudarían a la transición socialista en la propia Rusia.

Sucede que en las décadas siguientes a octubre de 1917 no se produjo revolución victoriosa alguna en los países capitalistas desarrollados. Por el contrario, hubo un giro a la derecha, en especial en Alemania. Y, hecho el balance global de la II Guerra Mundial y de sus consecuencias, no estaremos lejos de la verdad al decir que las implicaciones derivadas de la existencia de la Unión

[60] Contribución para el seminario del PT de México realizado en marzo de 2012. La versión original de este texto hace parte de la antologia *La izquierda latinoamericana a 20 años del derrumbe*, publicada pela Editora Ocean Sul.

Soviética salvaron a la democracia parlamentaria burguesa, forzaron a la instalación del llamado Estado de bienestar social, estimularon la formación de un cártel internacional bajo el liderazgo de los Estados Unidos y, a fin de cuentas, ayudaron al capitalismo a vivir "años dorados" de expansión que por su vez resultaron en la emergencia de una nueva etapa capitalista, la que vivimos hoy.

El "campo socialista" surgido después de la II Guerra Mundial no cumplió, para la Unión Soviética, el papel que supuestamente las revoluciones de los países avanzados cumplirían a favor de la Rusia revolucionaria de 1917. Básicamente, China y las democracias populares del Este europeo también eran países de bajo desarrollo capitalista. Por ello, tomado de conjunto, el esfuerzo del llamado campo socialista tuvo como consecuencia generalizar un determinado patrón de desarrollo industrial, que en los países capitalistas ya estaba siendo superado, en el contexto de un sistema político que ya era cuestionado interna y externamente por sectores de la

propia clase trabajadora. Asimismo, en condiciones normales de temperatura y presión, no era desatinada la idea de que a largo plazo el llamado campo socialista podría competir y derrotar al campo capitalista, pero hoy está claro que só seria asi si el proprio capitalismo no sufriera una transformación cualitativa.

Sucede que el "campo capitalista" surgido después de la II Guerra Mundial era un adversario más difícil, entre otros motivos porque la alianza interimperialista contra la URSS y las consecuencias macroeconómicas del *welfare state*, combinadas con la continuidad del imperialismo, facilitaron un desarrollo intenso de las fuerzas productivas capitalistas. Desarrollo que la Unión Soviética y sus aliados no lograron alcanzar, salvo en segmentos específicos, compartimentados y/o con alto costo social, como la industria armamentista.

En este contexto, la crisis de los años setenta cumplió un papel distinto a aquel de la crisis ocurrida en los años treinta. En los años treinta se produjo una "crisis de madurez" del capitalismo de tipo imperialista clásico, crisis que desembocó en la II Guerra Mundial, en la ampliación del campo socialista, en el surgimiento del Estado de bienestar social y en la descolonización.

Ya la crisis de los años setenta fue "de crecimiento", detonando la transición del capitalismo imperialista clásico a una etapa distinta del capitalismo, el capitalismo imperialista neoliberal que vivimos hoy.

La socialdemocracia en Europa Occidental, el comunismo tipo soviético, el nacional desarrollismo latinoamericano, así como los nacionalismos africanos y asiáticos fueron forjados en la lucha y en las victorias parciales obtenidas contra el capitalismo imperialista clásico. Pero no tuvieron el mismo éxito al enfrentarse al tipo de capitalismo que emergió de la crisis de los años setenta. Mejor dicho, una variante, el comunismo chino, optó por un cambio estratégico, y exhibe treinta años después resultados impresionantes desde el punto de vista de la potencia económica, pero con complicaciones políticas y geopolíticas muy específicas.

La desaparición de la URSS y de las democracias populares del Este europeo fue, por tanto, resultado de una de las batallas de un proceso más amplio, a saber, la transición entre dos etapas del capitalismo: la del imperialismo clásico y la del imperialismo neoliberal. Evidentemente, fue una batalla de enorme significado estratégico, aunque algunas de sus implicaciones solo ahora están quedando claras. Pero la verdad es que parte de los fenómenos ocurridos después de 1991 ya estaba en curso en los años ochenta, y fueron acelerados, pero no propiamente creados, por el fin de la URSS.

Se observamos la correlación mundial de fuerzas desde el punto de vista de las clases, el período inmediatamente anterior y posterior a 1991 es de derrota para las clases trabajadoras. Esta derrota puede ser medida objetivamente, en término de extensión de las jornadas, valor relativo de los salarios, condiciones de trabajo, oferta de servicios públicos y de democracia real.

Desde el punto de vista de las ideas, en el período mencionado vivimos un auge del individualismo, en detrimento de los ideales públicos, sociales y colectivos, y la simultánea ofensiva de las ideas pro capitalistas, acompañada del retroceso, muchas veces en desbandada carrera, de las ideas anticapitalistas.

Políticamente, se produjo un fortalecimiento de los partidos de derecha, y la conversión de muchos partidos de izquierda a posiciones de centroderecha. Militarmente, se creó un desequilibrio global a favor de la Otan, y de los Estados Unidos en particular.

Veinte años después, observada globalmente, la situación cambió un poco, pero no tanto. El capitalismo neoliberal entró en un período de crisis, se agudizaron los conflictos intercapitalistas, algunas creencias neoliberales ya no tienen la credibilidad de antes. Además de eso, en algunas regiones del mundo, las ideas anticapitalistas volvieron a ganar espacio.

Pero, al observar las condiciones objetivas de vida de la clase trabajadora en todo el mundo, veremos que hoy la desigualdad es mayor que en los años setenta, ochenta o que en 1991.

Veremos también una clase trabajadora diferente.

Primero, es mayor: existen más proletarios en el mundo hoy que en 1970, 1980 o 1991. Segundo, a clase trabajadora es hoy más intercomunicada, sea por los lazos objetivos entre los procesos productivos, sea por el consumo de productos fabricados en lugares distantes. Tercero y paradójicamente, es una clase trabajadora más fragmentada subjetivamente, sea debido a las condiciones materiales de vista (comparemos, por ejemplo, el personal de limpieza de los grandes centros comerciales, con las personas que van a ellos a hacer sus compras), sea debido a los cambios ocurridos en los lugares de trabajo. Esto, pese a los avances de las comunicaciones, incluyendo la Internet.

En otras palabras: la ofensiva desencadenada por el capitalismo contra la clase trabajadora, a partir de la crisis de los años setenta, perdió aliento. En algunos lugares, estamos logrando incluso recuperar parte del espacio perdido.

Pero el escenario aun tiene mucho de tierra arrasada. En el plano ideológico, esto se traduce en una tremenda confusión y déficit teórico.

Desde el punto de vista ideológico y teórico, el movimiento anticapitalista de hoy también es muy diferente del que existía entre los años 1970 y 1991.

En aquel momento, a pesar de la existencia de "disidencias" variadas, el anticapitalismo todavía estaba hegemonizado por una corriente específica: el marxismo de tipo soviético.

La idea fundamental de este marxismo era la creencia en la capacidad de construir el socialismo a partir de un capitalismo poco desarrollado. A partir de aquella creencia, se desarrolló un conjunto de otras tesis al respecto del proceso de construcción del socialismo, entre las cuales se destacaba la de una "democracia bajo control del partido".

Lo que fué una consecuencia lógica: si las condiciones objetivas no favorecen la construcción del socialismo, es preciso compensarlo con dosis descomunales de "condiciones subjetivas", que al final puede significar imponer a la mayoría (de la sociedad) el punto de vista de la minoría (no el punto de vista de la clase trabajadora, sino el punto de vista de una parte minoritaria dentro de la propia clase trabajadora).

La disolución de la URSS desmontó el marxismo de tipo soviético.

Esto no quiere decir que todo aquello que se hizo en su nombre haya sido errado, no tenga valor histórico, no deba defenderse o no haya sido la alternativa realmente existente (o el que podríamos denominar de *mal menor*) en determinadas circunstancias.

Cuando hablamos de desmontaje de marxismo de tipo soviético, queremos decir que fracasó una de sus ideas fundamentales: la de que era posible construir el socialismo a partir de un capitalismo poco desarrollado, idea que asumió varias formas, como la del "socialismo en un solo país", y que generó una confusión, que sigue existiendo hoy, entre lo que és transición socialista y lo que és el comunismo.

Esta confusión se basa, entre otras cosas, en el siguiente hecho: en la experiencia soviética, por diversos motivos, hubo una intento más o menos intenso, más o menos exitoso, de buscar eliminar de la transición socialista la existencia de la propiedad privada y del mercado capitalistas, algo que de hecho solo podría ocurrir en un momento más avanzado del proceso de transición al comunismo.

En la práctica, fue una tentativa de socializar las relaciones de producción en un contexto de bajo desarrollo de las fuerzas productivas, adoptando la forma de un comunismo para el cual aún no había suficiente contenido económico.

Por este y otros motivos, el marxismo de tipo soviético fue una escuela teórica que entorpeció –más que ayudó-, al desarrollo del análisis marxista de la realidad y de la estrategia a adoptar, tanto en los países capitalistas desarrollados, como en los de bajo desarrollo capitalista.

A pesar de esto, el desmontaje del marxismo de tipo soviético, incluido en esto el desmontaje de sus periódicos, editoriales y escuelas, lejos de ayudar, efectivamente perjudicó al conjunto de las tradiciones marxistas, socialistas no marxistas y anticapitalistas no socialistas.

Entre otros motivos, porque ayudó a destruir la creencia, que hasta entonces era compartida por centenas de millones de personas, de que el mundo caminaba hacia el socialismo, de que el capitalismo es un período histórico que algún día tendrá fin, de que la lucha por una nueva sociedad es la principal tarea de la clase trabajadora y otras ideas similares.

Esta creencia tenía y sigue teniendo una base científica muy sólida, pero la ciencia indica cuáles son las tendencias posibles del desarrollo histórico.

Convertir estas tendencias en realidad depende de la lucha política. Y la intensidad de esta lucha política dependia en parte de la motivación militante de centenas de millones, que durante décadas identificaban, como si fuesen la misma cosa, la lucha por el socialismo y lo que existía en la URSS.

Y que, ante el fin de una, concluyeron que el otro también había finalizado.

El desmontaje del marxismo de tipo soviético no desembocó, ni fue seguido de un fortalecimiento de las corrientes también inspiradas en el marxismo que se oponían a él.

La más conocida de estas corrientes, el trotskismo, nació de la crítica contra el socialismo en un solo país, pero como no podía dejar de hacer, terminó concentrando su crítica en las dimensiones políticas del fenómeno (el denominado estalinismo, la burocracia, la crisis de dirección etc). Este desarrollo de la crítica trotskista fue en parte una consecuencia lógica: el socialismo de tipo soviético resistió y consolidó una hegemonía en la izquierda, a lo largo de muchas décadas, desmintiendo en apariencia aquello que, en efecto, era su problema central, el intento de construir el socialismo a partir del capitalismo poco desarrollado.

Esto provocó que el trotskismo realmente existente no diese la debida atención a las debilidades estructurales del socialismo real, concentrando las esperanzas en la posibilidad de éxito de una "revolución política" que corregiría el curso de la "verdadera revolución secuestrada por la burocracia estalinista". Al hacer esto, contradecían los fundamentos de su propia crítica al "socialismo en un solo país". Y, como se vió, al fin y al cabo las revoluciones políticas realmente existentes abrieron el paso al capitalismo en toda la línea.

Como resultado, pese a que un cierto acento trotskista se ha tornado hegemónico entre los que critican al marxismo de tipo soviético, la tradición trotskista no logró convertirse en el núcleo teórico a partir del cual se pueda realizar hoy, ni la crítica al socialismo del siglo XX, ni la discusión sobre la estrategia socialista en el siglo XXI, pues para ello sería y será preciso abordar de manera adecuada la relación entre desarrollo capitalista y transición socialista.

El eurocomunismo también fracasó como alternativa. Además de todos los equívocos políticos que puedan haber sido cometidos por aquellos

partidos, el intento de transitar pacíficamente del "capitalismo organizado" europeo de los años 1950 y 1960, en dirección a un "socialismo renovado", enfrentaba un dilema de origen: aquellas sociedades expresaban, en sí mismo, un equilibrio inestable, entre el "campo" socialista y el capitalista, entre la burguesía y los trabajadores de cada país, así como entre el nivel de riqueza producido en cada país y el plus que se extraía de la periferia.

El intento de avanzar, del *welfare state* en dirección a la transición socialista, rompía aquel equilibrio inestable, desestabilizando las libertades democráticas que eran la premisa de una transición pacífica. Recuérdese la Operación Gladio.

El desmontaje del marxismo de tipo soviético tampoco provocó el fortalecimiento teórico de las corrientes socialdemócratas, originadas de un tronco común en 1875.

La socialdemocracia posterior a 1914 enfrentó inmensas dificultades para sobrevivir, como quedó claro en sus bastiones alemán y austriaco. Su éxito posterior a la II Guerra Mundial fue, en buena medida, un efecto colateral de la existencia de la URSS. Sin ella, tal vez la democracia burguesa hubiese colapsado ante el nazismo; e igualmente sin la URSS, el *welfare state* y el "capitalismo organizado" difícilmente hubieran existido. Lo que ocurrió con posterioridad refuerza esta interpretación; la desaparición de la URSS destruyó las bases económicas, sociales y políticas de aquella socialdemocracia.

La era de oro de la socialdemocracia fue también la era de oro del capitalismo, y tanto una como el otro dependían en gran medida de la existencia de la URSS. Caída ésta, aquella también se vino abajo, aunque a una velocidad más lenta que la del colapso del comunismo soviético.

¿Y los chinos? Ellos parecen haber aprendido de la experiencia soviética y prefirieron hacer ejecutar un retroceso estratégico, haciendo grandes concesiones al capitalismo. En parte como resultado de estas concesiones (que según algunos no serían apenas concesiones, sino conversiones), el marxismo de tipo chino es internacionalmente menos atractivo de lo que fue, en su época de gloria, el marxismo de tipo soviético en todas sus variantes, incluso la variante maoísta.

En resumen de todo lo dicho, el desmontaje del marxismo de tipo soviético no fue seguido de la aparición de otra tradición hegemónica en el seno de la izquierda mundial. Lo que ocupó su lugar, mas que una pluralidad, fue una inmensa confusión, que a los amantes de las analogías históricas los hace

pensar en lo que fue el movimiento socialista después de la derrota de las revoluciones de 1848.

Conviene recordar que fue exactamente en el intervalo entre 1848 y 1895, a través de la combinación entre los procesos objetivos del desarollo capitalista, con la lucha ideológica dentro y fuera del movimiento socialista, que se formó el núcleo fundamental de las ideas marxistas.

Paradójicamente, al mismo tiempo desta confusión ideológica en el movimiento socialista, lo que viene ocurriendo en el mundo desde la crisis de los años setenta, particularmente después de 1991, confirma el acierto de las ideas fundadoras del marxismo, especialmente la idea de que el aumento de la productividad humana, aumento que el capitalismo incentiva, crea al mismo tiempo las bases materiales y la necesidad de una sociedad de otro tipo, basada en la apropiación colectiva de aquello que es producto del trabajo colectivo.

Por supuesto, esta sociedad de otro tipo, que conviene seguir llamando comunista, para diferenciarla de la transición socialista en dirección al comunismo, no será, pese a todo, producto espontáneo de la sociedad capitalista.

La tendencia "espontánea" del capitalismo es generar explotación, revuelta y crisis, acompañada de guerras. Si la clase trabajadora, la clase de los que producen la riqueza através de su trabajo, no se organiza para superar al capitalismo, este podrá continuar existiendo por mucho tiempo aún, hasta que alcanze sus propios límites, destruyendo a todos y todo.

La superación del capitalismo como modo de producción depende y supone la existencia de un nivel de desarrollo material que convierta la explotación en algo totalmente anacrónico. Con otras palabras, supone un aumento de la productividad social que "desvalorice" cada vez más los productos del trabajo (o sea, que reduzca casi a cero el tiempo de trabajo socialmente necesario), haciendo posible conjugar el máximo de abundancia con el mínimo de trabajo.

Ya lo que es la superación del capitalismo como fenómeno histórico concreto depende de la lucha política, o sea, depende de que los trabajadores, la clase productora de riquezas, se convierta en clase hegemónica y reorganice la sociedad, lo que implica un proceso politico (revolucion) y una transición político-sócio-economica (socialismo) al final del cual se construirá otro modo de producción (el comunismo).

Luchar por estes objetivos, como es evidente, sigue suponiendo combinar conciencia y organización, táctica y estrategia, reforma y revolución.

Se trata de luchar para superar la explotación y la opresión típicas del capitalismo. En este sentido, es una lucha contemporánea al capitalismo. Por otro lado, se trata de luchar por superar la sociedad de clases, o sea, superar toda una época histórica en que una parte de la sociedad explota el trabajo de la otra. En este sentido, se trata de una lucha que posee identidad con la lucha de las clases explotadas en modos de producción anteriores al capitalismo.

Y se identifica también con otras luchas que se libran, en el capitalismo, contra mecanismos de opresión y explotación que no son estrictamente económicos, tales como el racismo, el machismo y la homofobia.

Debemos hacer el máximo esfuerzo para que una lucha potencie a las otras y viceversa, pero debemos también recordar que son luchas conectadas, interdependientes, pero no son la misma cosa. Las luchas contra el racismo, contra la homofobia, contra el machismo, los conflictos generacionales y otros, tienen sus propias raíces, demandan sus propios combates y sus soluciones específicas.

Lo que decimos en los párrafos anteriores muchas veces no encuentra hoy traducción política consistente en Oceanía, África, Europa y los Estados Unidos. Ya en América Latina estamos asistiendo, hoy, a intentos consistentes varios de enfrentar estos temas e iniciar un nuevo ciclo socialista, un debate y una acción práctica que, como apuntó recientemente el historiador Eric Hobsbawm, se alcanza recurriendo en gran medida a la gramática del marxismo.

Esto nos remite a las cuestiones planteadas al inicio de este ensayo: a la situación en que se encontraba la izquierda latinoamericana en su conjunto, en el año 1991; que sucedió con esta izquierda desde entonces; cuál es su situación actual; y cuáles son sus perspectivas.

La izquierda latinoamericana fue globalmente derrotada en los años sesenta y principios de los años setenta: la Revolución Cubana fue bloqueada; otros procesos populares, nacionalistas y revolucionarios fueron derrotados; las guerrillas latinoamericanas no tuvieron éxito; la experiencia de la Unidad Popular terminó de forma trágica; y grande parte del continente fue sometido a dictaduras de facto y de derecho.

Entre finales de los años setenta e inicio de los ochenta, hubo una inflexión: las grandes luchas sociales en Brasil y la victoria de la guerrilla sandinista son dos ejemplos de esto. Durante la década de 1980, las dictaduras ceden espacio. Pero en su lugar surgen democracias restringidas y cada vez más influenciadas por el neoliberalismo. Las victorias de Collor en Brasil (1989) y de Chamorro en Nicaragua (1990), entre otras, marcaron entonces el princípio de una década de hegemonía neoliberal.

Fue exactamente en este contexto que, en 1990, inmediatamente antes de la disolución de la URSS, una gran parte de la izquierda latinoamericana decidió encontrarse en un seminario cuyas derivaciones dieron origen al Foro de São Paulo.

La disolución de la URSS tuvo impactos materiales directos sobre Cuba.

Ya sobre los demás países, en especial sobre sus izquierdas, los impactos fueron principalmente ideológicos y políticos. Pero la proximidad amenazadora de los Estados Unidos, la lucha reciente contra las dictaduras y los embates contra el neoliberalismo naciente parecen haber funcionado como una "vacuna", que limitó los efectos desmoralizantes que la crisis del socialismo tuvo sobre vastos sectores de la izquierda en otras regiones del mundo.

No es que no haya habido deserciones, traiciones y conversiones ideológicas.

Pero, visto de conjunto y de manera comparativa, la izquierda latinoamericana salió mejor que su congénere europea.

En esto influyeron por lo menos cuatro factores.

Primero: debido al "lugar" ocupado por nuestra región en la división del trabajo vigente en el período imperialista clásico, no tuvimos en nuestro continente una experiencia socialdemócrata equivalente al Estado de bienestar social, que cristalizase la creencia de que era posible conciliar capitalismo, democracia y bienestar social. Lo que llegó más próximo de esto (el populismo, especialmente el argentino) fue combatido con violencia brutal por las oligarquías y por el imperialismo. Con otras palabras, incluso donde la izquierda luchaba por banderas de tipo democrático-capitalista, la burguesía realmente existente era en general un sólido adversario. Aunque esto no haya eliminado las ilusiones, dio a las luchas de los años ochenta un sesgo mucho más radical, sin el cual algunos éxitos de la resistencia al neoliberalismo no habrían sido posibles.

Segundo: a pesar de los equívocos, de las limitaciones y principalmente a pesar del retroceso causado por la combinación entre el bloqueo estadounidense y el colapso de la URSS, la valiente resistencia cubana impidió que asistiésemos, entre nosotros, el espectaculo deprimente y desmoralizante asistido en muchas paragens del Este europeo y de la propia URSS. Además de eso, ciertas características de la sociedad cubana seguían y siguen siendo un diferencial positivo, para el trabajador pobre de la mayoría de los países latinoamericanos; no era así en Europa, en gran parte de los casos. Por lo tanto, fue más fácil, para grandes sectores de la izquierda latinoamericana, mantener la defensa del socialismo, percibir las especificidades nacionales y mantener una actitud más crítica en cuanto a modelos supuestamente universales, especialmente los venidos de otras regiones.

Tercero: la hegemonía neoliberal, combinada con el predominio estadounidense ocasionado por la desaparición de la URSS, era efectivamente y fue percibida inmediatamente como un riesgo, no solo para las izquierdas, sino para la soberanía nacional y para el desarrollo económico latinoamericano.

Para muchas organizaciones de la izquierda regional, esto permitió compensar con nacionalismo y desarrollismo lo que se perdía o se diluía en términos de contenido programático socialista y revolucionario.

Cuarto: el fin de la URSS abrió inmensas oportunidades de expansión para las potencias capitalistas, especialmente para los Estados Unidos y para la naciente Unión Europea. De ahí se derivó una concentración de esfuerzos en el Este europeo y en el Oriente Medio, acompañada de una cierta "despreocupación sistémica" con lo que estaba ocurriendo en el denominado patio trasero latinoamericano. Esto explica no el hecho en sí, sino la velocidad con que los partidos críticos del neoliberalismo llegaron al gobierno, a partir de 1998, en importantes países de la región.

Paradójicamente, fue a partir destas victórias que se evidenciaron ciertas consecuencias del fin de la URSS, así como las derivadas del surgimiento del capitalismo neoliberal. Implicaciones que pesaban sobre las acciones de la izquierda latinoamericana, exactamente en el momento en que esta izquierda comenzaba a conquistar los gobiernos nacionales de sus países.

Comencemos por las ideológicas. Las izquierdas que llegan al gobierno a partir de 1998, pero también aquellas que se mantuvieron desde entonces en

la oposición, en algunos casos contra la derecha, en otros casos incluso contra los gobiernos progresistas y de centroizquierda, no lograron superar la confusión ideológica y tampoco lograron resolver el *déficit teórico* que se expresa en tres terrenos fundamentales: del balance de los intentos de construcción del socialismo del siglo XX, de análisis del capitalismo del siglo XXI y de la elaboración de una estrategia adecuada al nuevo período histórico.

Los intentos de elaborar una teoría sobre el "socialismo del siglo XXI" son caleidoscópicos; los análisis del capitalismo imperialista neoliberal aún son tentativos; y los resultados prácticos muestran los límites de las distintas estrategias.

La confusión se agrava por la influencia de ciertas "escuelas" muy activas en la izquierda, como el desarrollismo, el etapismo o el movimientismo, sin hablar de cierto culto al martirio ("pocos pero buenos", "cuanto peor, mejor" y otros del mismo género) que tiene evidentes raíces cristianas.

Claro que la confusión ideológica y la limitación teórica no constituyen un problema tan grave, cuando el viento está a favor. En cierto sentido, ocurre lo contrario. Una cierta dosis de ignorancia acerca de los límites materiales ayuda, al no saber que "es imposible", a extender mucho los límites de lo posible. Pero cuando el viento no sopla a favor, la claridad teórica y la consistencia ideológica se tornan activos fundamentales. Y ahora, en 2012, estamos en un momento de vientos contradictorios.

Hablemos ahora de las implicaciones políticas. La principal de ellas es que, salvo raras excepciones, el conjunto de las izquierdas latinoamericanas incorporó la competencia electoral, la accion parlamentaria y la gestión gubernamental en su arsenal estratégico. O sea, incorporó un arma típica del arsenal socialdemócrata, en el exacto momento en que en el viejo mundo los aspectos progresistas de la democracia electoral burguesa y de la socialdemocracia clásica están en declive.

La incorporación de la competencia electoral, de la accion parlamentaria y de la gestión gubernamental como armas fue posible por diversos motivos.

De parte de las izquierdas, podemos citar la derrota político militar de las experiencias guerrilleras, la reducción de los perjuicios (bien fundados o no) contra la "democracia burguesa", y la dinámica particular que permitió una más o menos exitosa combinación entre lucha social y electoral en cada país.

Pero para que aquellas armas pudiesen ser utilizadas con cierto éxito por las izquierdas, desde el final de los años noventa hasta ahora, es preciso considerar también el cambio relativo en la actitud de los Estados Unidos, de las derechas y de las burguesías locales, que en varios países no tuvieron los medios y/o los motivos para bloquear electoralmente a las izquierdas.

Pero, pasada cierta euforia inicial, las distintas izquierdas latinoamericanas se toparon con los límites derivados del que podemos denominar *camino electoral*. De diferentes maneras, hasta porque las izquierdas, los procesos y las culturas políticas son distintas, se fueron evidenciando las diferencias entre Estado y gobierno; la difícil combinación entre democracia representativa y democracia directa; los límites de la participación popular y de los movimientos sociales; las diferencias entre legalidad revolucionaria y legalidad institucional. Además, los mecanismos de defensa del Estado burgués –como la burocracia, la justicia, la corrupción y las fuerzas armadas– siguen operando con eficiencia, para constreñir a los gobiernos progresistas y de izquierda. Sea como fuere, hoy mas que antes queda en evidencia que la izquierda latinoamericana necesita una mayor comprensión de las experiencias regionales y mundiales en que las armas electorales, parlamentares y gubernamentales fueron utilizadas como medio para intentar hacer la transformacion socialista o socialdemocrata de la sociedad.

La ausencia de claridad al respecto, mejor dicho, las diferentes interpretaciones sobre el tema, vienen produciendo desde 1998 agudas controversias dentro de la izquierda latinoamericana, entre dos polos y sus variantes intermedias: los que pretenden avanzar más rápido y los que temen avanzar más rápido de lo que la correlación de fuerzas supuestamente permite.

Las dos cuestiones anteriores se combinan con una tercera, algo más compleja, referida a la comprensión de la etapa histórica en que vivimos y de los conflictos que están en juego en América Latina.

Como dijimos antes, el fin de la URSS debe ser visto en el contexto de una transición entre el capitalismo imperialista clásico y el capitalismo neoliberal, imperialista también, pero distinto al anterior.

El capitalismo imperialista clásico atravesó por dos momentos: uno marcado por la contradicción interimperialista, otro marcado por la disputa entre "campo socialista" y "campo imperialista". En estos dos momentos, junto a las

contradicciones citadas, existían también las contradicciones internas de cada país, así como las existentes entre las metrópolis y las periferias.

Con el fin de la URSS, desapareció también la disputa entre "campos".

Ya la contradicción intercapitalista se acentuó y derivó en una nueva variante: la disputa entre los antiguos centros (Estados Unidos, Unión Europea y Japón) y los nuevos centros emergentes (como China y sus aliados, los llamados Brics).

La lucha entre estos centros (viejos y nuevos) y sus respectivas periferias asume distintas formas, asi como son diversas las disputas internas de cada país. Lo importante es percebir que se trata, en lo fundamental, de disputas intercapitalistas: el socialismo se encuentra todavía en un período de defensiva estratégica.

En el caso de América Latina, por ejemplo, hace más de diez años la izquierda viene ampliando su participación en los gobiernos y enfrentando con mayor o menor decisión el neoliberalismo, pero por todas partes el capitalismo sigue siendo hegemónico.

Esto no impide a algunos sectores de la izquierda de apellidar el proceso político en curso en sus respectivos países con nombres combativos (diferentes variantes de "revolución"), ni impide a otros sectores de la izquierda "resolver" las dificultades objetivas acusando a los partidos gobernantes de falta de combatividad y de firmeza de propósitos, lo que sin dudas es verdad en varios casos. Pero, más allá de las traiciones, del voluntarismo y del deseo, la verdad parece ser la siguiente: incluso donde la izquierda gobernante sigue fiel a los propósitos socialistas y comunistas, las condiciones materiales de la época en que vivimos imponen límites objetivos.

Esencialmente, tales límites constriñen a los gobiernos de izquierda, incluso a los políticamente más radicales, a recurrir a métodos capitalistas para producir desarrollo económico, aumentar la productividad sistémica de las economías, ampliar el control sobre las riquezas nacionales, reducir la dependencia externa y el poder del capital transnacional, especialmente el financiero. E, incluso, tales límites constriñen el financiamiento de las políticas sociales.

Cabe recordar que el capitalismo imperialista neoliberal provocó un retroceso en el desarrollo económico latinoamericano. Una de las consecuencias políticas de ese retroceso fue la paulatina dislocación, a favor de la oposición de izquierda, de sectores de la burguesía y de las capas medias.

Esa dislocación hizo posible la victoria electoral de los actuales gobiernos progresistas y de izquierda, y generó gobiernos pluriclasistas, vinculados genéticamente a la defensa de economías plurales, con un amplio predominio de la propiedad privada, en sus variadas expresiones, incluso las más contradictorias, como la propiedad cooperativa y el capitalismo de Estado.

Vale decir que esta situación no es contradictoria con una de las conclusiones que se pueden sacar de las experiencias socialistas del siglo XX: la socialización de las relaciones de producción depende de la socialización de las fuerzas productivas. Y esta por su vez exige métodos capitalistas, con una intensidad inversa al nivel prévio de desarrollo económico.

Al llegar a este punto, podemos resumir lo dicho de la siguiente forma.

En el año 1991, la izquierda latinoamericana venía de un doble proceso de derrotas: primero, la derrota del ciclo guerrillero de los años sesenta y setenta; después, la derrota del ciclo de redemocratización de los años ochenta.

El fin de la URSS y el ascenso del neoliberalismo en un primer momento acentuan la derrota, pero al cabo desenbocan en la abertura de un tercer período, cuyo desenlace es distinto: se inicia en 1998 un ciclo de victorias electorales, que resulta en una correlación de fuerzas regional favorable, que aún se mantiene.

Las condiciones internas y externas que hicieron posible este ciclo de victorias permitieron a estos gobiernos, en un primer momento, ampliar los niveles de soberanía nacional, democracia política, bienestar social y desarrollo económico de sus países y poblaciones. Pero en lo fundamental esto se hizo redistribuyendo la renta de manera distinta, sin alterar la matriz de producción y distribución de la riqueza.

En un segundo momento, las limitaciones de la propia matriz de producción y distribución de la riqueza, acentuadas por otras variables – políticas, ideológicas, estratégicas, económicas, sociológicas, geopolíticas – hacen que los niveles de soberanía nacional, democracia política, bienestar social y desarrollo económico se mantengan dentro de límites más estrechos de lo que esperados inicialmente por la izquierda, gobernante u oposicionista.

Estamos hoy en este segundo momento, que coincide con un agravamiento de la situación internacional, que repercute de dos maneras fundamentales sobre la región: por un lado, complica sobremanera la situación de

las economías que dependen del mercado internacional; por otro lado, aumenta la presión de las metrópolis sobre la región, concluyendo aquel período de cierta "desatención estratégica" que facilitó ciertas victorias electorales.

Las limitaciones internas y el cambio de ambiente externo tienden a agudizar el conflicto, dentro de cada país, no solamente entre izquierdas y derechas, sino tambien entre las fuerzas sociales y políticas que componen lo que llamamos izquierda(s); pueden, también, exacerbar algunas diferencias entre los gobiern os de la región.

Dicho esto: ¿cuáles son las perspectivas?

Hay que considerar, en primer lugar, la incidencia sobre la región de macro variables sobre las cuales no tenemos incidencia directa: la velocidad y la profundidad de la crisis internacional, los conflictos entre las grandes potencias, la extensión e impacto de las guerras. Destacamos, entre las macro variables, aquellas vinculadas al futuro de los Estados Unidos: ¿Recuperará su hegemonía global? ¿Concentrará energías en su hegemonía regional? ¿Agotará sus energías en el conflicto interno de su propio país?

Hay que considerar, en segundo lugar, el comportamiento de la burguesía latinoamericana, en especial, de los sectores transnacionalizados: ¿Cuál es su conducta frente a los gobiernos progresistas y de izquierda? ¿Cuál es su disposición con respecto a los procesos regionales de integración? ¿Cuál es su capacidad de competir con las burguesías metropolitanas y aspirar a un papel más sólido en el escenario mundial? Del "humor" de la burguesía dependerá la estabilidad de la vía electoral y la solidez de los gobiernos pluriclasistas. O, invirtiendo el argumento, su "falta de humor" radicalizará las condiciones de la lucha de clases en la región y en cada país.

En tercer lugar, está la capacidad y disposición de los sectores hegemónicos de las izquierdas –partidos políticos, movimientos sociales, intelectualidad y gobiernos.

La pregunta es: ¿Hasta dónde estos sectores hegemónicos están dispuestos y conseguirán rebasar los límites del período actual, y con qué velocidad?

Dicho de otra manera, cuánto conseguirán aprovechar esta coyuntura política inédita en la historia regional, para profundizar las condiciones de integración regional, soberanía nacional, democratización política, ampliación del bienestar social y del desarrollo económico. Y principalmente, si van a lograr

o no alterar los patrones estructurales de dependencia externa y concentración de la propiedad imperantes en la región hace siglos.

Considerando estas tres grandes dimensiones del problema, podemos resumir así las perspectivas: potencialidades objetivas, dificultades subjetivas y tiempo escaso.

Potencialidades objetivas: sin olvidar las alternativas negativas, el escenario internacional y las condiciones existentes hoy en América Latina, en especial en América del Sur, hacen posibles dos grandes alternativas positivas, a saber, un ciclo de desarrollo capitalista con trazos socialdemócratas y/o un nuevo ciclo de construcción del socialismo.

En cuanto a esta segunda alternativa, estamos, desde el punto de vista material, relativamente mejor que la Rusia de 1917, que China de 1949, que Cuba de 1959 y que la Nicaragua de 1979.

Dificultades subjetivas: hoy, los que tienen la voluntad no tienen la fuerza, y los que tienen la fuerza no han demostrado la voluntad de adoptar, a una velocidad y con una intensidad adecuadas, las medidas necesarias para aprovechar las posibilidades abiertas por la situación internacional y por la correlación regional de fuerzas. Un detalle importante: no hay tiempo ni materia prima para formar otra izquierda hegemonica. O bien la izquierda hegemonica que tenemos aprovecha la ventana abierta, o será la pérdida de una oportunidad.

El tiempo está escaseando: la evolución de la crisis internacional tiende a producir una creciente inestabilidad que sabotea las condiciones de actuación de la izquierda regional. La posibilidad de utilizar gobiernos electos para hacer transformaciones significativas en las sociedades latinoamericanas no va a durar para siempre. La ventana abierta a final de los años noventa todavía no se cerró. Pero la tempestad que se aproxima puede hacerlo.

Concluyo reafirmando que el juego aún no ha terminado, motivo por el cual debemos trabajar para que las izquierdas latinoamericanas, en especial aquellas que estan gobernando, y dentro de ellas la izquierda brasileña, haga lo que debe y puede hacer. Si ello sucede, podremos superar con éxito el actual período de defensiva estratégica de la lucha por el socialismo. En resumen, la ventana sigue abierta.

15. Atilio A. Boron: um balanço equivocado

Acabo de receber um correio do Servicio Informativo "Alai-amlatina" contendo artigo de Atilio A. Boron intitulado "Foro de São Paulo: balance desde Caracas".

Boron esteve presente, a convite dos anfitriões venezuelanos, na mesa principal do ato de encerramento do XVIII Encontro do Foro de São Paulo. Não sei se esteve presente em outros Foros, não sei se participou de outros momentos do XVIII Foro. O que sei é que seu balanço é equivocado.

Começo pelos equívocos factuais. Boron diz que *no se entiende como las autoridades del FSP le negaron el derecho a la palabra –¡no sólo el ingreso de la Marcha Patriótica como una organización política afiliada al foro, pese a todos los avales presentados por partidos políticos dentro y fuera de Colombia a la Senadora Piedad Córdoba*.

De fato, se fosse verdade, não seria compreensível. Mas o que diz Boron não é verdade.

A Marcha Patriótica solicitou ingresso no Foro de São Paulo através de correio eletrônico enviado na mesma semana em que realizou-se o XVIII Encontro do Foro. As normas do Foro, normas que nos permitiram chegar inteiros até aqui, estabelecem que, para uma organização ingressar, é necessário

o consenso de todos os partidos nacionais, depois o consenso do Grupo de Trabalho e depois o consenso da Assembleia do Foro.

Apesar da boa vontade geral, como o pedido foi feito demasiado tarde, não foi possível a todos os partidos colombianos responder a tempo se estavam de acordo com a entrada da Marcha Patriótica. E, sem o apoio explícito e formal dos partidos nacionais, onde existem, não há como aprovar o ingresso de uma nova organização, seja qual for, tenha que *avales* tiver.

Boron diz que as autoridades do Foro (quem serão estas *autoridades*?) negaram à Piedad Córdoba o direito à palavra. Minha pergunta é: a quem ela teria solicitado este direito? E quem teria negado? Aguardo que Boron responda.

Até então, só posso dizer o que sei e o que presenciei, na condição de secretário executivo do Foro e de coordenador de várias das reuniões ocorridas durante o XVIII Encontro. E o que sei e o que presenciei é que, se ela tivesse solicitado, teríamos concedido a palavra, como concedemos a vários outros convidados.

Boron fala de *argucias leguleyas, inadmisibles en una entidad que dice ser de izquierda, nos privaron de escuchar su testimonio, lo que no pasó inadvertido para el presidente Chávez*. Mesmo que fosse verdade o que ele diz, sobre ter sido negada a palavra, é assustador ver alguém de esquerda escrever algo deste naipe, como se Chávez fosse um bedel ou vigia noturno, e Boron seu estafeta. Definitivamente, erudição marxista e comportamento adequado são coisas distintas.

Boron também diz que *otro tanto se hizo con los hondureños de Libertad y Refundación (Libre), partido que representa mejor que ningún otro la resistencia al gobierno de Porfirio Lobo*. Simplesmente não entendo o que Boron quer dizer. De que *otro tanto*, de que exclusão ele está falando?

Para quem não está informado: durante a reunião do Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, no dia 3 de julho, foi debatida a relação entre o Libre e o Foro de São Paulo. Formalmente, quem faz parte do Foro é a Frente de Resistência. Ficou decidido na reunião do GT que, tão logo o Libre solicite integração ao Foro, será integrado, mas que este pedido deve ser feito por eles, uma vez que há setores que integram o Libre e não integram a Frente de Resistência. E o fato é que o Libre não fez chegar à Secretaria Executiva do Foro sua solicitação de ingresso.

Portanto, tanto no caso da Colômbia quanto no caso de Honduras, Boron está, na melhor das hipóteses, mal informado. Nesses dois casos, seria útil

que ele seguisse o conselho que dá ao Foro: uma *discusión fraternal pero profunda, sin concesiones, y a salvo de cualquier clase de trabas burocráticas o formalistas que la asfixien*. Se ele tivesse perguntado a alguma das "autoridades do Foro" (ele deve conhecer quem são, já que as cita), teria descoberto que as coisas não se passaram como ele diz.

Minha impressão, contudo, é que Boron está mais preocupado em pontificar do que em pesquisar. Sem contar que ele parece meio descontente com o sucesso do Foro, motivo pelo qual se esforça em atribuir o sucesso deste XVIII Encontro a todos, menos ao Foro mesmo.

Boron diz que *el balance final del cónclave es, en un cierto sentido, positivo, aunque en algunos aspectos que veremos a continuación hay muchas cosas para mejorar. Positivo porque en el multitudinario evento se dieron cita una gran cantidad de partidos y movimientos que tuvieron la posibilidad de intercambiar opiniones, comparar experiencias y realizar un rico y necesario aprendizaje recíproco. Positivo también porque ante el conocido eclecticismo ideológico del foro – del cual participan partidos que sólo por un alarde de la imaginación podrían categorizarse como de izquierda – el discurso de cierre pronunciado por el Comandante Chávez fijó una nueva agenda que los partidos y organizaciones del FSP deberían considerar muy cuidadosamente en sus próximos encuentros*.

As frases anteriores contêm dois raciocínios encadeados, um incorreto e o outro pior que isto. O raciocínio incorreto está na crítica que Boron faz ao *conocido eclecticismo ideológico del foro – del cual participan partidos que sólo por un alarde de la imaginación podrían categorizarse como de izquierda*. Quem diz isto simplesmente não entendeu nada acerca dos motivos pelos quais o Foro chegou aonde chegou, 22 anos depois. Se o Foro não fosse "eclético", política e ideologicamente, ele seria mais uma destas "internacionais" estéreis que rondam por aí. Por outro lado, o fato de ser "eclético" não impediu o Foro de manter uma atitude essencialmente correta ao longo de duas décadas, o que é tempo suficiente para testar a consistência de certas ideias e iniciativas.

Pior que incorreto é dizer que Chávez teria fixado *una nueva agenda que los partidos y organizaciones del FSP deberían considerar muy cuidadosamente en sus próximos encuentros.* Pessoalmente, concordo com algumas coisas e discordo de outras coisas que Chávez disse no seu discurso final. Mas é simplesmente falso dizer que ele colocou uma *nueva* agenda. Os temas que

Chávez tratou fazem parte do debate do Foro há muito tempo. Inclusive algo que Boron faz questão de omitir, que é a necessidade de ir *além da esquerda*.

Por exemplo: Boron diz que *más allá de la crítica necesaria al neoliberalismo y su todavía hoy pesada herencia, el problema es el capitalismo, lo que hay que vencer y subvertir es el capitalismo*. Verdade. Tanto é verdade, que a Declaração final do XVIII Encontro fala diretamente de *socialismo*. E isto num foro "eclético", onde nem todos os integrantes são socialistas!

Portanto, é uma besteira dizer que isto seria uma das *principales debilidades teóricas de la Declaración de Caracas aprobada por el FSP*. Debilidade haveria, isto sim, se a declaração final gastasse 99% do seu tempo falando do socialismo e apenas 1% apontando como enfrentar o capitalismo neoliberal e o imperialismo. A declaração indica as tarefas políticas fundamentais do período; sem vencê-las, o socialismo, a integração e o combate ao neoliberalismo ficarão apenas na retórica.

Acontece que Boron parece ter uma péssima impressão acerca das organizações que integram o Foro. Segundo sua caricatura, somos partidos que acreditam que o socialismo cairá *del cielo como producto de un determinismo económico, sino por la intervención del plural y heterogéneo sujeto revolucionario*. Também segundo sua caricatura, somos organizações que não saberiam o que fazer no dia seguinte ao XVIII Encontro.

A caricatura é tão ridícula que Boron toma o cuidado de atribuí-la a Chávez. Fico simplesmente envergonhado quando vejo alguém de tão larga trajetória como Boron usar deste tipo de expediente retórico para tonificar suas posições.

Se Boron fosse menos mal-humorado com o Foro, se tivesse um pingo da tolerância que predica aos outros, se tivesse perguntado a opinião de qualquer um dos integrantes do Grupo de Trabalho, teria descoberto que uma de nossas preocupações centrais consiste exatamente em aumentar nossa organicidade. O problema é que isto é fácil de dizer, mas muito difícil de fazer.

Não sei qual a experiência prática de Boron como dirigente político-partidário.

O que sei, a partir da minha experiência no PT e no Foro de São Paulo, é que nós não estamos *desentendiéndonos alegremente de la decisiva*

problemática de la organización. O que ocorre é que a *decisiva problemática da organização*, numa instituição internacional e plural como o Foro, é muito mais complexa do que numa organização nacional. Além do mais, nem sempre os que falam em organização são os mais bem-sucedidos em termos organizativos.

Boron simplifica tanto o problema que chega a confundir as situações do Foro de São Paulo e do Fórum Social Mundial. A comparação entre uma e outra não faz o menor sentido, até porque no FSM os partidos são recusados, e a hegemonia é de grupos que por princípio são contra a definição de prioridades político-programáticas.

Haveria outras coisas a dizer acerca do balanço feito por Boron.

Vejamos o que ele diz sobre o Haiti, por exemplo: *La declaración aprobada en Caracas condena las tentativas golpistas en contra de Evo Morales, Mel Zelaya, Rafael Correa y la más reciente contra Fernando Lugo. Olvida señalar, lamentablemente, el golpe perpetrado contra Jean-Bertrand Aristide en Haití, en el año 2004. Falla grave porque no se puede disociar este olvido de la desafortunada presencia de tropas de varios países latinoamericanos –Brasil, Chile, Argentina, entre otros– en Haití cuando en realidad lo que hace falta en ese sufrido país son médicos, enfermeros, maestros.*

Talvez Boron não saiba, mas as Declarações finais são consensuadas nas reuniões do Grupo de Trabalho. Do qual participaram, neste XVIII Encontro, dirigentes haitianos. Que apresentaram uma resolução, aprovada em Plenário, acerca da situação do Haiti. É legítimo debater se esta resolução e a declaração deveriam ou não fazer referência à derrubada de Aristide.

Mas beira à má-fé vincular este suposto *olvido* a *desafortunada presencia de tropas de varios países latinoamericanos –Brasil, Chile, Argentina*, *entre otros*, omitindo quem são estes outros, omissão (mais que *olvido*) que serve para reforçar uma insinuação que Boron deveria explicitar, para que o debate possa ser feito às claras.

Para que não me acusem também de mal humor, reconheço que Boron tem razão quando reclama que poderíamos ter incluido na declaração a exigência *del cierre de las bases militares que se extienden por toda América Latina y el Caribe*. De toda forma, o tema (inclusive seus desdobramentos colombianos) foi largamente tratado em vários momentos do Foro, inclusive num *taller*

e num seminário. Reconheço, também, que a frase acerca dos limitados logros dos TLCs permite mesmo dupla interpretação.

Concordo, finalmente, que vivemos um momento em que a moderação, *lejos de ser una virtud se convierte en un pecado mortal*. Aliás, aprecio muito a recomendação de *audácia, audácia, audácia*. Que tal frase tenha sido dita por Danton comprova, de quebra, que nem todo radicalismo verbal é consequente.

9 de julho de 2012

16. O PT e o Foro de São Paulo[61]

O XVIII Encontro do Foro de São Paulo foi realizado entre os dias 3 e 6 de julho de 2010 na cidade de Caracas (Venezuela). Participaram delegados(as) e convidados(as) de mais de cem organizações, em sua maioria latino-americanas e caribenhas, mas também europeias, africanas e asiáticas.

O PT participou com uma delegação integrada, entre outras pessoas, pela secretária de Relações Internacionais (SRI) Iole Iliada; pelo secretário de Movimentos Sociais Renato Simões; pelo secretário nacional de Cultura Edmilson Souza Santos; pelo secretário nacional de Juventude Jefferson de Lima; pela secretária nacional de Combate ao Racismo Cida Abreu; pela secretária nacional de Mulheres Laisy Moriére; por vários membros do Diretório Nacional, entre os quais Joaquim Soriano, José Dirceu e Luiz Dulci; por integrantes da equipe da SRI e da Fundação Perseu Abramo; e também pelas senadoras Ana Rita (ES) e Angela Portela (RR).

O partido também contribuiu com a distribuição, a todas as delegações que assistiram ao XVIII Encontro, de uma revista de 44 páginas, com textos em espanhol, sobre o Brasil, os governos Lula e Dilma, os diversos aspectos da ação partidária e, ainda, com nossa opinião sobre a conjuntura

[61] Texto para a revista *Teoria e Debate*, julho de 2012.

latino-americana. Por fim, durante a plenária de encerramento, coube a Luiz Dulci apresentar o vídeo com a mensagem do companheiro Lula ao XVIII Encontro do Foro de São Paulo. Lula fez um balanço da trajetória da esquerda latino-americana e caribenha agrupada no Foro e declarou, com todas as letras, que a vitória de Chávez será uma vitória do conjunto da esquerda regional.

A memória do encontro será divulgada, incluindo as atas das reuniões do Grupo de Trabalho e das três secretarias regionais (Cone Sul, Andino-Amazônica e Meso-América e Caribe), a síntese das quatorze oficinas, três encontros (de jovens, de mulheres e de parlamentares) e dois seminários (um sobre governos e outro sobre descolonização), além do documento-base, resoluções e moções, bem como a Declaração final. Toda essa documentação (incluindo vídeos) pode ser acessada nas páginas eletrônicas do Partido dos Trabalhadores e do Foro de São Paulo.

Ainda no mês de agosto, o Grupo de Trabalho se reúne para discutir como implementar o plano de trabalho aprovado, com destaque para a solidariedade com o povo, o governo e a esquerda venezuelanos, que caminham para vencer a eleição presidencial de 7 de outubro, mas enfrentam desde já e seguirão enfrentando depois os ataques da direita local e do imperialismo estadunidense. A primeira atividade de solidariedade ocorre no dia 24 de julho, quando esperamos que em todo o mundo se promovam atividades em torno do aniversário de Simon Bolívar e de apoio à reeleição de Hugo Chávez.

A reunião do Grupo de Trabalho terá grande importância, porque, além das tarefas imediatas, discutiremos o próprio funcionamento cotidiano do Foro de São Paulo. Criado no início dos anos 1990, noutra época histórica, o Foro possui debilidades organizativas que precisam ser urgentemente superadas. Não é fácil fazer isso, entre outros motivos, porque é e deve continuar sendo um espaço plural, do ponto de vista político-ideológico.

Portanto, soluções que poderiam ser cabíveis numa Internacional centralizada não são exequíveis num espaço com as características do Foro de São Paulo, que funciona na base do consenso, do respeito e da tolerância.

Algumas das ações e medidas necessárias já foram debatidas em reuniões anteriores do Grupo de Trabalho:

1. a implementação de campanhas continentais e mundiais (por exemplo, a campanha de solidariedade à Venezuela, que foi objeto de uma resolução específica do XVIII Encontro);
2. a solidariedade para com as organizações do Foro em determinados países (os casos mais urgentes, nesse momento, são os de Honduras e Paraguai);
3. sempre e quando solicitado pelas respectivas organizações nacionais, participar do debate e ajudar a enfrentar coletivamente os desafios locais (é o caso do Peru e de El Salvador, onde, por diferentes motivos, a presença do Foro pode jogar um papel importante);
4. ampliar o intercâmbio de ideias, de informações, de experiências e de militantes entre as organizações integrantes do Foro de São Paulo (por exemplo, através de uma escola latino-americana);
5. organizar de maneira mais sistemática o debate sobre os grandes temas estratégicos, como a natureza do capitalismo do século XXI, o balanço das tentativas de construção do socialismo no século XX, nossos caminhos para o poder na América Latina etc.;
6. melhorar o funcionamento do Grupo de Trabalho, das secretarias regionais e da secretaria executiva (o que exigirá, entre outras coisas, que alguns partidos encarreguem dirigentes para cuidar especificamente das questões do Foro de São Paulo).

Essas e outras medidas, com o objetivo de superar nossas debilidades organizativas, devem respeitar uma cláusula pétrea: manter a natureza original do Foro, ou seja, seu caráter plural e com decisões consensuais. A experiência dos últimos vinte anos mostrou que essa natureza não é um obstáculo nem para os avanços práticos, nem para os acertos teóricos. Em contrapartida, há vários exemplos do fracasso de outras experiências internacionais mais centralizadas e homogêneas. Mas, nos últimos cinco anos, a experiência revelou que é preciso buscar mais consensos e fazer maiores esforços para levá-los à prática.

Também nisso o Partido dos Trabalhadores está chamado a continuar jogando um papel importante no Foro de São Paulo. Hoje, por decisão do Grupo de Trabalho, o PT indica o secretário executivo do Foro. Caso a próxima reunião do GT mantenha essa indicação, o partido precisa responder em dois sentidos: primeiro, ampliando os recursos humanos disponíveis para a tarefa;

segundo, ampliando o intercâmbio entre os países da região e o Brasil. O ideal é que o PT, além do secretário executivo e da secretaria técnica, disponibilize mais três dirigentes que possam acompanhar de maneira permanente as secretarias regionais: Cone Sul, Andino-Amazônica e Meso-América e Caribe. Esse reforço é indispensável para dar conta das tarefas indicadas anteriormente e de outras que certamente serão aprovadas na reunião do Grupo de Trabalho.

No terreno do intercâmbio, cito algumas iniciativas que podem ser adotadas: um plano de publicações, em português, sobre temas latino-americanos e caribenhos (com destaque para as experiências dos governos progressistas e de esquerda); um plano de publicações, em espanhol, das experiências e opiniões políticas do Partido dos Trabalhadores; o intercâmbio sistemático de delegações, especialmente entre jovens; e um plano de visitas de dirigentes petistas a todos os países da região.

A situação brasileira é pouco conhecida, o que colabora para uma leitura equivocada acerca do papel que nosso país joga na região. Por exemplo: a reativação da IV Frota, o golpe do Paraguai e a tentativa de impedir a adesão da Venezuela ao Mercosul têm diversos objetivos e alvos. Mas está claro para nós, embora nem sempre esteja claro para todos, o quanto a direita e o imperialismo consideram crucial cercar e recuperar o Brasil para sua órbita de influência.

Até por isso, o empenho do governo brasileiro para o êxito da integração regional (por meio de organismos como a Celac, a Unasul e o Mercosul, entre outros) e do PT para o êxito da esquerda regional (com o fortalecimento do Foro de São Paulo, por exemplo) constituem não apenas um ato de solidariedade para com os demais, mas também atitudes que contribuirão para o êxito do processo brasileiro.

O momento atual torna esse empenho ainda mais urgente. A principal característica da conjuntura latino-americana continua sendo a forte presença da esquerda, seja hegemonizando governos, seja protagonizando a oposição dos principais países da região. Mas também é verdade que, já há alguns anos, está em curso uma contraofensiva da direita e do imperialismo.

Exemplo disso foi o que se passou em Honduras, mas também no Panamá, na Costa Rica e no Chile, para ficar apenas nesses casos. O ocorrido no vizinho Paraguai confirmou aquilo que, a partir do Foro de São Paulo, temos alertado seguidamente: está em curso uma contraofensiva das forças de direita

que é facilitada pelos efeitos da crise internacional, assim como pelas debilidades e contradições dos governos progressistas e de esquerda.

Sobre esse último aspecto, podemos dizer que a ofensiva iniciada entre 1998 e 2002, com as eleições de Chávez e Lula, parece estar encontrando seus próprios limites. E as forças de direita, não apesar da crise, mas exatamente por causa da crise internacional, deflagraram desde a eleição de Obama (!) uma contraofensiva, que por enquanto vem nos golpeando nos elos mais fracos, como Honduras e Paraguai.

Quando, no Foro de São Paulo, começamos, há alguns anos, a falar dessa contraofensiva, não eram poucos os que discordavam, chamando atenção para nossas fortalezas e avanços, assim como para as contradições no campo inimigo. Tudo verdade. Acontece que, mesmo nos marcos de uma contraofensiva do inimigo, podemos obter vitórias – ainda que algumas possam reacender velhos problemas, como em certa medida está se passando no Peru após a vitória de Ollanta Humala. Também é verdade que as dificuldades e contradições no campo inimigo são imensas. Mas não se confundam as coisas: a contraofensiva da direita faz parte do esforço deles exatamente para enfrentar suas crises e contradições.

Assim é que avançamos mais sob o governo Bush do que sob o governo Obama. Assim é que a crise na Europa produz resultados contraditórios, como ocorreu nas eleições francesas e gregas. Assim é que prossegue a escalada militar, com riscos cada vez maiores de Síria e Irã serem convertidos pelo imperialismo no epicentro de um conflito de imensas proporções.

Assim é, também, que voltamos a ouvir a palavra golpe no Cone Sul.

Esse debate de fundo, acerca da conjuntura internacional e latino-americana, tem relação com o que estamos vendo nas eleições 2012 no Brasil, tema que evidentemente escapa dos objetivos deste texto. Assim, cabe apenas reiterar o que já dissemos antes: o XVIII Encontro foi um grande sucesso, mas, para enfrentar a atual conjuntura, precisamos de mais e melhor Foro de São Paulo, e isso será tanto mais fácil de conseguir quanto mais o PT possa contribuir.

17. Polêmica epistolar *A los integrantes del Grupo de Trabajo*

Como creo ser de vuestro conocimiento, estoy en Grecia representando el Foro de São Paulo en la Universidad de Verano del PIE.

Por este motivo, y también considerando las tareas generadas por las resoluciones del XVIII Encuentro del Foro, era mi intención dar por cerrada mi participación en la polémica epistolar sobre el balance del Encuentro de Caracas.

Entretanto, por razones institucionales, tengo la obligación de aclarar algunas cuestiones.

En primer lugar: es obvio que la Declaración final del XVIII Encuentro del Foro, así como todas las otras resoluciones y debates ahí realizados, contiene lacunas.

Pero el esencial es que las deliberaciones del Foro fueron excelentes y apuntan las batallas esenciales del periodo –entre las cuales resalto la defensa de Venezuela, destacada por Lula en el mensaje enviado al Foro.

El esfuerzo que hacen algunos, en indicar la imperfección de los arbustos, impide ver la belleza del bosque.

En segundo lugar: como es obvio para quien conoce el mínimo funcionamiento del Foro de São Paulo, no está al alcance de la Secretaría Ejecutiva aceptar o recusar disidencias, divergencias o polémicas.

El Foro puede discutir y revisar todo, a cualquier momento. A la Secretaría Ejecutiva cabe respetar y hacer cumplir las normas y decisiones colectivamente adoptadas.

Por ejemplo: el orden del día de la plenaria final del XVIII Encuentro fue debatido y deliberado en el Grupo de Trabajo; y también fue el Grupo de Trabajo quien deliberó quien sería responsable por la coordinación del acto de inauguración y del acto de clausura del XVIII Encuentro del Foro, inclusive la definición de quien sería invitado y quien hablaría.

En tercer lugar: referente al tema colombiano, reitero que no hubo ninguna falta de respeto a absolutamente nadie. Hubo sólo cumplimiento de las reglas del Foro.

Reitero, también, que en ningún momento fui procurado por cualquier portavoz de la Marcha Patriótica, para pedir la palabra y/o presentar una propuesta al Foro. La lectura atenta de lo que está escrito en la carta enviada por dirigentes de la Marcha lo deja evidente.

Sin embargo, lo que realmente importa es que: 1) la resolución aprobada por el Foro de São Paulo acerca de Colombia expresa lo que todos pensamos; 2) hace poco el Polo Democrático Alternativo nos informó que aprobó por unanimidad la entrada de la Marcha en el Foro.

O sea: exceptuando malentendidos y disputas de protagonismo, no hay divergencias relevantes; talvez sea esto lo que frustre algunos.

En cuarto lugar: cuanto al tema hondureño, reitero que el Frente de Resistencia es parte del Foro de São Paulo y el LIBRE podrá ser parte si solicitar, lo que aún no ha hecho.

Es obvio que el GT podría haber incluido en la programación de la plenaria final una exposición sobre el tema hondureño y/o los camaradas hondureños podrían haber solicitado la palabra al Grupo de Trabajo. Pero esto no ocurrió.

Hasta el momento, no recibí ningún mensaje de los camaradas hondureños, dirigida al GT o a la Secretaría Ejecutiva, reclamando o pidiendo aclaración.

De cualquier manera, me parece que la importancia conferida a Honduras y a la Resistencia no se puede medir por el hecho de que le hemos dado o no el tiempo en la última sesión plenaria de este XVIII Encuentro.

Además de lo que se dice acerca de Honduras en las resoluciones del XVIII Encuentro, es bueno recordar el énfasis dado a la situación hondureña en los Foros realizados en Buenos Aires y Managua.

Una vez más, como en el caso de Colombia, exceptuando malentendidos y disputas de protagonismo, la verdad es que no existe ninguna divergencia política acerca de lo que el Foro deliberó sobre Honduras.

A menos, por supuesto, para aquellos que deseen alentar diferencias que no existen.

En quinto lugar: el XVIII Encuentro dejó evidente la confluencia entre el Foro y el proceso venezolano, entre el PT y el PSUV, entre Chávez y Lula.

Es por eso que, donde algunos ven en el discurso de clausura hecho por Chávez una *nueva* agenda, yo veo la *misma* agenda. Además, como dijo Lula, la *victoria de Chávez es nuestra victoria*.

Es cierto que hay, tanto en la derecha cuanto en la extrema izquierda, personas que nos prefieren enfrentados. Ellos quedarán hablando sólos.

En sexto lugar: la polémica es bienvenida y la trabaremos donde y cuando siempre hicimos, en el lugar y en la hora correctas.

Por supuesto, rechazando dos posiciones: 1) la sumisión intelectual de los que quieren se presentar como voceros de los liderazgos; 2) la actitud irresponsable de los que, en medio de la batalla, hacen ataques públicos contra sus compañeros.

Y siempre buscando reafirmar determinadas ideas y profundizar determinadas reflexiones, que ya son parte de nuestro patrimonio común.

Por ejemplo: no es responsabilidad de los partidos cobrar del Foro Social Mundial que organice *las energías canalizadas hacia la conquista del poder*.

Algunas debilidades del Foro Social Mundial no se refieren a la *lucha por poder*, sino a algo más simple: transformar la dispersión de los debates en un programa unificado de movilización.

Otros ejemplos: es un error acusar al Foro de São Paulo de privilegiar *de manera excluyente una sola forma de organización, el partido político, y una sola estrategia derivada de esa forma organizacional: la electoral*; también es un error decir que *los grandes avances democráticos de los últimos tiempos fueron resultados de arrolladoras insurrecciones populares y no del funcionamiento del sistema de partidos*; igualmente equivocado es decir que el Foro de São Paulo parte de

la *ingenua creencia de que el socialismo sobrevendrá como la caída de una fruta madura o, peor aún, la cínica convicción de que el socialismo es un proyecto que ya fracasó*.

Quién dice esto no ha leído las resoluciones del Foro de São Paulo, no sigue nuestros debates y no ve nuestra acción.

Lo que ha ocurrido desde 1998 en América Latina fue el exito de variadas combinaciones entre lucha social, lucha electoral, acción de gobiernos y acción de partidos. Estos partidos, a su vez, también son muy heterogéneos.

No hay que confundir *estrategia electoral* con *estrategia que incorpora el electoral*. Y no nos iludimos acerca de la crisis del capitalismo y del neoliberalismo: por más profunda que sea la crisis, sólo serán superadas si la izquierda salir victoriosa en una batalla económica, política y cultural de larga duración. De lo contrario, el capitalismo puede sobrevivir, aunque a un costo social enorme.

También por esto y para esto precisamos de organización, incluso de partidos que, además de principios ideológicos, teóricos y estratégicos, tengan inteligencia táctica y organizativa.

Inteligencia, en nuestro caso, incluye la mejora del Foro de São Paulo, sin cambiar su naturaleza plural y consensual; sin confundirlo con una Internacional centralizada; sin imaginar que el Foro reemplaza o se sobrepone a los partidos que lo componen, muchos de los cuales cultivan otros espacios de articulación internacional, con los cuales muchas veces el propio Foro debe mantener un intenso intercambio.

Este es el espíritu que, en mi opinión, debe servirnos de guía en las próximas semanas, cuando el Grupo de Trabajo se reunir para debatir como poner en práctica las resoluciones del XVIII Encuentro y como mejorar nuestros métodos de funcionamiento.

Agosto de 2012

18. La Internacional latinoamericana e caribeña[62]

El XVIII Encuentro del Foro de São Paulo fue realizado entre los días 3 y 6 de julio de 2012, en la ciudad de Caracas, Venezuela.

Participaron más de cien organizaciones, en su mayoría latinoamericanas y caribeñas, pero también europeas, africanas y asiáticas.

El Foro coincidió con el golpe en Paraguay y con la entrada de Venezuela al Mercosur, episodios frente a los cuales hubo un alto nivel de coordinación entre los partidos del Foro, empezando por el PT de Brasil y el PSUV de Venezuela, vaciando el discurso común entre sectores de derecha y de ultraizquierda, acerca de la existencia de "dos izquierdas" confrontadas y antagónicas en América Latina.

A este respecto, vale citar el mensaje grabado en video y dirigido por Lula al XVII Encuentro. En dicho mensaje, Lula hace un balance positivo de la trayectoria de la izquierda agrupada en el Foro y declara, con todas las letras: *Chávez, tu victoria será nuestra victoria.*

En la página electrónica www.forosaopaulo.org.br está disponible la Memoria del XVIII Encuentro, incluidas las actas de las reuniones del Grupo de Trabajo, de las secretarías regionales Cono Sur, Andino-Amazónica y Mesoa-

[62] Texto para la revista *Nueva Sociedad*, setembro de 2012.

mérica y Caribe, la síntesis de los catorce talleres, de los encuentros de jóvenes, de mujeres y de parlamentarios, de los seminarios sobre gobiernos y sobre descolonización, el documento-base, las resoluciones y mociones, al igual que la Declaración Final.

Posteriormente al XVIII Encuentro, entre los días 17 y 19 de agosto de 2012, el Grupo de Trabajo (instancia equivalente a la coordinación del Foro) se reunió para planificar la implementación del plan aprobado, teniendo como puntos de destaque: el apoyo a la izquierda venezolana, en la elección presidencial de 7 de octubre; Ecuador, donde habrá elecciones presidenciales en 2013; Paraguay, Colombia y Haití; la constitución de secretarías regionales del Foro en los Estados Unidos y en Europa; las relaciones de la izquierda latinoamericana con sus contrapartes en Medio Oriente y África del Norte, en el África Subsahariana y en Asia.

En la reunión del Grupo de Trabajo, se trabó un debate de fondo acerca de los desafíos presentes y futuros del Foro de São Paulo.

Creado a principios de los años 1990, en otra época histórica, el Foro presenta debilidades teóricas, políticas y organizativas que necesitan ser urgentemente superadas.

No es fácil hacerlo, entre otros motivos porque el Foro es y debe seguir siendo un espacio plural, desde el punto de vista político-ideológico. Por lo tanto, soluciones que podrían ser admisibles (aunque no fueran acertadas) en una Internacional centralizada, no son ejecutables en un espacio con las características del Foro.

Sin embargo, la coyuntura internacional y regional, así como los desafíos que enfrentamos en cada uno de nuestros países, exigen cambios urgentes.

La principal característica de la coyuntura latinoamericana sigue siendo la fuerte presencia de la izquierda, ya sea hegemonizando gobiernos, ya sea protagonizando la oposición de los principales países de la región.

Pero también es cierto que, desde hace ya algunos años, está en curso una contraofensiva de la derecha y del imperialismo, que es facilitada por los efectos de la crisis internacional, así como por las debilidades y contradicciones de los gobiernos progresistas y de izquierda. Un ejemplo de ello es lo sucedido en Paraguay, pero también en Honduras, en Panamá, en Costa Rica y en Chile, por mencionar tan solo estos casos.

Dicho de otra manera, la ofensiva iniciada entre 1998 y 2002, con las elecciones de Chávez y Lula, parece estar encontrando sus propios límites.

Y las fuerzas de derecha, no a pesar de la crisis, sino exactamente a causa de la crisis internacional, han deflagrado desde la elección de Obama una contraofensiva, que por ahora solo ha tenido éxito en los eslabones más débiles.

Cuando en el Foro de São Paulo, hace algunos años, advertimos sobre esta contraofensiva, no fueron pocos los que discordaron, llamando la atención hacia nuestras fortalezas y avances, y a las contradicciones en el campo enemigo.

Todo eso es cierto, pero ocurre que, incluso en los marcos de una contraofensiva del enemigo, podemos obtener victorias –aunque algunas puedan reencender viejos problemas, como en cierta medida está pasando en Perú, tras la victoria de Ollanta Humala.

También es cierto que las dificultades y contradicciones en el campo enemigo son inmensas. Pero no hay que confundir las cosas: la contraofensiva de la derecha forma parte de su esfuerzo exactamente para enfrentar sus crisis y contradicciones.

Así fue como avanzamos más con el gobierno Bush que con el gobierno Obama. Así es como la crisis en Europa produce resultados contradictorios, como ocurrió en las elecciones francesas y griegas. Así es como prosigue la escalada militar, con riesgos cada vez mayores de que Siria e Irán sean convertidos por el imperialismo en el epicentro de un conflicto de inmensas proporciones. Así es, también, como volvemos a oír la palabra golpe en el Cono Sur.

Pasemos en revista los aspectos principales de la coyuntura y del período histórico en el que estamos.

El elemento principal es la crisis internacional. Se trata de una crisis del capitalismo neoliberal, una crisis de larga duración, que alterna momentos agudos con períodos de aparente tranquilidad.

Su epicentro hoy está en Europa, pero su impacto es mundial, creando un ambiente de inestabilidad económica, social y política, con repercusiones militares.

Las capas dominantes en Europa y Estados Unidos, hasta el presente momento, consideran que la salida para la crisis es más de lo mismo, motivo por el cual están patrocinando tanto el desmonte del *Welfare State* en Europa, como operaciones militares en la periferia.

De no existir una alternativa políticamente poderosa, la opción de las capas dominantes conducirá al mundo hacia más capitalismo y barbarie.

Por supuesto, no hay consenso acerca de la naturaleza de las alternativas, que van desde un capitalismo de Estado duro, pasando por la socialdemocracia clásica, hasta el socialismo anticapitalista. Y, cabe decir, las alternativas son políticamente más débiles allí donde la crisis es más fuerte.

Un segundo elemento, directamente conectado con el primero, es el declive de la hegemonía de los Estados Unidos.

Este declive es un fenómeno de prolongada duración y paradójicamente tiene que ver con el éxito de los EEUU en la "guerra fría". Pero lo más importante es el comportamiento de la clase dominante estadounidense frente a esta situación. Sean cavernícolas como Romney o adeptos del "soft power" como Obama, todas las fracciones de la clase dominante en los EEUU comparten la obsesión de volver a liderar el mundo. Motivo por el cual acentúan el manejo de sus factores de poder: los medios, el dólar y especialmente las armas. Lo cual empuja la situación mundial hacia un escenario de aún más inestabilidad, al mismo tiempo que sigue intocada la razón de fondo del declive – la pérdida de participación relativa de los EEUU en el PIB mundial.

Un tercer elemento de la situación mundial es un desplazamiento geopolítico, del centro del mundo, hacia el Asia. Este desplazamiento se confunde con la emergencia de los Brics y la polarización entre ellos y el núcleo anglosajón hegemonizado por el neoliberalismo. Tanto el desplazamiento geopolítico como la emergencia de los Brics son tendencias y por lo tanto no son irreversibles. Incluso porque las Asias y los Brics son muchos: Brasil, China, India y Rusia tienen intereses y posibilidades contradictorios.

De todos modos, el desplazamiento y la emergencia de la multipolaridad tienen, como consecuencia política, en este ambiente de crisis económica y de decadencia de la potencia hegemónica, una inestabilidad creciente.

Supuestamente, un contexto de crisis e inestabilidad constituyen una oportunidad para la emergencia de soluciones antisistémicas. Pero, si lo viejo está mal de salud, lo nuevo aún tiene poca fuerza. La verdad es que, tomándolo globalmente, las izquierdas socialistas siguen en una situación de defensiva estratégica. Motivo por el cual pueden emerger soluciones reaccionarias.

Si bien el contexto global es éste, en la América Latina y Caribeña estamos en mejores condiciones, ya sea para manejar los efectos de la crisis, ya sea para construir una alternativa sistémica al capitalismo, lo que ayudaría la izquierda mundial a salir de esta situación global de defensiva estratégica.

Pero, y siempre hay un pero, la verdad es que en América Latina y el Caribe hay señales crecientes de agotamiento de las distintas estrategias adoptadas, hasta ahora, por las distintas izquierdas. Y, no por coincidencia, está en curso una contraofensiva de la derecha.

Para superar los límites de las estrategias y para derrotar la contraofensiva de la derecha, hay que profundizar el proceso de cambio; para ello sigue siendo necesario saber manejar el carácter desigual y combinado de la izquierda latinoamericana, que actúa en escenarios diferentes, con ritmos, programas y estrategias diferentes.

Las diferencias hacen que la integración regional sea el terreno común, el marco dentro del cual podremos articular los diferentes programas, estrategias, tipos y ritmos de la izquierda latinoamericana.

En pocas palabras, si no conseguimos éxito en hacer más rápida y profunda la integración, la contraofensiva de la derecha será victoriosa, total o parcialmente. Y el ritmo y profundidad de la integración dependen, al menos en parte, de la voluntad política de los pueblos y gobiernos.

En un resumen esquemático: actuamos bajo condiciones objetivas que posibilitan y exigen más, pero las condiciones subjetivas que tenemos no están a la altura, no nos permiten aprovechar adecuadamente las posibilidades existentes. Lo cual le está abriendo espacio a la ultraizquierda y principalmente a la derecha.

Mejorar la inteligencia política y las condiciones orgánicas de funcionamiento del Foro de São Paulo es el equivalente partidario de lo que necesitamos hacer en términos de integración regional: no resuelve todos los problemas estratégicos/político-organizativos existentes en la región y/o en cada país, pero crea el ambiente en el cual mejor podemos resolver estos problemas.

Cuando hablamos de mejorar el funcionamiento orgánico del Foro de São Paulo, estamos por supuesto descartando la necesidad y la posibilidad de construir una institución paralela al Foro; y también negando la necesidad y la posibilidad de alterar la naturaleza del Foro.

El Foro de São Paulo debe continuar: articulando partidos políticos (manteniendo diálogo con los movimientos sociales, sin que estos movimientos sean miembros); siendo un Foro (y no un partido centralizado, pero es necesario extraer el máximo posible de unidad de acción); siendo latinoamericano y caribeño (y no mundial, a pesar de que debemos ampliar los contactos internacionales); siendo plural (conteniendo, en su interior, diferentes corrientes ideológicas y políticas, lo que no implica en vacilar frente a los conflictos fundamentales).

Llegamos a las conclusiones arriba expuestas a partir de:

- un diagnóstico político acerca del rol de los partidos y movimientos, de la necesidad de instancias propias y de autonomía entre estos distintos instrumentos de las capas trabajadoras. A ese respecto, cabe recordar que los movimientos son fundamentales para ganar y para sostener, pero los partidos son imprescindibles para gobernar y orientar estratégicamente.
- un análisis histórico de las llamadas Internacionales. Hay mucha mitología al respecto, pero la relación entre el accionar práctico de las Internacionales y lo sucedido en los procesos revolucionarios no es fácil de generalizar. Basta decir que la revolución rusa se hizo contra la opinión mayoritaria en la Segunda Internacional; la revolución china tuvo éxitos cuando siguió un rumbo contrario a la opinión mayoritaria en la Tercera Internacional; y podríamos seguir listando.
- una mirada sobre los límites objetivos y subjetivos de construir proyectos centralizados supranacionales. La historia de la Tercera Internacional está llena de ejemplos de esto, desde la tentación de copiar modelos, hasta la centralización de facto por un partido hegemónico;
- la observación de las dificultades objetivas y subjetivas, en la actual coyuntura, para crear una organización que articule las izquierdas de todo el mundo;
- y, por otra parte, la constatación de las potencialidades del cuadro latinoamericano, que torna posible, necesaria y extremamente eficaz la unidad en la diversidad que conseguimos construir en el Foro, por razones que ya identifiqué en otro texto ("Ensayo sobre una ventana abierta").

No basta, con todo, reafirmar al Foro de São Paulo como la mejor síntesis posible, en el actual cuadro histórico.

Hacerlo sería no percibir que hubo cambios impresionantes en la realidad objetiva, y que tenemos un déficit teórico y político que rellenar; llenar este vacío exige que el Foro se convierta él propio en uno de los espacios para debates políticos y teóricos de fondo.

Hacerlo sería, además, no percibir que, a pesar de estos cambios impresionantes en la realidad objetiva, que ampliaron la audiencia, el alcance y la extensión del Foro, seguimos funcionando de manera similar a la que funcionábamos hace 10 ó 20 años.

Se hace necesario superar el modo de funcionamiento artesanal con el que nos seguimos manejando. Y que, es forzoso decir, es el modo de funcionamiento de casi todos nuestros partidos.

Al mismo tiempo y paradójicamente, hay que reconocer que profundizar el debate de fondo y superar el funcionamiento artesanal puede generar tensiones de nuevo tipo, que precisarán ser bien dimensionadas.

Un ejemplo de esto: necesitamos ampliar el diálogo y la articulación entre los partidos-que-hoy-están-en-el-gobierno, pero esto no puede implicar desconsiderar el rol de los partidos-que-hoy-están-en-la-oposición.

Desde un punto de vista práctico, mejorar el funcionamiento orgánico del Foro significa dotarlo de instrumentos, de medios, de herramientas que nos permitan: a) perseguir los objetivos de largo plazo establecidos cuando de su fundación; b) implementar el plan de trabajo aprobado en sus encuentros y demás instancias deliberativas; c) actualizar permanentemente nuestra acción, especialmente en vista de la contraofensiva deflagrada por la derecha, lo que incluye la capacidad de anticiparse a los movimientos subversivos.

Algunas de las acciones y medidas necesarias ya han sido debatidas en reuniones anteriores del Grupo de Trabajo:

1. La implementación de campañas continentales y mundiales (por ejemplo, la campaña de solidaridad a Venezuela, que fue objeto de una resolución específica del XVIII Encuentro);
2. La solidaridad para con las organizaciones del Foro en determinados países (los casos más urgentes, en este momento, son los de Honduras y Paraguay);
3. Siempre y cuando sea solicitado por las respectivas organizaciones nacionales, participar del debate y ayudar a enfrentar colectivamente los

desafíos locales (es el caso de Perú y de El Salvador, donde, por diferentes motivos, la presencia do Foro puede jugar un papel importante);

4. Ampliar el intercambio de ideas, de informaciones, de experiencias y de militantes entre las organizaciones integrantes del Foro de São Paulo (por ejemplo, a través de una escuela latinoamericana);
5. Organizar de manera más sistemática el debate sobre los grandes temas estratégicos, como la naturaleza del capitalismo del siglo XXI, el balance de las tentativas de construcción del socialismo en el siglo XX, nuestros caminos hacia el poder en América Latina etc.;
6. Mejorar el funcionamiento del Grupo de Trabajo, de las secretarías regionales y de la secretaría ejecutiva (lo cual exigirá, entre otras cosas, que algunos partidos encarguen a dirigentes la tarea de cuidar específicamente las cuestiones del Foro de São Paulo).

Estas y otras medidas con el objetivo de superar nuestras debilidades organizativas deben respetar una cláusula pétrea: mantener la naturaleza original del Foro, o sea, su carácter plural y con decisiones consensuales.

La experiencia de los últimos veinte años mostró que esa naturaleza no es un obstáculo ni para los avances prácticos, ni para los aciertos teóricos. En contrapartida, hay varios ejemplos de fracaso de otras experiencias internacionales, más centralizadas y homogéneas. No obstante, en los últimos cinco años, la experiencia ha revelado que es necesario buscar más consensos y hacer mayores esfuerzos para llevar a la práctica tales consensos.

Para concluir, una palabra sobre el papel del Partido de los Trabajadores de Brasil. Nuestras resoluciones establecen un lugar muy especial para el Foro de São Paulo. Por otra parte, por decisión del Grupo de Trabajo, el PT indica el secretario ejecutivo del Foro.

Pese a esto, aunque el papel de Brasil y del PT son reconocidos, la situación brasileña es poco conocida, lo cual colabora para una lectura equivocada acerca del papel geopolítico de Brasil.

Por ejemplo: la reactivación de la IV Flota, el golpe de Paraguay y la tentativa de impedir la adhesión de Venezuela al Mercosur tienen diversos objetivos y blancos. Pero está claro para nosotros, aunque no siempre está claro para todos, cuánto la derecha y el imperialismo consideran crucial cercar y recuperar a Brasil para su órbita de influencia.

Incluso por eso, el empeño del gobierno brasileño para el éxito de la integración regional (por medio de organismos como la Celac, la Unasur y el Mercosur, entre otros) y el empeño del PT para el éxito de la izquierda regional (con el fortalecimiento del Foro de São Paulo, por ejemplo) constituyen no solo un acto de solidaridad para con los demás, sino también actitudes que contribuirán para el éxito del proceso brasileño.

Este debate de fondo, acerca de la coyuntura internacional y latinoamericana, guarda relación con lo que estamos viendo en las elecciones de 2012 en Brasil, tema que evidentemente escapa a los objetivos de este texto. Así, cabe tan solo reiterar lo que hemos dicho antes: el XVIII Encuentro fue un gran éxito, pero, para enfrentar la actual coyuntura, necesitamos más y mejor Foro de São Paulo, y ello será tanto más fácil de conseguir cuanto más el PT pueda contribuir.

19. Intervenção no seminário do Instituto Lula

O Instituto Lula promoveu, no dia 21 de janeiro de 2013, um encontro com intelectuais sul-americanos para debater os "caminhos progressistas para o desenvolvimento e a integração regional".

Abaixo, a versão resumida do que falei neste seminário, na parte da tarde, quando se discutia o tema "Estágio atual, desafios e perspectivas da integração regional".

Meu posto de observação, para opinar sobre o tema integração é o Foro de São Paulo, do qual sou secretário-executivo desde 2005.

Todos os partidos do Foro consideram que a integração é algo central, estratégico, seja como proteção contra ingerências externas em geral e contra os impactos da atual crise internacional em particular; seja para aproveitar melhor todo o potencial regional; e, também, como "guarda-chuva" para os diferentes projetos estratégicos que os partidos do Foro perseguem.

Dos que defendem o socialismo aos que defendem um novo modelo de desenvolvimento capitalista, todos reconhecem que a integração é um fator decisivo para limitar o alcance e a ingerência da aliança conservadora entre as oligarquias locais e seus aliados metropolitanos.

Agora, os partidos que integram o Foro também reconhecem a existência de um déficit teórico. Não apenas nos itens indicados até aqui, neste encontro

(o balanço da década de governos progressistas e de esquerda, a integração regional), mas também em três outros temas.

Os temas nos quais se aponta a existência de um déficit teórico são: a análise do capitalismo do século XXI, pois muitos continuam operando com uma interpretação acerca do capitalismo que corresponde ao século XX; o balanço das experiências socialistas, social-democratas e nacional-desenvolvimentistas do século XX, pois muitos repetem erros e desconsideram acertos daquelas experiências; e a estratégia, pois, no imaginário de grande parte da esquerda latino-americana, Che ainda suplanta Allende, apessar de que estamos todos envolvidos hoje numa experiência que tem mais a aprender com Allende do que com Che.

Claro que o déficit teórico não significa "pouca produção intelectual", mas sim a relativa debilidade desta produção.

No caso do Brasil, as causas desta debilidade são pelo menos três.

Em primeiro lugar, a perda de *status* da "classe média tradicional" empurra parcelas deste setor social seja para posturas esquerdistas, seja para posturas conservadoras proclives ao fascismo. E, como a classe média é a base de grande parte da intelectualidade, inclusive a de esquerda, isto afeta a produção teórica.

Em segundo lugar, o impacto do neoliberalismo e da tripla crise (do socialismo soviético, da social-democracia e do nacional-desenvolvimentismo) no terreno da cultura, da educação e da comunicação social.

Este impacto afeta os mecanismos de formação e promoção da intelectualidade, não favorecendo o pensamento de esquerda.

Por outro lado, a influência neoliberal na cultura, educação e comunicação obstaculiza a formação de um pensamento de massas: não haverá uma cultura popular, com dezenas e dezenas de milhões a favor da integração, se não tivermos uma indústria cultural, uma educação pública e uma comunicação de massas de novo tipo.

Sem esta mudança, continuaremos colhendo o que foi registrado na recente pesquisa que aponta o PT como partido mais querido (24%, contra 6% do PMDB e 5% do PSDB), mas no contexto de uma redução no número de pessoas que têm preferência partidária (caímos de 61% em 1988 para 44% em 2012).

Em terceiro lugar, há diferenças políticas sobre como se articulam nossas duas grandes tarefas: superar a hegemonia neoliberal e realizar reformas estruturais que superem o desenvolvimentismo conservador.

Estas diferenças políticas geram duas posturas: ou um governismo exacerbado, que só tem olhos para o que é "possível fazer" aqui e agora, atacando qualquer postura crítica; e um esquerdismo também exacerbado, que só tem olhos para o objetivo final, desconsiderando qualquer análise realista da correlação de forças.

O governismo e o esquerdismo expressam um mesmo fenômeno: a ruptura entre teoria e prática, entre objetivos finais e os meios políticos, entre estratégia e tática.

Neste sentido, aplaudo o que disse o Lula na fala inicial deste seminário: precisamos de uma "doutrina", pois afirmar isto equivale a reconhecer a necessidade de uma conexão forte entre teoria e política.

Aliás, não é por acaso que nos damos conta desta necessidade de doutrina neste momento em que atingimos um sucesso parcial, mas em que também percebemos que, para seguir adiante, será preciso alterar a maneira como viemos nos comportando até agora.

Agora, como outros, eu prefiro não falar de doutrina. Sem entrar em outras considerações, eu prefiro não falar de doutrina porque acho que não devemos cair no erro de construir "uma" doutrina; devemos sim constituir um campo de ideias, que terá um núcleo duro, composto pela prioridade ao social, pela defesa da ampliação das liberdades democráticas, pela afirmação do papel do Estado, pela combinação entre soberania nacional e integração regional.

Agora, este campo de ideias compreende um leque de posições que não cabe nas palavras "doutrina" e "progressista".

É importante assinalar que o tempo corre contra nós.

Não está dado que vamos conseguir passar da ênfase à superação do neoliberalismo para a ênfase nas reformas estruturais.

A desacumulação que estamos vendo na esquerda mexicana e colombiana, mais a operação denominada "Arco do Pacífico", são alguns dos sinais de que a situação está se complicando. E está se complicando, entre outros motivos, porque as oligarquias, a começar da brasileira, não querem alterar de maneira estrutural a repartição da riqueza entre Capital e Trabalho e dão sinais de que não vão respeitar as regras do seu próprio jogo, se estas regras levam-nas a perder o jogo: vide Paraguai e Honduras.

O caso de Honduras confirma, por outro lado, que devemos manter uma orientação latino-americanista e caribenha. É claro que nosso foco imediato é

a integração da América do Sul. Mas, para esta integração ter sucesso, é inescapável enfrentar a hegemonia dos Estados Unidos junto ao México, Caribe e América Central.

Por fim, não haverá integração sem Brasil. Talvez sejamos o país menos latino-americano da região, mas somos também o capitalismo mais potente, que tem melhores condições para ajudar a financiar a integração.

Mas, para podermos fazer isto, teremos que afastar a sombra de que somos subimperialistas, o que exigirá entre outras coisas mais presença do Estado e mais controle sobre a atuação das transnacionais privadas brasileiras.

Um bom momento para prosseguir esta discussão será o XIX Encontro do Foro de São Paulo, que será realizado no Brasil, na cidade de São Paulo, de 31 de julho a 4 de agosto de 2013.

20. “El desafío es cómo pasar a una segunda etapa”

¿Cuáles son los desafíos que asoman luego de 10 años de gobierno del PT en Brasil?

En perspectiva histórica lo que hicimos con relativo éxito en estos diez años de gobierno puede ser resumido a una sola idea, que es sacar el neoliberalismo de la escena nacional. Pero sucede que en la historia de Brasil, el neoliberalismo es una excepción. La regla de la historia nacional es de un desarrollismo conservador, que se asemeja al neoliberalismo en el hecho de que mantiene una sociedad con tasas muy altas de desigualdad y de dependencia externa, tasas muy bajas de democracia, pero no tiene nada que ver con el neoliberalismo respecto al rol del Estado y al peso de la industria en el proyecto nacional. Entre los años ’30 y los años ‘50 pasamos de ser una nación agro-exportadora a una potencia industrial, a una velocidad superior a la de otros países en la misma época e incluso superior a lo que sucede hoy, porque tuvimos tasas de crecimiento de diez puntos en algunos años.

Entonces, hoy estamos desplazando al neoliberalismo, aún no lo hemos hecho pero lo estamos haciendo. Esto llevará a que la sociedad brasileña regrese a su situación normal, que es la de una pelea entre dos vías de desarrollo: la vía del desarrollismo conservador y la vía del desarrollismo progresista, apoyado por los setores democrático-populares. Y en la historia brasileña siempre el

desarrollo conservador fue predominante, porque significa un desarrollo que mantiene las estructuras sociales heredadas del período anterior. Cuando ganamos la elección presidencial de 2002, lo que estaba en el imaginario del país es que una vez superado el neoliberalismo se podría pasar a una etapa desarrollista progresista. Lo que estamos viendo en estos diez años es que en realidad hay un juego cruzado de alianzas: en algunas cuestiones nosotros nos aliamos con el desarrollismo conservador contra el neoliberalismo, pero en otras el neoliberalismo se alía con los sectores desarrollistas conservadores contra nosotros. Vemos que cuanto más éxito tenemos en desplazar al neoliberalismo, más el país amenaza con regresar a la hegemonía del desarrollismo conservador. Y eso no ocurre por casualidad. El camino que adoptamos para sacar al neoliberalismo del país trajo como efecto colateral un debilitamiento de nuestra visión estratégica, programática, organizativa. Esto es el dilema, el lío en que estamos.

Nuestro desafío es cómo pasar a la segunda etapa del proceso.

¿Cómo se procesa este debate al interior del PT?

La situación interna del PT es muy difícil de explicar, porque hay distintos componentes entrecruzados. Hay un componente más ideológico. Dentro del PT conviven, con mayor o menor belicosidad, una corriente claramente social-liberal que tiene como su principal expresión pública a Antonio Palocci que fue Ministro de Hacienda en el primer gobierno de Lula; una corriente nacional desarrollista – Dilma es su expresión más clara – que tiene una influencia tremenda; una corriente social-demócrata clásica que entiende que Brasil puede tener un Welfare-State tropical; y hay una corriente socialista clásica que defiende la sustitución del capitalismo por otro modo de producción. Otro aspecto de la interna del PT, es un aspecto generacional.

Tenemos la generación que creó el PT, que luchó bajo la dictadura, que luchó contra la transición conservadora de los ochenta, la generación que luchó contra el neoliberalismo en los noventa, y hay una nueva generación que conoce el PT en el gobierno. Son tres experiencias generacionales muy distintas y por motivos obvios la tercera generación es mayoría. El PT tenía algo como 300.000 afiliados durante los '90 y hoy tenemos 1.800.000. O sea, hubo un crecimiento tremendo de afiliaciones que provienen del período del PT gobierno, no del PT oposición a la dictadura o de la transición, no del PT oposición

al neoliberalismo. Esta masa de afiliados tiene una cultura política muy limitada desde el punto de vistade su experiencia personal, característica que es acentuada por el hecho de que en este período el partido debilitó mucho su labor educacional interna y también en este período el debate programático en el país tuvo un empobrecimiento. Hay que agregar un tercer componente sociológico, también muy fuerte, que es que hubo un cambio en la base social del PT.

Nosotros teníamos un partido proletario, en el sentido amplio de la palabra, en los ochenta; y hoy tenemos un partido popular, en el sentido más fuerte de la palabra. Hay una nueva clase trabajadora –que muchos dentro del PT y muchos afuera denominan erróneamente de clase media, pero no es lo que está en movimiento pero tiene poca experiencia de lucha tradicional como clase, tiene poca conciencia de clase para sí, pero es crecientemente mayoritaria. Y por último hay un cuarto componente, más organizativo, que es que el PT en su comienzo era un partido claramente de militancia, después evolucionó para un partido de afiliados y hoy es un partido de electores. Gran parte de sus 1.800.000 afiliados, no son afiliados en el sentido clásico de la palabra, sino que son lo mismo que un elector. Entonces, estos varios elementos que mencioné – las distintas corrientes ideológicas, el problema generacional, el sociológico y la estructura organizativacontribuyeron a que el debate político dentro del PT se haya debilitado mucho en los últimos años. La mayoría de los cuadros que el partido tiene en puestos de mando en todo el país no están involucrados de manera orgánica en un proceso de debate estratégico, participan poco de la dinámica normal del partido y no se plantean los temas de reformas estructurales.

Pero en los cuadros principales sí hay una percepción creciente de que nosotros hasta acá llegamos con la estrategia que teníamos, el partido que tenemos, los movimientos sociales que tenemos, la coyuntura que tenemos, y que para seguir adelante hay que construir otra cosa de calidad distinta en términos organizativos, políticos y estratégicos. Sobre este punto no hay una respuesta única, hay un abanico de respuestas distintas.

¿Qué lecciones implicaría el derrotero de la social-democracia europea para la discusión sobre ese horizonte estratégico al que hacías mención?

La experiencia socialdemócrata europea fue durante muchos años un paradigma para los sectores socialdemócratas del PT. Pero lo que pasó, ya en los años

noventa y después, es que se debilitó mucho este modelo por dos razones. Primero, porque la "socialdemocracia fuerte", el estado de bienestar social, fue un efecto pasajero de una situación de equilibrio mundial, entre el campo socialista y el campo capitalista. Una vez que uno cae el otro se va. Y en segundo lugar, "la socialdemocracia flaca" que se consolidó a partir de los '80 en algunos países de Europa y en los '90 en casi todas partes, es una social-democracia que tiene muy poco de "social" y de "democracia".

Entonces, la social-democracia como tal perdió fuerza como paradigma en los debates ideológicos dentro del PT, pero esto no significó en estas circunstancias un fortalecimiento de los sectores socialistas sino una deriva de importantes sectores socialistas y socialdemócratas hacia el

nacional desarrollismo. Con el socialismo debilitado y la social-democracia empantanada, creció mucho en la gramática de la izquierda en Brasil durante la última parte del siglo XX, el nacional desarrollismo.

A la hora de la profundización, además de la discusión ideológica pesa también la correlación de fuerzas…

Sí, y en esto estamos muy retrasados y muy complicados. Porque el problema fundamental en este terreno es que para hacer estos cambios más profundos hay que tener una fuerza política muy significativa que nosotros todavía no tenemos. La izquierda en Brasil, la suma de todos los sectores, sean oficialistas u oposición al gobierno, pasamos poco del 30% de los votos en las elecciones. La fuerza social organizada tampoco es predominante, la mayoría de los trabajadores brasileños no está organizada en sindicatos o movimientos barriales. La mayoría de la juventud tampoco está organizada. Los medios de comunicación siguen tan monopolizados como antes de que llegáramos al gobierno. El aparato de estado no evidenció ninguna transformación efectiva, en el sentido radical, en este período. Las iglesias en los '70 y '80 tenían una predominancia progresista; hoy es al revés, tienen una orientación conservadora y aún las que apoyan al gobierno son prisioneras de la teología de la prosperidad. Por otra parte, las capas sociales que mejoraron su capacidad de consumo en estos diez años, no relacionan esto con nuestra presencia en el gobierno. Entonces, si tú reúnes todos estos elementos puedes tener la certeza de que la situación en el ámbito político es muy complicada. Puedo resumirlo así: una vez que el neo-

liberalismo va siendo desplazado de escena, los partidos que tradicionalmente lo defendieron y lo defienden, también pierden terreno, pero lo que pasa es que una parte de la coalición del gobierno nacional empieza a enfrentarse con el PT.

¿Cómo juega la oposición de derecha en ese esquema?

El plan de la oposición y también de los sectores conservadores que son parte de nuestro gobierno, es hacer una concertación entre ellos en la primera o en la segunda vuelta presidencial de 2014. Esto nos coloca en la obligación de que en los próximos dos años libremos una batalla política muy intensa por la hegemonía en la sociedad a favor de un cambio más profundo. Te doy un ejemplo: los grandes indicadores sociales del país están mejorando, pero vuelven a los niveles que tenían en los años ochenta y ahí van a parar.

Pero ahí estaban cuando nosotros creamos el PT. Para que el cambio sea más profundo falta lo que defendíamos en los ochenta, cambios estructurales y no solamente sacar al neoliberalismo de escena. Curiosamente algunos sectores conservadores están haciendo mención, demagógicamente, al hecho de que despues de dez anos de gobierno petista, seguimos un país desigual.

Nuestro desafío es impedir que ellos consoliden esa demagogia y que seamos nosotros mismos quienes presentemos una mirada de más largo plazo, combinada con nuestro fortalecimiento político. De lo contrario, el peligro que veo hacia 2014 no es que seamos víctimas de una derrota electoral sino de una derrota política en la que pasemos de sepultar al neoliberalismo a revivir el desarrollismo conservador tradicional en el país.

¿Cómo influye el hostigamiento mediático al PT en esa situación?

Hay una preocupación muy fuerte por la ofensiva de la derecha contra nosotros. Esta ofensiva tiene como elemento principal este tema de la corrupción con un elemento muy fuerte de demagogia en los ataques.

Aunque estamos muy tranquilos en que desde que llegamos al gobierno, lo que aumentó es el combate a la corrupción y no la corrupción, es verdad que aumentó el número de casos de corrupción – y es obvio que pasaría esto – involucrando miembros de nuestro partido. ¡Es claro! Entonces esto ofrece a nuestros enemigos un componente de veracidad –entre comillas– a los ata-

ques que hacen contra nosotros. Por otra parte, deberíamos haber adoptado una actitud más proactiva de combate a la corrupción, en especial en su componente más estructural, que es el financiamiento privado empresarial de las actividades electorales, que es legal en el país –la burguesía lo hizo para sí, no para nosotros–, pero que introduce un componente de corrupción política, ideológica y administrativa en toda la actividad política de Brasil. Nosotros como partido minoritario, opositor, éramos los que más denunciábamos esto y hoy, además de denunciar la hipocresía o demagogia de la derecha, debemos también tomar medidas proactivas, principalmente viabilizando la reforma política, sin la cual este componente estructural de corrupción seguirá vigente. El fondo de la cuestión es que nuestro partido, que es un partido de izquierda, que representa los sectores populares, se acostumbró a hacer campañas electorales gracias a los recursos que las empresas privadas aportan, todo dentro de la ley. Pero poco importa desde el punto de vista político que sean o no legales, porque el problema de fondo continúa. Un partido de trabajadores no puede depender financieramente de recursos empresariales. Está claro que hay ahí una deformación brutal que no es sostenible.

¿En qué medida las operaciones mediáticas, al concentrarse sobre el PT, debilitan su posición relativa tendiente a profundizar el proceso de su aislamiento al interior de la alianza de gobierno?

Nosotros tuvimos la primer gran crisis en 2005. En aquel momento hubo una actitud, que yo creo absolutamente correcta, de hacer un blindaje en defensa del gobierno. El partido asumió para sí el manejo de la situación y la responsabilidad de los hechos, y esto no fue una puesta en escena, un teatro, la verdad es que esa crisis tuvo que ver con un manejo incorrecto de las finanzas partidarias. Esta actitud después se convirtió en una especie de fórmula que se adoptó en estos casos: la idea es que el gobierno no debe asumir para sí la defensa de los hechos que son de responsabilidad del partido. No me parece que esto sea malo, en comparación con otros procesos

latinoamericanos nosotros acá tenemos una vida partidaria autónoma con relación al gobierno. El problema entonces es otro. El partido en estos años perdió mucho protagonismo social y la participación en los gobiernos y en los procesos electorales se fue convirtiendo en su principal labor. Esto hizo

que el partido haya perdido potencia social, potencia política, quedando una lacuna que no es, ni pode ser, ocupada por el gobierno.

Volviendo a lo que mencioné anteriormente, nosotros necesitamos hacer una reforma política pero no conseguimos, desde 2003 hasta hoy, hacer que este debate gane a la sociedad. No hay manera de hacerlo desde el gobierno ni desde el parlamento. Habría que desencadenar un movimiento político social, que tenga al partido y a los partidos de izquierda aliados como protagonistas.

Pero la verdad es que el partido se acostumbró demasiado a salir a las calles en los procesos electorales y centrar el debate político sobre los temas que hacen al gobierno. Y el gobierno, por su parte, se acostumbró a relegar al partido algunos temas que sí son de su responsabilidad. Por ejemplo: no compete al gobierno presentar un proyecto de reforma política, es un tema parlamentario y partidario, pero sí compete al gobierno presentar un proyecto de reforma de la comunicación social en el país, y en esto el gobierno actúa como si no fuera su tarea. Entonces, una cierta división del trabajo que se fue dando hace que el gobierno y el partido no cumplan con sus labores respectivas en algunos proyectos de mayor dimensión. Este es uno de los debates en los que nosotros hemos insistido dentro del PT y en consecuencia buscamos influenciar al gobierno. Por una parte debemos salir a la calle, y por otra parte el gobierno debe tomar las riendas de algunos procesos de cambio más estructurales que son su responsabilidad al vincularse con la cosa pública en el sentido más amplio de la palabra y con la institucionalidad.

En relación a esto último, habría que destacar que en América Latina, junto a la oposición de los medios, el entramado institucional heredado del neoliberalismo es un límite a los procesos de cambio allí donde no se produjeron reformas constitucionales…

Claro. Volvamos al caso del juicio contra los dirigentes del PT. Para hacerlo, los tipos subvirtieron una serie de procedimientos jurídicos tradicionales.

Nosotros tenemos una broma aquí en Brasil que dice “para los amigos todo, para los enemigos la ley”. Pero en este caso para los enemigos ni la ley, ellos cambiaron aspectos importantes de la aplicación de la ley para hacer el juicio. Porque, en verdad ¿de qué los están los acusando? De hacer uso de la llamada “caixa dois”, el financiamiento privado no declarado públicamente.

Pero como dije antes, esto que se convirtió, según la Suprema Corte del país, en el símbolo máximo de la corrupción, es la regla del funcionamiento normal de todo el sistema político brasilero en los últimos treinta años. Pusieron en marcha una maquinaria jurídica y no sé

cómo van a hacer para mantener una coherencia. Mi impresión en este y muchos otros casos, es que se está creando una situación en que la institucionalidad que tenemos ya no sirve para la derecha, porque la verdad ellos están siendo derrotados hace tres elecciones presidenciales, pero tampoco sirve para nosotros. Y tanto una como otra facción política del país no se proponen solucionar el tema en un ámbito correcto, que sería una asamblea constituyente. Esto significa una crisis crónica en la que la composición momentánea de las relaciones de poder determina hacia dónde se va dentro de un armado institucional que está cuestionado. Esto es un problema que tenemos en Brasil. La solución adoptada por nosotros, que es parte de la tradición nacional, de hacer cambios lentos seguros, graduales, minimalistas, no se adapta a una situación internacional y nacional que exige cada vez más cambios un poco más profundos y veloces.

Parece difícil combinar estabilidad y cambios…

Mira, nosotros tenemos un paradigma mental porque somos de izquierda en Latinoamérica, que es la Revolución Cubana. Pero lo que estamos haciendo en los países que gobernamos, es un proceso que si tiene algún parentesco es con la Unidad Popular en Chile, que en resumen se proponía hacer un área de propiedad social y una transformación institucional a través de una Asamblea Popular. En algunos países de Latinoamérica, el neoliberalismo primero, y la crisis del neoliberalismo después, hicieron tierra arrasada de la política institucional. Se trata de los casos de Bolivia, Ecuador y Venezuela. No pasó así en Brasil, en Uruguay, en Paraguay, Perú, Argentina – el caso de Argentina es curioso porque sufrió en algunos aspectos una crisis de gran profundidad pero el esqueleto del sistema político se preservó. En estos países, el problema es que la necesitad de un cambio, de la reforma estatal profunda sigue vigente. Porque no es posible hacer cambios estructurales, realmente profundos, sin otra institucionalidad. Volviendo a

Brasil, el problema para nosotros es cómo crear las condiciones políticas "a frío" para hacer una revisión constitucional allí donde la crisis institucional no se produjo de forma espontánea con la caída del neoliberalismo. Pero si la

cosa no es hecha por nuestra iniciativa, el peligro que podemos sufrir es que la situación internacional por una parte produzca una regresión en lo que hicimos en el terreno social y económico y a la vez desencadene una crisis interna que ponga en cuestión nuestra permanencia en el gobierno. Entonces, el tiempo es corto, la ventana es chica, se puede cerrar. Y el problema es que como nos acostumbramos a una situación – entre comillas – más o menos normal, esta urgencia no está clara para el común de la gente.

¿Cuál es la gravitación que tiene el escenario regional en estas discusiones?

Voy a contestar con el caso de Brasil. Supuestamente la potencia económica de Brasil y su insularidad, podrían llevarnos a concluir que poco importan lo que pasa más allá de sus fronteras. Pero esto no es exactamente verdad. Desde el punto de vista político interno, la influencia de lo regional no es tan importante, pero desde el punto de vista económico sí lo es. La

posibilidad de que tengamos un proceso de desarrollo económico capaz de elevar sustancialmente el nivel de vida de la población brasileña y de aprovechar la potencialidad natural, ambiental, hidroeléctrica, energética que tenemos supone un plan de desarrollo regional. Entonces, yo no creo que lo regional sea una precondición significativamente influyente sobre la política brasilera, pero la posibilidad de implementar otro proyecto de desarrollo no se materializará si no estamos integrados, en especial a Venezuela y a Argentina. Para otros países es distinto. Hay países para quienes la influencia regional tiene un impacto político directo, es el caso de Uruguay, claro está. Pero lo fundamental es siempre el nivel de conciencia, de organización y la hegemonía en cada país. Conversando con compañeros de Paraguay o de Honduras, yo percibí en algunos la idea de que el elemento fundamental para que el golpe tuviera éxito fue la influencia externa. Yo no creo esto, la influencia fundamental fue la debilidad o la fortaleza de los sectores sociales internos. Pero el nivel de desarrollo económico necesario para proporcionar a nuestros pueblos estándares de vida correspondientes a lo que se universalizó en Europa en los años '60 por ejemplo, supone una escala continental, aún para un país como Brasil.

Toer – Federico Montero.
Janeiro de 2013

21. Exposição feita no seminário do Partido Socialista de Chile

O Partido Socialista de Chile e o Instituto Igualdad realizaram, no dia 18 de abril de 2013, um seminário internacional denominado "Nuevos caminos y desafios para la izquierda y el progresismo en América Latina".

O seminário foi realizado no Hotel Plaza San Francisco, em Santiago do Chile. Do Brasil, compareceram Luis Soares Dulci e Valter Pomar, que participou do painel sobre "Popular y nacional: la izquierda y los nuevos movimientos sociales en América Latina", ao lado de Mônica Xavier (senadora e presidente da Frente Amplio do Uruguay), Isabel Allende (senadora e vice-presidente do PS Chile), Santiago Flores (deputado e dirigente da Frente Farabundo Martí de El Salvador). A coordenação do painel foi de Carola Riveros, vice-presidenta da Mulher do Partido Socialista de Chile.

O que segue é a versão completa, traduzida e revisada do que falei no seminário. Completa, porque incluo trechos que tive que cortar da exposição oral, para poder caber no tempo estabelecido pelos organizadores. Revisada, pois não é uma reprodução literal do que foi falado e transmitido ao vivo pela página do PS de Chile.

Boa tarde.

Agradeço o convite.

A experiência do Partido Socialista de Chile e do governo da Unidade Popular do Chile são muito importantes, tanto para o Partido dos Trabalhadores quanto para o Foro de São Paulo.

O Partido Socialista de Chile faz parte do Foro de São Paulo. E mantém um antiga relação com o Partido dos Trabalhadores.

Pessoalmente, estou convencido de que muitos dos problemas essenciais que enfrentamos hoje, na América Latina e Caribe, foram antecipados pela experiência da Unidade Popular.

Mais que isto: o Chile foi um "laboratório", noutros aspectos, da ditadura, do neoliberalismo, das democracias restritas, dos êxitos e problemas das coalizões de centro-esquerda.

Por isto, considero fundamental debater a experiência chilena, tema que desenvolvo num dos artigos da coletânea publicada pelo PT, com textos sobre a nossa política de relações internacionais.

Agora vou tratar do tema proposto pelos organizadores: "Popular y nacional: la izquierda y los nuevos movimientos sociales en América Latina".

Falarei em caráter pessoal.

E vou adotar o mesmo procedimento adotado pelo senador Camilo Escalona no primeiro painel, ou seja, principiarei criticando os "interrogantes" que foram propostos pelos organizadores deste seminário.

O primeiro interrogante diz assim: "¿como es y como debe ser la relacion de la izquierda con el mundo social?"

Penso que é mais adequado falar da relação entre partidos e movimentos, entre luta social e institucionalidade.

Não se trata de uma questão de termos, de palavras. Para nós, não faz sentido contrapor esquerda e mundo social, entendido por isto movimentos sociais.

Temos no Brasil uma esquerda que é e quer continuar sendo político-social.

Sobre isto, uma "anedota": uma companheira foi a um seminário convocado pelo PSOE, que ocorreu simultaneamente às grandes manifestações de rua contra as políticas austeritárias. Para espanto da companheira, próceres do PP e também do PSOE questionaram os parlamentares de esquerda que se somaram a estas manifestações porque, na opinião deles, o papel dos partidos é parlamentar.

A verdade é que nós não compartilhamos a visão social-democrata clássica, que estabelecia uma separação demasiado escolástica entre luta econômica e luta política, assim como diferenciava de maneira demasiado absoluta os papéis do partido e do sindicato. É preciso ver como continuum o que se via como estanque. E é preciso entender que as organizações assumem diferentes papéis, em diferentes momentos.

Por isto, embora existam entre nós tanto o administrativismo quanto o movimentismo, estas duas correntes (que alguns classificam como parte de uma espécie de neoliberalismo de esquerda) têm dificuldade de se consolidar teoricamente. Ou seja: mesmo os que praticam estas posturas não conseguem sustentá-las no plano da teoria.

O segundo interrogante proposto pelos organizadores do seminário diz assim: "¿como disenar mecanismos eficientes y eficaces para la participación y incorporación de los movimientos sociales en el proceso democrático?"

Nós não falaríamos isto.

Falaríamos de participação popular no Estado, controle social sobre o Estado, de dar conteúdo real, social, à democracia formal.

Não falaríamos de "incorporar" os movimentos sociais no "processo democrático". Para nós, os movimentos sociais são parte fundamental do processo democrático.

E a vida institucional não é "o" processo democrático, mas sim parte do processo democrático.

A democracia não se expressa apenas na institucionalidade.

Existe e deve ser considerada a legitimidade democrática das ruas, a democracia direta e a democracia participativa.

Um dos problemas postos para nós, portanto, é como democratizar, através da luta social, da democracia direta e participativa, a vida institucional.

Claro que esta visão tem que ver com nossa história.

Em 513 anos, tivemos 389 de monarquia, 36 de ditadura, 45 de democracia eleitoral muito restrita. Só a partir de 1989 vivemos uma democracia eleitoral mais ampla, e foi neste período que, em meros 13 anos, chegamos à presidência da República.

Mas não chegamos por causa das instituições, mas em grande medida apesar delas. O que nos levou a vencer a presidência foi a combinação de luta social, luta institucional, construção partidária e disputa político-cultural na sociedade.

Mais, é claro, a crise e o desgaste político dos neoliberais brasileiros, encabeçados pelo Partido da Social-Democracia Brasileira.

Com tudo isto, não quero dizer que tenhamos, no Brasil, uma única visão, nem tampouco uma visão teórica clara acerca destes temas.

Como já foi dito pelo Dulci, predomina em alguns setores da esquerda brasileira uma tradição empirista.

Mas esta tradição, que num certo momento foi útil e essencial para avançarmos, hoje atrapalha nosso avanço. Precisamos de teoria, de mais e melhor teoria.

Temos um déficit teórico em três terrenos fundamentais: na análise do capitalismo do século XXI; no debate sobre as experiências socialistas/social-democratas/nacional--desenvolvimentistas do século XX; e no debate sobre a estratégia.

E falar de estratégia é falar de Estado e de classes sociais, que são exatamente os temas que precisamos tratar neste painel sobre "Popular y nacional: la izquierda y los nuevos movimientos sociales en América Latina".

Para complicar, aconteceram mudanças importantes no Brasil nas últimas duas décadas; e, na última década, em parte por conta de nossos êxitos, reapareceram problemas velhos e surgiram problemas novos.

A seguir vou sumariar alguns destes problemas.

Primeiro, uma mudança geracional que tem efeitos políticos: para parte crescente da população brasileira, nós, nosso partido, nossa esquerda, nosso governo, fazem parte do passado. Enquanto isto, na própria esquerda, contraditoriamente, há um envelhecimento

prematuro: novos quadros surgem já envelhecidos e burocratizados.

Segundo, uma mudança sociológica: a elevação da capacidade de consumo gerou não uma nova "classe média", como equivocadamente se diz, mas sim uma nova fração da classe trabalhadora. Uma fração que é majoritariamente conservadora, muito suscetível à influência da direita, sem a experiência de luta da antiga classe trabalhadora.

Mas, atenção: coisas parecidas se diziam, também, da classe trabalhadora brasileira dos anos 1970. Um importante sociólogo de então dizia que os metalúrgicos seriam a melhor expressão do conservadorismo predominante na classe trabalhadora de então. Mas logo depois começaram as greves no ABC, e o resto da história vocês conhecem...

Ironicamente, se não tomarmos as devidas medidas, algo desta natureza pode ocorrer contra nós, não a nosso favor. Aliás, a direita sindical e religiosa está se dedicando fortemente a organizar esta nova fração da classe trabalhadora.

Terceiro: ainda vivemos no Brasil um prolongado refluxo das lutas sociais. Tivemos um pico nos anos 1980. Depois um descenso nos anos 1990, por conta do neoliberalismo. Depois, acontece algo curioso na década de governo encabeçado pelo PT: as melhorias sociais foram produto, principalmente, das lutas do passado, não das lutas do presente.

Por outro lado, surgiram novas lutas e demandas, que não são adequadamente canalizadas pelas organizações da esquerda.

Quarto: o que foi descrito anteriormente gera um processo lento e defeituoso de "reposição de estoques". No exato momento em que precisamos de mais quadros, pois temos que dar conta, simultaneamente, das "velhas" e das novas tarefas, neste exato momento o processo político-social gera menos quadros e, pior, gera um tipo específico de quadros, mais institucionalizado e menos ligado às lutas sociais.

O que gera um desequilíbrio na nossa estratégia, que previa combinar luta social e institucional, supondo, por sua vez, uma distribuição adequada de quadros em cada tarefa. A isto se agrega a dificuldade gerada pelo pouco investimento em formação

política, somada a um processo mais amplo – a saber, a deformação política de massas gerada pelos meios de comunicação, pela indústria cultural, pelo aparato educacional e pelas igrejas conservadoras.

Quinto: a isto tudo se soma uma nova situação política. Antes articulávamos partido e movimento na luta contra governo e Estado. Hoje temos que articular partido, movimento e governo na luta contra Estado e direita.

Ou, se quisermos complexificar, temos que articular partidos e movimentos e governos, no plural; e lutarmos também contra parcelas de governos que, embora encabeçados por nós, são controlados pela direita, que conta com partidos e também movimentos sociais.

Neste ponto da exposição, eu gostaria de deixar claro que discordo da visão exposta por Camilo Escalona acerca da alternância como variável fundamental.

Explico: uma coisa é defender modelos políticos em que a alternância seja possível, em que a minoria possa se converter em maioria.

Outra coisa é estar preparado para a alternância, para sermos derrotados, para atuarmos na oposição e não acharmos que estaremos eternamente no governo.

Agora, uma terceira coisa, completamente distinta e errada, é achar positiva a alternância entre esquerda e direita. Não quero que a direita governe, nem que volte a governar nenhum país da América Latina, e não consigo entender que isto possa ser considerado, sob qualquer aspecto, como algo positivo.

Vale a pena observar como procede a burguesia: ela admite a alternância de diferentes partidos no governo não apenas quando estes partidos aceitam sua hegemonia, mas principalmente porque controla o Estado.

Nosso problema é de natureza distinta: nós não controlamos o Estado. Se o controlássemos, a alternância entre partidos de esquerda não seria nenhum problema. E mesmo uma eventual chegada da direita ao governo não seria um completo desastre.

Isto que acabo de falar nos remete a outro ponto, a saber: é preciso levar em conta e valorizar a pluralidade na própria esquerda. Alguns dos que criticam as teorias de "partido único" têm, ao mesmo tempo, muita dificuldade de lidar com a pluralidade

na própria esquerda. Seja como for, o tema é: temos que mudar o Estado, mudar sua natureza, não apenas sua forma.

E para isto temos que entender a disputa de espaços no aparelho de Estado como parte de uma tarefa mais ampla, que é disputar a direção global da sociedade. E precisamos lembrar que, no tocante ao Estado, a disputa fundamental não é por espaços, mas sim por aproveitar estes espaços para alterar a natureza do Estado.

Sexto ponto, que decorre do falado anteriormente: precisamos desmontar os mecanismos profundos que protegem os interesses da classe dominante, entre os quais: a influência do dinheiro na política; a estrutura judicial, dedicada a defender os interesses dos poderosos; a violência sistemática, tema que inclui o velho debate sobre as Forças Armadas, mas que inclui outros aspectos, como a segurança pública; e a articulação entre meios de comunicação, indústria cultural e aparatos educacionais.

Sétimo ponto, também decorrente do anterior: é preciso constituir uma cultura de massas não apenas progressista, mas de esquerda.

O uso abusivo do termo "progressista" é, na minha opinião, uma concessão indevida e anacrônica.

Quero os progressistas ao nosso lado, mas o que existe de mais progressista no mundo é a esquerda, e o que precisamos é reconstituir uma cultura de massas de esquerda, em torno da igualdade, da democracia e do internacionalismo, devidamente articulado com a defesa da soberania nacional.

Neste ponto, aproveito para dizer que concordo com Camilo Escalona no seguinte: não há "modelos".

Temos diferentes esquerdas e diferentes estratégias nacionais. Mas é preciso construir uma estratégia continental, articulada em torno da integração. Pois, sem integração, nenhuma das nossas estratégias terá êxito. Salvo, é claro, os que defendem submeter-se aos interesses dos Estados Unidos, aí incluídas suas políticas de "livre comércio" e seus tratados inspirados na ALCA.

Nossa cultura de massas de esquerda deve revalorizar a política. Mas não a política em geral. Devemos valorizar a nossa política, que deve ser uma política plebeia, ba-

seada na ideia de que a sociedade deve governar a si mesma; portanto, que política não é profissão.

Aliás, esta ideia da política como profissão, como carreira, é um dos grandes obstáculos que enfrentramos na relação com a juventude e com os setores populares em geral. Muitos quadros da esquerda abandonaram a visão de revolucionário profissional e aderiram à ideia do político profissional. Ou seja, aderiram à ideia de que a política é um labor privativo de um grupo especial apartado da sociedade.

Oitavo ponto: nesta situação que estamos, precisamos de mais e melhor articulação entre luta social e luta institucional. Não se trata apenas, como foi dito aqui, de "escutar" os movimentos; nem se trata apenas de "estimular dirigentes dos movimentos a virar parlamentares".

A questão é de outra natureza: trata-se de entender que uma estratégia de esquerda precisa atuar dentro e fora do Estado, precisa combinar os diferentes aspectos e formas da luta político-social da classe trabalhadora.

Aqui é preciso recuperar aquela noção de partido no "amplo" da palavra, bem como a ideia de que o partido deve ser um organizador e educador da sociedade para sua transformação; e recusar a visão de partido como organização técnico-administrativa-burocrática que tem como objetivo exclusivo conquistar nacos, espaços de poder no aparato de Estado.

Como o tempo acabou, convido a que todos leiam o livreto de artigos sobre a política internacional do PT; convido, também, a que participem do XIX Encontro do Foro de São Paulo, de 31 de julho a 4 de agosto de 2013, desta vez na cidade de São Paulo, Brasil.

A esse respeito, quero dizer ao Camilo Escalona – que, segundo entendi, propôs criar uma articulação internacional dos "socialistas democráticos" – o mesmo que disse a um amigo que de maneira simétrica propôs articular os "socialistas revolucionários".

Eu disse algo como: cada um pode e deve fazer o que achar certo fazer, mas mantenhamos as pontes e evitemos a cristalização de famílias contrapostas, tal como existe na Europa. O Foro de São Paulo é uma destas pontes, reunindo todas as famílias da

esquerda latino-americana. E é esta unidade na diversidade que nos fez chegar até aqui, melhor do que está a esquerda em outras regiões do mundo.

Pessoalmente, acho que os que continuam sonhando com organizações internacionais ideologicamente homogêneas não entendem direito o que vem ocorrendo desde 1998, e tampouco entendem a natureza do período estratégico em que estamos.

Por fim: diferente do que foi dito por alguém no primeiro painel deste seminário, eu não acho que o neoliberalismo "bate em retirada". Ao contrário: eles estão numa brutal ofensiva, como se vê na Europa e nas ações dos Estados Unidos, e mesmo no que está ocorrendo na Venezuela e no Paraguai.

O que mudou, em relação à época de Thatcher, é que naquele momento a maior parte da classe trabalhadora e das esquerdas perdeu a segurança de que o futuro seria nosso.

Hoje, ao contrário, a maior parte de nós voltou a perceber que só poderá existir futuro para a humanidade graças a nós, graças à esquerda.

Muito obrigado.

22. Conjuntura regional

Neste roteiro[63], abordaremos os seguintes temas: o resultado das eleições da Venezuela (14 de abril), o resultado das eleições do Paraguai (21 de abril), as negociações entre as Farc e o governo colombiano, o calendário geral de eleições em 2013-2014.

Venezuela

No caso da Venezuela, há quatro aspectos que devemos avaliar: o resultado da eleição[64] em si, fazendo um comparativo com o resultado de Chávez e Capriles em outubro de 2012; quais os planos da direita venezuelana e do governo dos EUA pós-eleição; como anda a constituição de um núcleo dirigente coletivo para a "revolução bolivariana"; e a situação econômica, mais exatamente as medidas de médio prazo visando reduzir a dependência frente à renda do petróleo.

---

[63] Contribuição para o Grupo de Reflexão sobre a Conjuntura, em sua reunião de 22 de abril de 2013.

[64] Os dados oficiais sobre as eleições venezuelanas podem ser encontrados no endereço <http://www.cne.gob.ve/resultado_presidencial_2013/r/1/reg_000000.html>.

Na Venezuela, o voto é facultativo. O Conselho Nacional Eleitoral adotou, para as eleições de 14 de abril de 2013, o mesmo padrão adotado na eleição de outubro de 2012. Estavam habilitados a votar 18.904.364 pessoas.

Compareceram, efetivamente, 14.983.953 (79,78%).

Destes, Nicolas Maduro recebeu 7.575.704 votos, ou 50,78%. Já Henrique Capriles recebeu 7.302.648 votos, ou 48,95%. Registram-se 66.691 (0,44%) votos nulos. Havia outras quatro candidaturas presidenciais, que receberam, ao todo, 38.910 votos, ou seja, 0,24%.

A diferença entre Maduro e Capriles foi de 273.056 votos (1,83%).

Para efeito de comparação, em outubro de 2012 Chávez recebeu 8.191.132 votos (55%), e Capriles recebeu 6.591.304 votos (44,31%). Uma diferença de 10,76 pontos percentuais.

Também para efeitos de comparação: em 2012 o comparecimento foi de 80,48%, caindo para 79,78% em 2013. Capriles ganhou em três dos 24 estados em 2012; em 2013 ganhou em oito dos 24 estados.

O chavismo perdeu 615.428 votos. A oposição ganhou 711.344 votos.

Hipótese: que a maior parte dos votos perdidos pelo chavismo tenha se transformado em "não comparecimento". Outra hipótese: que a maior parte dos novos votos da oposição tenham vindo de quem não havia comparecido em 2012.

Mesmo que isto seja verdade, o fato político é que a direita teve mais êxito na disputa das margens (ou seja, dos setores que não fazem parte do voto duro, nem da oposição, nem da situação).

Entre os vários expedientes utilizados pela oposição de direita, citamos: maximizar os efeitos negativos da ausência de Chávez para o chavismo; apontar e atacar as debilidades (supostas ou reais) do governo de Chávez, com destaque para os temas da ineficiência e da corrupção; insistir nos problemas econômicos, sociais e de segurança do país.

No dia da votação e nos dias imediatamente subsequentes, a oposição flertou abertamente com a "insurreição": questionou e desconheceu o resultado; exigiu verbalmente, mas demorou a solicitar formalmente, a "recontagem" integral; estimulou mobilizações violentas, que resultaram

em vários mortos e dezenas de feridos, na imensa maioria pessoas vinculadas ao governo e ao chavismo; e pôs em dúvida a lisura do Conselho Nacional Eleitoral (CNE).

A lisura do processo eleitoral venezuelano, a solidariedade das Forças Armadas, a mobilização dos chavistas, o reconhecimento internacional a Maduro, bem como diferenças no seio da própria oposição, obrigaram os golpistas a recuar. Sinais disto: o cancelamento de uma concentração convocada para defronte ao CNE e a solicitação formal da recontagem de 100%.

Vale dizer que, já no dia 14, Maduro havia dito que não se opunha a tal "recontagem". Encerrada a "recontagem" e confirmado Maduro (como ninguém, nem mesmo a oposição, duvida), e supondo que a oposição mude de atitude, começarão as maiores dificuldades para o governo Maduro: superar as dificuldades econômicas e consolidar uma direção coletiva para o processo bolivariano.

Vale lembrar que a legislação venezuelana prevê que 20% dos eleitores podem solicitar um plebiscito revocatório, que neste caso ocorreria na metade do mandato, em 2016.

Do ponto de vista econômico, o principal problema estrutural é a brutal dependência da economia venezuelana frente às exportações petrolíferas.

Não será possível manter nem ampliar o bem-estar da população, sem superar esta dependência, ampliando a produção interna, inclusive de alimentos.

Isto implica uma estratégia e um programa de ação que, embora já explicitados por Chávez em outubro de 2013, certamente provocarão polêmica no interior da direção do processo bolivariano.

Seja como for, está claro que, no próximo período, a esquerda venezuelana vai ter que se concentrar na frente interna. Como dissemos noutro momento, embora as situações sejam distintas, a ocorrência simultânea de dificuldades na Venezuela, Brasil e Argentina pode gerar uma "crise de direção" no processo de integração.

Paraguai

Horacio Cartes, do Partido Colorado, venceu as eleições presidenciais com 45,8% dos votos. Em segundo lugar ficou Efraim Alegre, do Partido Liberal Radical Autêntico, com 36,94%. As duas principais candidaturas presidenciais da esquerda paraguaia ficaram, respectivamente, em terceiro e quarto lugar: Mario Ferreiro recebeu 5,88% dos votos, e Anibal Carrillo Iramain ficou com 3,32%.

De um certo ponto de vista, portanto, a eleição de 21 de abril de 2013 foi a consumação do golpe de 22 de junho de 2012. Sendo que os golpistas do PLRA abriram o caminho para o retorno dos Colorados, partido que governou o Paraguai durante décadas.

Do ponto de vista regional, o Paraguai será readmitido nos vários organismos de que foi excluído por causa do golpe. A tendência é que o governo Cartes maneje com cuidado suas relações com Mercosul, Unasul e Celac, entre outros motivos para neutralizar ao menos parcialmente as fortíssimas acusações que pesam contra ele. Mas, do ponto de vista político, teremos mais um governo de direita na região.

Também pensando no futuro, o tema central é saber se os diferentes setores da esquerda paraguaia conseguirão se unificar em torno de um plano de ação.

Vale registrar a alternância de desempenhos entre os dois principais blocos da esquerda paraguaia: Mario Ferreiro (Avanza País) se saiu melhor na eleição presidencial, com 5,88% dos votos; já a lista de Anibal Carrilo (Frente Guassu) teve melhor desempenho na disputa para o Senado, obtendo 9,59% dos votos (no Senado, Avanza País recebeu 4,99% dos votos). Enquanto na Câmara dos Deputados, foi Avanza País que teve melhor desempenho, com 8,05% dos votos, enquanto a Frente Guassu teve 2,84%.

Noutras palavras: confirmou-se a opinião do PT e de inúmeros setores da esquerda latino-americana acerca do gravíssimo erro da divisão em duas ou mais candidaturas e listas eleitorais. E, considerando conjuntamente o resultado na Venezuela e no Paraguay, bem como outros acontecimentos e processos, confirma-se que estamos diante de uma contraofensiva da direita.

Colômbia

Por fim, algumas reflexões acerca da situação na Colômbia, onde, no dia 8 de abril, realizamos um seminário do Foro de São Paulo em apoio ao processo de paz.

As negociações, em curso em Havana, entre o governo da Colômbia e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) podem resultar num acordo que ponha fim a uma guerra que dura mais de quarenta anos.

Mas há vários obstáculos à paz. O primeiro deles é a postura das forças políticas e sociais encabeçadas pelo ex-presidente colombiano Álvaro Uribe. Estas forças não estão interessadas no fim do conflito militar.

É importante lembrar que a guerra "justifica" a presença militar dos EUA na América Latina, significa negócios e também cobertura para a repressão sistemática à esquerda política e social: é sabido que o maior número de mortos nos anos recentes é de civis, especialmente sindicalistas.

Outro obstáculo à paz é a tentativa de obter na mesa de negociação aquilo que não se conseguiu através da guerra. O governo não conseguiu destruir as Farc, que operam de fato desde 1964. A guerrilha, por sua vez, não conseguiu atingir seus objetivos estratégicos.

Isto não quer dizer que as negociações ocorram num ambiente de equilíbrio. Nos últimos anos, o governo impôs duros golpes à guerrilha. Estes golpes, mais as mudanças no cenário político-social colombiano, conduzem à seguinte conclusão: a guerrilha pode continuar existindo por décadas, mas ao menos no horizonte visível ela deixou de ser uma ameaça estratégica para a oligarquia colombiana.Ao contrário, a existência da guerra tornou-se funcional para um setor importante da direita colombiana, que utiliza o medo, a repressão, o apoio financeiro e militar dos EUA para evitar que a esquerda colombiana tenha chance de fazer aquilo que fez a esquerda em outros países da América Latina e Caribenha: chegar ao governo através da luta social, política e eleitoral.

Um terceiro obstáculo à paz na Colômbia é o tempo. O ambiente mundial e o calendário da política regional e colombiana indicam que o momento para o "melhor acordo possível" é agora, já, de imediato.

É um erro acreditar que mais tempo de negociação vai resultar em mais concessões da parte do governo em favor das demandas da guerrilha.

Os acontecimentos na península coreana e na Síria são indicadores do tipo de ambiente internacional em que estão ocorrendo as negociações. E o quadro na América Latina é de equilíbrio relativo, com dificuldades para o bloco de esquerda e progressista. Portanto, o "melhor acordo possível" pode ser conseguido agora, não depois.

Um quarto obstáculo à paz é a memória do que ocorreu em tentativas anteriores, especialmente nos anos 1980, quando a União Patriótica colom-

biana, surgida no curso de outro processo de paz entre governo e Farc, foi vítima de um extermínio planificado e executado pelo conluio entre setores do Estado, Forças Armadas e grupos paramilitares de direita.

Fala-se de até 4 mil assassinados/as, inclusive dois candidatos à presidência da República. Em termos relativos, as maiores baixas das Farc ocorreram exatamente naquele momento. Por isto, sem garantias, não haverá paz.

Por fim, é preciso entender que a paz é uma bandeira tática para um setor da direita colombiana (expressa no governo Santos). Este setor reúne parcelas do empresariado e das elites políticas que, de maneira simplificada, consideram que neste momento a Colômbia tem mais a ganhar mantendo um pé em cada canoa: na integração sul-americana e na área de influência dos EUA, por exemplo o chamado Arco do Pacífico.

Evidentemente, a paz desejada por Santos é aquela que não altera as bases do modelo econômico e das políticas neoliberais que seguem hegemônicas na Colômbia.

Neste sentido, é muito importante que a esquerda colombiana evite confundir o apoio à paz com o apoio ao governo e à reeleição de Santos. Algo que não é fácil de fazer, seja porque Santos é politicamente audacioso, como demonstrou em sua participação na Marcha pela Paz do dia 9 de abril; seja porque um setor da esquerda considera a paz tão estratégica que, de fato, vem "baixando a guarda" frente ao governo Santos.

Um exemplo disto é a proposta de prorrogar o mandato de Santos e adiar as eleições, para que o processo eleitoral não perturbe as negociações.

Esta proposta baseia-se em duas premissas: a de que mais tempo de negociação vai gerar mais concessões do governo às demandas político-sociais da guerrilha; e a de que o processo eleitoral é um jogo de cartas marcadas, portanto o adiamento não seria tão prejudicial e poderia ser até vantajoso, pois em tese o ambiente e as regras eleitorais podem modificar-se para melhor.

É fato que a centro-esquerda colombiana, em suas variadas correntes (progressistas, Polo Democrático Alternativo, Marcha Patriótica e outros setores) está num péssimo momento eleitoral.

Mas mudar as regras do jogo (ou adiar o jogo) quando estamos perdendo abre as portas para o oposto. Por outro lado, o argumento segundo o qual o

calendário eleitoral atrapalha as negociações de paz esquece que o grande ativo eleitoral de Santos é a paz.

Este ativo pode ser apresentado sob duas formas: a paz assinada ou a paz condicionada à reeleição. Ou seja: a pressão do calendário eleitoral ajuda no engajamento de Santos no processo de paz. Eliminar este acicate seria prejudicial ao processo de paz, sem falar que faria de Uribe o defensor da normalidade constitucional.

Resta o seguinte argumento: nas eleições, será muito difícil para a(s) candidatura(s) de centro-esquerda disputar simultaneamente contra Santos e contra quem o grupo de Uribe apresente. Mas este problema político não se resolve adiando as eleições, pois não se trata de um problema estritamente eleitoral.

E um problema que estará posto, também, para as forças progressistas e de centro-esquerda fora da Colômbia.

Razões de Estado levarão muitos setores a defender, de fato, o apoio a Santos, o que não será um fato novo na história da esquerda mundial. De toda forma, cabe à esquerda colombiana achar o caminho adequado. E cabe ao Partido dos Trabalhadores manter relações com todos os setores, por exemplo com o Polo Democrático Alternativo e sua candidata presidencial Clara Lopez Obregon.

Finalmente, é importante firmar que:

a. a paz é uma bandeira simultaneamente tática e estratégica para a esquerda: só em condições de paz, ou seja, em condições "normais" de luta política e social, a esquerda colombiana terá chance de se converter em alternativa de governo e alternativa de poder;

b. o fim da guerra é apenas o começo. Muito terá que ser feito para, através das "armas da política", derrotar as forças neoliberais e oligárquicas colombianas, Uribe e Santos incluídos.

Próximas eleições

Tendo em vista o que dissemos anteriormente acerca do cenário regional (contraofensiva da direita e risco de uma crise de direção no processo de integração), é importante debater com antecipação qual postura adotaremos frente ao intenso calendário eleitoral regional de agora até 2014:

- **30 de junio de 2013:** elecciones primarias en Chile
- **11 de agosto de 2013:** elecciones primarias en Argentina
- **27 de octubre de 2013:** elecciones legislativas en Argentina (mitad de la Cámara de Diputados y un tercio del Senado)
- **10 de noviembre de 2013:** elecciones generales en Honduras
- **17 de noviembre de 2013:** primera vuelta de las elecciones en Chile (presidente, diputados, senadores e por la primera vez también consejeros regionales)
- **15 de diciembre de 2013:** segunda vuelta de las elecciones en Chile
- **2 de febrero de 2014:** primera vuelta de las elecciones presidenciales en El Salvador
- **2 de febrero de 2014:** elecciones presidenciales y legislativas en Costa Rica
- **9 de marzo de 2014:** segunda vuelta de las elecciones en El Salvador
- **9 de marzo de 2014:** elecciones legislativas en Colombia
- **4 de mayo de 2014:** elecciones generales en Panamá
- **25 de mayo de 2014**: elecciones presidenciales en Colombia
- **mayo de 2014:** elecciones legislativas en República Dominicana
- **1er de junio de 2014:** elecciones primarias en Uruguay
- **5 de octubre de 2014:** primera vuelta de las elecciones en Brasil (presidente, gobernadores, senadores, diputados federales y estaduales)
- **26 de octubre de 2014**: segunda vuelta de las elecciones en Brasil
- **26 de octubre de 2014:** primera vuelta de las elecciones presidenciales y legislativas en Uruguay
- **30 de noviembre de 2014:** segunda vuelta de las elecciones en Uruguay
- **diciembre de 2014:** elecciones generales en Bolivia

23. Síntese da intervenção na reunião do Foro em Havana

1. Documento apresentado pelos anfitriões é uma contribuição ao debate. Não foi escrito para ser uma resolução. Por isto não é necessário propor emendas ou fazer críticas no detalhe.
2. Concordo com o ponto 13 do documento: *"nada de esto es irreversible"*.
3. Agrego: estamos em um momento de máximo risco, pode ocorrer uma reversão de conjunto, pois está em curso uma brutal contraofensiva.
4. Alguns setores tinham (e ainda têm) imensa dificuldade em admitir isto. Deixam-se ofuscar pelo cenário estratégico (crise do capitalismo) e não percebem o cenário tático (momento de contraofensiva).
5. Exemplo: os que se "enojam" por dizermos que o momento para fazer o "melhor acordo" na Colômbia é agora. Não se trata de fazer acordo a qualquer custo, mas sim de perceber que as condições vão se tornar mais difíceis, e que, do ponto de vista continental, fazer a paz agora é fundamental.
6. Outro exemplo: somos pela unidade, mas é preciso entender que nossa unidade é na diversidade. A unidade programática e estratégica realmente possível, nas condições atuais, é em torno da integração regional. Não é

em torno do socialismo. Há setores que são pró-integração, são antineoliberais, são anti-imperialistas, e não são socialistas.

7. Terceiro exemplo: o documento fala que há um "crescente esgotamento das políticas adotadas" e diz que este crescente esgotamento é porque tais políticas são "reformistas". Na verdade, há situações distintas. Há casos em que o esgotamento ocorre porque as políticas são pouco ou nada reformistas.

   Há outros em que o êxito das reformas criou uma nova situação. E há o caso citado.

8. Por fim, não é correto considerar inimigo quem considera que a "Revolução Cubana é irrepetível". Para começo de conversa, todo fenômeno histórico é singular e, portanto, irrepetível. Mais que isto: o processo de hoje é distinto, não somente vivemos noutra época histórica, mas também a estratégia hegemônica é distinta. A Revolução Cubana tomou o poder para constituir governo. Os processos atuais chegam ao governo na perspectiva de construir o poder.

9. Claro que a Revolução Cubana dá exemplos de internacionalismo, de solidariedade e de unidade que são úteis. Mas mesmo estes exemplos não podem ser copiados, até porque no caso de Cuba foram produto de um processo que durou muito tempo e teve peculiaridades irrepetíveis.

29 de abril de 2013

24. Cuba, maio de 2013

A delegação foi composta por Rui Falcão, presidente nacional do PT; Iriny Lopes, secretária de Relações Internacionais do PT; João Vaccari, tesoureiro nacional do PT; José Guimarães, líder do PT na Câmara dos Deputados; Ângela Portela, senadora; Francisco Campos e Valter Pomar, integrantes do Diretório Nacional.[65]

A programação incluiu entrevistas aos meios de comunicação; reuniões com integrantes do Comitê Central do Partido Comunista, entre os quais José Ramon Balaguer e Machado Ventura; contatos com integrantes do governo e parlamento, como Marcelino Medina, vice-ministro do Ministério de Relações Exteriores; Ana María Mari Machado, vice-presidenta da Assembleia Nacional do Poder Popular; Marino Murillo Jorge, vice-presidente do Conselho de Ministros; Kenia Serrano, deputada e presidenta do Instituto Cubano de Amizade com os Povos (Icap); além de Miguel Mario Díaz-Canell, membro do Buró Político do Comitê Central do Partido Comunista e primeiro vice-presidente do Conselho de Estado e do Conselho de Ministros da República de Cuba.

---

[65] Entre 28 de abril e 1º de maio de 2013, uma delegação do Partido dos Trabalhadores visitou Havana, Cuba.

A delegação também participou do V Encontro de Petistas e Núcleos do PT no Exterior; manteve um encontro com a Agência de Promoção das Exportações do Brasil em Cuba (Apex) e com o embaixador do Brasil em Cuba, José Eduardo Martins Felicio.

Além disso, participou da reunião do Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, realizou um intercâmbio com familiares dos cubanos presos nos Estados Unidos e esteve na comemoração do Dia Internacional dos Trabalhadores.

De abril de 1961 até hoje, Cuba busca construir o socialismo. Numa primeira etapa, tentou um caminho próprio, tanto do ponto de vista político quanto econômico.

Simbolicamente, esta etapa "experimental" pode deu-se por encerrada em 8 de outubro de 1967, quando Che Guevara foi assassinado na Bolívia.

Naquele momento ficou claro que, pelo menos temporariamente, estava encerrado um ciclo revolucionário latino-americano e caribenho, obrigando Cuba a depender do apoio soviético mais do que os cubanos certamente gostariam.

Numa segunda etapa, a transição socialista em Cuba tornou-se altamente dependente do modelo soviético. Esta etapa começa a encerrar-se por decisão unilateral da URSS no período Gorbachev; e se encerrou de maneira abrupta com a dissolução da URSS, em 1991.

Entre 1989 e 1991, entre a dissolução dos regimes socialistas no Leste Europeu e o fim da URSS, as exportações cubanas se reduziram em 62%, e as importações caíram pela metade. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos ampliaram o bloqueio e todo tipo de sabotagem contra a ilha, na expectativa de que Cuba tivesse o mesmo destino dos regimes dirigidos pelos partidos comunistas do Leste Europeu.

Durante esta terceira etapa, há um forte debate sobre como sobreviver e prosseguir socialista nas terríveis condições dos anos 1990, com unilateralismo, neoliberalismo e colapso do socialismo.

O problema de fundo enfrentado por Cuba é clássico: uma revolução num país de baixo desenvolvimento capitalista, cercado e hostilizado pelo imperialismo, só pode realizar uma transição socialista exitosa se contar com: a) apoio externo e/ou b) achar maneiras próprias de desenvolver sua capacidade econômica, suas forças produtivas.

O apoio externo proveniente da União Soviética, entre 1961 e 1991, permitiu a Cuba manter um padrão de vida superior à sua própria capacidade produtiva. O desaparecimento da URSS obrigou a superestrutura cubana a depender de uma economia marcada por fortes limitações.

Cuba foi colocada diante da necessidade de substituir as importações baratas, oriundas principalmente da URSS e do Leste Europeu, por produção nacional e/ou importações caras vindas do mundo capitalista, alternativa que implicava gerar divisas em moeda estrangeira para pagar as importações.

No curtíssimo prazo, as receitas (em moeda conversível) necessárias para isto vieram em parte do turismo, em parte de exportações. Mas as receitas arrecadadas, especialmente no contexto do bloqueio, não eram suficientes para financiar o funcionamento geral da economia, as políticas públicas e os salários bancados pelo Estado, o que foi gerando um crescente déficit.

Cuba segue, hoje, diante da necessidade de garantir segurança alimentar, autonomia energética e industrial.

Ao longo da terceira etapa (1991-2013), o governo cubano experimentou três políticas distintas.

A primeira ficou conhecida como "período especial", em que foi adotada uma "economia de guerra em período de paz".

O segundo tipo de política foi adotado quando teve início o ciclo de vitórias eleitorais das forças progressistas e de esquerda na América Latina e Caribe.

O terceiro tipo de política começa depois que Raul Castro assume o governo, devido ao afastamento de Fidel por motivos de saúde.

A política atual está descrita num documento chamado "Lineamientos para la Política Económica y Social del Partido y la Revolución", um conjunto de orientações aprovadas pelo VI Congresso do Partido Comunista de Cuba, realizado em 2011.

Tendo como objetivo construir um "socialismo próspero y sostenible", os "Lineamientos" reafirmam a propriedade social dos meios de produção fundamentais e falam em "atualização do modelo".

A leitura dos "Lineamientos" e as ações práticas decorrentes não constituem, entretanto, uma mera "atualização", mas sim o abandono de um determinado "modelo" de construção do socialismo baseado na quase exclusiva

propriedade estatal dos meios de produção em favor de outro caminho que, para desenvolver as forças produtivas indispensáveis ao socialismo, apela para diferentes formas de propriedade privada e relações de mercado.

Este outro caminho, na medida em que busca dar uso produtivo para a capacidade de trabalho de amplos setores da população cubana, também implica legalizar e, em alguns casos, ampliar a desigualdade social. O que tanto resolve quanto cria velhos e novos problemas.

As reformas (termo mais adequado que "atualização do modelo") geram polêmicas. A direita não gosta da reafirmação do socialismo, nem da manutenção do Partido Comunista no comando do Estado cubano: Raúl Castro deixou claro que não foi eleito para fazer Cuba voltar a ser capitalista.

Por outro lado, setores de esquerda não apreciam as "concessões ao capitalismo", além dos que defendem que as reformas sejam acompanhadas de mais debate e democracia popular, inclusive para tratar das citadas desigualdades.

Para além destas polêmicas, há a conjuntura internacional e latino-americana.

O resultado da eleição venezuelana de 14 de abril mostra, entre outras coisas, os riscos embutidos em qualquer dependência. Há o fator Estados Unidos, que mantém o bloqueio, sendo que o almejado fim do bloqueio também contém seus perigos: uma invasão de dólares. Além disso, há as dificuldades em si do processo de reformas, entre as quais aquelas derivadas de mais de cinquenta anos de poder, com suas conquistas, mas também suas debilidades, sentidas com muita força pelas gerações mais recentes.

Estas dificuldades exigem manter e aprofundar nossas relações com Cuba. Claro que as reformas em Cuba abrem espaço para negócios que interessam a setores empresariais. Claro, também, que seu fortalecimento interessa à política de integração regional, que, de fato, constitui uma política de Estado para além da esquerda.

Mas, no caso específico do Partido dos Trabalhadores e de outros setores da esquerda brasileira, a decisão de manter e aprofundar as relações com Cuba incluem motivações de outra natureza.

Cuba é um dos pontos altos da luta anti-imperialista pela soberania nacional, contra a ingerência externa, e esta luta nos diz respeito. Cuba constitui a primeira tentativa de construir um país socialista na nossa região do mundo,

e esta luta também nos diz respeito. Portanto, o sucesso de Cuba também é, pelo menos em alguma medida, nosso sucesso.

Vale dizer que o governo cubano e o Partido Comunista apreciam tremendamente as relações com o governo Dilma e o apoio constante do PT.

A recíproca é e deve seguir sendo verdadeira.

Cuba é uma ilha situada no mar do Caribe, com 110.922 km^2 de extensão. O PIB é de 54 bilhões de dólares; a dívida externa, de aproximadamente 12 bilhões. O IDH (2003) era de 0,817, o que naquele momento colocava Cuba em 8º lugar na América Latina e 52º lugar no mundo.

A população gira ao redor de 11.164.000 habitantes, 76% urbanos. Quase 2% da população latino-americana e 0,16% da população mundial, números que em 1950 eram 3,5% e 0,23% respectivamente. Uma tendência ao envelhecimento.

O principal fato político da história cubana foi e segue sendo a luta pela independência. Como a oligarquia cubana era altamente integrada à metrópole, a luta pela independência frente à Espanha foi travada em grande medida pelas classes exploradas; o que, por sua vez, deu à luta pela independência um caráter político e social muito radical.

Na luta pela independência, há três marcos: a guerra de 1868-1878 (derrotada); a guerra de 1895-1902 (parcialmente vitoriosa); e a revolução de 1953-1959 (vitoriosa).

Na guerra de 1895-1902, quando os revolucionários estavam para vencer a guerra de independência, os Estados Unidos invadiram Cuba a pretexto de "ajudar" na luta contra a Espanha.

Por isto, quando é proclamada, em 20 de maio de 1902, a República de Cuba nasce constitucionalmente atrelada aos Estados Unidos. A chamada Emenda Platt legalizava o direito de os EUA intervirem em Cuba.

A história de Cuba, de 1902 até 1959, girou ao redor da luta de independência contra os Estados Unidos.

Esta luta passa por diversas etapas, a última das quais se combina com a luta contra a ditadura surgida a partir de março de 1952, quando ocorre um golpe encabeçado pelo sargento Fulgencio Batista.

Uma das reações a este golpe é o ataque ao Quartel Moncada, liderado por Fidel Castro, jovem advogado ligado ao Partido Ortodoxo (partido que provavelmente venceria as eleições canceladas devido ao golpe).

O ataque ao Moncada, realizado no dia 26 de julho de 1953, é massacrado, e os poucos sobreviventes, entre eles Fidel, são condenados à prisão.

Anistiados em 1955, fundam o Movimento 26 de julho, vão para o exílio e desencadeiam um plano político-militar que os levaria ao poder em 1º de janeiro de 1959.

É importante ter claro que o M26 de julho era uma organização político-militar, com forte base urbana; existiam outras forças com muita presença de massa, como o Diretório Revolucionário e o Partido Popular Socialista (o PC local), além de um forte movimento estudantil e sindical.

A revolução vitoriosa em 1959 foi democrática, nacional e popular. Converteu-se em anti-imperialista e socialista à medida que as ações do governo revolucionário entraram em choque com os interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos.

O marco da conversão de uma revolução democrático-popular em uma revolução socialista foi o discurso feito por Fidel Castro, em 16 de abril de 1961, na véspera da invasão de Playa Girón, episódio também conhecido como invasão da Baia dos Porcos, quando um grupo de mercenários contratados, treinados e armados pelos Estados Unidos desembarcou na ilha, sendo cercado e derrotado pelas Forças Armadas cubanas.

25. Lá, sim, precisamos[66]

O Foro de São Paulo estabeleceu, entre seus objetivos, atuar junto à população de origem latino-americana e caribenha residente nos Estados Unidos e na Europa.

Essa população apresenta características muito variadas: país de origem, motivo da migração, tempo de permanência no país, grau de integração à sociedade local, padrão de vida, vínculos com o país de origem etc. Mas a maioria migrou por razões econômicas e constitui uma fração muito explorada do proletariado local, submetida a duras condições de trabalho, reduzidos direitos sociais e políticos, além de vítima de preconceito e perseguições.

Quais os objetivos do Foro? Em primeiro lugar, estimular a população de origem latino-caribenha a organizar-se socialmente, sindicalmente, politicamente, incorporando-se a organizações locais, instituições, movimentos e partidos políticos da esquerda europeia. Conquistar direitos sociais e políticos, tanto no país de moradia quanto no de origem.

Em segundo lugar, fazer com que essa população, de origem latino-caribenha, apoie os processos de transformação que estão em curso em nossa região.

---

[66] Texto publicado pela *Teoria e Debate* no dia 24 de junho de 2013.

Com esse propósito, o Foro constituiu duas novas secretarias regionais: a Secretaria Europa e a Secretaria Estados Unidos, cada uma integrada pelos partidos políticos de nossa região que possuem militância organizada nos EUA e na União Europeia. O PT, por exemplo, possui núcleos que atuam tanto nos Estados Unidos quanto em diversos países europeus, como Portugal, Espanha, França, Inglaterra e Bélgica.

Ainda estamos em fase de implantação, mas está evidente que se trata de uma atividade estratégica. Fortalecer a esquerda na Europa e nos Estados Unidos reduz a pressão sobre cada um de nossos países e sobre o conjunto de nossa região. Principalmente nos Estados Unidos, os latino-americanos e caribenhos constituem um segmento cada vez mais importante da população e do eleitorado, tendo provavelmente contribuído de maneira significativa para a vitória de Obama nas últimas eleições presidenciais.

Isso nos remete a um terceiro motivo pelo qual organizar os latino-americanos e caribenhos se trata de uma atividade estratégica. A direita europeia e norte-americana desenvolve *um trabalho* político-ideológico permanente na América Latina e Caribe, contribuindo inclusive financeiramente para organizações sociais e políticas vinculadas a seus interesses. De nossa parte, devemos também "atuar na retaguarda", por exemplo, estimular os latino-americanos e caribenhos residentes nos Estados Unidos a organizar um partido político de esquerda, de massas, democrático e socialista, que quebre a hegemonia de democratas e republicanos. Lá, sim, precisamos de uma terceira via.

26. Uma nova política externa: avanços, impasses e desafios da integração

1. Agradecimento aos organizadores, participantes, Maria Regina e Marco Aurélio Garcia.
2. Celso Amorim, Samuel Pinheiro Guimarães e Marco Aurélio Garcia são os principais intelectuais orgânicos da política externa que estamos debatendo aqui. Os três são alvo frequentes do ataque da mídia conservadora e da intelectualidade da direita.
3. Na divisão de trabalho proposta pelos organizadores, me cabe falar do tema da integração, de seus avanços, impasses e perspectivas do ponto de vista do Foro de São Paulo.
4. O Foro de São Paulo é uma instituição criada por iniciativa principalmente do PT, a partir de um seminário realizado em 1990, na cidade de São Paulo. O que mudou desde então?
5. Qual era, resumidamente, a situação do mundo e da região em 1990? Ofensiva neoliberal, crise do socialismo, predomínio quase imperial dos Estados Unidos. Indicador da situação: durante muitos anos, Cuba era o único país da região governado por um partido de esquerda.
6. Qual a situação hoje? Crise do neoliberalismo, recuperação do socialismo, "declínio" relativo dos Estados Unidos. Um indicador: partidos do

Foro governam ou participam de governos em mais de 10 países da região e são a principal força de oposição em outros.

7. O que explica esta mudança? O desgaste do neoliberalismo e os acertos do nosso lado. Principal acerto: uma correta articulação entre luta de ideias, luta social, luta política, ação de governos. Um bom exemplo disto: a derrota da Alca em 2005.
8. O Foro participou e contribuiu para esta mudança na correlação de forças na América Latina e Caribe (ALC).
9. Como o Foro enxerga o tema da integração?
10. Não é tema novo. Mas ganha mais importância e urgência na nova situação.
11. Como caracterizamos esta nova situação? Deslocamento geopolítico em direção à Ásia, declínio relativo dos EUA (e sua reação a este declínio), crise (estrutural, global, impactos diferenciados), instabilidade, tendência (reativa) a formar blocos.
11. Este quadro acentua o conflito entre as duas políticas de integração existentes no nosso continente: a subordinada (Nafta, Alca, TLCs, Aliança Pacífico) e a autônoma (Celac, Unasul, Alba, Mercosul). [Estados Unidos vai ser mais agressivo externamente. Situação econômica interna e fratura social/política interna os empurram para buscar conflitos externos. Precisamos nos preparar para um cenário de maiores conflitos.][67]
12. Que tipo de integração o Foro defende?
13. Autonomia, por razões defensivas (proteção contra ondas de choque e redução da ingerência externa) e aproveitamento do potencial (o que temos e a sinergia: todo maior que a soma das partes).
14. Encaramos integração como processo de longa duração, multifacético e estrutural. Estrutural do ponto de vista político (soberania popular), econômico (infraestrutura produtiva regional), cultural (pensamento latino-americano e caribenho de massas). E capaz de superar assimetrias.

[67] Entre colchetes estão temas que foram objeto de perguntas.

15. Foro compreende integração como processo em disputa. Não é apenas tema da esquerda. Há um conflito entre integração subordinada e autônoma.

    Há governos de centro-direita que participam (e queremos que participem) das instituições da integração. E há, também, conflito entre diferentes "vias de desenvolvimento" (capitalismo, socialismo).

16. Como Foro é espaço plural, nosso mínimo denominador comum é: não ao neoliberalismo, não ao imperialismo, defesa de uma soberania compatível com a integração, desenvolvimento que gere mais democracia, igualdade, bem-estar.
17. Foro defende integração latino-americana e caribenha. Claro que no "sul" é mais "fácil". Mas integração consequente tem que ser LAC, porque envolve disputar com Estados Unidos. Lembrando, ademais, que não se pode falar em América Latina sem falar de México, Cuba, Haiti e sem falar de acabar com o colonialismo na região (por exemplo Porto Rico e Malvinas).
18. Foro tem enorme expectativa quanto ao Brasil. Reconhece papel positivo do Brasil. Tem expectativa de que Brasil jogue papel mais ativo.
19. Pessoalmente, percebo existir no Foro, dentre os partidos do Foro, três tipos de críticas à nossa política externa.
20. Primeiro, a partir de 2011, uma inflexão em direção à ideia do Brasil-potência-isolada-membro dos Brics, em detrimento da linha Brasil-integrante da região LAC.
21. Segundo, uma timidez imensa. Um exemplo: como um país que deu asilo ao ex-ditador paraguaio não toma a iniciativa de asilar Snowden? Outro exemplo: a demora em casos como o Banco do Sul.
22. Terceiro, a crítica ao "subimperialismo".
23. Não acho que o Brasil seja subimperialista. Mas é interessante ver que esta crítica se dirige não exatamente à ação do Estado, mas à falta de ação do governo brasileiro frente à atitude de empresas brasileiras no exterior. Como resolver isto?
24. Recuperando o perfil alto da política externa brasileira, subordinando a ação das empresas brasileiras aos interesses da política externa e convertendo nossa política externa de política de governo em política de Estado.

25. Isso exige enfrentar e derrotar os que defendem uma política externa subordinada aos EUA, a saber: setores da intelectualidade de direita e da mídia, setores da elite política do país e setores do empresariado.
26. Quanto ao debate sobre o modelo de desenvolvimento, é preciso concluir a superação da herança neoliberal e construir um desenvolvimentismo democrático popular. Estamos longe disto ainda, embora sem dúvida estejamos melhor do que sob FHC, assim como estamos melhor do que estaríamos se Alckmin ou Serra tivessem vencido as eleições presidenciais.

    Mas ainda estamos longe do que queremos, e as mobilizações de rua por mais direitos sociais e por mais democracia são importantes como ponto de apoio para obtermos mais.

    [Não se trata de regular o capitalismo, mas de alterar o padrão, democratizando o poder (meios de comunicação, reforma do Estado, reforma política), a renda (redução do peso do capital financeiro, ampliação da massa de salários, reforma tributária) e a propriedade. Por isto, desenvolvimento democrático e popular tende a chocar-se com capitalismo.]
27. Industrialista convicto, defensor dos avanços tecnológicos, oposto ao pensamento pachamamico e contrário aos preconceitos religiosos frente à ciência, considero um erro minimizar ou ridicularizar os temas ambientais e os direitos dos povos indígenas, entre outros. A história do desenvolvimento no Brasil é trágica deste ponto de vista, e nosso desenvolvimento não deve incorrer neste tipo de opção criminosa.

    [Principal problema ambiental é decorrência de um modelo apoiado no *american way of life*, ou seja, consumo individual. É preciso ampliar a oferta de bens e serviços públicos. O caso do transporte é exemplar.]

    [O tratamento agressivo contra os povos indígenas tem relação com as concessões econômicas, políticas e ideológicas ao agronegócio. Necessidade de segurança alimentar, energia e proteção de fronteiras é compatível com defesa dos direitos dos povos indígenas.]
28. Por fim, e também pessoalmente, é claro que há uma queda no perfil e uma certa inflexão na política externa pós-2011. Alguns atribuem isto à personalidade dos envolvidos. Claro que há diferenças de personalidade. Mas o tema central é político.

29. Na política, mais do que analisar a inflexão feita, é importante chamar a atenção para o ambiente distinto. Mudou o ambiente interno, pois o grande capital está fazendo oposição ao governo Dilma, essencialmente porque está insatisfeito com os níveis de emprego, de salário e com o que investimos em políticas sociais. E mudou o ambiente internacional, seja por conta da crise (de marolinha a *tsunami*), seja pela contraofensiva que a direita vem fazendo em âmbito regional desde 2008.
30. Qual deve ser a nossa reação a isto: aprofundar as mudanças e acelerar a integração.
31. Apesar dos perigos, motivos para otimismo: crise nas metrópoles é oportunidade para a periferia. E pela primeira vez esta oportunidade ocorre conosco governando grande número de países da região. [Em 2013-2014, muitas eleições na região. Política externa estará em questão. Para ganhar, será necessário repactuar com nossa base social/eleitoral. Dilma reagiu bem ao processo de mobilizações e está em condições de repactuar, vencer e, principalmente, fazer um segundo mandato melhor do que o atual.]
32. Finalmente, convidar para o XIX Encontro do Foro de São Paulo. Palestra na Conferência 2003-2013 (roteiro escrito da intervenção, que foi depois transmitida ao vivo).

27. Aprofundar as mudanças, acelerar a integração[68]

O Foro de São Paulo é uma organização criada nos anos 1990, a partir de um seminário internacional convocado pelo Partido dos Trabalhadores do Brasil. Trata-se de uma articulação de partidos políticos da América Latina e Caribe, que faz encontros mais ou menos anuais.

No caso do Brasil, os partidos integrantes são, além do PT, o Partido Comunista do Brasil, o Partido Socialista Brasileiro, o Partido Democrático Trabalhista, o Partido Comunista Brasileiro e o Partido Pátria Livre.

Este ano, o XIX Encontro será no Brasil, na cidade de São Paulo, de 29 de julho a 4 de agosto. Participarão dirigentes de partidos políticos, lideranças sociais, parlamentares, governantes, além de observadores e convidados vindos da Europa, África, Ásia e Estados Unidos.

As atividades do Encontro serão realizadas nos hotéis Braston São Paulo (Rua Martins Fontes, 330 – Consolação) e Novotel Jaraguá (Rua Martins Fontes, 71 – Consolação).

O ato de abertura, que deve contar com a presença do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, será na Quadra dos Bancários (Rua Tabatinguera, 192 – Centro).

---

[68] Texto distribuído em 19 de julho de 2013.

Os debates do XIX Encontro serão orientados por um Documento Base, disponível na página www.forosaopaulo.org. Não se trata de uma "tese guia", que será submetida à posterior emenda e votação, mas tão somente de uma contribuição ao debate.

O encontro propriamente dito será precedido pela II Escola de Formação Política do Foro de São Paulo, que abordará os seguintes temas: "A integração na história de Nossa América"; "A integração do ponto de vista dos Estados Unidos, Europa e Ásia"; "A questão migratória e os processos de integração"; "Análise dos diferentes instrumentos e instituições do processo de integração: Celac, Unasul, Alba, Mercosul, Pacto Andino, Sica, Parlamentos etc."; "A crise atual do capitalismo, os novos acordos e processos de integração em outras regiões do mundo e a integração latino-americana"; "Os desafios presentes e futuros da integração".

Às vésperas do XIX Encontro, a convite do Partido dos Trabalhadores do Brasil, será realizada uma reunião entre os partidos membros do Foro de São Paulo que governam e integram governos dos países do Mercosul, tanto com os membros plenos quanto com os associados. O objetivo é discutir as medidas concretas que podem ser tomadas para acelerar o processo de integração nesse âmbito.

Já como parte do XIX Encontro, teremos cinco encontros setoriais:

- o V Encontro de Juventudes do Foro de São Paulo, com ênfase nos seguintes temas: A juventude em defesa dos projetos de governo de partidos membros do Foro de São Paulo; A integração latino-americana e o projeto de desenvolvimento regional e a nova geração; As políticas públicas de juventude para o desenvolvimento da América Latina e do Caribe;
- o II Encontro de Mulheres do Foro de São Paulo, com ênfase nos seguintes temas: O impacto da crise na vida das mulheres; As mulheres e a integração regional da América Latina e do Caribe: o fortalecimento das lutas sociais do ponto de vista das mulheres; Participação política das mulheres: sub-representação das mulheres nos espaços de poder;
- o I Encontro de Afrodescendentes do Foro de São Paulo, com ênfase nos seguintes temas: O papel dos negros e das negras dos partidos do Foro de São Paulo; Experiências dos governos da América Latina e do Caribe nas políticas de promoção de igualdade racial;

- o Encontro de Parlamentares dos partidos do Foro de São Paulo, com o objetivo principal de articular nossa intervenção nos parlamentos regionais;
- o Encontro de Autoridades Locais e Subnacionais dos partidos do FSP. Também como parte do XIX Encontro, teremos sete seminários: a) África e América Latina; b) Brics e América Latina; c) Oriente Médio e África do Norte; d) Estados Unidos; e) Europa; f) o III Seminário de balanço dos governos progressistas e de esquerda; g) A contribuição de Hugo Chávez para o processo de mudança na América Latina e no Caribe.

A programação inclui, ainda, 21 oficinas temáticas: a) Políticas de saúde mental e drogas; b) Luta pela democracia na internet e nas redes sociais; c) Luta pela paz e contra o militarismo; d) Movimentos sociais e participação popular; e) Políticas sociais; f) Processos eleitorais; g) Povos originários; h) Recursos naturais; i) Segurança e soberania agroalimentares; j) Trabalhadores da arte e da cultura; k) União e integração latino-americana e caribenha; l) Colonialismo e autodeterminação; m) Defesa; n) Democratização da informação e da comunicação; o) Desenvolvimento econômico; p) Estado, democracia e participação popular; q) Meio ambiente e mudança climática; r) Migrações; s) Movimento LGBT; t) Movimentos sindicais; u) Segurança e narcotráfico.

Além disso, teremos as reuniões do Grupo de Trabalho, das Secretarias Regionais, a reunião da Comissão de Fundações e Escolas ou Centros de Capacitação, as plenárias do XIX Encontro e o Ato Inaugural.

Todas essas atividades terão como eixo temático aprofundar as mudanças e acelerar a integração regional.

Em formato de livro

Durante o XIX Encontro, será lançado o livro *Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha* (Editora da Fundação Perseu Abramo). No livro, os autores Roberto Regalado e Valter Pomar falam da história, do funcionamento, dos desafios atuais e futuros do Foro de São Paulo.

Trechos do início e do final do citado livro compõem o presente artigo. O XIX Encontro ocorre numa conjuntura histórica marcada pela crise global, pelo declínio da hegemonia dos Estados Unidos, pela emergência de novos

polos de poder mundial, pela instabilidade e por conflitos políticos, sociais e militares cada vez mais intensos e perigosos.

América Latina e Caribe sofrem os efeitos desta situação mundial, mas ao mesmo tempo constituem uma região marcada pela presença de movimentos sociais, partidos políticos e governos que não apenas têm conseguido reduzir os impactos da crise como também têm conseguido implementar políticas públicas e colher resultados práticos que constituem inspiração

e esperança para amplos setores da humanidade.

Como é óbvio, isto ocorre apesar da geralmente brutal resistência das elites locais e de seus aliados, notadamente as classes dominantes de Estados Unidos e Europa. No momento, esta resistência assume a forma de uma contraofensiva ideológica, política, econômica e militar, de que são mostra os golpes em Honduras e no Paraguai, as bases militares instaladas na região e o relançamento da IV Frota dos EUA, o cerco contra a Venezuela e a continuidade do bloqueio contra Cuba, a criação do chamado Arco do Pacífico e os tratados transoceânicos, assim como a pressão judicial e midiática sobre todos os governos progressistas e de esquerda da região, a começar pelo Brasil.

A história nos ensina a não confiar nem subestimar o imperialismo e o capitalismo. Embora a crise seja profunda, o capitalismo já demonstrou ter um fôlego surpreendente, equivalente a sua capacidade de destruir a natureza e a humanidade. Percebe-se este fôlego na América Latina, onde, apesar das vitórias parciais obtidas pela esquerda, as forças conservadoras, neoliberais e capitalistas mantêm sua hegemonia no terreno econômico-social, o controle das instituições internacionais e do poderio militar, além de conservar o governo nacional em importantes países da região.

Embora costumem lançar mão, cedo ou tarde, da violência militar, as classes dominantes de cada um de nossos países e o imperialismo investem cotidianamente na luta política e ideológica, para o que contam com um imenso aparato educacional, uma indústria cultural potente e o oligopólio da comunicação de massas. A partir destas plataformas, buscam, entre outros objetivos, manipular a seu favor as diferenças estratégicas e programáticas existentes entre os governos, partidos e movimentos empenhados no "giro à esquerda" que nosso subcontinente vive desde 1998.

Alguns destes governos, partidos e movimentos declaram abertamente seu objetivo de construir o socialismo. Outros trabalham, assumidamente ou não, pela constituição de sociedades com alta dose de bem-estar social, democracia política e soberania nacional, mas nos marcos do capitalismo.

Importantes setores, embora integrantes de partidos de esquerda, adotam premissas neoliberais. Há também profundas diferenças estratégicas acerca das formas de luta e vias de tomada do poder, bem como sobre qual deve ser a relação dos governos eleitos com as classes dominantes de cada país, da Europa e dos Estados Unidos. Igualmente, são distintas a visão e a postura frente aos chamados Brics. Tais diferenças programáticas e estratégicas tornam particularmente complexo o debate sobre a natureza e o papel dos governos encabeçados por presidentes integrantes dos partidos de esquerda e progressistas de nossa região.

Neste debate, há desde aqueles que manifestam o temor de que nossos governos tentem colaborar na construção de um novo ciclo histórico sem que existam as condições econômicas, políticas e ideológicas necessárias para enfrentar com sucesso as classes dominantes; até aqueles que alertam sobre o risco de nossa presença nos governos não contribuir para alterar as estruturas mais profundas de nossas sociedades e do conjunto da América Latina, o que resultaria numa desmoralização que abriria caminho para a direita recuperar a cabeça dos respectivos governos nacionais.

Para construir respostas adequadas a este tipo de debate, a esquerda latino-americana precisará construir soluções novas, para situações igualmente novas. E isto começa enfrentando nosso triplo "déficit teórico": a análise do capitalismo do século XXI; o balanço das experiências socialistas, social-democratas, desenvolvimentistas e nacionalistas do século XX; e a discussão sobre como articular, numa estratégia continental unitária, as diferentes estratégias nacionais e variantes da transição socialista.

O Foro de São Paulo é um dos espaços onde este debate ocorre. Um espaço privilegiado, marcado pela diversidade e pelo calor típico dos debates vinculados à ação prática, à disputa concreta, à luta de classes e ao conflito entre governos e Estados.

Na Bolívia e adiante

Os meses posteriores ao XIX Encontro serão marcados por um intenso calendário eleitoral, que começa em outubro de 2014 com eleições legislativas na Argentina.

Considerando apenas as eleições presidenciais, a disputa começa por Honduras, onde as esquerdas apoiam Xiomara Castro Zelaya, candidata pelo Partido Libertad y Refundación (Libre). Anteriormente, Xiomara militava no Partido Liberal. Xiomara é esposa de Juan Manuel Zelaya, ex-presidente eleito pelo Partido Liberal e deposto em 28 de junho de 2009 por um golpe jurídico-militar. As pesquisas indicam que ela tem boa chance de vencer. Seu programa inclui a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Entre novembro e dezembro de 2013, Michelle Bachelet pode voltar a presidir o Chile, apoiada por uma coligação agora integrada desde o primeiro turno pelo Partido Comunista. E em fevereiro-março de 2014, teremos a disputa presidencial em El Salvador. O candidato da esquerda

salvadorenha é Salvador Sanchez Ceren, atual vice-presidente de El Salvador e dirigente da Frente Farabundo Martí. As chances de vitória da esquerda dependem principalmente de dois fatores: o apoio do presidente Maurício Funes a Salvador Sanchez Ceren e a divisão da direita local.

A sequência de eleições prossegue até o último trimestre, quando teremos eleições no Brasil, Uruguai e Bolívia, as duas primeiras em outubro e a última em dezembro de 2014. Não é preciso dizer que se trata de um ano que pode reafirmar ou alterar profundamente a correlação de forças na região.

Nosso sucesso nas eleições e, principalmente, depois delas depende em boa medida da articulação adequada entre a ação dos governos, partidos e movimentos sociais. E, tendo em vista que a direita local está articulada com o imperialismo, nosso sucesso dependerá cada vez mais da solidariedade e da integração regional.

Todos os partidos do Foro e todos os governos influenciados por nós consideram que a integração é algo central, estratégico, seja como proteção contra ingerências externas em geral e contra os impactos da atual crise internacional em particular; seja para aproveitar melhor todo o potencial regional; e, também, como "guarda-chuva" para os diferentes projetos estratégicos que os partidos do Foro perseguem.

Dos que defendem o socialismo aos que defendem um novo modelo de desenvolvimento capitalista, todos reconhecem que a integração é um fator decisivo para limitar o alcance e a ingerência da aliança conservadora entre as oligarquias locais e seus aliados metropolitanos.

Entretanto, todos reconhecem que o ritmo da integração é muito mais lento do que o necessário para enfrentar a atual situação mundial, de profunda crise, de declínio da hegemonia dos EUA, emergência de novos centros de poder, profundas crises sociais e políticas, contraofensiva dos EUA e aliados, instabilidade sistêmica e conflitos militares cada vez mais perigosos.

Neste contexto, cabe aos partidos do Foro de São Paulo, entre outras tarefas, tomar as medidas necessárias para aprofundar as mudanças em cada país e acelerar a integração entre países, enfrentando o colonialismo e o imperialismo; organizar as forças sociais necessárias para sustentar nossos governos e, também, para fazer oposição aos governos da direita; articular a presença da esquerda latino-americana e caribenha em outros espaços geográficos, a começar pelos Estados Unidos e Europa; e construir um pensamento de massas, latino-americano e caribenho, integracionista, democrático-popular e socialista.

A construção deste pensamento de massas, de uma cultura de massas, é, dentre as tarefas de longo prazo, talvez a mais estratégica.

Em geral, os partidos do Foro reconhecem essa necessidade e reconhecem, também, que sofremos um "déficit teórico" em temas como a análise do capitalismo do século XXI; o balanço das experiências socialistas, social-democratas e nacional-desenvolvimentistas do século XX; o balanço da década de governos progressistas e de esquerda; a construção de uma estratégia continental de integração e desenvolvimento, que, respeitando a necessária diversidade, consiga articular nossas diferentes estratégias nacionais.

Olhando com prudência, é inevitável concluir que o Foro de São Paulo não é capaz de dar conta do conjunto destas tarefas, até porque ele é a expressão das virtudes e limitações dos partidos e movimentos que o constituem.

Neste sentido, como diz o ditado, não se deve pedir *"peras a los olmos"*. Porém e contraditoriamente, sem o Foro de São Paulo, sem o *éthos*, sem o *anima* que nos levou a criá-lo e a mantê-lo durante todos estes anos, a esquerda tampouco conseguirá dar conta deste conjunto de tarefas. Neste sentido, o Foro tem um pouco de carvalho, mas também tem um pouco de pereira.

Seja como for, a história do Foro de São Paulo já é parte indissolúvel da história da esquerda latino-americana durante a última década do século XX e a primeira do XXI.

Esperamos que o XIX Encontro do Foro possa contribuir para um engajamento ainda maior da esquerda brasileira, especialmente o engajamento do Partido dos Trabalhadores do Brasil, nessa história viva que, com suas virtudes e defeitos, com seus acertos e erros, escreve dia a dia a esquerda latino-americana em favor de um futuro de democracia, desenvolvimento, integração e socialismo.

28. Muito trabalho pela frente

Entre os dias 29 de julho e 4 de agosto de 2013, a capital paulistana recebeu o XIX Encontro do Foro de São Paulo para debater como aprofundar as mudanças e como acelerar a integração regional latino-americana e caribenha. Antes, o Brasil já recebera o Foro em três outras ocasiões: 1990, 1997 e 2005.

O XIX Encontro foi organizado por partidos brasileiros que integram o Foro de São Paulo: o Partido dos Trabalhadores, o PCdoB, o PSB, o PDT, o PPL e o PCB.

Formalmente, o PPS também é integrante do Foro de São Paulo, mas o último encontro de que participou foi em 2010, em Buenos Aires.

Vale dizer, também, que o PCB divulgou um documento, assinado por seu Comitê Central, acusando o Foro de estar hegemonizado pelo reformismo.

Quanto ao PSB e ao PDT, participaram com baixo perfil das atividades. Quem mais se empenhou, na organização e/ou na mobilização, foram o PT, o PCdoB e o PPL.

O XIX Encontro do Foro foi o primeiro realizado depois da morte do presidente venezuelano Hugo Chávez e da eleição de seu sucessor, Nicolas Maduro. Dois episódios que deixaram claro, para os que resistiam a perceber e reconhecer, que estamos em uma nova etapa política na região, marcada

principalmente pela contraofensiva da direita local, apoiada por seus aliados nos Estados Unidos e Europa.

Para derrotar esta contraofensiva da direita, não bastam medidas táticas: é necessário, também, um salto de qualidade no processo de mudanças em cada país e também no processo de integração regional.

Isto se faz necessário e urgente porque, além da contraofensiva da direita, vivemos também o esgotamento do "padrão" que caracterizou a primeira etapa do ciclo progressista e de esquerda.

Esta primeira etapa se estendeu das eleições de Chávez e de Lula (1998-2002) até a eclosão da crise internacional e a posse de Obama (2008).

A partir de então, entramos em outra etapa, na qual estamos hoje, marcada exatamente pela combinação entre a crise internacional, a contraofensiva da direita e o esgotamento daquele "padrão" que basicamente consiste em redirecionar também para os setores populares a renda e a riqueza geradas em nossas sociedades.

Este redirecionamento foi possível de fazer, por algum tempo e com algum nível de êxito, como demonstra a comparação entre os indicadores desta etapa *vis-à-vis* ao período neoliberal antecedente, em qualquer dos países governados pelas forças progressistas e de esquerda.

Ocorre que a organização política, social e econômica capitalista hegemônica em nossa região não permite – especialmente num contexto de crise internacional – a ampliação continuada da igualdade, da democracia, da soberania e da integração regional.

É por isto que, à medida que o tempo passa, tende a diminuir o ritmo e a qualidade das "mudanças", reafirmando-se as determinantes do *status quo*: a dependência, a democracia restrita e a desigualdade. A crise internacional não causou, mas certamente acelerou esta tendência ao esgotamento do padrão.

Por isto, falar em continuar as mudanças exige mudança de padrão. É isto que nos leva a falar da necessidade urgente de realizar reformas estruturais em nossas sociedades que nos permitam ampliar qualitativa e rapidamente a produtividade social, o bem-estar, a democracia política e a integração regional. E a "sustentabilidade" destas reformas estruturais depende, em boa medida, da integração regional.

Destaco que a necessidade de mudança de padrão também se aplica a países como a Venezuela, altamente dependente da produção e comercialização do petróleo, o que é insuficiente frente às necessidades econômicas, sociais, políticas e militares da República Bolivariana.

O XIX Encontro ocorreu logo depois da visita do papa Francisco ao Brasil. Os governantes da região comemoraram um Papa de nacionalidade argentina. E setores da esquerda regional chegam a alimentar expectativas positivas, o que é compreensível se lembrarmos do papa anterior. Mas há, também, setores muito preocupados por três motivos: primeiro, devido ao papel da Igreja católica durante a ditadura militar argentina; segundo, devido ao papel jogado por outro papa no combate ao socialismo, tal como existia no Leste Europeu; terceiro, devido à crescente influência dos conservadores no interior da Igreja.

Reforçando estes motivos de preocupação, recordo o papel da Democracia Cristã no pós-Segunda Guerra para neutralizar e combater a esquerda social-democrata e comunista em vários países europeus.

Durante o XIX Encontro, também foi muito discutido o processo de mobilização social ocorrido no Brasil no mês de junho, seus impactos presentes e futuros.

Havia uma grande curiosidade a respeito, especialmente por parte daqueles que ainda analisam a política regional, em termos de "duas esquerdas".

Vale dizer que um dos ensinamentos que se pode extrair das mobilizações de junho é que a direita brasileira, como a venezuelana, disputa a mídia, as urnas e agora também as ruas conosco. E que as esquerdas, apesar das diferenças existentes entre os vários países da região, enfrentam alguns dilemas muito semelhantes.

Sobre a integração regional, ficou claro mais uma vez tratar-se de um processo em disputa. Primeiro, disputa contra o imperialismo, que deseja uma integração subalterna às metrópoles, como no projeto da Alca. Segundo, disputa contra a grande burguesia, que deseja uma integração focada nos mercados e no lucro de curto prazo, o que levaria a uma integração que aprofundaria as disparidades regionais e sociais, o que por sua vez acabaria nos levando a uma integração subalterna aos gringos. Terceiro, existe ainda a disputa, no campo progressista e de esquerda, entre diferentes ritmos e vias de desenvolvimento e integração. Um de nossos

desafios é, precisamente, evitar que estas diferenças convertam-se em antagonismos – o que até agora temos conseguido.

A integração é, portanto, um processo "a quente", no curso do qual a esquerda precisa operar, simultaneamente, no plano político, econômico e cultural. Para isto, os governos são fundamentais, mas insuficientes. Os partidos, assim como os movimentos sociais e o mundo da cultura, são essenciais.

Outro dos desafios da integração, para além daqueles provocados pelo imperialismo estadunidense e europeu, pelos governos de direita e pelas burguesias locais, é a relação com a China, especialmente neste momento de inflexão em direção ao seu mercado interno. Esta inflexão pode ter vários efeitos colaterais, entre os quais nos fazer voltar ao "estado normal" de economias dependentes, vítimas de desigualdade crescente nos termos de troca entre produtos de baixo e de alto valor agregado. Risco ao qual devemos responder não reforçando o reclamo anti-China estimulado pelas "viúvas" dos EUA, mas sim optando para valer por um ciclo de desenvolvimento econômico interno e regional, impulsionado pelo Estado e baseado na ampliação de infraestruturas, políticas universais e capacidade de consumo, caminho para o que já foi dito antes: a ampliação qualitativa, rápida e "sustentável" da produtividade social, do bem-estar, da democracia política e da integração regional.

Observando em conjunto a situação, constata-se um acirramento da luta de classes na região, um acirramento no conflito entre alguns países da região, bem como um acirramento de nossa relação com as potências imperialistas.

O que foi descrito até agora tem como pano de fundo o deslocamento do centro geopolítico do mundo, do Ocidente em direção ao Oriente; o declínio da hegemonia dos Estados Unidos; e a crise internacional do capitalismo.

Trata-se de processos em curso, de desfecho incerto e que ainda podem ser revertidos em favor das classes sociais e dos Estados que hegemonizaram o mundo no período neoliberal. Independente do desfecho, as três variáveis citadas criam um ambiente de instabilidade e crises sociais, políticas e militares. O que conduz à formação de blocos regionais, inclusive enquanto instrumentos de proteção. Este é, precisamente, o divisor de águas no continente americano: o conflito

entre dois grandes projetos de integração regional. Por um lado, o projeto de integração subordinada aos Estados Unidos, simbolizado pela Alca (Área

de Livre Comércio das Américas); por outro, o projeto de integração autônoma, simbolizado pela Celac (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos).

O projeto de integração autônomo não é, em si, socialista. Mas a integração é uma condição fundamental para o sucesso econômico e político de uma transição socialista. A integração permite limitar as ações que o imperialismo e as classes dominantes de cada país promovem, de maneira permanente, contra a esquerda latino-americana.

A integração, por outro lado, cria a "economia de escala" e a "sinergia" indispensáveis para superar as limitações materiais, produtivas, econômicas, que dificultam a transição socialista em cada país da região.

Desde 1998, as forças favoráveis a uma integração autônoma da região conquistaram eleições em importantes países da região. Mas, a partir de 2008, como já dissemos, começou uma contraofensiva das forças favoráveis à integração subordinada aos Estados Unidos.

Hoje vivemos uma situação de "equilíbrio relativo" entre os dois projetos de integração (autônoma e subordinada). Politicamente, uma situação de equilíbrio relativo pode ser favorável às forças da esquerda. Mas, historicamente, uma situação de equilíbrio relativo tende a favorecer as forças que representam o *status quo*, pois o equilíbrio significa a continuidade da ordem hegemônica, que em nosso caso ainda é capitalista, dependente e neoliberal.

Neste sentido, é fundamental buscar caminhos para seguir avançando. É para isto que apontam as resoluções do XIX Encontro, quando falamos em aprofundar as mudanças e acelerar a integração; ou quando falamos em buscar vitórias no ciclo eleitoral que começa em novembro de 2013 (Chile e Honduras) e prossegue até dezembro de 2014 (Bolívia); ou, ainda, quando falamos de fortalecer as lutas sociais, os partidos de esquerda e os governos progressistas da região.

Entretanto, para seguir avançando, há que se derrotar obstáculos poderosos. Vários deles foram objeto de discussão e deliberação pelo XIX Encontro, cujas resoluções, Declaração Final e Documento Base devem ser estudados com atenção.

Mas há um obstáculo que não foi adequadamente debatido, a saber, nosso déficit teórico em pelo menos três grandes temas: o balanço das tentativas

de construção do socialismo no século XX; a análise do capitalismo no século XXI; e a estratégia socialista na América Latina de hoje.

Quando falamos em déficit teórico, nos referimos simultaneamente à necessidade de superar interpretações equivocadas e de construir interpretações novas, que sirvam como núcleo central de uma cultura socialista de massas para este século XXI.

O imaginário da esquerda latino-americana é ainda fortemente influenciado por paradigmas que certamente contribuíram muito para que chegássemos até aqui; mas que, ao mesmo tempo, criam algumas dificuldades quando se trata de enfrentar os desafios presentes e futuros.

Ainda é muito forte, entre nós, a influência de paradigmas oriundos do idealismo religioso, seja na versão cristã, seja na versão "pachamamica". Influências que levam alguns a confundir marxismo com "machismo", como se a certamente indispensável dose de "sacrifício" e "valentia" fosse suficiente para superar qualquer obstáculo.

Outras fortes influências são o movimentismo, por um lado, e por outro o paradigma revolucionário representado pela heroica Cuba de 1953-1959, em boa medida encarnado na figura do Che.

Finalmente, há uma fortíssima influência tanto do nacional-desenvolvimentismo (base para defesa de "alianças estratégicas" com setores da burguesia) quanto do socialismo de Estado (fonte de muitas das dificuldades para entender o papel do mercado na transição socialista).

A formação de uma cultura socialista de massas, bem como a construção de um programa e de uma estratégia adequados ao período histórico que vivemos, exigirá superar (no sentido dialético do termo, o que implica também preservar num patamar distinto) estas influências. Nesta tarefa de superação, será muito útil estudar duas experiências históricas e o debate travado a partir delas: o *cercano* Chile da Unidade Popular (1970-1973) e a *lejana* China das reformas (1978-2013). Afinal, na América Latina e Caribe de hoje vivemos, no fundamental, experiências nas quais não se tomou o poder revolucionariamente; onde se está tentando construindo um novo poder através de uma complexa guerra de posições; onde é fundamental impulsionar o desenvolvimento produtivo; mas onde também é fundamental definir a natureza deste desenvolvimento e qual o papel que o capitalismo pode e deve jogar nele.

Especificamente no caso do Chile, o aniversário dos 40 anos do golpe de Estado será uma oportunidade ímpar para discutir os caminhos para a construção do "poder popular" e da "área de propriedade social", propostas pela Unidade Popular e que constituem temas atuais para as esquerdas agrupadas no Foro de São Paulo.

29. Entrevista[69] a Eduardo Davis, da Agência EFE

Um primeiro ponto se refere a um comentário que você fez numa entrevista com* Opera Mundi*, sobre o um certo "esgotamento" do modelo de distribuição de renda e promoção social adotado pelos países progressistas da América Latina.

Se bem é verdade que o modelo funcionou, é também verdade que nos protestos no Brasil ou na Argentina participam forças de esquerda, ou que existem dissidência sérias dentro do bolivarianismo venezuelano.

Nesse panorama, e na sua opinião, qual seria o próximo passo, qual o rumo que devem tomar os governos progressistas para evitar o desgaste que (quase sempre) provoca a democracia representativa. Foi conversado isso nas primeiras reuniões do Foro?

Primeiro, o esgotamento é relativo, em triplo sentido. Por um lado, esgotou-se no sentido de que deu o mais certo que podia dar. Por outro lado, esgotou-se no sentido de que gerou forças sociais que desejam mais do que tiveram até agora. E, por fim, esgotou-se no sentido de que as classes dominantes têm cada vez menos tolerância frente ao prosseguimento desta experiência de distribuição de renda.

---

[69] Agosto de 2013.

As dissidências da esquerda política e social dizem respeito aos que desejam mais do que tiveram até agora. Já os movimentos antidemocráticos estão relacionados à reação das classes dominantes. A solução para estes problemas passa, na nossa opinião, por aprofundar o processo de mudanças não apenas na economia, mas também na política. Ou seja: mais democracia econômica, mais democracia social, mais democracia política.

Você coincide com quem pensa que, em parte, por causa desse "esgotamento" é que recupera terreno, pelo menos em termos eleitorais, a direita na Venezuela, no Paraguai e outros países da América Latina?

A direita recupera terreno em parte por conta de nossas debilidades e erros, em parte por conta dos imensos apoios que possui. O esgotamento relativo de nossa estratégia vincula-se a isto, como já expus. Mas o crescimento da direita não inclui apenas nem principalmente métodos democráticos; passa pela combinação de formas de luta na mídia, nas ruas, nas eleições, nos golpes, na sabotagem, na ingerência externa.

Nesse panorama, a crise global está começando a chegar à América Latina, seja pelo freio da economia chinesa ou pela queda dos preços das matérias-primas. Na maioria dos países governados pela esquerda ou centro-esquerda, as mudanças foram mais sociais que econômicas e dentro do modelo capitalista, ainda na Venezuela. Diante da ameaça da crise e num panorama de baixo crescimento, os governos progressistas não estão frente à necessidade de avançar mais à esquerda?

A saída é pela esquerda, no sentido de reduzir a influência econômica, social e política do grande capital, especialmente do grande capital transnacional e financeiro, bem como das potências imperialistas. E, por outro lado, aumentar a presença do investimento público, do Estado, das pequenas e médias empresas, das cooperativas; e aumentar a força política das classes trabalhadoras e dos setores médios progressistas.

30. Entrevista[70] para *Neues Deutschland*

La XIX edición del Foro de São Paulo, los de asistentes manifestaron su apoyo a países progresistas. ¿Cómo se traduce este apoyo en la política de los gobiernos?

Quando o Foro foi criado, havia apenas um governo encabeçado pela esquerda: Cuba. Hoje governamos parte importante dos países da região. Isto se deve, ao menos em parte, à ação dos partidos que integram o Foro. Nossa postura é apoiar estes governos, trabalhar pela sua continuidade, criar apoio na sociedade para que eles executem um programa de mudanças profundas, pressionar para que eles acelerem a integração, trabalhar para que eles não se tornem prisioneiros do *status quo*.

También se debatió el aterrizaje forzado del presidente Evo Morales en Viena. ¿Qué puede hacer el FSP aparte de publicar declaraciones de solidaridad?

As declarações são importantes. Os países europeus responsáveis pelo ato de pirataria contra Evo agiram como colônias dos Estados Unidos. E agiram

[70] Disponível em <http://www.neues-deutschland.de/artikel/829617.gegen-iran-wird-ein-krieg--vorbereitet.html?sstr=valter|pomar>. De 8 de agosto de 2013.

assim porque seus governos expressam os interesses dos capitais transnacionais europeus, que não querem que a América Latina seja independente. Denunciar isto é importante. Mas, é claro, a verdadeira reação está em continuar no caminho de nossa independência política, econômica, ideológica e também militar.

En los últimos años se fundó varias organizaciones regionales como la Celac, Unasur o Alba. ¿Qué papel juega el FSP en este contexto?

O Foro de São Paulo foi e segue sendo um dos laborátorios onde se desenha a institucionalidade da integração. Nossa integração é autônoma. Por isto combatemos a integração desejada pelos Estados Unidos, uma integração cujo símbolo é a OEA, subalterna aos gringos. Nossa integração é popular. Por isto, combatemos a integração tal como desejada pela grande burguesia latino-americana, que quer integrar apenas os mercados, o que resultaria numa integração que geraria ainda mais disparidades.

Al mismo tiempo hay una contra-integración de los países aliados de los EE.UU. – la Alianza del Pacífico. ¿Eso significa que la izquierda latinoamericana se mete a la defensiva?

Há uma contraofensiva da direita iniciada em 2008. Esta contraofensiva assume diferentes formas, entre as quais a criação desta Aliança do Pacífico.
Esta aliança não é uma ameaça do ponto de vista estritamente econômico, mas é claro que é uma ameaça política, uma cunha enfiada no coração do Mercosul e da Unasul. Para quebrar a cunha, precisamos vencer a eleição no Chile, reconquistar o coração do governo peruano, fazer a paz na Colômbia e ampliar a força da oposição no México.

(Pero) hay incluso intentos de la Otan de instalarse en América Latina. ¿Qué efectos tendría y cómo se lo puede evitar?

Existe a cortina de fumaça, que foi a declaração do Juan Manuel Santos, e existem os fatos: base militar da Inglaterra nas Malvinas argentinas, reconstrução da IV Frota dos EUA, ampliação das bases nas colônias europeias no Caribe, mais recursos e especialistas militares em vários países, entre os quais a Colômbia. Eles se posicionam para pressionar e para, nas palavras deles, ter todas

as alternativas sobre a mesa. Para evitar isto, é preciso reforçar o Conselho da Defesa da Unasul.

Mientras la posición hacía Siria e Irán es bastante controvertida dentro de la izquierda europea, el FSP se solidarizó con estos gobiernos. ¿Cómo explicaría a sus compañeros europeos la solidaridad con estos países, tomando en cuenta el carácter neoliberal del liderazgo de Assad y la represión contra la izquierda en Irán?

São duas coisas diferentes. O Foro de São Paulo é solidário com os povos da Líbia, da Síria e do Irã. Entendemos que estes povos têm o direito de definir, livremente, o que desejarem. E somos contra toda e qualquer ingerência externa, a qualquer pretexto.

Na Líbia, a pretexto de apoiar o povo contra um ditador, houve um massacre organizado pela Otan, com direito ao linchamento televisionado de Kadafi e à desestabilização da região inteira. Na Síria, a pretexto de apoiar o povo contra um ditador, as potências europeias estão armando grupos fundamentalistas. No Irã, a pretexto de conter o fundamentalismo, preparam outra guerra.

A esquerda europeia não pode incorporar a arrogância da burguesia europeia. A Europa não tem lições de democracia, civilização e humanidade a dar a absolutamente ninguém. Há séculos, sempre em nome de alguma causa sublime, potências europeias invadiram as Américas, a África, a Ásia e a Oceania. E o resultado sempre foi desfavorável para o povo e para a democracia.

A posição do Foro não é de apoio a este ou àquele governo. A posição do Foro é contra, absoluta e totalmente contra, qualquer ingerência externa. Até porque sabemos que, por trás das tropas supostamente libertadoras dos europeus e dos ianques, caminham os interesses mais vis do grande capital.

31. Unidade Popular, 40 anos depois do golpe[71]

1. Aos 40 anos do golpe, cabe em primeiro lugar render homenagem aos que tombaram, tanto resistindo ao golpe quanto lutando contra a ditadura. Cabe, também, render homenagem aos que ajudaram a construir a vitória da Unidade Popular e seus três anos de governo, que melhoraram a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras do Chile.
2. Para além da homenagem aos que lutaram, ontem, pelos mesmos ideais e objetivos pelos quais lutamos hoje, cabe perguntar: a experiência histórica da Unidade Popular e do golpe pode nos ajudar a enfrentar os desafios atuais da esquerda? Nossa resposta para esta pergunta é: sim.
3. Já foi dito que a esquerda precisa enfrentar e superar três déficits teóricos: a análise do capitalismo do século XXI, o balanço do socialismo do século XX e o debate sobre a estratégia. É exatamente sobre este terceiro tema que a experiência chilena de 1970-1973 pode nos ajudar e muito.
4. A construção do socialismo supõe que a classe trabalhadora tenha poder para reorganizar a sociedade. O tema do poder, no que consiste, como

[71] Disponível em <http://www.fiesta.pce.es/2013/programa.htm>. De setembro de 2013.

construí-lo, como conquistá-lo, é portanto a questão-chave em toda reflexão política.

5. Durante o século XIX, os socialistas enxergavam o tema do poder através do prisma oferecido pela Revolução Francesa: 1789, 1848, 1871 eram os paradigmas clássicos ao redor dos quais girava o imaginário de anarquistas, sindicalistas revolucionários, socialistas, social-democratas, *narodniks*, comunistas etc.
6. As revoluções russas de 1905, fevereiro de 1917 e outubro de 1917 ofereceram um novo paradigma. E foi ao redor dele que girou, durante décadas, a reflexão política, tática e estratégica dos diferentes setores da esquerda mundial.
7. Os paradigmas "francês" e "russo" tinham semelhanças: o protagonismo da plebe urbana, o papel ambíguo das massas camponesas, a insurreição seguida de guerra civil e contra inimigos externos, o caráter "permanente" da revolução, o fantasma do "Termidor".
8. O isolamento da Rússia soviética e a derrota das tentativas revolucionárias na Alemanha, na Romênia e na Itália, entre outras, resultará nos anos 1920 e 1930 numa reflexão acerca da estratégia a adotar: a) nos países capitalistas desenvolvidos; b) nos países que não faziam parte do núcleo metropolitano central.
9. Tal reflexão era simultânea a outros debates, igualmente complexos, acerca da construção do socialismo na URSS, de qual devia ser a política internacional de um Estado socialista, sobre a evolução do capitalismo e do imperialismo pós-Primeira Guerra Mundial e sobre como se posicionar frente à cada vez mais provável (Segunda) Guerra Mundial.
10. Os escritos de Gramsci datam desse período, embora sua influência (em variadas versões e releituras) vá se estabelecer após a Segunda Guerra, em uma situação mundial distinta daquela que serviu de base para as reflexões do comunista italiano.
11. De toda forma, até o final da Segunda Guerra, quando a esquerda debatia os temas do poder, predominava o paradigma da Revolução Russa: direção partidária, protagonismo das plebes urbanas, acúmulo de forças via lutas sindicais e políticas, duplo poder, insurreição, guerra civil, constru-

ção do socialismo. Tal "modelo" estava presente inclusive nos que defendiam as Frentes Populares e as alianças estratégicas com a burguesia, nas políticas conhecidas como etapistas.

12. Um novo paradigma, qualitativamente distinto, surgirá com a vitória da Revolução Chinesa de 1949. O papel do partido continua destacado, mas trata-se de um partido-exército. O protagonismo é das massas camponesas, que devem "cercar as cidades". O acúmulo de forças inclui experiências precoces de duplo poder, com libertação de territórios, formação de governos e do Exército Popular. A insurreição urbana, quando existe, é em apoio à ação da guerra popular prolongada.
13. A estes dois paradigmas ("russo" e "chinês") soma-se um terceiro, que foi o da guerra de libertação nacional. Esta vai aparecer sob a forma antinazista em países como Albânia, Iugoslávia, Grécia (neste último caso, os comunistas são derrotados pela intervenção britânica), Itália e França (nestes dois últimos casos, a política dos partidos comunistas não foi a de transformar a guerra em revolução). E vai aparecer como guerra anticolonial típica, como no caso do Vietnã, Laos, Camboja, Angola, Moçambique.
14. Estes três paradigmas influenciavam o debate político e estratégico da esquerda latino-americana dos anos 1920 aos anos 1950. Há toda uma literatura a respeito que vale a pena revisitar sempre, especialmente aquela dedicada a estudar o impacto da grande revolução mexicana, anterior à vitória da revolução socialista russa.
15. Uma mudança importante ocorre com a vitória da Revolução Cubana de 1959: uma revolução democrática antiditatorial, baseada na combinação entre diferentes formas de luta e organização, com ênfase na combinação entre guerrilha no campo e insurreição urbana; que, uma vez vitoriosa, se revela cada vez mais democrático-popular e anti-imperialista; e que num certo momento converte-se em revolução socialista.
16. A Revolução Cubana, especialmente suas interpretações de tipo "foquista", influencia fortemente a esquerda latino-americana nos anos 1960 e 1970. Mas, com a parcial exceção da revolução nicaraguense, as estratégias inspiradas no exemplo cubano não são vitoriosas em nenhuma parte.

O mesmo, entretanto, deve ser dito das demais estratégias até o final dos anos 1960. Aliás, poderíamos dizer que, se as revoluções são fenômenos raros, as revoluções vitoriosas são ainda mais raras e profundamente singulares: há mais constância nos motivos de derrota do que nas razões de vitória.

17. É neste contexto que surge a experiência do governo da Unidade Popular chilena, entre 1970 e 1973. Neste ponto há que se distinguir duas abordagens, ambas necessárias. Uma consiste no estudo da experiência histórica. Outra consiste no debate teórico acerca da estratégia proposta.
18. A experiência histórica da UP, os antecedentes da vitória, as vicissitudes do governo, o golpe, a ditadura que veio em seguida (com semelhanças e diferenças frente a outras ditaduras contemporâneas), as políticas neoliberais e os governos de centro-esquerda posteriores são de uma riqueza imensa para os que fazemos parte de governos "progressistas e de esquerda" na América Latina de 2013.
19. Mas, e do ponto de vista estritamente estratégico? Em que medida a experiência da UP constitui um paradigma positivo, útil, para construir uma nova estratégia para as esquerdas latino-americanas?
20. Reformista demais para os revolucionários, revolucionária demais para os reformistas, a estratégica experimentada pela UP ficou numa espécie de limbo até 1998. Desde então, diversos governos da região passaram a tentar construir o socialismo a partir de governos que foram produto não de revoluções, mas de vitórias eleitorais. Ao mesmo tempo, outros partidos socialistas tiveram que integrar em seus esquemas estratégicos o papel de governos que buscavam implementar reformas mais ou menos profundas no capitalismo. Nos dois casos, remete-se à orientação estratégica materializada no governo da UP, evidentemente a busca de construir um "caminho chileno com final feliz".
21. Aqui cabe fazer uma distinção importante: para alguns setores da esquerda latino-americana, os governos da região que são integrados e/ou dirigidos pela esquerda são funcionais ao esquema de dominação imperialista e capitalista, e/ou correspondem a um período passageiro de governos

reformistas, após o qual a luta de classes voltará a condições que exigem esquemas revolucionários clássicos.

22. Para um segundo setor, a revolução (e, em alguns casos, o socialismo) não faz mais parte do horizonte estratégico, não cabendo diferenciar luta pelo governo e luta pelo poder.
23. Portanto, seja para o esquerdismo, seja para o melhorismo, a experiência da Unidade Popular chilena não tem o que nos ensinar, do ponto de vista estratégico, salvo do ponto de vista negativo.
24. Já para aqueles setores que continuam tendo o socialismo como objetivo estratégico, e que portanto querem que a classe trabalhadora tenha o poder necessário para construir o socialismo, o "*case*" da UP é estrategicamente atual: como converter a parcela de poder obtida num processo eleitoral não apenas em melhorias concretas para a vida do povo, não apenas em reformas estruturais, mas também numa parcela de poder que permita iniciar a transição socialista? Observando a experiência chilena, adiantamos a seguir alguns temas que serão posteriormente debatidos de maneira detalhada.
25. Em primeiro lugar, é preciso construir um sólido apoio nas classes trabalhadoras, o que inclui articular sob um comando estratégico único a maior parte das organizações políticas e sociais. A combinação entre luta institucional e eleitoral, ação parlamentar e de governos, luta social e construção partidária só é virtuosa quando articulada politicamente.
26. Em segundo lugar, é preciso ganhar o apoio dos setores médios, dividir as classes dominantes e isolar o inimigo principal. Impedindo que ocorra o contrário: que a classe dominante isole a esquerda, ganhe o apoio dos setores médios e divida as classes trabalhadoras.
27. Em terceiro lugar, é preciso combinar disputa política com disputa cultural. A construção do poder necessário para iniciar uma transição socialista é indissociável da construção de outra hegemonia ideológica, cultural.
28. O que remete, em quarto lugar, para a necessidade de ganhar apoio nos organismos paraestatais, ou seja, organismos aparentemente privados, mas que executam funções públicas, como é o caso das igrejas, das escolas, da indústria cultural e dos meios de comunicação.

29. Em quinto lugar, é preciso conquistar uma maioria eleitoral que seja suficiente para ter hegemonia de esquerda nos organismos executivos e legislativos fundamentais. É insuficiente ter a presidência da República sem maioria no Congresso nem nos governos subnacionais fundamentais.
30. Em sexto lugar, é preciso impedir a sabotagem e a subversão provenientes dos organismos de Estado não eletivos, principalmente a alta burocracia, a Justiça e as Forças Armadas. Trata-se de democratizar o acesso, estabelecer controle social, mudar as doutrinas vigentes e, fundamentalmente, garantir o respeito à legalidade que advém da soberania popular. Motivo pelo qual é tão decisiva a realização de processos constituintes.
31. Em sétimo lugar, é preciso construir uma rede de solidariedade e proteção internacional que reduza a ingerência externa que as metrópoles capitalistas centrais fazem sobre processos socialistas nacionais.
32. Em oitavo lugar, é preciso construir um programa de transformações que não seja artificial, ou seja, que parta dos problemas reais enfrentados pela sociedade e que construa soluções que atendam às necessidades das camadas populares, respeitando os níveis de consciência e a correlação de forças em cada momento, mas sempre tendo em perspectiva que cada passo gera novas necessidades, novos conflitos e novas reações, cabendo à direção política do processo se antecipar.
33. No caso chileno, este programa se traduziu em dois eixos fundamentais: o poder popular e a área de propriedade social. O que nos remete para um nono tema, que é como fazer a conversão de uma economia dominada pelo capitalismo privado em uma economia capitalista hegemonizada pelo capitalismo estatal, sob condução de um governo de esquerda.
34. Finalmente, é preciso discutir sempre como manter a iniciativa tática, especialmente nos momentos de impasse estratégico. A experiência chilena foi derrotada por diversos motivos, mas é um erro dizer que ela teria sido inevitavelmente derrotada. E, se quisermos localizar um dos motivos teóricos para a derrota, ele consiste em confundir a defesa estratégica da legalidade com a passividade legalista frente à subversão de direita. A história poderia ter sido diferente se, frente ao Tancazo (http://www.youtube.com/watch?v=1Tt5xVR-NTU), o presidente Allende tivesse

acatado as propostas do general Prats de afastar os comandantes golpistas (http://www.ebc.com.br/noticias/40-anos-do-golpe/2013/09/o-tancazo--o-golpefracassado-de-29-de-junho). O legalismo corresponde à visão estática da consciência popular. A legalidade é sempre uma mediação entre a lei (que expressa a correlação de forças passada) e a legitimidade (que expressa a correlação de forças presente). A burguesia sabe disto muito bem e não deixa de invocar o suposto apoio popular quando lhe interessa desrespeitar a legalidade, sempre que esta está do lado da esquerda.

35. A partir destes parâmetros, cabe analisar o processo político em curso em países como Brasil, Argentina, Venezuela, Bolívia e Equador.

Sobre o autor

Valter Pomar é doutor em História, formado pela Universidade de São Paulo (USP). Editor do jornal *Página 13* e da revista *Esquerda Petista*, é organizador e autor de alguns livros, entre os quais *Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha*, em coautoria com o cubano Roberto Regalado (Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, São Paulo). É atual suplente do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT).

Entre 2005 e 2013, Valter Pomar foi secretário de Relações Internacionais do PT e secretário-executivo do Foro de São Paulo. Foi terceiro vice-presidente nacional do PT, entre 1997 e 2005. Durante três destes anos (2002-2004), foi secretário de Cultura, Esportes e Turismo da prefeitura municipal de Campinas (SP).

Antes de integrar o Diretório nacional do PT, militou em um núcleo de base em Vila Mariana (SP capital), integrou o diretório municipal do PT em Campinas e foi secretário de Comunicação na direção paulista do PT, quando respondeu por duas publicações petistas: o boletim *Linha Direta* e a revista *Teoria e Debate*. Foi professor no Instituto Cajamar, subeditor do jornal *Brasil Agora* e assessor do prefeito David Capistrano em Santos (SP).

O livro *A estrela na janela*, foi impresso na Gráfica Forma Certa para a Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 100 exemplares. O texto foi composto em Adobe Garamond Pro, em corpo 11/15. A capa foi impressa em papel Supremo 250g e o miolo em papel Pólen Soft 80g/m².

A estrela na janela.indd 280 28/08/2014 16:37:24